

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE ARTES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

Erick Kader Callegaro Corrêa

**NÃO É NÃO, NÃO? UM ESTUDO SOBRE O MARCADOR NEGATIVO
“NÃO” EM DISCURSOS POLÍTICOS DE PRESIDENTES
BRASILEIROS NA PERSPECTIVA DA LINGUÍSTICA SISTÊMICO-
FUNCIONAL**

**Santa Maria, RS
2019**

Erick Kader Callegaro Corrêa

**NÃO É NÃO, NÃO? UM ESTUDO SOBRE O MARCADOR NEGATIVO “NÃO” EM
DISCURSOS POLÍTICOS DE PRESIDENTES BRASILEIROS NA PERSPECTIVA DA
LINGUÍSTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de Concentração em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do grau de **Doutor em Letras**.

Prof^a. Dr^a. Sara Regina Scotta Cabral

Santa Maria, RS
2019

Kader Callegaro Correa, Erick

Não é não, não? Um estudo sobre o marcador negativo "não" em discursos políticos de presidentes brasileiros na perspectiva da Linguística Sistêmico-Funcional / Erick Kader Callegaro Correa.- 2019.

236 p.; 30 cm

Orientadora: Sara Regina Scotta Cabral

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Artes e Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, RS, 2019

1. Discurso político 2. Linguística Sistêmico Funcional 3. Avaliatividade 4. Negação 5. Ditadura militar I. Regina Scotta Cabral, Sara II. Título.

Erick Kader Callegaro Corrêa

NÃO É NÃO, NÃO? UM ESTUDO SOBRE O MARCADOR NEGATIVO “NÃO” EM DISCURSOS POLÍTICOS DE PRESIDENTES BRASILEIROS NA PERSPECTIVA DA LINGUÍSTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de Concentração em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Doutor em Letras**.

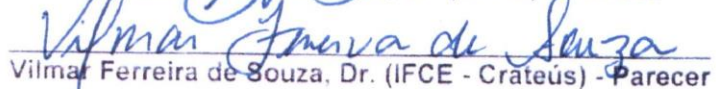
Aprovado em 18 de fevereiro de 2019:



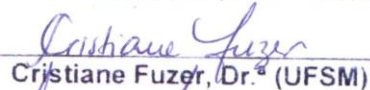
Sara Regina Scotta Cabral, Dr.^a (UFSM)
(Presidente/Orientadora)



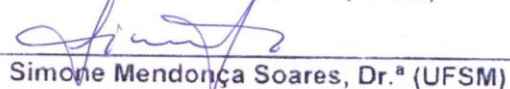
Anderson Alves de Souza, Dr. (UFPB) - Parecer



Vilmar Ferreira de Souza, Dr. (IFCE - Crateús) - Parecer



Cristiane Fuzer, Dr.^a (UFSM)



Simone Mendonça Soares, Dr.^a (UFSM)

Santa Maria, RS
2019

AGRADECIMENTOS

Em umas das infinitas conversas com minha orientadora, professora Sara, estávamos a discutir a imensidão da Linguística Sistêmico-Funcional, pairando em diálogos sobre a complexa rede conceitual da arquitetura da linguagem até suas categorias de análise. Na troca de turnos, já felizmente atônitos pela grandeza de Halliday, Sara me olhou e disse, com um tom de voz doce, característica que lhe é única: “Não é apenas uma teoria da linguagem, é uma teoria para a vida”.

Desde então, o sistema de escolhas passou não somente a ser uma categoria de análise: tornou-se a percepção da vida em si. Hoje, cada momento que compõe o tecido das experiências particulares, enxergo-as como resultado de escolhas próprias: quando escolho um caminho, uns se fecham e outros me são apresentados.

Portanto, gostaria de agradecer à professora Sara por ter, durante todos esses anos, com uma paciência fora deste mundo, apoiado minhas pesquisas e vida acadêmica. Agradeço pela empatia em momentos difíceis e, também, pela tranquilidade quando eu mandava mensagem e/ou ligava durante a finalização da tese para tirar dúvidas.

Agradeço a minha família pelo suporte e carinho nos momentos de crise existencial que somente a pós-graduação é capaz de proporcionar, feliz e infelizmente.

Agradeço à família que eu escolhi, Rafael, João, Samuel e Manuela. Agradeço imensamente pela compreensão, companhia, confiança e aconchego, desde momentos de extremo deleite e euforia até momentos de escolhas duvidosas.

Por último, agradeço a minha psicanalista, pela compreensão, profissionalismo e pela paciência nos momentos que eu queria analisá-la, usando teorias linguísticas.

Soyez résolu à ne servir plus, et vous voilà libres.

(Discours de la Servitude Volontaire d'Étienne de La Boétie, 1549)

RESUMO

NÃO É NÃO, NÃO? UM ESTUDO SOBRE O MARCADOR NEGATIVO “NÃO” EM DISCURSOS POLÍTICOS DE PRESIDENTES BRASILEIROS NA PERSPECTIVA DA LINGUÍSTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL

AUTOR: Erick Kader Callegaro Corrêa
ORIENTADORA: Sara Regina Scotta Cabral

A presente tem como objetivo explorar o caráter léxico-gramatical e semântico avaliativo-discursivo do Adjunto modal “não” em discursos políticos a partir da perspectiva da Linguística Sistêmico-Funcional. Para o alcance do objetivo, foram necessários: (i) a criação e a organização de um *corpus* representativo, constituído de textos autênticos, sob conteúdo e tipologia similares; (ii) a seleção de teorias linguísticas e discursivas e, também, abordagens históricas para descrição dos discursos políticos e entendimento das condições de produção; (iii) a produção de uma análise léxico-gramatical e uma análise semântico-discursiva para dar conta do comportamento linguístico-gramatical e discursivo do Adjunto negativo nos discursos políticos. Para tanto, elencaram-se a Linguística Sistêmico-Funcional e seu aparato de descrição gramatical, a Gramática Sistêmico-Funcional, de Halliday e Matthiessen (2004, 2014) como base teórica sobre a constituição e o funcionamento da linguagem, em nível léxico-gramatical e o Sistema de Avaliatividade, de Martin e White (2005), para entendimento sobre a organização do uso da negação no nível da semântica do discurso. Estudos complementares como o de Tottie (1987), Givón (1993, 2001), e Gouveia (2010) servem como aporte suplementar acerca das particularidades sintáticas e semânticas do Adjunto negativo. Sobre o entendimento contextual e discursivo dos discursos políticos, usa-se a Abordagem Histórico-Discursiva, de Wodak (2001, 2008, 2009, 2012) e Reisigl e Wodak (2001) e para a narração histórico-discursiva dos períodos nos quais os discursos foram produzidos, usa-se Linz e Stepan (1996), Reis (2000) e Borges e Barreto (2016). Quando à criação, organização e análise estatístico-textual do *corpus* utilizou a ferramenta computacional *Sketch Engine*, de Kilgarriff et al (2014), juntamente com o abordagem da Linguística de *Corpus*, de Berber-Sardinha (2000) e Sinclair (1991) com os conceitos de colocação e coligação. Através de uma metodologia triangular, envolvendo pesquisas de natureza quantitativa e qualitativa, analisou-se cem (100) discursos políticos, organizados em dois blocos: cinquenta (50) discursos de ex-presidentes do regime militar, de 1964 a 1985) e cinquenta (50) discursos de ex-presidentes civis (1986 a 2010). Selecionados os cinco primeiros discursos do primeiro mandato e os cinco últimos discursos do último mandato, para fins comparativos, a análise desta tese divide-se em dois níveis: léxico-gramatical e semântico-discursivo. Em relação à primeira análise, os resultados mostram que nos discursos ex-presidentes do regime militar, o Adjunto negativo “não” possui frequência significativamente menor em relação aos discursos dos ex-presidentes civis. Além disso, o padrão de uso do “não” durante o regime militar é caracterizado pelo uso da impessoalidade e pela modulação por obrigação. Já padrão de uso do Adjunto

negativo nos discursos pós regime-militar, o “não” é associado com pronomes em primeira pessoa tanto do singular quanto plural e possui é colocado em maior variedade de processos em relação. Conclui-se que a frequência inferior do “não” durante o regime militar se dá por sua característica dialógica: tendo em vista à configuração culturo-institucional do regime militar, marcada pelos Atos Institucionais e secretarias de controle nacional, não havia possibilidade de reconhecimento de um espaço dialógico entre produtor textual e público.

Palavras-chave: Discurso político. Linguística Sistêmico-Funcional. Avaliatividade. Negação. Ditadura militar.

ABSTRACT

NO IS NO, NO? A STUDY UPON THE NEGATIVE MARKER “NO” IN POLITICAL SPEECHES OF BRAZILIAN PRESIDENTS USING SYSTEMIC FUNCTIONAL LINGUISTICS

AUTHOR: Erick Kader Callegaro Corrêa

ADVISOR: Sara Regina Scotta Cabral

This thesis aims to explore the lexicogrammar, semantic, evaluative and discursive potential of the mood Adjunct “no” in political speeches using Systemic Functional Linguistics. To do such, it was necessary: (i) the creation and organization of a representative *corpus*, comprised of authentic texts of similar context and typology; (ii) the selection of linguistic and discourse theories as well as History approaches in order to describe the political speeches and to the understanding of their conditions of production; (iii) the production of a lexicogrammatical analysis and a semantic discourse analysis to account for the grammatical, linguistic and discursive behavior of the negative Adjunct. That being said, this thesis uses Systemic Functional Linguistics and its descriptive apparatus, the Systemic Functional Grammar, proposed by Halliday and Matthiessen (2004, 2014) as a theoretical base upon the constitution and functioning of language in a lexicogrammar; Appraisal, by Martin and White (2005) was used to account for negation in a semantic level. As support studies on syntactic and semantic traces of the negative mood Adjunct, it was used Tottie (1987), Givón (1993, 2001) and Gouveia (2010). Upon the contextual and discursive understanding of the political speeches, it was used the Discourse-Historical Approach, proposed by Wodak (2001, 2008, 2009, 2012) and Reisigl and Wodak (2001) and as a narrative base for the historical periods from which the texts were produced, it was used Linz and Stepan (1996), Reis (2000) and Barreto e Borges (2016). As to the creation, organization and statistical and textual analysis, it was used Sketch Engine, by Kilgarriff et al (2014), along with *Corpus* Linguistics, as developed by Berber-Sardinha (2000), and Sinclair (1991) regarding the concepts of collocation and colligation. Using a quali-quantitative research, one hundred (100) political speeches were analyzed, composed of two blocks: fifty (50) speeches from former military presidents (from 1964 to 1985) and fifty (50) speeches from former democrat presidents (from 1985 to 2010). Selecting the five first speeches from their first mandate and the last five speeches from their last mandate, deeming comparative study, this analysis is divided into two levels: a lexicogrammar one and a semantic one. In relation to the first analysis, results show that in speeches from former military presidents, the mood Adjunct “no” is significantly less used in comparison to the speeches of former democrat presidents. Furthermore, the pattern of use of the negative Adjunct is marked by the usage of voiceless clauses and by obligational modulation. Whereas in the speeches from democrat presidents, “no” is highly associated with first personal pronouns, either singular or plural, as well as being collocated with a diverse of processes in comparison to the speeches produced during the military regime. Results show that the inferior frequency of

the word “no” in former military presidents’ speeches is due to its dialogical nature: bearing in mind the cultural and institutional configuration of the military regime, marked by Institutional Acts and national control departments, there was no possibility in recognizing a dialogical space between text producer and their audience.

Keywords: Political discourse. Systemic Functional Linguistics. Appraisal. Negation. Military regime.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Sistema de Polaridade	33
Figura 2 - Sistema de Polaridade	34
Figura 3- Princípio de Constituição – Escala de Níveis	37
Figura 4 – Estratificação	41
Figura 5 - Tipos de realizações diferenciadas a partir da natureza da dimensão semiótica na qual a realização define a relação	42
Figura 6 - A linha da instanciação	45
Figura 7 - As dimensões em linguagem	48
Figura 8 - Representação gráfica de uma figura do sistema de Transitividade	50
Figura 9 - A gramática da experiência: tipos de processos na GSF	51
Figura 10 - Dimensões da linguagem (relações-metafunção-sistema)	53
Figura 11 - O sistema semântico da função de fala	56
Figura 12 - Sujeito e Finito	59
Figura 13 - Sistema de opções de Modo da língua portuguesa	60
Figura 14 - Opções de Predicador em português	65
Figura 15 - Rede de sistemas de modalidade	66
Figura 16 - Estratos da linguagem	70
Figura 17 - Sistemas semânticos interpessoais e as variáveis do valor das relações ...	71
Figura 18 - Visão geral dos recursos do sistema de Avaliatividade	73
Figura 19 - Julgamento e apreciação como afetos institucionalizados	74
Figura 20 - Sistema preliminar da Gradação	75
Figura 21 - Força – intensificação – qualidade e processo	76
Figura 22 - Dimensões selecionadas do discurso como prática social	85
Figura 23 - Topologia do Discurso Político	91
Figura 24 - Práticas discursivas localizadas na topologia do discurso político	93
Figura 25 - O sistema de Polaridade; próximo nível de especificidade	100
Figura 26 - Linha da léxico-gramática	103
Figura 27 - Sistema de escolhas do Adjunto negativo não	104
Figura 28 - Sistema de escolhas do Adjunto negativo não em relação ao locus de negação	106
Figura 29 - Interpolação entre sistema de Polaridade e de Modalidade	107
Figura 30 - Parte do sistema de interpolação entre Polaridade e Modalidade	108
Figura 31 - Sistema de escolhas do Adjunto negativo não	111
Figura 32 - Engajamento: Contração e Expansão	114
Figura 33 - Engajamento: Contração: Refutação	117
Figura 34 - Pressuposição e expectativa em nível interpessoal	127
Figura 35 - Ex-presidentes eleitos através de eleições indiretas	135
Figura 36 - Link para discursos presidenciais; no caso, do ex-presidente João Batista Figueiredo	137
Figura 37 - Discursos do ex-presidente Figueiredo, listado no sítio da Biblioteca da Presidência da República, no ano de 1979	137
Figura 38 - Discursos do ex-presidente Lula, listado no sítio da Biblioteca da Presidência da República, no ano de 2003	138
Figura 39 - Ciclo de pesquisa	143

Figura 40 - Extensão do corpus através da abordagem histórica de Berber-Sardinha (2000)	147
Figura 41 - Triangulação das pesquisas quantitativa e qualitativa.....	157
Figura 42 - Níveis de teoria e análise linguística	161
Figura 43 - Cálculo de diferença quantitativa.....	177
Figura 44 - Cálculo de diferença quantitativa.....	199
Figura 45 - Contexto de governo sob o continuum de especificidade	205
Figura 46 - Contexto de governo militar sob o continuum de especificidade.....	206
Figura 47 - Relação entre processos e Adjunto negativo do corpus DPM.....	215
Figura 48 - Relação entre processos e Adjunto negativo do corpus DPC	216
Figura 49 - Localização do corpus DPM na proposta da topologia do discurso político	218
Figura 50 - Localização do corpus DPC na proposta da topologia do discurso político	219
Figura 51 - O continuum da léxico-gramática	220
Figura 52 - Movimentação da contração dialógica nos n-grams não apenas e não somente	223
Figura 53 - Triangulação empregada em nossa pesquisa	226

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Corpus.....	24
Quadro 2- Exemplo de classificação de Níveis, segundo a GSF	36
Quadro 3 - Convenções nocionais para representar a constituição léxico-gramatical .	38
Quadro 4 - As dimensões (formas de ordens) na linguagem e seus princípios ordenativos	39
Quadro 5- Do sistema ecossocial às ondas de som: perspectiva do falante	40
Quadro 6 - Oferecendo e solicitando; informações e bens-e-serviços	54
Quadro 7 - A constituição da escala de Níveis de orações em português	57
Quadro 8 - As funções básicas do Modo em português.....	64
Quadro 9 - Escolhas do sistema de modalidade	67
Quadro 10 - Paradigma de indeterminância.....	68
Quadro 11 - Semântica interpessoal em relação a léxico-gramática e fonologia.....	72
Quadro 12 - Funções básicas do Modo em português.....	97
Quadro 13 - Modalidade e Polaridade.....	98
Quadro 14 - Monoglossia e heteroglossia	112
Quadro 15 - Modalidade proposicionais aristotélicas	123
Quadro 16 - Propriedades de um corpus	146
Quadro 17 - Discursos dos Presidentes Militares (DPM)	149
Quadro 18 - Discursos dos Presidentes Civis (DPC)	152
Quadro 19 - Números totais do batch 1 – corpus total	169
Quadro 20 - Wordlist no CG	170
Quadro 21 - Dados do Corpus DPM – batch 2.....	171
Quadro 22 - Wordlist do DPM	171
Quadro 23 - Colocações do DPM.....	173
Quadro 24 - Dados do Corpus DPC – batch 3	174
Quadro 25 - Wordlist do DPC.....	175
Quadro 26 - Colocações no DPC	176
Quadro 27 - Coligações do corpus DPM.....	179
Quadro 28 - Exemplos das coligações do n-gram que não	181
Quadro 29 - Exemplos das coligações do n-gram não é	182
Quadro 30 - Variação sintagmática do n-gram.....	185
Quadro 31 - Categorização dos n-grams	186
Quadro 32 - Coligações do corpus DPC	193
Quadro 33 - Categorização dos n-grams	195
Quadro 34 - Exemplos dos n-grams.....	196
Quadro 35 - Coligações, exemplos e frequências.....	201
Quadro 36 - Coligações do corpus DPM.....	209
Quadro 37 - Coligação do corpus DPC	210

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	21
2 LINGUAGEM, CONTEXTO E POLÍTICA	29
2.1 LINGUAGEM, TEXTO E CONTEXTO.....	30
2.2 A METAFUNÇÃO INTERPESSOAL	52
2.2.1 O Sistema de Modo em língua portuguesa	54
2.2.2 O sistema de modalidade.....	66
2.2.3 O Sistema de Avaliatividade.....	69
2.3 LINGUAGEM E DISCURSO POLÍTICO	79
2.3.1 Uma proposta tripartite	90
3 POLARIDADE E ENGAJAMENTO	95
3.1 O SISTEMA DE POLARIDADE NA GRAMÁTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL	96
3.2 O SISTEMA DE POLARIDADE E OS GRAUS SOB O SISTEMA DE ENGAJAMENTO	111
3.3 NEGAÇÃO, PRESSUPOSIÇÃO, EXPECTATIVA E RELAÇÃO ENTRE FALANTE/ESCRITOR E OUVINTE/LEITOR.....	122
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	134
4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA.....	134
4.2 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	140
4.2.1 Metodologia qualitativa.....	140
4.2.2 Metodologia quantitativa.....	144
4.3 SELEÇÃO, ORGANIZAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DO CORPUS	148
4.4 DESIGN DE ANÁLISE.....	156
5 ANÁLISE DO MARCADOR NEGATIVO	160
5.1 CONTEXTO POLÍTICO-INSTITUCIONAL: SOBRE AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DOS DISCURSOS.....	160
5.2 ANÁLISE ESTATÍSTICO-TEXTUAL	168
5.2.1 Batch 1 – Corpus total.....	169
5.2.2 Batch 2 – Discursos dos Presidentes Militares (DPM)	170
5.2.3 Batch 3 – Discursos dos Presidentes Civis (DPC)	174
5.3 O ADJUNTO “NÃO” NO CORPUS DPM	178
5.4 O ADJUNTO “NÃO” NO DPC.....	192
5.5 NÃO É NÃO: COMPARANDO CORPORA	204
5.6 NÃO: NO ESTRATO DA LÉXICO-GRAMÁTICA.....	220
5.7 NÃO: NO ESTRATO DA SEMÂNTICA DO DISCURSO	222
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	225
REFERÊNCIAS	229

1 INTRODUÇÃO

A presente tese é vinculada ao grupo de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) “Linguagem como Prática Social” e à linha de pesquisa “Linguagem no Contexto Social”, do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria. É vinculada, também, ao “Núcleo de Estudos em Língua Portuguesa, FASE II – NELP” (CABRAL, 2016), registrado sob o número 044631 do Gabinete de Projetos do Centro de Artes e Letras (GAP/CAL) e no projeto de pesquisa “Mídia, Política e Gramática Sistêmico-Funcional – FASE II”, registro GAP/CAL 049420 (CABRAL, 2018). Esse grupo de pesquisa é composto de professores universitários, professores de educação básica e pós-graduandos interessados no estudo do fenômeno do discurso político brasileiro, a partir dos arcabouço teórico-gramatical da Linguística Sistêmico-Funcional. Esta tese também é vinculada, por laços de cooperação e colaboração, ao grupo de pesquisa GSF/ACD Sertões de Crateús: Estudos Interdisciplinares entre Gramática Sistêmico-Funcional e Análise Crítica do Discurso, coordenado pelo professor Vilmar DeSouza, cuja contribuição, na forma de constantes trocas dialogais sobre teoria e análise do discurso foram cruciais para o desenvolvimento deste trabalho.

Do grupo de pesquisa, diversas dissertações e teses foram e são construídas, com vistas a explicar o funcionamento sociossemiótico do discurso político, com diferentes focos em termos de produção, distribuição e consumo textuais. A dissertação de Callegaro (2015) analisou o marcador negativo **não** em discursos do ex-presidente Lula, a partir da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) e da Gramática Sistêmico-Funcional (GSF) (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004) e do Sistema de Avaliatividade (MARTIN; WHITE, 2005) e concluiu que a negação usada por Lula era capaz de construir fortes laços de solidariedade, além de fazer que sua audiência acreditasse nas constantes críticas, na forma de orações negativas, a governos anteriores. Bochet (2015), com enfoque no fenômeno de modalidade da língua portuguesa, analisou o gênero acórdão sobre meio ambiente em sessões parlamentares. Cabral (2007), a partir do Sistema de Avaliatividade (MARTIN; WHITE, 2005), examinou colunas de opinião escritas por Larry Rohter, em textos nos quais o colunista criticava o hábito de beber do ex-presidente Lula.

Nunes (2013), também no âmbito midiático, investigou itens léxico-gramaticais de potencial avaliativo, acerca do desempenho da ex-presidente Dilma Rousseff em editoriais publicados pela Folha de São Paulo. Rodrigues (2013) compôs um objeto de análise constituído de colunas opinativas da jornalista Eliane Cantanhede para delinear a assinatura valorativa da mesma. Já De Souza (2011) analisou, extensivamente, o discurso político epistolar do Padre Cícero, produzido durante o processo de independência de Juazeiro, explicitando relações de poder, hegemônicas e ideológicas.

Enfatizamos, também, a revista Letras nº 56, denominada “Análise do Discurso Político: questões de teoria e prática” que reúne artigos acadêmicos que se utilizam da interface entre a análise do discurso político e a LSF a fim de perceber o funcionamento de tal discurso a partir de perspectivas sociossemióticas, sob organização da professora Sara Regina Scotta Cabral, Anderson Alves de Souza e Vilmar Ferreira de Souza.

Do interesse pela análise do discurso político brasileiro pelo viés sociossemiótico da LSF, nosso trabalho, também, é inserido na seara de textos na qual discursos políticos são produzidos, distribuídos e consumidos. Ressaltamos que o motivo que nos dirigiu ao interesse pelo estudo da negação começou com Callegaro (2015), quando o autor, ao processar os discursos do ex-presidente Lula na ferramenta computacional *WordSmith Tools* (SCOTT, 2006), observou que o ex-político recorreu diversas vezes ao marcador negativo **não**: dos 107 discursos analisados, o marcador foi o primeiro item léxico-gramatical mais utilizado, num total de 3098 ocorrências. Em análises detalhadas, com base em Halliday e Matthiessen (2004), Martin e White (2005), Pagano (1994) e Tottie (1987), o autor percebeu que, dependendo do entorno léxico-gramatical do **não**, o item adquire funções gramaticais distintas, não se limitando apenas a um mero traço negativo na polaridade da oração. Além da negação semântica, o **não** tornava-se parte da construção de laços de solidariedade para com o público, ao incitar críticas a governos anteriores, negando, diversas vezes, ações políticas, aproximando eleitores no intuito de convencê-los sobre novas propostas de planejamento para o Brasil. Outra pesquisa sobre negação com base na LSF, também discorre sobre o uso da negação em discursos políticos. Durán (2018), realizou um estudo quantitativo sobre o padrão de uso da negação e intersecções com outros sistemas léxico-gramaticais no discurso político. O *corpus* é composto de quarenta e cinco (45) discursos inaugurais de ex-presidentes

norte-americanos, num total de 122.848 palavras. Segundo o autor, o uso da negação em tais discursos serve para representá-los como homens de ação. Portanto, deslegitimam oponentes através de sistemas léxico-gramaticais polarizados negativamente e constroem uma linha de ação em contraste com políticas anteriores.

Para provarmos as muitas facetas gramaticais e retórico-argumentativas da negação, fizemos uma vasta busca por referências bibliográficas que contemplassem uma multianálise do fenômeno em questão. Assim, na introdução de “Uma História Natural da Negação”, Horn (2001, p. 13) introduz a revisão histórica dos estudos de negação afirmando: “Todos os sistemas de comunicação humana contêm uma representação de negação”¹. Isto é, línguas, reconhecidamente descritas, possuem mecanismos, tanto na forma verbal quanto não verbal, de expressar sentidos negativos, de “atribuir valor verdadeiro, mentir, ironizar ou corroborar com declarações falsas ou contraditórias”.

Tal característica sobre a natureza da comunicação humana é uma prova da larga existência virtual da linguagem no que concerne a seu poder de representação e, conseqüentemente, distingue-nos de outros animais, estes possuindo apenas mecanismos puramente análogos de comunicação. Se somos os animais que falamos, somos, de fato, os animais que negamos, pois como acrescenta Horn (2001, p. 13), baseado em Spinoza e Hegel, “qualquer determinação linguística direta ou indiretamente envolve a negação”.

A indagação sobre a natureza e o funcionamento do fenômeno de negação na linguagem perpassa por vários especialistas do conhecimento, como linguistas, lógicos, metafísicos e filósofos da linguagem, desde Aristóteles e Platão, até pesquisas atuais. Contudo, indaga Horn (2001), mesmo com a simples lógica proposicional, como **p é verdade se e somente se p não for**, e com as leis de inferência, como no dialogismo bakhtiniano ou na pressuposição semântica, de que o fenômeno da negação participa, as expressões de forma e de uso da negação são extremamente complexas e não transparentes. Na lógica, como no exemplo anterior, a simetria absoluta é medida pela proposição afirmativa e pela sua contraparte negativa; ao adentrarmos no âmbito de uso

¹ Todas as traduções são de nossa responsabilidade.

real da linguagem, tal simetria não é refletida e não cabe, em termos analíticos, pelos princípios formulaicos da lógica.

O fenômeno de negação “ocupa a encruzilhada de desenvolvimentos em teoria linguística, psicolinguística, filosofia da linguagem e da mente e da história das ideias” (2001, 1989, p. 14). Semanticistas e pragmáticos apontam para a suma importância do estudo da negação, não somente pela sua única posição nos estudos de lógica, mas também, pela sistemática interação entre outros operadores lógicos, como quantificadores e modais, e a presença em incorporações lexicais para formação de palavras, como prefixos, contrações (como em língua inglesa) e verbos cuja semântica é parcialmente negativa.

A partir desses motivos e, também, com início em Callegaro (2015), almejamos expandir o objeto de análise e estender o número de discursos políticos que possivelmente poderiam apresentar outras funções gramaticais do **não**. Com o auxílio do *Sketch Engine* (KILGARRIFF et al, 2014), construímos um objeto de análise composto de cem (100) discursos políticos, cinquenta discursos (50) do regime civil-militar, entre os anos de 1964 e 1985, e cinquenta (50) discursos pós-regime militar, entre os anos de 1985 e 2003. Escolhemos os cinco (5) primeiros e cinco (5) últimos discursos de cada mandato, pois objetivamos, também, construir um estudo comparativo entre ambas eras da história política do Brasil. Chamaremos, nesta tese, discursos políticos de ex-presidente militares e ex-presidentes civis. Estes são assim denominados, a partir de Sarney, em 1985, pois, as abordagens ao contexto histórico-cultural que utilizamos para discorrer sobre a história da política brasileira reconhecem que o processo de redemocratização ocorreu quando os Atos Institucionais começaram a ser revogados e a representação militar no Poder Executivo diminuíra.

O resultado mostrou-nos uma discrepância significativa no uso do Adjunto negativo **não** nos grupos de textos selecionados, representados no Quadro 1.

Quadro 1- *Corpus*

Ex-presidentes	Ano dos discursos: cinco primeiros e cinco últimos	Frequência de uso do não
Militares		

Castello Branco	1964 e 1967	97
Costa e Silva	1967 e 1969	105
Médici	1969 e 1973	124
Geisel	1974 e 1979	88
Figueiredo	1979 e 1984	73
Civis		
Sarney	1985 e 1990	89
Collor	1990 e 1991	147
Itamar Franco	1992 e 1994	69
Fernando Henrique Cardoso	1995 e 2002	346
Luíz Inácio Lula da Silva	2003 e 2010	399

Fonte: (Elaborado pelo autor).

Dos resultados, observamos uma significativa diferença na frequência de uso do Adjunto negativo **não** entre o grupo de discursos políticos de ex-Presidente militares em relação aos textos de discursos políticos pós-1985. Do *corpus*, então, surgem dois problemas de pesquisa: por que há ex-presidentes civis recorrem mais ao Adjunto **não** que ex-presidentes militares? As funções do uso desse marcador negativo são similares ou distantes em cada conjunto de discursos? Para solucionar os problemas de pesquisa, estabelecemos o seguinte objetivo geral: **explorar o caráter léxico-gramatical e semântico avaliativo-discursivo do Adjunto negativo “não” em textos do discurso político de língua portuguesa brasileira.**

Para que consigamos alcançar o objetivo geral, propomos os seguintes objetivos específicos: (i) descrever o contexto de cultura e de situação do *corpus* coletado e organizado; (ii) identificar as ocorrências do **não** e categorizá-las a partir da Linguística Sistêmico-Funcional e teorias e abordagens afins; (iii) interpretar o uso qualitativo e quantitativo do **não** e (iv) produzir a análise total dos dados obtidos, com vistas a exploração das funções gramaticais do Adjunto negativo **não** e os respectivos contextos de situação e, também, análise comparativa entre os grupos de textos, quais sejam, discursos políticos militares e de ex-Presidentes pós ano de 1985.

Para que consigamos concretizar os objetivos específicos, elencamos teorias sobre discurso político, teorias linguístico-gramaticais e abordagens metodológicas que compreendem o fenômeno de negação na seara de textos políticos e em diversos ambientes léxico-gramaticais. Dessa forma, trazemos o conceito de discursos político de

Wodak (2001, 2008, 2009, 2012) na perspectiva da Abordagem Histórico-Discursiva (AHD), que tem como base a Análise Crítica do Discurso, de Fairclough (1995), e proporciona categorias de análise para inquirir a natureza da política em uso, além dos mecanismos retórico-argumentativos constantemente utilizados por agentes políticos.

Buscamos em Halliday (1994) e Halliday e Matthiessen (2004, 2014) o suporte linguístico-descritivo GSF, com vistas a explicar a negação, pelos autores chamada de Sistema de Polaridade, na realização de Adjunto negativo **não**, as possíveis escolhas léxico-gramaticais que produzem diferentes sentidos em distintos contextos de situação. De abordagem sistêmica, a GSF é capaz de oferecer ferramentas de descrição linguística, embasadas no uso real da língua.

Além da GSF, buscamos, também, em Martin e White (2005), no Sistema de Avaliatividade, categorias semântico-interpretativas que podem dar conta dos diversos potenciais significados avaliativos do uso da negação, ao mesmo tempo que tratam sobre seu caráter retórico-argumentativo, desde os efeitos dialógicos do marcador negativo até a natureza da relação entre falante/escritor e ouvinte/leitor. A título de complementação, trouxemos Givón (1993, 2001), linguista funcionalista, que possui vasto estudo sobre a negação, do seu caráter sintático e pragmático comunicativo, com grande detalhamento acerca dos processos de pressuposição e de expectativa os quais são elaborados pelo uso da negação em contextos de situação. Para melhor entendermos os significados interpessoais do fenômeno, recorreremos a Tottie (1987) e Pagano (1994) no intuito de compreendermos os limites da negação e funções pragmáticas que possuem quando usadas em textos. Pagano (1994) ainda contribuiu para diferenciarmos negações de caráter proposicional e o uso do Adjunto **não** apenas como rejeição a respostas.

Gouveia (2010) é utilizado para que consigamos entender as particularidades da língua portuguesa. Gouveia (2010) contribui no entendimento da realização léxico-gramatical de significados interpessoais da língua brasileira, que é significativamente distinto da forma como tais significados são realizados em língua inglesa.

No que diz respeito à aos procedimentos metodológicos, adotamos a pesquisa qualiquantitativa. Em termos da pesquisa quantitativa, optamos pela orientação metodológica da Linguística de *Corpus*, explanada por Berber-Sardinha (2000), Kennedy (1998), Hoey (1983, 1991) e Sinclair (1991). Tal abordagem disponibiliza critérios de

seleção e organização de um *corpus* (conjunto de texto) representativo de registro de um tipo de texto. Além disso, com o uso da ferramenta computacional *Sketch Engine* (KILGARRIFF et al, 2014), a análise de um grande *corpus* foi possível, pois tal *software* oferece aplicativos que desvelam detalhes estatístico-textuais sobre os textos selecionados e organizados, como o número total de palavras, repetidas ou não, agrupamentos de palavras frequentes nos textos, produção de listas que contêm o item léxico-gramatical a ser analisado e quais outros itens modificam e são modificados.

A partir do conjunto de teorias e métodos elencados, estruturamos a presente tese em cinco capítulos. A segunda seção, intitulada “O Discurso Político”, versa sobre as posições conceituais no diz que respeito ao próprio discurso político: conceitos como discurso, política e abrangência do discurso político são explorados no intuito de perceber o funcionamento linguístico-contextual. Nessa seção, também, apresentamos uma proposta tripartite do registro do discurso político, criada por Bochet et al (2018), a partir de pesquisas na área da política.

A terceira seção, “Linguística Sistêmico-Funcional: princípios e aplicações”, remonta conceitos de texto, contexto e linguagem na perspectiva de Halliday (1994) e Halliday e Matthiessen (2004, 2014), contemplando as dimensões da linguagem, suas funções e a relação intrínseca entre linguagem e macro e microcontextos. Ainda nessa seção, aprofundamos a função que rege a troca de significados entre indivíduos, a metafunção interpessoal, explorando suas realizações léxico-gramaticais, as particularidades da metafunção em língua portuguesa e o Sistema de Avaliatividade (MARTIN; WHITE, 2005), para dar conta dos recursos interpessoais vistos a partir do estrato da semântica do discurso.

A quarta seção, “Polaridade e Engajamento”, é um conjunto de teorias linguísticas que abordam a negação a partir dos pressupostos da LSF (HALLIDAY, 1994; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, 2014) e teorias que se assemelham à LSF, a partir da consideração da análise da linguagem em contextos reais de uso, isto é, a produção de significados enquadrados por contextos.

Na quinta seção, a “Procedimentos metodológicos”, descrevemos i) o contexto da pesquisa, ao apresentar rápidas considerações acerca da natureza do nosso *corpus*; ii) a pesquisa em si, ao localizar o tipo de pesquisa que adotamos para análise do objeto de

estudo, explicitando nosso universo de análise e os critérios utilizados na seleção do próprio *corpus*; iii) o design de análise que construímos para chegarmos ao objetivo proposto, iniciando pela forma de organização dos arquivos dos textos políticos, seleção do Adjunto negativo **não**, categorias de análise e interpretação semântico-discursiva.

Na sexta seção, apresentamos a análise para o alcance do objetivo principal. Com a primeira versão, construímos a descrição do contexto político-institucional da história da política brasileira, partindo do início do regime militar até o processo de redemocratização. Logo, descrevemos a análise estatístico textual dos nossos *corpora*, para então mostrar a análise do **não** em cada *corpus*. Por último, realizamos conclusões dos dados da análise em nível léxico-gramatical e semântico-discursivo, a partir de um estudo comparativo entre os *corpora*.

2 LINGUAGEM, CONTEXTO E POLÍTICA

O arcabouço teórico-gramatical que selecionamos para iniciar as discussões sobre linguagem é o da LSF (HALLIDAY, 1994; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014) e seu instrumento de descrição textual, técnica e metalinguística, a Gramática Sistemico-Funcional (GOUVEIA, 2010). A escolha desse suporte epistemológico parte da razão de que os princípios e as orientações de análise que regem a LSF são de ordem semântico-contextual, na busca entre relações que são construídas reciprocamente entre escolhas léxico-gramaticais e os contextos que as rodeiam, tanto em perspectivas micro como macrosociais.

Em seus primórdios, a LSF nasceu das pesquisas do professor M. A. K. Halliday, influenciado pelo seu orientador o professor inglês J. R. Firth, cujo trabalho, presente desde a década de 20 até o final da década de 50 do século XX, marcou um deslocamento na orientação descritivo-analítica das ciências da linguagem. Na época citada, as pesquisas de natureza sintática, como o trabalho do professor norte-americano Bloomfield, Firth se interessava pela relação entre a produção de significados e contexto, critérios que deveriam ser centrais em questões linguísticas. Ademais, os trabalhos do professor inglês também eram centrados na história da linguística, principalmente dentro do território britânico, e na descrição fonológica, tanto da língua inglesa quanto de línguas indianas e do sul da Ásia (HONEYBONE, 2005).

Ao longo de sua carreira, indagado pela correlação entre linguagem e sua capacidade de realizar sentidos e os contextos nos quais as pessoas os produzem, interpretam e agem verbal e não verbalmente, professor Halliday publicou diversos livros, desde cedo concretizando o projeto da LSF. Livros como *Language, Context and Text: Aspects of Language in a Social-Semiotic Perspective*, com primeira publicação em 1985 e segunda em 1989, juntamente com a professora Ruqaiya Hasan, e o livro *Language as Social Semiotics* (1978), demonstram a possibilidade de uma abordagem sociofuncional da linguística, através de técnicas que percebem a produção de sentidos sendo analisados em situações reais de comunicação.

Assim, em 1994, outrora publicando artigos e livros que deram início aos diversos conceitos e técnicas de análise textual, professor Halliday lança a segunda introdução à

GSF, sob o título de *An Introduction to Functional Grammar*, livro-marco que inicia, de forma mais concreta e consistente, o aparato teórico e descritivo de estudos da linguagem pelo viés sociossemiótico, funcional e sistêmico. A partir dessas datas, outras pesquisas foram publicadas, com o objetivo de desenvolver a abordagem semiótica da linguagem, como duas edições do *An Introduction to Functional Grammar* publicados em 2004 e 2014, respectivamente, juntamente com o professor M. I. M. Matthiessen.

Na próxima seção, exploramos conceitos centrais da LSF e da GSF, como a influência da antropologia funcional para o enquadramento contextual, texto como produto e processo de escolhas léxico-gramaticais, linguagem como fonte de produção de significados e gramática como representação virtual do fraseamento, da codificação do pensamento em texto através de escolhas nos diversos sistemas que cada língua oferece.

2.1 LINGUAGEM, TEXTO E CONTEXTO

Antes de adentrarmos nos conceitos, é necessário que tracemos a influência da antropologia funcional no aparato de descrição linguística da GSF. Halliday (1985, 1989) recorre ao antropólogo Malinowski (1923, 1935) para auxiliá-lo na função da linguagem dentro de uma sociedade. O sistemicista faz um empréstimo teórico da pesquisa do antropólogo, que fora um dos primeiros a utilizar o método funcional de análise e de descrição de uma sociedade, reação ao paradigma darwiniano que imperava tanto em ciências humanas como em sociais. O empréstimo diz respeito à interface entre linguagem e contexto: há, no entorno do uso da linguagem, dois tipos de contextos, que são imbricados, modificando e sendo modificados pela linguagem, o contexto de situação e o contexto de cultura.

Este método funcional, também chamado de teleológico, que é a tentativa de explicar a função de um elemento em relação ao outro, fez com que o antropólogo também estudasse a linguagem e sua estrutura, pois a ela atribuía a importância de ser um modo de ação e não apenas a contraparte do pensamento. Como parte da perspectiva de seu estudo, Malinowski (1923, 1935) acreditava que cada fato social, cada

ritual, cada parte que constitui uma sociedade, existe para satisfazer as necessidades humanas e, conseqüentemente, possui uma função em relação às demais.

O antropólogo (1923, 1935) estudou o funcionamento social dos habitantes de um grupo de ilhas chamadas Ilhas Trobriand, localizadas no Pacífico Sul, cuja língua era o Kiriwinian. Os habitantes viviam principalmente através de atividades de jardinagem e pescaria. O antropólogo logo conseguira decifrar a língua e escreveu textos em Kiriwinian. Porém, para fins de distribuição, Malinowski (1923, 1935) não sabia como interpretar e expor as ideias para os leitores nativos de língua inglesa, pois a diferença entre a cultura ocidental e a dos trobrinianos era completamente diferente. Na tentativa de transportar tanto a língua como a cultura, o estudioso tentou a tradução livre, porém, ainda assim, os textos não conseguiam expor a língua e nem a cultura. Também, tentou a tradução literal, com o minucioso trabalho de traduzir palavra por palavra; o resultado foi desastroso, pois os textos ficaram ininteligíveis para falantes de língua inglesa.

Malinowski (1923, 1935), então, utilizou a técnica de extenso comentário: nos textos que produzira com os habitantes nativos das Ilhas Trobriand, o antropólogo teceu comentários acerca desses nativos, incluindo tanto o texto quanto o ambiente que o cercava. Para esses ambientes, ele precisava de um termo que abarcasse os acontecimentos ao redor do uso da língua Kiriwinian, porém, a palavra contexto, na década de 20, em língua inglesa, significava con-texto: as palavras e orações que vinham antes e depois de uma oração em particular. O antropólogo funcionalista, em 1923, cunhou o termo contexto de situação, cujo funcionamento considera tanto o ambiente verbal como o não verbal.

Para chegar a essa conclusão, da interface entre o contexto de situação e uso de linguagem, por exemplo, Malinowski (1923, 1935) estudou a linguagem usada nas expedições de pescaria dos nativos trobrinianos. Para tal atividade, eles precisavam usar canoas, atracadas no litoral em uma lagoa e navegar em direção ao mar. Porém, na volta, eles se deparavam com corais que poderiam danificar as canoas; para resolver tal problema, tanto aqueles que ficavam na costa como aqueles em canoas permaneciam em constante comunicação, através de gritos para qual direção navegar. Desta experiência, o antropólogo percebeu o caráter essencialmente pragmático da linguagem das ilhas do Pacífico Sul. O uso real do Kiriwinian mostrou ao estudioso que era

impossível descrever e interpretar a língua sem saber o que estava acontecendo ou por quem ela estava sendo usada e para quais razões.

Não somente o contexto de situação era o bastante para o entendimento sócio-funcional dos habitantes das Ilhas Trobriand. À parte da situação imediata de uso da linguagem, como todas as práticas de interação comunicacionais entre os nativos, era necessário, também, para uma descrição apropriada para seu estudo, um contexto cuja existência fosse constituída de toda a história cultural subjacente aos trobrinianos, subjacente em cada prática nas quais se engajavam. A esse fenômeno, de maior abrangência, Malinowski (1923, 1935) denominou de contexto de cultura.

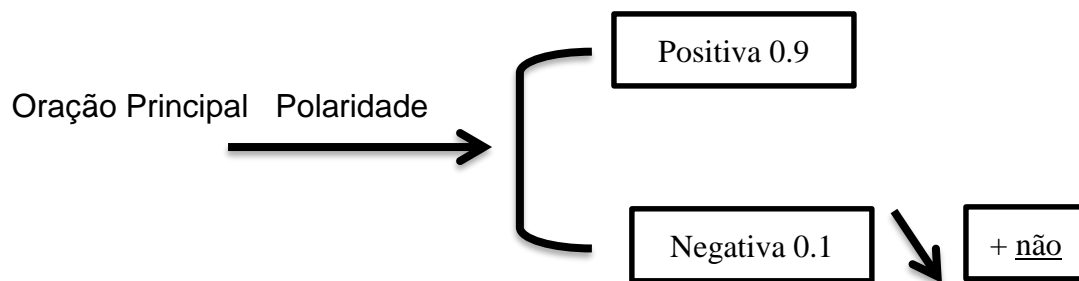
A partir dos estudos funcionais de Malinowski e dos estudos semânticos de Firth, Halliday (1989, 1994) começou a construção da GSF. O aparato teórico da GSF é denominado funcional por três motivos distintos, porém, fortemente interdependentes: pela interpretação dada ao 1) texto, ao 2) sistema e aos 3) elementos das estruturas linguísticas. Ao texto, pois este é descrito através do paradigma de uso, isto é, cada vez que escrevemos e/ou falamos, constituímos produtos sociossemióticos, através de um processo de escolhas de elementos linguísticos com os quais temos acesso pelo sistema potencial da nossa língua, e estes desenrolam-se em contextos específicos de uso. O sistemicista ainda acrescentou que a partir de uma perspectiva contextual, é possível perceber o quanto os usos de linguagem, num espectro de dezenas de milhares de gerações, moldaram o sistema, aqui entendido como o potencial de criação e/ou desaparecimento de escolhas gramaticais. Tal orientação de potenciais sociossemióticos seguiu o rumo das necessidades humanas de expressão de novos significados, caracterizando as mudanças como não arbitrárias.

A interpretação também é dada ao sistema, pois os componentes de significado que constituem aquele são fundamentalmente funcionais; os significados na forma de escolhas de palavras estão orientados pela função que exercem no contexto específico de uso. Desses potenciais significados funcionais, Halliday (1994) categorizou três principais, denominando-os de metafunções (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, 2014), por estarem no nível semântico da linguagem: a ideacional, mais tarde dividida em experiencial e lógica; a interpessoal e a textual. Na perspectiva sistêmico-funcional, a ideacional serve para que entendamos o ambiente, transformando a situação imediata a

nossa volta, composto tanto de elementos linguísticos quanto de não linguísticos, em textos. Já a interpessoal serve para que ajamos no ambiente em relação aos nossos interlocutores, permitindo que nos relacionemos com estes condicionados ao nível de relação, poder, distância social, etc. Por último, a textual serve para que os significados, materializados em palavras resultantes das escolhas ideacionais e interpessoais tenham coesão e coerência entre si, estabelecendo a progressão de informações tanto novas quanto velhas.

Linguagem, então, é um sistema sociossemiótico de escolhas interdependentes em constante interface com o contexto a sua volta: ou isto ou aquilo ou o outro. A esta dimensão como recurso, Halliday (2009) exemplifica com a Figura 1.

Figura 1- Sistema de Polaridade



Fonte: (Traduzida de Halliday, 2009, p. 66).

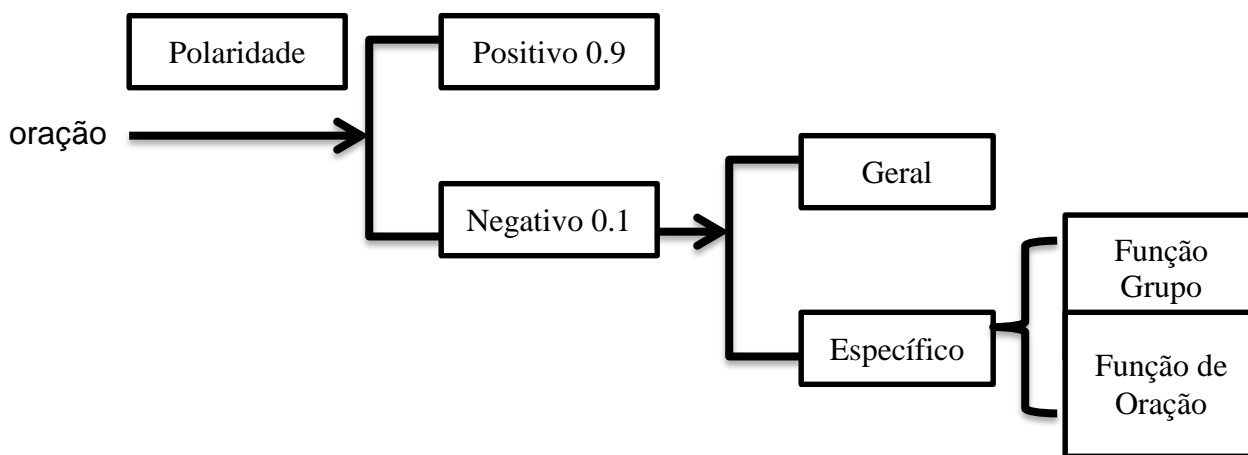
Um sistema é um conjunto de componentes gramaticais que existem dentro de uma relação de contraste com outros, num dado ambiente específico; quando em uso, um componente é escolhido a depender das condições do ambiente no qual os interlocutores se encontram. A Figura 1 representa o sistema de Polaridade, e segundo Halliday (2009) e Horn (2001), pode ser considerado um protótipo de sistema presente em todas as línguas naturais. O sistema é constituído pelos componentes positivo / negativo, sendo a barra (/) que representa o contraste da escolha (ou um ou outro). A condição de entrada é a localização de um sistema dentro de uma rede de sistemas, isto é, a “condição sobre a qual o sistema está disponível” (MATTHIESSEN; TERUYA; LAM, 2010, p. 89) e toma a forma de um componente gramatical ou um complexo dos mesmos,

a depender de quais sistemas estão e podem estar disponíveis no processo de fraseamento.

Por exemplo, na Figura 1, a condição de entrada é uma oração completa, ou seja, com presença de verbo e finitude. Logo, o interlocutor seleciona ou positivo ou negativo. A Figura 1 ainda representa outras propriedades do sistema: se positivo, há ausência de itens léxico-gramaticais negativos; se negativo, há presença do **não** ou elementos semanticamente negativos. Outra característica é a probabilidade de ocorrência do sistema, com base nas frequências de uso em um conjunto de textos (doravante, *corpus*).

O princípio que rege o sistema de escolhas é o da especificidade, representado por um *continuum* que vai desde uma escolha geral até uma mais específica, como mostra a Figura 2, traduzida e retirada de Halliday e Matthiessen (2014, p. 23).

Figura 2 - Sistema de Polaridade



Fonte: (Traduzida de Halliday e Matthiessen, 2014, p. 23).

Desde a escolha entre uma oração afirmativa ou uma oração negativa, outros níveis de especificidade tornam-se disponíveis, até o final do processo de fraseamento: o nível de especificidade corresponde ao ordenamento do sistema da esquerda para a direita, através de novas condições de entrada (relação do princípio de Níveis e do princípio paradigmático entre o que é possível ou não). Vejamos o exemplo E#1².

² Todos os exemplos, nesta tese, estão codificados com a seguinte legenda: E#n (E=exemplo, #, número do exemplo). E#1, portanto, significa Exemplo 1.

E#1	Quando a gente perde, ninguém dá um telefonema para a gente [...]
	Ninguém: Negação Específica & Entidade Participativa

Classificamos o item léxico-gramatical **ninguém** como uma negação específica; indo mais além em termos de especificidade, a partir da escolha no sistema pela negação específica, outros potenciais de significados nos são disponíveis, fazendo com que classifiquemos como entidade participativa.

Ressaltamos, como recomenda Halliday (2009), que o princípio paradigmático não opera em isolamento em relação ao contexto, pois, ao descrever a linguagem como sistema sociossemiótico, não é descrita a negação ou o negativo e, sim, o sistema de escolhas. Um exemplo dessas escolhas é visível quando selecionamos duas manchetes de mesma temática e orientação opinativa. A primeira é de autoria de Antônio Imbassahy e fora publicado no dia 21 de junho de 2016 pelo sítio da UOL, seção de editoriais de opinião; a segunda é editorial do Estado de São Paulo, publicado no dia 7 de abril de 2016; a última é de Carlos Eduardo Sell, publicado no dia 16 de abril de 2016.

E#2	Impeachment	de Dilma	renova	as esperanças do país.
-----	-------------	----------	--------	------------------------

E#3	Impeachment	é	o melhor caminho.
-----	-------------	---	-------------------

E#4	Por que	sou	a favor	do impeachment?
-----	---------	-----	---------	-----------------

As três manchetes são títulos de textos opinativos que são favoráveis ao processo de impedimento da ex-presidente Dilma Rousseff. Porém, as escolhas por palavras para expressar a opinião são diferentes. No E#2, diferente das outras, o Adjunto adnominal “de Dilma” foi escolhido; em relação aos verbos (em GSF, processos), foi escolhido “renova”, de natureza acional; em E#3 e E#4, foi escolhido um processo relacional, em diferentes conjugações pessoa verbal. Porém, em E#4, o autor não coloca o grupo nominal **impeachment** em posição primeira na oração, escolhendo o modo interrogativo,

questionamento direcionado ao próprio colunista, diferente das duas primeiras manchetes. As diferentes escolhas comprovam o sistema de potenciais significados que constituem a linguagem, condicionados ao contexto de uso: diferentes produtores de textos, trabalhando em diferentes jornais, em diferentes espaços de tempo, com relações diferentes com seus interlocutores.

Essa dimensão da linguagem, de acordo com Halliday e Matthiessen (2004, 2014) é chamada de constituência: a estrutura composicional da linguagem, ou seja, grandes unidades da linguagem que consistem de menores unidades. São três: a fonológica, em respeito ao padrão sonoro de cada língua (e suas variações); grafológica, em relação ao nível em escalas de sistemas de escrita (sentença, subsentença, palavra e letra); léxico-gramatical, em relação às funções gramaticais de cada unidade linguística numa escala de *nível*. A nós interessa a última dimensão de constituência, pela natureza transcrita o *corpus* desta tese.

Os constituintes léxico-gramaticais são divididos a partir de unidades baseadas em uma hierarquia de composição de uma língua: “unidades de um nível são compostos por outras unidades do nível abaixo” (MATTHIESSEN; TERUYA; LAM, 2010, p. 170).

Usando E#2 como exemplo, a escala de Níveis em língua portuguesa é representada da seguinte forma.

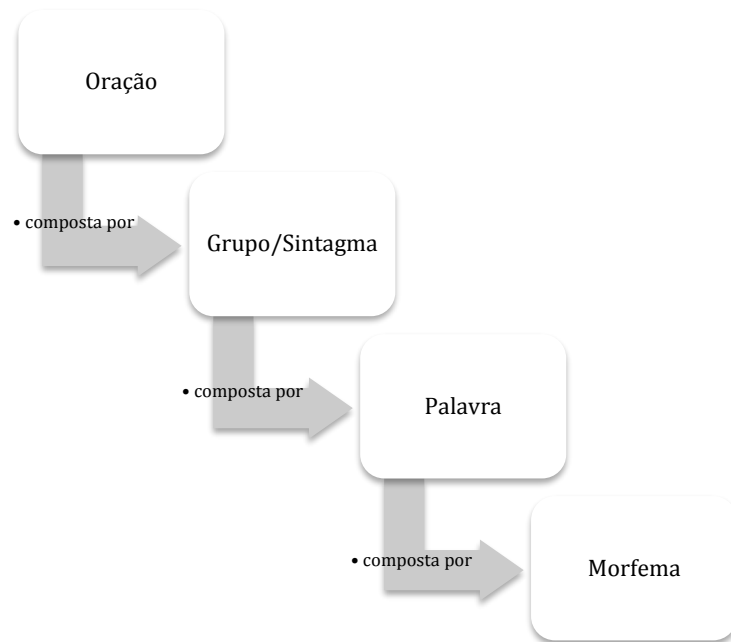
Quadro 2- Exemplo de classificação de Níveis, segundo a GSF

E#2	Impeachment	de Dilma		renova	as esperan ças	do país.	
	Oração						
	Grupo Nominal			Grupo Verbal	Grupo Nominal		
	Sintagma	Sintagma		Sintagma	Sintagma	Sintagma	
	Palavra	Palavra	Palavra	Palavra	Palavra	Palavra	Palavra

Fonte: (Elaborado pelo autor).

Halliday e Matthiessen (2014) apresentam cinco princípios da constituição léxico-gramatical. 1) O primeiro é apresentado na forma da Figura 3, que representa o funcionamento da escala de Níveis no que diz respeito à parte composicional da linguagem.

Figura 3- Princípio de Constituição – Escala de Ranque



Fonte: (Adaptada de Halliday e Matthiessen, 2014, p. 9).

2) O segundo, ainda na Figura 3, consiste de um (1) ou mais unidades do nível abaixo. Os systemicistas ainda exemplificam com a seguinte oração: “Venha!” (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 9). Em GSF, o exemplo é constituído por uma oração, constituída por um grupo, constituído por uma palavra e constituído por dois morfemas.

3) O terceiro princípio diz respeito a como as unidades em cada nível podem formar complexos: duas ou mais orações formam complexos oracionais, assim como as outras unidades também podem formar complexos sintagmáticos, complexos de grupo, complexo de palavras e até complexos de morfemas.

4) O quarto, dentro da escala, constitui a possibilidade de haver uma **troca de Níveis**: quando uma unidade de um nível é rebaixada a outro *Níveis* para funcionar na estrutura de uma unidade de seu próprio nível ou de um nível logo abaixo.

5) Por último, é possível que uma unidade esteja anexada a outra, não como constituinte, porém, de maneira a separá-la em partes individuais em termos de função. A oração é considerada unidade central na léxico-gramática, pois é nela que os significados, quais sejam, ideacionais, interpessoais e textuais, são “fraseados” numa estrutura gramatical integrada.

Para que haja uma separação simbólica dos princípios escalares de Níveis, Halliday e Matthiessen (2014, p 10) apresentam convenções nocionais para representar a constituição léxico-gramatical, conforme a Quadro 3.

Quadro 3 - Convenções nocionais para representar a constituição léxico-gramatical

	complexo oracional	[[[]]]	Complexo oracional rebaixado	<<< >>>	complexo oracional anexado
	oração	[[]]	oração rebaixada	<< >>	oração anexada
	grupo/sintagma	[]	grupo/sintagma rebaixado	< >	grupo/sintagma anexado
# [espaço]	palavra				

Fonte: (Traduzido de Halliday e Matthiessen, 2014, p. 10)

Para exemplificarmos as convenções, utilizamo-la em um fragmento discurso de Lula, retirado do sítio da Biblioteca da Presidência da República (2003), e proferido em sessão solene de posse ao Congresso Nacional, no dia primeiro de janeiro de 2003.

E#5	Teremos que manter sob controle as nossas muitas e legítimas ansiedades sociais , para que elas possam ser atendidas no ritmo adequado e no momento justo;
-----	---

Para que o significado se desenvolva em texto, esse passa pelo fenômeno de “fraseamento”, desde a interface entre a experiência e sua forma linguística a partir de cada indivíduo condicionado ao contexto de situação e de cultura, Halliday e Matthiessen (2014) afirmam que a teoria sistêmica adota uma abordagem holística do funcionamento da linguagem. Declaram que a GSF (2014, p. 20)

preocupa-se com a linguagem em seu todo, para que qualquer afirmação feita sobre um aspecto esteja sempre em referência ao todo. Ao mesmo tempo que o que está sendo dito sobre qualquer aspecto também contribui para o todo; porém, é importante reconhecer onde [o aspecto] se encaixa

Os autores justificam que a abordagem sistêmica da linguagem auxilia no entendimento da sua evolução: os sistemas não estão prontos, eles mudam e não podem ser descritos apenas como a soma de seus pares. Os sistemicistas ainda acrescentam que o velho entendimento composicional sobre a linguagem, referindo-se às perspectivas estruturalistas que não consideravam a produção de sentido em suas descrições linguísticas, deve ser substituído por pensamento sistêmico para que se consiga entender a natureza e a dinâmica do sistema semiótico como um todo.

Para tanto, Halliday e Matthiessen (2014) apresentam as dimensões da linguagem e seus princípios de ordenamento no Quadro 4. É importante ressaltar que, apesar da separação das dimensões, todas ocorrem simultaneamente quando há comunicação, num processo de interpelação constante. A divisão serve para que o analista consiga adentrar na descrição de linguagem de forma ordenada e consiga entender a interdependência de cada dimensão em relação a outra.

Quadro 4 - As dimensões (formas de ordens) na linguagem e seus princípios ordenativos

	Dimensão	Princípio	Ordens
1.	Estrutura	<i>N</i>	Oração ~ grupo/sintagma ~ palavra ~ morfema [léxico-gramática]
2.	Sistema	Especificidade	Gramática ~ léxico [léxico-gramática]
3.	Estratificação	Realização	Semântica ~ léxico-gramática ~ fonologia ~ fonética

4.	Instanciação	Instanciação	Potencial ~ subpotencial/tipo de instância ~ instância
5.	Metafunção	Metafunção	Ideacional [lógica ~ experiencial] ~ interpessoal ~ textual

Fonte: (Traduzida de Halliday e Matthiessen, 2014, p. 20).

No conjunto de conceitos que constituem a GSF, Halliday e Matthiessen (2014) conceituam a linguagem como texto e sistema, como estrutura (configuração de partes), explicada pela dimensão de escala de Níveis, e como recurso (escolhas entre alternativas), pelo princípio paradigmático (especificidade). Outras três dimensões e suas ordens, como aponta a Quadro 3, necessitam ser exploradas, para se compreender a linguagem em sua totalidade: estratificação, princípio de realização, instanciação e metafunção.

Halliday (1989) e Halliday e Matthiessen (2004, 2014), no intuito de ordenar os níveis de linguagem, propõem a estratificação da mesma, regida por um princípio de abstração. Por exemplo, a linguagem adulta possui dois modos de expressão, um sistema de som (fonética/fonologia) e um de escrita (grafologia). Já o conteúdo pode ser dividido em léxico-gramática e semântica. Os systemicistas exploram ainda mais as funções dos estratos recém citados: como usamos a linguagem para construir sentidos. A cada estrato, diferentes organizações ocorrem, regidas por diferentes sistemas, para que se chegue ao fraseamento final. A gramática de uma língua percorre tanto a si mesma (sistema) quanto ao que está fora de si própria (contexto), condicionada à situação imediata de comunicação e aos papéis sociais daqueles em situação interlocutória. Os estratos são: contexto, semântica, léxico-gramática, fonologia e fonética. O Quadro 5 apresenta uma versão mais detalhada do processo de realização:

Quadro 5- Do sistema ecossocial às ondas de som: perspectiva do falante

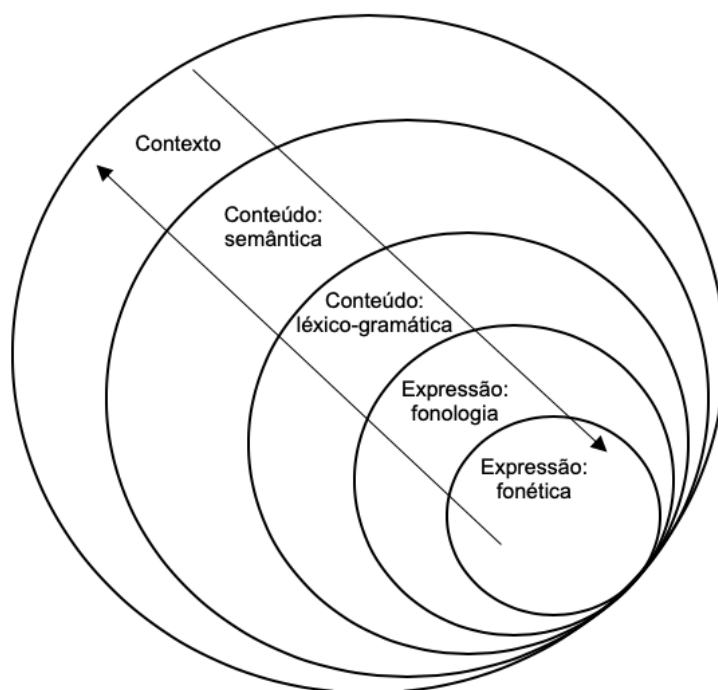
[do ambiente para] significado	Interface, via receptores	Semântica
[do significado para] fraseamento	Organização interna	Léxico-gramática

[do fraseamento para] composição	Organização interna	Fonologia
[da composição para] o som	Interface, via motores	Fonética

Fonte: (Traduzida de Halliday e Matthiessen, 2014, p. 26).

Para tanto, a Figura 4 representa os estratos da linguagem.

Figura 4 – Estratificação

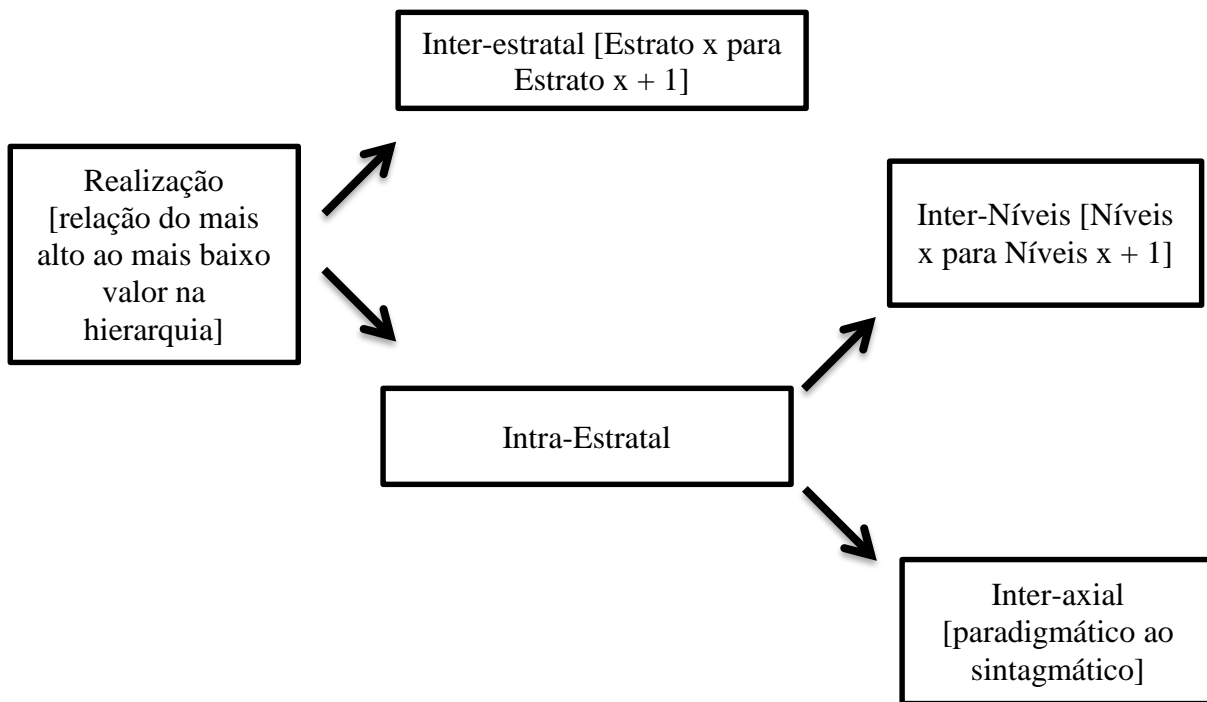


Fonte: (Adaptada e traduzida de Halliday e Matthiessen, 2014, p. 26).

Após a interface com o ambiente ecossocial (contexto), no estrato do contexto (Quadro 4) tanto situacional quanto cultural, existem outros dois processos; 1) no primeiro, experiência e relações sociais são transformadas de forma interdependente em significados, no estrato da semântica; 2) o significado organizado passa ao estrato da léxico-gramática, nível no qual o fraseamento acontece.

A relação entre os planos de conteúdo e expressão, entre os próprios estratos e dentro dos próprios estratos é chamada de realização, organizada de forma hierárquica de um nível mais abstrato até o mais concreto. A Figura 5 demonstra os tipos de realização.

Figura 5 - Tipos de realizações diferenciadas a partir da natureza da dimensão semiótica na qual a realização define a relação



Fonte: (Traduzida de Matthiessen, Teruya e Lam, 2010, p. 172).

A realização intra-estratal ocorre de duas maneiras: entre Níveis, ou seja, “entre um nível mais alto e o próximo nível mais baixo em um dado estrato”, refletindo padrões de realização segundo as próprias escalas de Níveis. Já a inter-axial é entre o eixo paradigmático e o sintagmático em um dado nível, nesta ordem hierárquica. É necessário ressaltar que a GSF posiciona o eixo paradigmático (escolha) acima do eixo sintagmático (ordem) em todos os estratos da linguagem. Isso quer dizer que o encadeamento de constituintes de uma oração se organiza de acordo com a organização das escolhas entre a rede de sistemas semióticos de uma língua.

A realização inter-estratal ocorre entre os próprios estratos, quais sejam: entre semântica e léxico-gramática, entre léxico-gramática e fonologia e entre fonologia e fonética. Por exemplo, a metafunção interpessoal, no estrato da semântica, é realizada, entre vários outros, pelo sistema de Polaridade. Este é realizado, já no plano da expressão, pelo sistema fonológico de cada língua e, seguidamente, realizado pelo sistema fonético de cada língua, novamente seguindo a hierarquia de abstração-concretude.

Do contexto de situação, dos significados com o ecossistema social e dos significados internos de cada falante, o texto é realizado no estrato da semântica, composto por movimentos interpessoais, mensagens coordenadas de acordo com os mecanismos de coesão e coerência de cada língua e as figuras que representam a forma como falantes representam as suas experiências. Consequentemente, no estrato da léxico-gramática, o texto e sua composição é constituído de uma oração, também chamada de unidade de informação por ter um status de completude frente aos significados que conseguem ser materializados. Dessa forma, a oração é composta por grupos e/ou sintagmas e, níveis abaixo, palavras e morfemas.

Para os sistemicistas, estratificar a linguagem significa considerá-la uma série de redundâncias, ou metarredundância, pois o significado, criado pela ligação entre o ambiente ecossocial até “distúrbios não randômicos no ar (ondas de som), perpassa por todos os estratos, ganhando formas diversas, porém, previsíveis até seu status de oração”. (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 25) Halliday (2003, p. 426) recorre a Lemke (1984), de quem se apropria para explicar por que os círculos que representam os estratos estão um dentro de outro: “a metarredundância é uma forma de descrever como a redundância, a relação de previsibilidade ou conexão entre duas coisas, pode ser redundante (ter conexão previsível) em relação a outra coisa”.

Para melhor explicar a metarredundância, voltemos ao sistema de Polaridade e um exemplo do *corpus*. O exemplo, retirado do sítio da Biblioteca da Presidência da República, espaço de armazenamento dos discursos presidenciais, ocorreu dia 26 de janeiro de 2003 no XXXIII Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça. Na sessão plenária “Diálogo com o Presidente”, um empreendedor de Brasília, cujo nome não foi apresentado na transcrição, dirige-se ao presente, anunciando que é um dos três

participantes brasileiros do evento, parte do *global leaders for tomorrow* (líderes globais do amanhã) e diz: “Eu acho importante o senhor partilhar com todos os presentes, os amigos, aqui, de todo o mundo, um pouco mais sobre esse novo contrato social, esse pacto social brasileiro, que está lá, agora, sob o seu comando. Obrigado.”

Resgatando apenas uma oração de sua resposta, o ex-presidente diz:

E#6	Porque o Brasil não pode continuar sendo um gigante adormecido.
-----	---

No contexto de produção dessas orações, Lula responde a uma pergunta tanto para o entrevistador quanto para os presentes no Fórum. A oração toma forma de uma justificativa, usufruindo de uma metáfora tão utilizada pelos brasileiros e por ele mesmo, como fonte retórica. Antes da própria produção da oração, os processos acima citados, de interface e organização interna, ocorrem inconscientemente. Do ambiente ecossocial, o significado que o ex-presidente quer expressar, ainda amorfo, interage com a função experiencial, em relação ao que está acontecendo, e a interpessoal, em relação à natureza das relações sociais que ali se estabeleceram e se estabelecem no estrato da semântica.

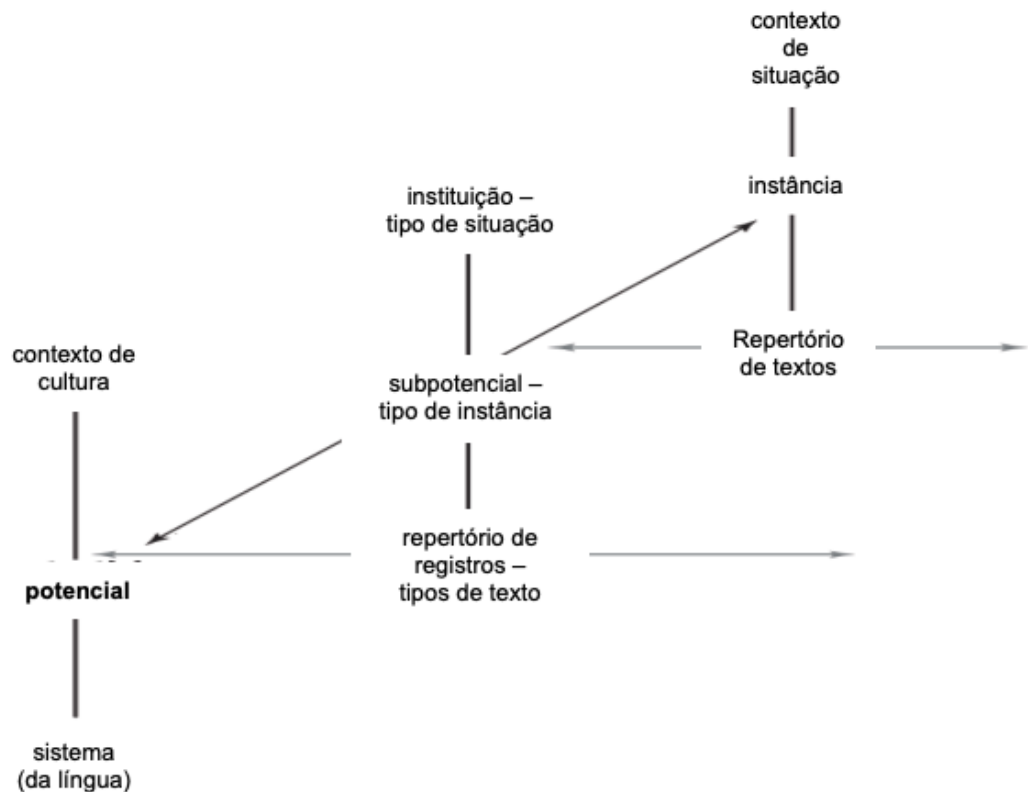
Logo, o significado passa ao estrato da léxico-gramática, onde é realizado por uma rede de sistemas próprios, como o sistema de Polaridade. O resultado desse processo é o fraseamento da intenção de Lula, materializada pela oração acima. Se separarmos as escolhas do sistema de Polaridade, é possível perceber que Lula recorreu à opção negativa generalizada. Como consequência dessas escolhas, o sistema se fecha e não há mais condições de entrada para avançar no nível de especificidade, a não ser que outra oração venha a ser enunciada. No capítulo 3, aprofundaremos as explicações linguístico-descritivas acerca da negação, seus níveis de especificidade e as relações interpessoais construídas a partir de seu uso.

A presença da metarredundância está no fato de que o significado percorreu vários estratos da língua, até alcançar o status de oração vocalmente proferida pelo ex-presidente. Isto quer dizer que cada metafunção, experiencial, interpessoal e textual, no estrato da semântica, é redundante com cada sistema de escolhas no estrato da léxico-

gramática, sistema de transitividade e sistema de modo, num processo de ser realizado por e realizar, respectivamente.

Da dimensão da estratificação, regida pelo princípio da realização, Halliday e Matthiessen (2004, 2014) ainda adicionam uma outra, para explicar a dupla face da linguagem, tanto na forma de sistema como na forma de texto, a instanciação: o sistema de uma língua é instanciado na forma de texto. Para eles, sistema é o potencial que subjaz a uma língua, na forma de recursos para se produzir significados. Ambos, sistema e texto, não são objetos diferentes: o primeiro representa os significados potenciais, ou, de acordo com os systemicistas, os significados iminentes que podem vir à vida sob as condições do contexto, e se tornam texto. A linha de instanciação (Figura 6) apresenta as duas perspectivas da linguagem, entre sistema e texto.

Figura 6 - A linha da instanciação



Fonte: (traduzido de Halliday e Matthiessen, 2014, p. 28).

Nos polos, estão o potencial (sistema) e a instância (texto) e entre os dois, padrões intermediários, que podem ser vistos tanto pela perspectiva do sistema, como subsistemas, do texto, como tipos de instâncias. Pelo polo do texto (*instance*), é possível estudar um texto, como por exemplo o discurso político parlamentar, e analisá-lo de acordo com os padrões que esse tipo compartilha com outros de mesma natureza (*repertoire of texts*), até se chegar ao tipo de texto (*text types*). O trabalho de Bochetti (2015) descreveu as atas que compunham a discussão política oficial acerca do meio ambiente, através de critérios dos estratos da léxico-gramática e da semântica, com especial atenção ao uso da modalidade, na perspectiva a GSF. Textos variam sistematicamente de acordo com as condições de contexto, ou seja, valores contextuais sempre estão imbricados com a função que exercem, a depender da natureza do próprio contexto. Já o trabalho de Callegaro (2015), também interessado no funcionamento do discurso político, analisou o sistema de Polaridade, com enfoque no uso da negação no discurso de Lula. O contraste das análises é verificado pela diferença, mesmo que mínima, na natureza dos valores contextuais: o de Bochetti (2015) diz respeito aos discursos parlamentares, produzidos em contextos específicos do fazer político de uma comunidade, ordenados por protocolos e comportamentos linguísticos próprias da prática parlamentar; o *corpus* de pesquisa de Callegaro (2015) é o discurso de Lula num contexto no qual o ex-Presidente dirigiu sua palavra a membros do Conselho Nacional dos Bispos do Brasil, orientado pelo objetivo de ganhar aprovação e apoio desse setor social, situado num contexto muito mais informal e menos protocolar em relação aos discursos parlamentares.

Já pelo polo do sistema (*potential*), o conjunto de textos com similares características léxico-gramaticais e semânticas pode ser visto como um aglomerado de registros: padrões de instanciação associados a um tipo de contexto, ou, na linha de instanciação, um tipo de situação (*situation type*). Os padrões de escolhas nos sistemas de uma língua, que dão origem aos textos, “mostram-se quantitativamente como adequações dentro do sistema de probabilidades de uma língua” (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014). Isto quer dizer que registros são configurações de probabilidades sistêmicas, sob as condições de valores contextuais e do próprio contexto de cultura de

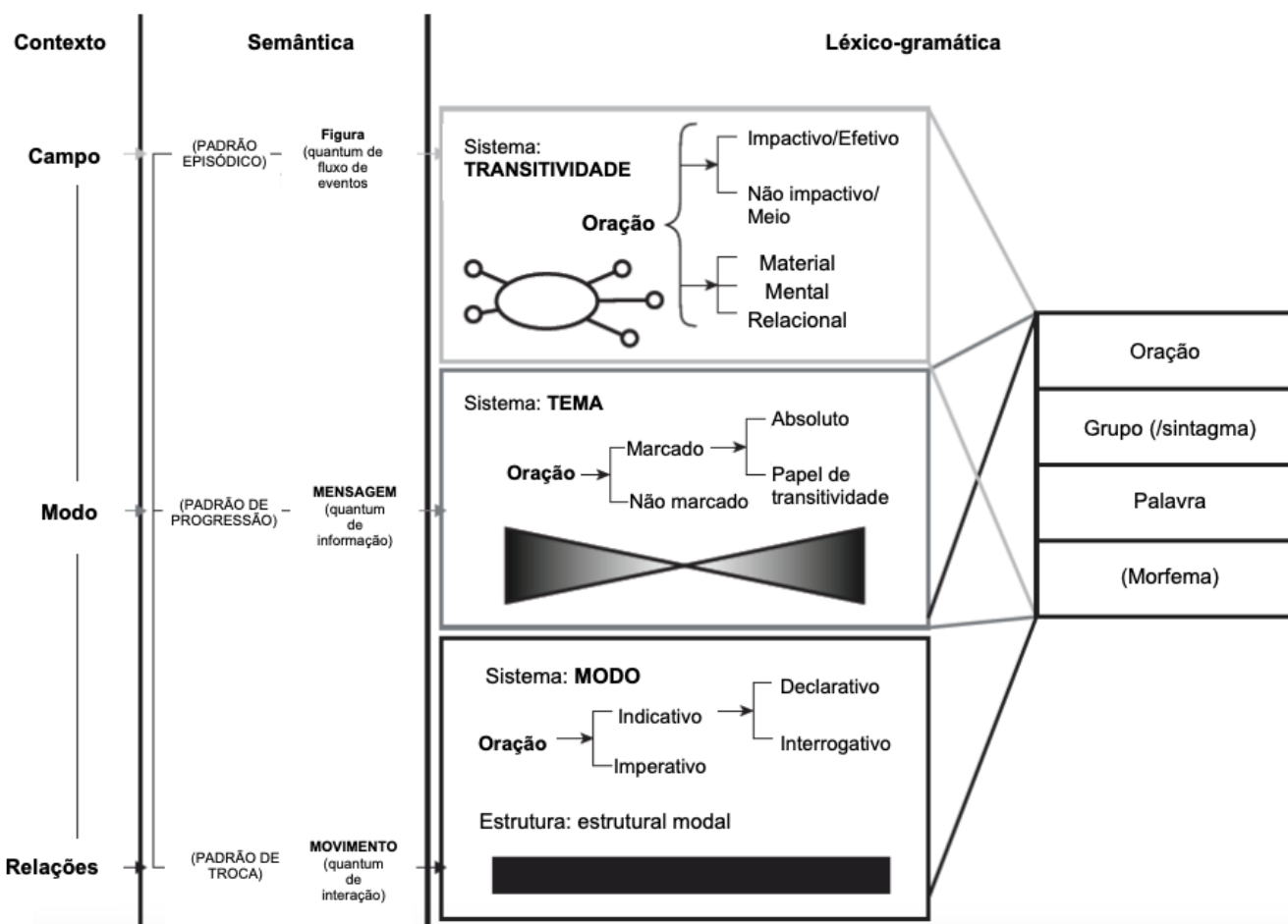
uma sociedade. Por exemplo, é muito mais provável que haja argumentação em discursos políticos do que em focos.

A LSF considera o papel do contexto como peça-chave na análise e descrição de textos de uma língua. É necessário que percebamos a totalidade da linguagem em seus diversos estratos e a relação entre contexto e texto. Como explicado anteriormente, Halliday (1994) e Halliday e Matthiessen (2014), a partir do contexto de situação de Malinowski (1923, 1935), acomodam as funções da linguagem através dos estratos que as compõem, respeitando a hierarquia de abstração-concretude e escalas de Níveis.

Os teóricos consideram contexto como um sistema semiótico de alta ordem, composto por um contexto cultural e, logo abaixo, um contexto situacional. O contexto de cultura é constituído pelas práticas semióticas que os membros de uma comunidade exercem, práticas que se originam em um espaço de significados onde vários sistemas semióticos existem, como a própria língua, juntamente com outros que a acompanham, as paralínguas, como convenções gestuais, expressões faciais, timbre, etc. Dança, arquitetura e pintura também são sistemas semióticos que são praticados numa dada cultura.

A Figura 7 representa a Figura 6, porém, com orientação da esquerda para direita. Ela reúne os estratos da linguagem e os liga com seus respectivos significados metarredundantes, desde o contexto até a léxico-gramática.

Figura 7 - As dimensões em linguagem



Fonte: (Halliday e Matthiessen, 2014, p. 21)

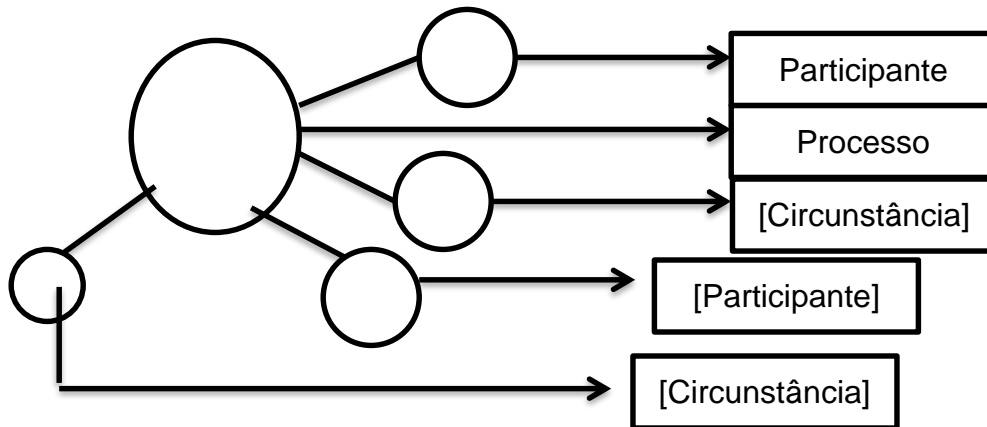
Como ponto de partida e inspirado nos estudos etnográficos de orientação funcionalista de Malinowski, Halliday e Matthiessen (2014) iniciam pelo contexto de situação, composto de três valores: campo (*field*), modo (*mode*) e relações (*tenor*). O campo diz respeito ao que está acontecendo na situação imediata de interação e se caracteriza pela natureza social e semiótica da atividade exercida. O modo é o valor do papel que a linguagem e outros sistemas semióticos exercem na situação e é a orientação do texto em relação ao campo (informativo, explanatório, etc) ou às relações (persuasivo, polêmico, etc). O valor do modo também representa o texto como monológico ou dialógico, e por qual meio, oral ou escrito, fônico ou gráfico, a linguagem

é veiculada. As relações dizem respeito aos participantes da situação: quais são seus papéis sociais, qual tipo de relação e qual o grau de familiaridade, hierarquia, poder que estabelecem entre si, dependendo da atividade social exercida no campo. A combinação desses valores determina os diferentes usos da linguagem a partir dos significados iminentes num dado tipo de situação.

Halliday (1978, 1994) e Halliday e Matthiessen (2004, 2014) afirmam que os valores contextuais interdependentes possuem uma correspondência direta com os significados iminentes posicionados no estrato da semântica: o campo ressoa com significados ideacionais, as relações com significados interpessoais e o modo com significados textuais, posicionados no estrato da semântica e denominados metafunções. A relação de realização entre contexto de situação e semântica é de natureza organizacional e funcional entre os tipos de significados correspondentes.

No estrato da semântica, considerando a linha de instanciação, os significados iminentes, vistos de um texto ou conjunto de textos, formam padrões. A metafunção ideacional é responsável por organizar os significados em termos de representação da experiência da realidade, aqui denominado de fluxo de eventos e constituída de *quantum* de mudanças. Um *quantum*, pela Física, é o mínimo de energia para que dois (ou mais) elementos interajam entre si. A busca por essa terminologia em outra área se dá pelo fato de que os elementos que interagem, em primeiro nível, numa situação de comunicação são a própria realidade (fluxo de eventos) e o sistema de uma língua. Por exemplo, voltemos aos exemplos de manchetes sobre o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff: cada jornalista interpretou tal realidade de forma que três manchetes diferentes surgiram. Halliday e Matthiessen (2014, p. 213) explicam o fenômeno: “Este fluxo de eventos é misturado em *quanta* de mudanças através da gramática da oração: cada *quantum* [oração] é modelado na forma de uma figura”. A Figura 8 representa uma figura, resultado da fusão entre experiência e gramática.

Figura 8 - Representação gráfica de uma figura do sistema de Transitividade



Fonte: (Traduzida e adaptada de Halliday e Matthiessen, 2014, p. 21).

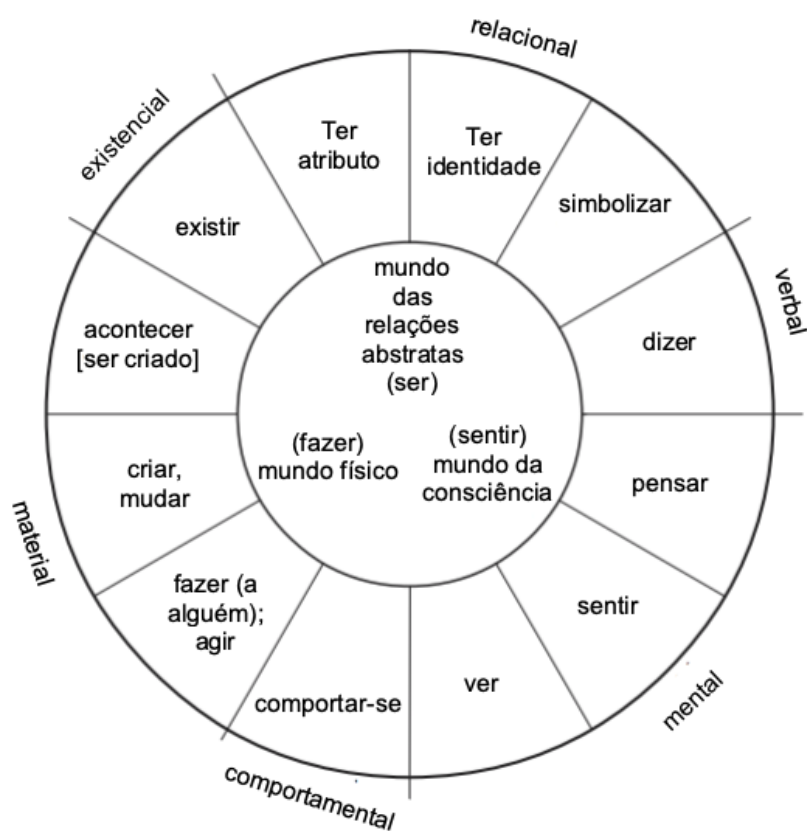
Ao representarmos o fluxo de eventos da realidade, o sistema de transitividade fornece recursos léxico-gramaticais para a produção de *quanta* de mudanças. Nesse fenômeno, nascem figuras, compostas por processos (verbos) que se desenrolam através do tempo e materializam tipos particulares dos domínios da experiência, como do acontecer, do fazer, do sentir, do dizer, do ser, do existir e do se comportar; participantes diretamente envolvidos pelo e/ou para os processos; facultativamente, circunstâncias de naturezas espaciais, temporais, causais, etc, podem estar diretamente ligadas ao processo ou não, conforme demonstra a Figura 9.

Os processos, participantes e circunstâncias que dão vida às figuras são divididos a partir de um conjunto de tipos particulares dos domínios da experiência e constituem esquemas discretos, porém, de divisão tênue, pois os limites da própria experiência não são de natureza definitiva e absoluta. A categorização parte do princípio da aprendizagem linguística de crianças, a denominada protolinguagem, por apresentar menos estratos e menor complexidade em relação à linguagem adulta. Os systemicistas afirmam que, a partir dos três ou quatro meses de idade, crianças se tornam conscientes de dois tipos de domínios de experiência: a primeira, é do mundo material, fora do indivíduo, como ações e eventos, em que pessoas agem sobre o mundo ou agem sobre outras pessoas e despertam acontecimentos; a segunda, é o próprio mundo da

consciência, da experiência da percepção, emoção e imaginação. Portanto, dois tipos de processos surgem, respectivamente: materiais e mentais.

Além dos aspectos externos e internos da experiência, Halliday e Matthiessen (2014) adicionam um terceiro processo, que representa a capacidade da linguagem de generalizar, isto é, de relacionar um fragmento da experiência com outro, numa relação taxonômica: o processo relacional. Do contato desses processos, surgem outros três tipos secundários, que indicam, experiencialmente, a mistura desses três. A Figura 9 aponta como os processos são representados e se unem para formar os tipos secundários.

Figura 9 - A gramática da experiência: tipos de processos na GSF



Fonte: (Halliday e Matthiessen, 2014, p. 216)

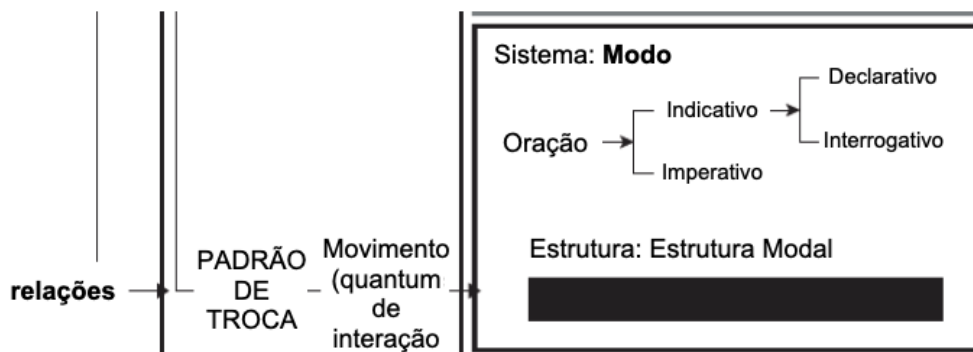
No limite entre o processos material e o mental, encontra-se o comportamental, representando as “manifestações externas dos trabalhos internos”, como as ações que partem da consciência, como *rir, chorar* e/ou manifestações de estados fisiológico, como *dormir*. Entre mental e relacional, surge o processo verbal, responsável pela “representação simbólica” advinda da consciência humana e materializadas em verbos do dizer, como *dizer, falar, afirmar*. Entre material e relacional, nasce o processo existencial, cuja função é representar a existência através de processos como *existir, acontecer, nascer* (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 215).

Fechamos esta seção, cujo objetivo foi explorar as considerações epistemológicas sobre linguagem sob a perspectiva da LSF e seu aparato linguístico-descritivo, a GSF, ao considerar contexto, texto e linguagem, nas dimensões supracitadas, juntamente com o modo de operação, unidades de nível e significação. A seguir, na seção 2.2, daremos continuidade a uma das metafunções da GSF, a Interpessoal, pois é nessas categorias semânticas que o Sistema de Polaridade, que é o interesse de nossa pesquisa, opera, em especial no Sistema de Modo. Exploramos, também, a extensão da metafunção, desenvolvida por Martin e White (2005), qual seja o Sistema de Avaliatividade, que apresenta o funcionamento da negação em âmbito da semântica do discurso.

2.2 A METAFUNÇÃO INTERPESSOAL

Nesta seção, apresentamos o aspecto interpessoal da linguagem e seu caráter de troca: do valor de contexto das relações, no estrato do contexto de situação, na forma de metafunção interpessoal no estrato da semântica e, realizado pelo sistema de Modo, na léxico-gramática. A Figura 10 apresenta a realização entre os estratos:

Figura 10 - Dimensões da linguagem (relações-metafunção-sistema)



Fonte: (Adaptada de Halliday e Matthiessen, 2014, p. 21).

Esta função organiza o significado produzido em contextos específicos como um evento interativo, constituído por falante/escritor e ouvinte/leitor, que adotam para si tipos particulares de funções de fala, ao mesmo tempo que atribuem papéis complementares a outros, realizando modos oracionais: num primeiro nível de especificidade imperativo e indicativo; em segundo, as escolhas são entre uma oração declarativa e uma interrogativa. A partir desse sistema, avançamos para os elementos que constituem o Sistema de Modo, como tipos de papéis de fala, formando proposições e propostas; a própria estrutura do Modo, como Sujeito e Finito, e sua complementação, o Resíduo; e, por último, os eixos de Modalidade, como a modalização e a modulação.

Abordaremos, também, a extensão dessa metafunção, idealizada por Martin e White (2005), o Sistema de Avaliatividade, cujo objetivo é explorar o potencial de recursos avaliativos que a linguagem proporciona e oferecer orientações metodológicas para que possamos delinear a *persona* textual que é construída através das escolhas léxico-gramaticais e, em estrato superior, semânticas, de falantes/escritores, em nível do discurso.

2.2.1 O Sistema de Modo em língua portuguesa

Seguindo a tradição sistêmico-funcional, voltamo-nos então para a metafunção interpessoal, descrevendo, em primeiro momento, o caráter interativo em nível de oração, realizado pelo sistema de Modo. Nesse tipo de significado, há constante troca de funções de fala entre interlocutores. Citando o exemplo de Halliday e Matthiessen (2014), quando fazemos uma pergunta, estamos adotando o papel daquele que deseja informação, ao mesmo tempo que estamos atribuindo a quem nos escuta o papel de provedor da informação, e vice-versa. Desse exemplo, os sistemicistas reconhecem dois papéis de fala primários: oferecer e solicitar. O ato de troca é, então, chamado de *interato*, pois desde que ofereçamos a nossa audiência (leitor/ouvinte) ou solicitemos algo dela como algum tipo de informação e/ou o cumprimento de uma ordem, tais papéis já envolvem noções complexas, pois o ato de oferecer significa convidar para receber e o ato de solicitar, convidar a oferecer (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, 2014).

Acrescentam ainda a natureza da *commodity*, as quais são dados e/ou solicitados, quais sejam informações e bens-e-serviços e os cruzam com os papéis primários de fala, resultando na Quadro 6.

Quadro 6 - Oferecendo e solicitando; informações e bens-e-serviços

	<i>Commodity</i>	
Papel de fala no momento de troca	(a) bens-e-serviços	(b) informação
(i) Oferecer	Oferta	Declaração
(ii) Solicitar	Comando	Pergunta

Fonte: (Traduzido e adaptado de Halliday e Matthiessen, 2014, p. 136).

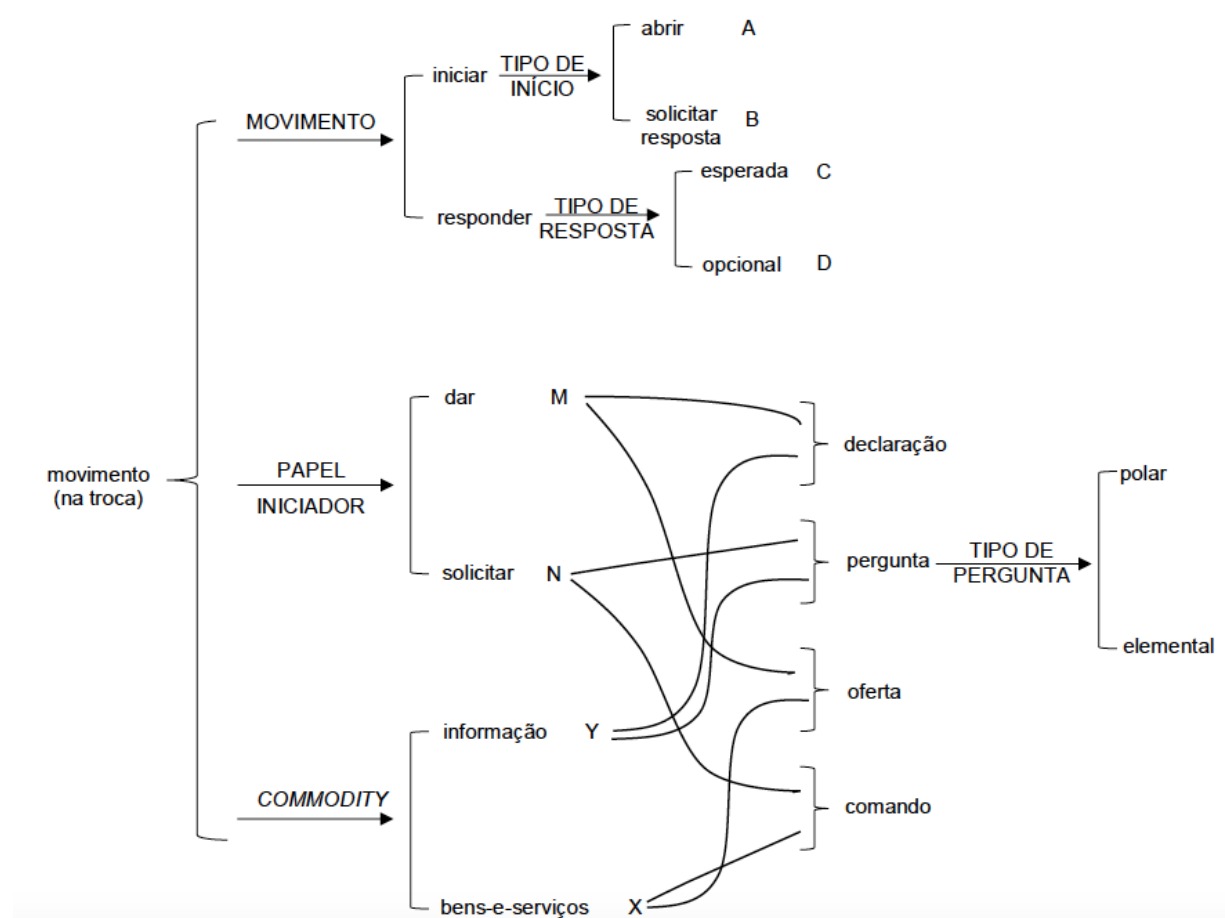
Quando, no papel de falantes/escritores, oferecemos bens-e-serviços, estamos assumindo o papel de oferta e atribuímos a nossa audiência o papel daquela que pode ou não aceitar. Nessa situação, a resposta da audiência pode tomar a forma verbal, como um agradecimento, ou estritamente não verbal, quando oferecemos um objeto e a resposta surge na forma física de recebê-lo. Quando solicitamos, estamos atribuindo a

nós o papel de comando, gramaticalmente realizado por ordens, no modo oracional imperativo. Ao oferecermos uma informação, assumimos a declaração e esperamos que a audiência para qual nossa oração é direcionada, reconheça a informação por nós veiculada. Ao solicitarmos uma informação, normalmente recorremos ao modo oracional interrogativo, demandando da audiência uma resposta.

Halliday e Matthiessen (2004, 2014) distinguem a função que a oração toma dependendo da natureza da *commodity* a ser trocada: informações e/ou bens-e-serviços. Os autores denominam proposição quando o que está sendo trocado é informação: o *quantum* de troca torna-se, realizado pela oração, algo a ser discutido (e/ou movimentado), algo a ser afirmado e/ou negado, e até mesmo posto em jogo em relação a sua veracidade. Proposições, então, em termos de modo, tomam forma de declarações e perguntas. Quando a troca é por bens-e-serviços, a oração toma forma de uma proposta, realizada por ofertas e comandos. Proposições e propostas são funções semânticas da oração, e o status léxico-gramatical é realizado através dos modos oracionais.

Recorremos às funções de fala para, novamente, ressaltarmos o papel interpessoal e dialógico do fenômeno da negação. Halliday e Matthiessen (2004, 2014) posicionam as realizações léxico-gramaticais negativas como parte integrante do sistema de Modo, denominada Polaridade. A depender da função de fala na qual o marcador negativo **não** é usado, há mudanças no estrato da semântica do discurso, pois das diferentes escolhas esperamos alcançar objetivos comunicativos específicos para com a audiência que nos lê/escuta. O sistema de Polaridade é parte do Modo e é descrito no próximo capítulo, enquanto, que neste capítulo, detemo-nos na descrição geral do Modo, para que o leitor compreenda o papel do significado interpessoal da oração e sua natureza dialógica.

Figura 11 - O sistema semântico da função de fala



Fonte: (Traduzido de Halliday e Matthiessen, 2014, p. 136).

A Figura 11 representa o sistema semântico dos papéis de fala e possibilidades de escolhas no momento do interato/troca. Três componentes ocorrem simultaneamente em um primeiro momento: movimento, papel iniciador e *commodity*. O movimento diz respeito ao papel de falante/escritor ou ouvinte/leitor, quem inicia o interato e quem responde ao que está em jogo. A primeira opção semântica é aberta, portanto, as escolhas semânticas que estão em risco são todas as descritas até agora, isto é, são realizados por qualquer modo oracional. No movimento de resposta, ou o ouvinte aceita, obedece, o que já é esperado a depender do movimento iniciador do falante, ou uma gama de possibilidades discretas lhe é aberta, com formas verbais e/ou não verbais. Através dos papéis de fala, segundo Halliday e Matthiessen (2004, 2014) há sempre uma

variável constante, que se estende apenas em uma parte da oração e é movimentada pelos interactantes: o Modo.

Ao Sistema de Modo, ressalvamos à aplicabilidade a língua portuguesa brasileira, que é diferente à língua inglesa, base da GSF. Para este fim, trazemos o estudo de Gouveia (2010), que nos oferece uma explanação do sistema de Modo sem escapar dos princípios basilares da GSF. Gouveia (2010) caracteriza o português como uma língua SVO (Sujeito, Verbo e Objeto), pois no modo oracional declarativo estruturamos a ordem em Sujeito ^ Verbo ^ Objeto. Diferentemente da língua inglesa, a estrutura SVO também se mantém quando formamos uma pergunta, porém, com entonação específica. Em termos de estrutura interna, nossa língua é derivacional quanto à formação de novas palavras através de processos morfológicos (prefixação, sufixação, parassíntese, etc) e flexional, pois o léxico da língua sofre modificações para se acomodar aos outros elementos léxico-gramaticais em nível oracional (MATTOSO CÂMARA, 1970; BECHARA, 1999). A flexão, que caracteriza nossa língua como desinencial, marca tempo e modo oracional, de acordo com os três paradigmas de flexão verbal: indicativo, subjuntivo e imperativo.

Quanto à escala de Níveis, Gouveia (2010) confere que a oração está no topo da hierarquia e exemplifica conforme a Quadro 7.

Quadro 7 - A constituição da escala de Níveis de orações em português

Clause	Voluntários	vão	vigiar	florestas	durante	o	Verão
	{ <i>Volunteers</i>	<i>will</i>	<i>survey</i>	<i>forests</i>	<i>during</i>	<i>the</i>	<i>summer</i> }
Group	Voluntários	vão	vigiar	florestas	durante	o	Verão
Word	Voluntários	vão	vigiar	florestas	durante	o	Verão
Morpheme	Voluntário	-s	...				

Fonte: (Gouveia, 2010, p. 4).

Conforme Halliday e Matthiessen (2004, 2014), ao conceituarem e localizarem o Modo em orações da língua inglesa, o critério para o descobrimento do elemento fixo em

trocas interativo-retóricas é o da *tag question*, percebida pelo movimento do Sujeito + Auxiliar, conforme os E#7 e E#8.

E#7	<i>He loves me.</i>	<i>He don't.</i>	<i>He won't.</i>	<i>He wouldnt if he could.</i>	<i>But he can't, so he don't.</i>
	Oração	Oração	Oração	Oração	Oração

E#8	<i>The duke's given away that teapot,</i>	<i>hasn't he?</i>
	<i>Oh, has he?</i>	
	<i>Yes,</i>	<i>he has</i>
	<i>No,</i>	<i>he hasn't</i>
	<i>I wish he had</i>	
	<i>He hasnt; but he will</i>	
	<i>Will he?</i>	
	<i>He might.</i>	
	Oração	<i>Tag question</i>

O Modo, então, é composto de duas partes: o Sujeito, realizado por um grupo nominal, e um operador Finito, realizado por parte de um grupo verbal. Quanto a esse, outras realizações podem ocorrer, como operadores verbais expressando tempo ou modalidade. O resto da oração não faz parte do Modo, que está no início das orações, é fixado pelos interactantes. Os sistemicistas exemplificam a categorização conforme a Figura 12.

Figura 12 - Sujeito e Finito

		Subject		
		Finite		
the duke	has	given away that teapot	hasn't	he
the duke	won't	give away that teapot	will	he
that teapot	wasn't	given away by the duke	was	it
that teapot	would	hold eight cups of tea	wouldn't	it
your aunt	'(past) gave	give' the teapot back	didn't	she

Fonte: (Halliday e Matthiessen, 2014, p. 141).

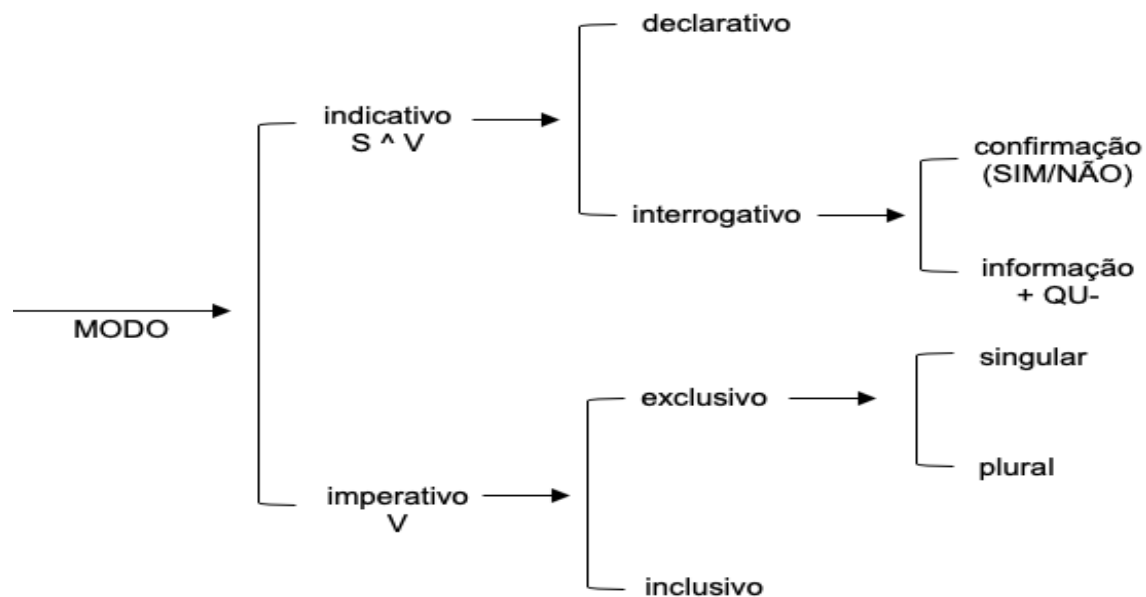
Os autores afirmam ainda que, nos tempos presente e passado, quando em voz ativa e polaridade afirmativa, o elemento Finito e o lexema verbal são “fundidos” em uma única palavra, como o verbo em:

E#9	<i>He loves</i>	<i>me</i>
E#10	<i>He gave</i>	<i>it away, didn't he?</i>
	Modo	Resíduo
	Sujeito+Finito (Fundido)	

Gouveia (2010), ao comparar a língua inglesa com a portuguesa, afirma que, em português, não há auxiliares para orações negativas ou para a formação de orações interrogativas como em inglês nem mesmo a possibilidade de aplicação da *tag question*, pois o Sujeito nem sempre é requerido em realizações do modo declarativo e/ou interrogativo. A polaridade é ou construída pela ausência de itens léxico-gramaticais negativos ou por Adjunto **não**, posto anteriormente ao grupo verbal e, em interrogativas, construído ou “apenas fonologicamente ou fonologicamente em conjunção com estratégias gramaticais (o tom, então, ou apenas distingue os modos oracionais ou auxilia em sua diferenciação) (GOUVEIA, 2010, p. 4)

Das considerações acerca da língua portuguesa, Gouveia (2010) propõe o seguinte sistema de opções de Modo em português europeu, que é aplicável ao português brasileiro com uma única restrição.

Figura 13 - Sistema de opções de Modo da língua portuguesa



Fonte: (Traduzido e adaptado de Gouveia, 2010, p. 6).

Ao avaliarmos a língua portuguesa brasileira, observamos que o plural da opção da escolha pelo imperativo é somente o informal **façam**, pois a segunda pessoa do plural **vós fazeis** não é usual em português brasileiro.

Em primeiro nível de especificidade, a escolha é entre o modo indicativo ou imperativo. Se indicativo, a ordem é Sujeito ^ Verbo e, a seguir, declarativo (marcado por tom decrescente) ou interrogativo. Se interrogativo, ou realizamos uma pergunta de confirmação (sim ou não) ou uma pergunta que solicita informações, marcada pelo uso dos pronomes interrogativos QU-, e prosódia fonológica de tom Crescente ^ Decrescente.

Quanto à marca que distingue as opções do imperativo, na ordem V ^ S, é a realização do imperativo com apenas um verbo “denotando 2ª PS [pessoa do singular]

ou 1ª PP [pessoa do plural]. Gouveia (2010) traz Caffarel (1995, 2004), em comparação com a língua francesa, afirmando que são a pessoa e o número do verbo do Predicador responsáveis pela realização do modo imperativo. Ainda no modo imperativo, Gouveia (2010) desenvolve as opções de **inclusiva** e **exclusiva**. A primeira é realizada quando a ordem é endereçada tanto para falante/escritor quanto para o ouvinte/leitor (Eu e tu/você). Na segunda opção, o endereçamento é orientado apenas para o ouvinte/escritor, atravessado pela opção singular/plural e formalidade/informalidade.

Conforme afirmamos, com base em Halliday e Matthiessen (2004, 2014), o critério para a constituição do sistema de Modo, entre Modo, (Sujeito + Operador Finito) e Predicador + o restante da oração, é a formação de *tag questions*. Porém, nas palavras de Gouveia (2010), para a realização de declarativas negativas ou interrogativas de qualquer polaridade não precisamos recorrer a verbos auxiliares; a impossibilidade da *tag question* também é explicada pela ausência de um Sujeito lexicalizado, principalmente, como o autor afirma, em negociações dialógicas: não precisamos marcar, por muitas vezes, nossas orações através de um grupo nominal ou um pronome pessoal. O Sujeito é recuperado pelo contexto, pois é alguém/algo sobre quem está se falando, ou através do contexto, na conjugação número-pessoal do verbo. Por causa de tais características, Gouveia (2010) estabelece o Sujeito em língua portuguesa muito mais com uma tendência semântica do que uma categoria formal. O autor exemplifica e faz traduções para o inglês, a primeira, de forma literal, a segunda, de acordo com o contexto da oração, a título de comparação

E#11	Durante sua curta gestão, fez provar 140 leis e decretos.
E#12	<i>During his/her short management made approve 140 laws and statutes]</i>
E#13	<i>[During his shot governance, he got approved 140 laws and statuses]</i>

Gouveia (2010) busca com os exemplos demonstrar para o público não nativo de língua inglesa, que, nos exemplos 11, 12 e 13, em LP, não precisamos recorrer a um Sujeito explicitamente lexicalizado (E#11), característica que não torna a estrutura incompleta.

Já nos E#14, E#15 e E#16, há um item lexical realizando a função de Sujeito, porém, não a tornando redundante pela realização. Adiciona Gouveia (2010) que precisamos realizar lexicamente o Sujeito quando há uma mudança no fluxo do discurso e introduzimos um novo Tema/Sujeito.

E#14	Durante a sua curta gestão, Yeltsin/ele fez aprovar 140 leis e decretos.
E#15	<i>During the his/her short management Yeltsin/he made approve 140 laws and statutes.</i>
E#16	<i>[During his short governance, Yelstin/he got approved 140 laws and statuses]</i>

Em mais dois exemplos, o autor demonstra a razão da *tag question* em LP ser inaplicável para que descubramos o Sujeito da oração.

E#17	Durante a sua curta gestão, fez aprovar 140 leis e decretos, não fez?
E#18	<i>During the his/her short management made approve 140 laws and statutes, not did.</i>
E#19	<i>[During his short governance, he got approved 140 laws and statuses, didn't he?]</i>

Nos E#17, E#18 e E#19, a *tag question*, em negrito, não revela o Sujeito da oração, mesmo que esteja ausente, porém, pode ser recuperado pela marca de número e pessoa do verbo **fez**.

Mesmo com o Sujeito lexicalizado, ainda não conseguimos recuperar o Sujeito através da *tag question*, em negrito, conforme a comparação do E#20 com o E#21 e a forma gramaticalmente apropriada do E#22.

E#20	*Durante a sua curta gestão, fez aprovar 140 leis e decretos, ele não fez?
E#21	<i>During the his/her short management made approve 140 laws and statutes, he not did.</i>

E#22	[During his short governance, he got approved 140 laws and statutes, didn't he?]
------	--

Mesmo na tentativa de forçadamente inserir uma *tag question* na opção declarativa, a oração, em LP, torna-se não gramatical (E#20). Ao oferecer uma solução a diferença da organização interpessoal pelo sistema de Modo, Gouveia (2010, p. 10) apresenta o seguinte exemplo:

E#23	<p>A: O início é junto a uns eucaliptos jovens. The beginning is close to some eucalyptus young [The beginning is close to some young eucalyptus]</p> <p>B: Sim, também tenho eucaliptos jovens. Yes also have eucalyptus young [Yes, I've got also young eucalyptus.]</p> <p>A: OK. Pronto. Depois segues em frente em direcção a uma curva e vais OK Fine Then follow in ahead in direction to a curve and go encontrar um centro de piscicultura. find a centre of fish farming [OK. Fine. Then you go straight ahead to a curve and you'll find a fish farming centre.]</p> <p>B: Centro de piscicultura, não tenho. Centre of fish farming NEG have [I haven't got a fish farming centre.]</p> <p>A: Que é que tens? What is that have [What have you got?]</p> <p>B: Aqui ao pé, tenho uma grade de ferro. A única coisa que eu tenho. Tu tens? Here close have one fence of iron The only thing that I have. You have [Around here I have got an iron fence. That's the only thing I've got? Have you got it?]</p> <p>A: Pronto. Tenho isso um bocadinho mais à frente, primeiro tenho Fine have that one little bit further ahead first have [Fine. I have got that a bit further away. First I've got o centro de piscicultura, depois tenho a grade de ferro. the centre of fish farming then have the fence of iron the fish farming centre and then the iron fence.]</p>
------	--

No exemplo 23, o autor (2010, p. 11) aponta, em negrito, sobre os falantes/ouvintes (e vice-versa) que a “negociação [...] é centrada no Predicador [...] de forma que é o Predicador que ou é repetido ou trocado durante o fluxo do diálogo, carregando consigo as características de finitude”. Gouveia (2010) afirma que a característica de finitude não é carregada pelo Finito e, sim, pelo Predicador, com base nas afirmações sobre as características sintáticas e morfológicas da língua portuguesa supracitadas. Além disso, o autor também analisa os casos de perífrase frasal, formadora de locuções verbais, como na segunda fala do indivíduo A “vais encontrar”. Nesse grupo

verbal, em terminologia sistêmica, o verbo “vais”, marcado em número e pessoa e tempo (futuro), carregar a função de finitude e o verbo “encontrar” o conteúdo lexical de todo o grupo. Nesses casos, o autor chama de Complexo Predicador, e lhe atribui características concessivas (mesmo que se pareça com o Finito): é Complexo Predicador mesmo que (GOUVEIA, 2010, p. 18)

um dos operadores verbais no complexo é marcado em pessoa, número e tempo; o operador verbal que é marcado em pessoa, número e tempo é o verbo auxiliar, não o verbo denotando o processo; é o verbo marcado em número, pessoa e tempo, isto é, o auxiliar, na maioria das vezes, porém não sempre, é repetido quando é negociação ocorre

Em sua conclusão, Gouveia (2010) apresenta as funções básicas do Modo em português (Quadro 8).

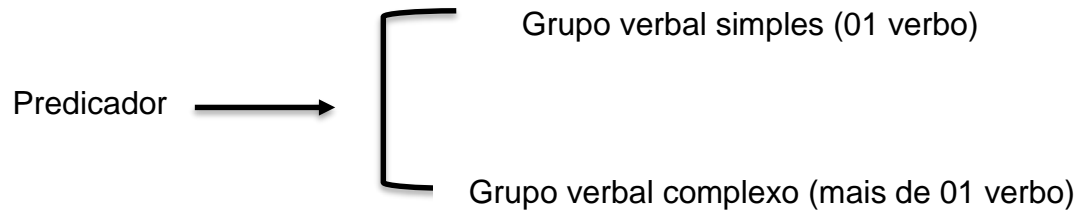
Quadro 8 - As funções básicas do Modo em português

Sujeito	Predicador	Complemento	Adjunto Circunstancial
Modo		Resíduo	

Fonte: (Traduzido de Gouveia, 2010, p. 20).

A finitude, então, é carregada pelo Predicador em língua portuguesa. Explana o autor que o elemento que se repete, o Modo, é composto de Sujeito e Predicador. Não está fundido com ou anexado em outro elemento, como em alguns casos em português, ou mesmo fundido, pois esta última característica parte do princípio de que os elementos em fusão têm existência própria. Gouveia (2010) ainda adiciona que, em termos de escala de Níveis em relação às características já descritas do Modo da língua portuguesa, de sua natureza derivacional e flexional, a finitude opera no nível do grupo e não em nível oracional. Vejamos o sistema de escolhas do Predicador, proposto pelo autor.

Figura 14 - Opções de Predicador em português



Fonte: (Traduzido de Gouveia, 2010, p. 20).

Se o Predicador é composto de um grupo verbal simples, contendo apenas um verbo, este carrega, além do significado ideacional, marcas de número, pessoa e tempo. Se é um grupo verbal complexo, como em locuções verbais, o verbo principal (GOUVEIA, 2010, p. 19)

assume a forma ou de infinitivo, ou de gerúndio ou de particípio passado e transfere sua finitude para o verbo auxiliar, cuja função é especificar aspectos de valores temporal, aspectual [aqui entendidos como Perfeito, Imperfeito e Mais-que-Perfeito, para o tempo pretérito; e do Presente e do Futuro, para o tempo futuro] e modal, além de marcar em número, pessoa e tempo.

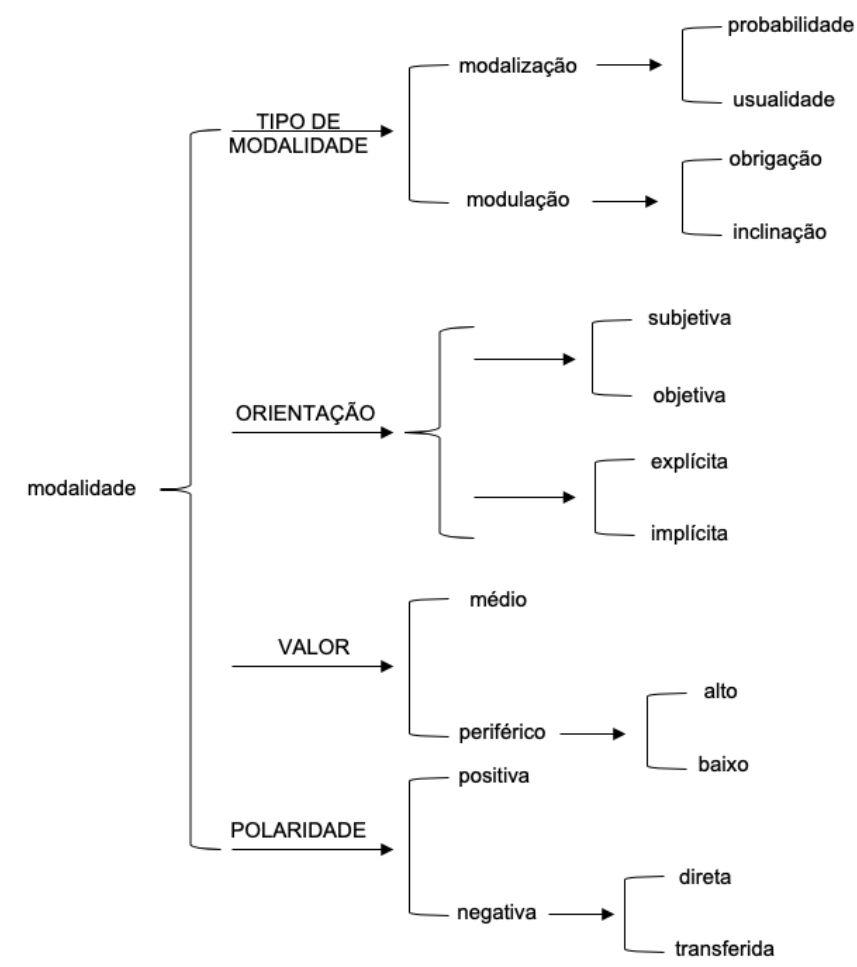
Diferentemente da língua inglesa, de natureza analítica, cuja característica de codependência de verbos auxiliares em determinados lugares sintáticos na oração motivam a operação do Modo em nível oracional, a motivação para as transformações dêiticas em língua portuguesa ocorrem em nível do grupo verbal. Em termos analíticos, Gouveia (2010) sugere que o Predicador, realizado de acordo com a Figura 15, possa ser analisado do ponto de vista de sua estrutura interna, com o objetivo de perceber quais funções estão em jogo, ou pelo verbo simplex ou pelo complexo verbal.

Outro aspecto da característica interpessoal da linguagem, que merece seção separada, pois, também, é realizada pelo Sistema de Modo e possui relação especial com a negação, é o sistema de modalidade. Na seção seguinte, explanamo-la de acordo com os princípios da GSF e dos sentidos que pode veicular.

2.2.2 O sistema de modalidade

A modalidade, para a GSF, é composta pelos graus de incerteza ou indeterminação na forma de escolhas intermediárias dentro do sistema de Polaridade: as possibilidades entre orações positivas e negativas; entre o sim e o não. O aspecto modal do sistema de Modo incide tanto em proposições como em propostas, realizando diferentes significados a partir da natureza da troca (informações ou bens-e-serviços). A rede de sistemas de Modalidade é representada pela Figura 15.

Figura 15 - Rede de sistemas de modalidade



Fonte: (Traduzida e adaptada de Halliday e Matthiessen, 2014, p. 182).

O primeiro nível de especificidade, o subsistema denominado Tipo de Modalidade diz respeito a que está sendo trocado pelos interactantes através de orações: ou informações ou bens-e-serviços. Através de proposições (troca de informações), o significado é afirmar e/ou negar, portanto, a gama de possibilidade modais incide entre “é” e “não é”. Desse eixo, dois significados são possíveis: graus de probabilidade e graus de usualidade. Suas realizações tomam forma de (1) operadores modais, (2) de um operador Finito em estado de perífrase verbal (auxiliar) e (3) por Adjuntos modais de probabilidade e usualidade respectivamente: “aquele **deve** ser John”, “Ele **vai** sentar aqui todos os dias” e “aquele **provavelmente** é John” e “John **usualmente** senta aqui”.

Com as propostas, sob o nome de propostas, cuja função semântica sobre trocas de bens-e-serviços, a polaridade incide sobre a prescrição e proibição: “faça” e “não faça”. Duas outras possibilidades são criadas, a depender da função de fala, entre comando e oferta. Se a função de fala é o comando, abre-se uma escala de obrigação; se a função de fala é oferta, uma escala de inclinação. Léxico-gramaticalmente, expressam-se através de um operador Finito modal, como em “você **deve** saber isso” (obrigação) ou através da expansão do Predicador através de um grupo verbal complexo, por exemplo, “Eu **estou ansioso** para ajudá-los” (inclinação).

Concomitante ao tipo de modalidade, o subsistema de Orientação também é parte integrante do aspecto modal da linguagem, e a partir dele, outros dois níveis de especificidade, chamados de variantes, são possíveis e concomitantes: subjetivo *versus* objetivo; e explícito *versus* implícito. O Quadro 9 demonstra a intersecção entre as variantes

Quadro 9 - Escolhas do sistema de modalidade

	Subjetivo	Objetivo
Implícito	deve	certamente
Explícito	Eu estou certo que...	É certo que...

Fonte: (Traduzido de Halliday e Matthiessen, 2014, p. 181).

Halliday e Matthiessen (2004, 2014) afirmam que “isso deve ser verdadeiro” e “isso é certamente verdadeiro” em comparação a “é certo que isso é verdadeiro” e “eu estou

certo que isso é verdadeiro” são usos que carregam significados modais diferentes. Quando o falante/escritor recorre à modalidade subjetiva, ele ou recorre ao uso do pronome em primeira pessoa (explícito), para marcar a pessoalidade em relação ao que está sendo modalizado, ou recorre ao um operador verbal modal que semanticamente carrega consigo a marca de pessoalidade (implícita). Já em relação a modalidade objetiva, duas opções são possíveis: ou recorre a um Adjunto de comentário (certamente), configurando modalidade objetiva e implícita; ou recorre a metáfora interpessoal (é certo que...), formando a modalidade objetiva e explícita.

Por último, dois subsistemas concomitantes também modificam o significado do uso da modalidade, tornando-a escalável e polarizada: valor e polaridade. Os sistemas operam através de um paradigma de indeterminância, logo, é possível estabelecê-la em três níveis, conforme a Quadro 10, cujos exemplos são do eixo da probabilidade, realizada por Adjuntos modais, Operadores Finitos ou pela combinação.

Quadro 10 - Paradigma de indeterminância

Indeterminância			
É certo	Isso deve ser verdadeiro.	Isso é certamente verdadeiro.	Isso deve certamente ser verdadeiro.
É provável	Isso pode ser verdadeiro.	Isso provavelmente é verdadeiro.	Isso, provavelmente, pode ser verdadeiro.
É possível	Isso talvez seja verdadeiro.	Isso é possivelmente verdadeiro.	Isso possivelmente pode ser verdadeiro.

Fonte: (Halliday e Matthiessen, 2014, p. 179).

Os systemicistas justificam tal formato do subsistema de valor através do contraste entre a versão polarizada, marcada pela negação, e a versão transferida, no momento em que o falante/escritor transfere o marcador negativo da proposição para o elemento que marca modalidade. A explanação da interpolação entre modalidade e polaridade é descrita no próximo capítulo, separado para o aprofundamento da negação em língua portuguesa pela perspectiva da LSF.

Saindo do estrato da léxico-gramática, na próxima seção, explanamos sobre o Sistema de Avaliatividade, proposto por Martin e White (2005). O sistema em questão é posicionado no estrato da semântica do discurso (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, 2014), servindo como abordagem metodológica para explorar e interpretar o potencial avaliativo de itens léxico-gramaticais, em nível discursivo.

2.2.3 O Sistema de Avaliatividade

Estendendo a noção de interessoalidade, proposta por Halliday (1994) e Halliday e Matthiessen (2004, 2014), Martin e White (2005, p. 1) propõe o Sistema de Avaliatividade: rede de sistemas semânticos que oferecem categorias de análise no que diz respeito à presença subjetiva de falantes/escritores quando esses “adotam posições em relação ao material que apresentam e com aqueles com os quais se comunicam”.

Os autores oferecem, na tradição sistêmico-funcional, redes de sistemas semânticos que mapeiam as diversas realizações léxico-gramaticais com potencial avaliativo: como falantes/escritores aprovam e/ou condenam, prezam ou desprezam, apreciam ou depreciam o campo, valor contextual da GSF, e todas as possibilidades de materiais concretos e/ou abstratos de diversos contextos. Ao mesmo tempo, através da Avaliatividade, é possível resgatar pistas linguísticas que invocam ouvinte/falantes, tanto físicos como putativos, e como falantes/escritores os posicionam e os convencem (ou não) de sua posição retórico-ideológica, ao mesmo tempo que constroem ouvintes/leitores ideais.

Também, é possível delinear a *persona* textual evocada pela análise total dos elementos avaliativos a que falantes/escritores recorrem, em tipos específicos de contextos de situação e de cultura. O Sistema de Avaliatividade, portanto, oferece ao linguista orientação teórico-metodológica, a partir dos pressupostos da LSF, para desvendar o potencial avaliativo da linguagem e como as escolhas léxico-gramaticais e semânticas constroem tipos específicos de “identidades autorais ou *personae*”, resultando em “alinhamentos e desalinhamentos com correspondentes físicos ou potenciais” (MARTIN; WHITE, 2005, p. 1).

Antes de adentrarmos nas categorias de análise do Sistema de Avaliatividade, necessitamos apresentar seu papel de complementariedade aos estudos sistêmico-funcionais e posicioná-la em relação à GSF, em termos de estratos de realização e abordagem metodológica. Já na Introdução, Martin e White (2005) apresentam o objetivo do Sistema de Avaliatividade: oferecer àqueles interessados em estudar a linguagem um viés semiótico e funcional, direcionado a análise de discurso, de retórica e de efeitos comunicativos. O papel da abordagem sistêmico-avaliativa é o de complementar e estender o que Halliday (1994) e Halliday e Matthiessen (2004, 2014) já estabeleceram como organização do significado interpessoal em nível léxico-gramatical.

Martin e White (2005), por trabalharem em nível discursivo, posicionam o Sistema de Avaliatividade para no estrato da semântica, com denominação de semântica do discurso, pois é nesse estrato, que contemplam o texto em sua totalidade, que os significados são organizados teleologicamente, isto é, significados em existência funcional de interdependência na veiculação de sentido, a partir de contextos específicos (de situação e de cultura). Além de posicionarem o sistema na semântica do discurso, apresentam, também, as variáveis interpessoais, que funcionam em nível do registro, conforme Figuras 16 e 17.

Figura 16 - Estratos da linguagem

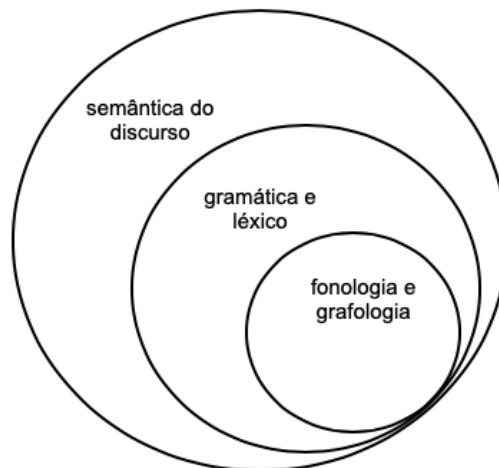
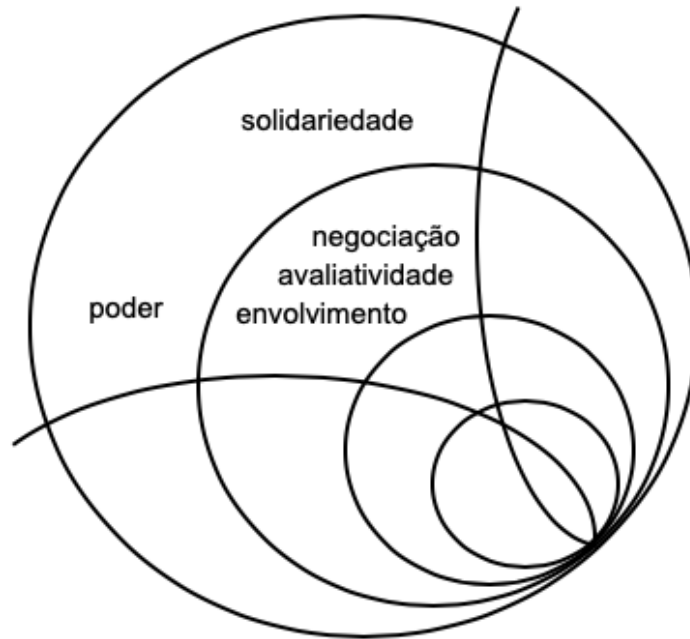


Figura 17 - Sistemas semânticos interpessoais e as variáveis do valor das relações



Fonte: (Traduzida de Martin e White, 2005, p. 34).

Além do Sistema de Avaliatividade, em nível da semântica do discurso, em consonância com a Figura 17, Martin e White (2005) complementam o funcionamento com outros dois sistemas: a Negociação e o Envolvimento, porém, dedicam-se a explicar somente as categorias semânticas da Avaliatividade. A Negociação diz respeito aos “aspectos interativos” em âmbito discursivo, como estruturas de troca de turno e funções do discurso, envolvendo as funções de fala, vistas no início deste capítulo. O Envolvimento é realizado através de “recursos não escalares” com objetivo de negociar relações interpessoais, como por exemplo, uso de gírias e/ou jargões técnicos, típicos de certos registros, para a construção de laços de solidariedades. O Quadro 11 mostra a semântica interpessoal e os três sistemas citados, tanto em nível semântico quanto léxico-gramatical e de Registro.

Quadro 11 - Semântica interpessoal em relação a léxico-gramática e fonologia

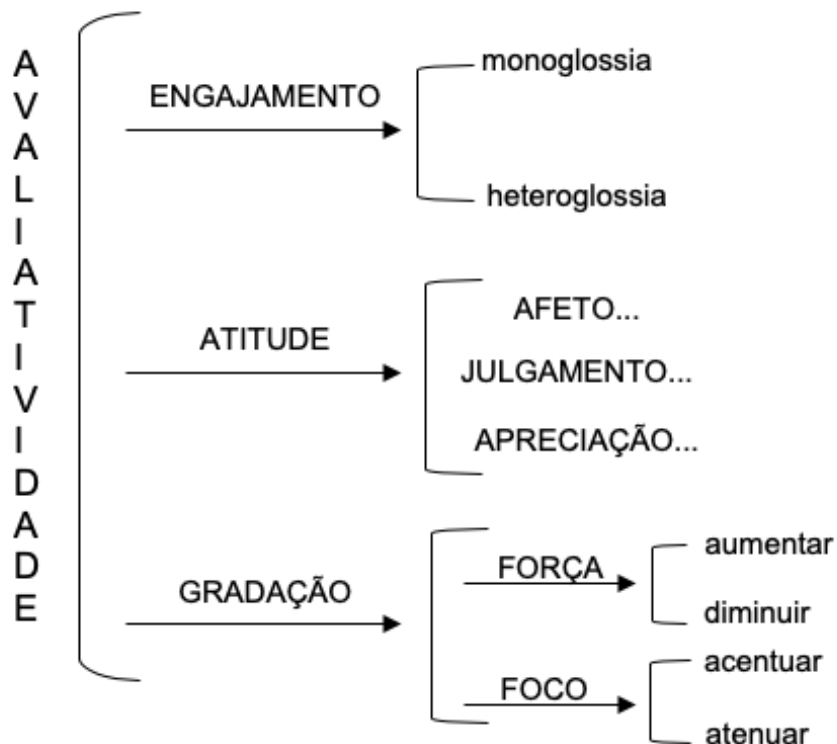
Registro	Semântica do discurso	Léxico-gramática
	Negociação	
Relações	- função de fala - troca	- modo - <i>tagging</i>
	Avaliatividade	
poder (status)	- engajamento	- léxico 'avaliativo'
	- afeto	- verbos modais
	- julgamento	- adjuntos modais
	- apreciação	- polaridade
	- gradação	- intensificação
		- repetição
solidariedade (contato)		- polidez; extensão
		- lógico-semântico
		- vocação
	Envolvimento	
	- nomeação	- nomes próprios
	- technicalidade	- léxico técnico
	- abstração	- léxico especializado
	- anti-linguagem	- gírias
	- xingamentos	- léxico tabu
		- metáfora gramatical

Fonte: (Traduzido de Martin e White, 2005, p. 35).

Para este trabalho, consideramos o Sistema de Avaliatividade tanto em nível de registro quanto em semântica do discurso; neste último, explanamos os três subsistemas semânticos, o Atitudinal, o de Engajamento e o de Gradação. É no sistema de Engajamento que Martin e White (2005) posicionam a negação.

Os systemicistas iniciam a apresentação denominando a Avaliatividade de “um dos três maiores recursos semânticos para a construção de significado interpessoal” (MARTIN; WHITE, 2005, p. 34). Os subsistemas, ou suas realizações semânticas são compostas por três domínios interativos: Atitude, Engajamento e Gradação. Tais recursos são expostos na Figura 18 que usaremos para fins de orientação através da Avaliatividade.

Figura 18 - Visão geral dos recursos do sistema de Avaliatividade



Fonte: (Traduzido de Martin e White, 2005, p. 38).

O sistema de Atitude é composto de três campos ou regiões semânticas, cobrindo significados que envolvem emoção, ética e estética. O primeiro campo, que cobre a emoção, é chamado de Afeto e realiza significados que registram sentimentos positivos e negativos. Martin e White (2005) propõem perguntas de orientação para que saibamos classificar tais significados: sentimo-nos tristes ou felizes, confiantes ou ansiosos, interessados ou entediados? A Figura 19 representa a inter-relação entre as três regiões. O Afeto é posto no centro, porque é através de nossas emoções primárias que nascem outros tipos de atitudes.

Figura 19 - Julgamento e apreciação como afetos institucionalizados



Fonte: (Traduzido de Martin e White, 2005, p. 45).

Esses questionamentos dão origem a uma tipologia de afeto mais delicada (maior nível de especificidade), sempre regidas por um eixo antonímico, pois, culturalmente, os sistemicistas afirmam que realizamos nossas atitudes tanto de forma positiva quanto negativa e conforme as diversas possibilidades escalares entre os eixos de polaridade. Assim, o primeiro conjunto de emoções ronda em torno da 1) felicidade/infelicidade, quando a variante avaliativa cobre emoções “do coração”, como tristeza, ódio, felicidade e amor; 2) segurança/insegurança, ao cobrir sentimentos de natureza do bem-estar ecossocial, quais sejam ansiedade, medo, confiança; 3) satisfação/insatisfação, realizações que se voltam para a busca do *telos*, isto é, dos nossos objetivos, propósitos, fins – e as emoções tomam forma de curiosidade, respeito, tédio e desprazer.

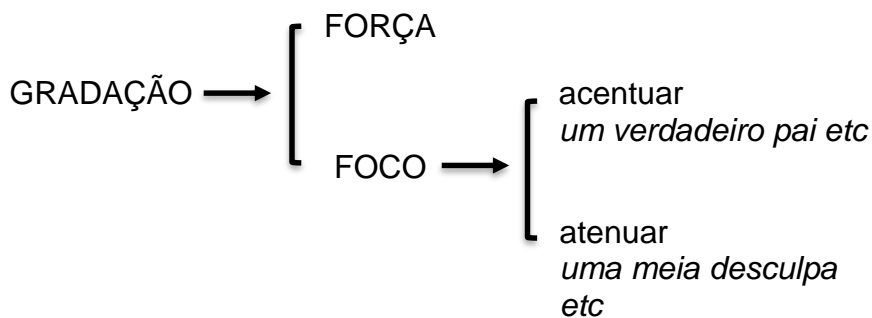
O subsistema de Julgamento é composto de significados avaliativos voltados à forma como as pessoas se comportam. Duas opções semânticas se abrem: julgamento de estima social e de sanção social. O primeiro relaciona-se com a normalidade e quão usuais são seus comportamentos. Também realiza significados que avaliam a capacidade dos indivíduos e, por último, a tenacidade dos indivíduos, ou seja, quão resoluto é o comportamento de quem estamos a julgar. Martin e White (2005) propõem que, em termos de análise, o eixo da estima social é coordenado pela cultura oral, através de conversas casuais, fofocas, piadas, etc. A sanção social, por outro lado, é realizada e regida muito mais em textos escritos, como editais, decretos, regras, etc, pois realiza significados voltados à veracidade do comportamento de indivíduos, em termos de

confiança, e à propriedade de suas ações, no que diz respeito ao comportamento ético frente ao sistema das leis de uma comunidade.

No terceiro e último subsistema, o de Apreciação, os significados são construídos em forma de avaliações estéticas, em especial “coisas que fazemos e performamos, como também, fenômenos naturais” (MARTIN; WHITE, 2005, p. 56). Os autores dividem a Apreciação em regiões de reação, quando alguém/algo nos chama atenção e/ou nos satisfaz esteticamente; composição, no que diz respeito ao balanço harmônico-estético e à complexidade na forma e na apresentação; valor, quando avaliamos algo/alguém, em termos estético-artísticos, sobre sua inovação, autenticidade e temporalidade.

Outro subsistema é o de Gradação, que funciona de forma complementar aos subsistemas de Atitude e Engajamento. A Figura 20 apresenta o sistema de Gradação e os dois possíveis campos semânticos: a Força e o Foco. A Força diz respeito ao escalamento em termos de quantidade e intensidade, e o Foco recai sobre escalas de prototypicalidade de categorias semânticas.

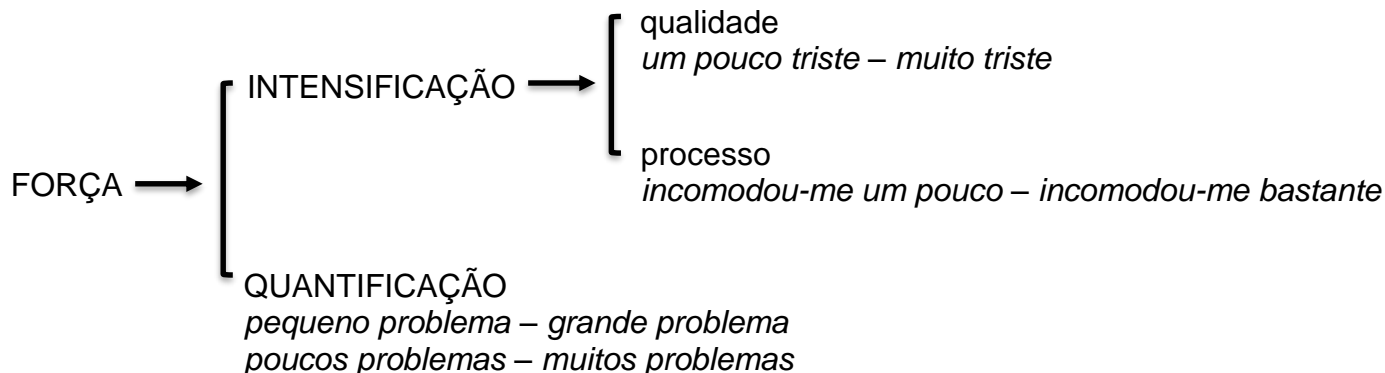
Figura 20 - Sistema preliminar da Gradação



Fonte: (Martin e White, 2005, p. 138).

Na Força, há duas possibilidades de construção de significados avaliativos, relativos ao grau de quantidade e de intensidade, conforme a Figura 21.

Figura 21 - Força – intensificação – qualidade e processo



Fonte: (Traduzido de Martin e White, 2005, p. 141).

Na Intensificação, a gradação recai sobre qualidade, como: “**levemente** tolo” ou “**extremamente** tolo, parou **um tanto** abruptamente ou parou **muito** abruptamente”; sobre processos, por exemplo: “Isso **pouco** nos impediu ou isso nos impediu **bastante**”; e sobre verbos modais de probabilidade, usualidade, inclinação e obrigação: “É **pouco** provável que..., é **muito** provável que...”. As realizações léxico-gramaticais desse campo semântico não somente tomam forma de advérbios isolados, mas também é possível que intensifiquemos através de repetições de processos, como em “ela **riu e riu e riu e riu**”.

Já as avaliações por Quantificação recaem sobre entidades, diferentemente das intensificações, que recaem sobre qualidades (realizadas por adjetivos) e processos (realizados por verbos). Através da quantificação, podemos mensurar, de forma imprecisa, números, com pronomes indefinidos – “**alguns** quilômetros, **muitas** milhas” – ou mensurar a “presença ou massa de entidades de acordo com características como tamanho, altura, peso, distribuições e proximidade” – uma **pequena** quantidade, uma **grande** quantidade; montanhas **próximas**, montanhas **distantes**. (MARTIN; WHITE, 2005, p. 141).

As escolhas de Força, por Intensificação e Quantificação, também têm efeito quanto a relação entre falante/escritor e ouvinte/leitor, em respeito ao alinhamento e laços de solidariedade, a depender do objetivo daquele. Martin e White (2005) afirmam que, ao aumentar o grau de força sob uma avaliação atitudinal, é muito possível que o produtor

textual (falante/escritor) esteja construindo significados que expressem seu máximo comprometimento em relação à posição de valor que está em jogo, causando uma forte tentativa de alinhamento. O exemplo 24 representa o máximo alinhamento com uma audiência específica, isto é, com uma comunidade de crenças e valores compartilhadas cuja posição de valor quanto à legislatura e o corpo político por trás da decisão.

E#24	<i>The legislature's extremely <u>unwise</u> decision to remove the cap on tuition increases at Ohio's colleges was accompanied by an even more reckless act.</i> [www.cleveland.com/livelines/index.ssf?/livelines/ more/060801.html]
	A decisão extremamente <u>ininteligente</u> do poder legislativo em remover o limite de aumento nas mensalidades nas faculdades de Ohio foi acompanhada de atos ainda mais imprudentes.

O outro campo semântico da Gradação é o Foco, que age sobre o eixo da prototipicalidade de categorias da realidade. Essas, segundo os autores, vistas por uma perspectiva experiencial não são escaláveis, como ocorre com o campo semântica da Força. Porém, a Gradação funciona de modo a torná-las escaláveis em termos de associação ou pertencimento a uma categoria experiencial. Martin e White (2005) exemplificam o funcionamento do Foco com o grupo nominal **jazz**, que pertence a uma categoria de música, cuja existência é condicionado por um número de características que a distingue: improvisação, ritmo, instrumentos, etc. Os exemplos dados pelos autores (MARTIN; WHITE, 2005, p. 137) são:

E#25	<i>They don't play real jazz.</i>
	Eles não tocam o verdadeiro jazz.
E#26	<i>They play jazz, sort of.</i>
	Eles quase tocam jazz.

O Foco toma forma das escolhas *real* e *sort of*, que, interpessoalmente, avalia a representação como uma apresentação de jazz prototípica, como no exemplo 25; e avalia a representação da categoria de jazz, no exemplo 26, como uma um “exemplo marginal”

desse tipo de música. Em um nível mais profundo de especificidade, os exemplos são casos de Atenuação. O efeito retórico entre falante/escritor e ouvinte/leitor difere, em natureza, da relação de efeito construída pela Força. Os autores argumentam que, ao atenuarmos categorias experienciais, há uma diminuição no investimento interpessoal quanto à posição de valor. Assim, o efeito toma forma de uma “oferta de conciliação” para que se mantenham laços de solidariedade para com aqueles que tenham posições de valor diferentes.

Contudo, os autores advertem que interpretar precisamente as relações entre falante/escritor e ouvinte/leitor em atenuações positivas pode ser dificultoso. Para exemplificar, oferecem uma crítica quanto ao papel interpretado por Meryl Streep no filme *Adaptation*. A atriz interpreta Susan Orlean, que segundo a própria crítica do exemplo é composta de avaliações negativas em direção à personagem e não à atuação de Streep: “mulher promíscua, obcecada por orquídeas, usuária de drogas e com comportamento de Lady McBeth”.

E#27	Maybe the language isn't precise, but her [Streep's] faux Susan Orlean is flawless – a smartly assayed embodiment of yearning (intellectual, artistic, spiritual) that's very funny and even kind of sexy . And what's the real-life Orlean's review? 'It's the funniest concept you can imagine: Meryl Streep, greatest actress in the world, is me,' says the author. 'It's kind of marvelous .'
	Talvez a linguagem não seja precisa, mas a atuação [de Streep] de Susan Orlean é perfeita – uma atuação inteligente do vício (intelectual, artística, espiritual), isso é muito engraçado e até meio sexy . E a opinião da verdadeira Susan Orlean? 'É o conceito mais engraçado que você pode imaginar: Meryl Streep, a maior atriz do mundo, sou eu' disse a autora. 'É meio magnífico '.

As atenuações tomam forma de “**kind of sexy**” e “**kind of marvelous**”. A primeira atenuação, segundo Martin e White (2005, p. 140), parece ter sido realizada ao imaginar um leitor putativo (imaginado) que “ficaria surpreso que um personagem avaliado negativamente poderia ser considerado ‘sexy’”. A segunda atenuação, realizada na voz da própria Susan Orlean, provavelmente, age para mostrar “modéstia” por sua parte, já

que avalia Meryl Streep como “[the] greatest actress in the world”. A atenuação de avaliações positivas, os autores concluem, parece ocorrer quando a posição de valor que está em jogo apresenta o risco de ser problemática para a relação entre falante/escritor e ouvinte/leitor.

A outra possível escolha pela Gradação por Foco é a Acentuação, cuja função é a de acentuar categorias experienciais, na forma de avaliações atitudinais positivas, como em “um **verdadeiro** pai, um esposo **de verdade**”. Como ocorre na relação de alinhamento e solidariedade na Gradação por Força, o mesmo ocorre com a Acentuação: “indica investimento máximo pela voz autoral em relação à posição de valor em jogo (tanto positiva quanto negativa), [ao mesmo tempo que o produtor textual] tenta, fortemente, alinhar sua audiência em conformidade com sua avaliação” (MARTIN; WHITE, 2005, p. 139) Ressaltamos, conforme os próprios autores, que o conjunto de características que dão forma a categorias prototípicas da realidade são subjetivas e socioculturalmente situadas: a depender da comunidade de pertencimento do falante/escritor e do contexto de seus significados léxico-gramaticais, a avaliação das categorias de realidade pelo foco pode mudar drasticamente.

Na próxima seção, apresentamos os conceitos de discurso, política e discurso político para cobrir a natureza do nosso *corpus* de análise.

2.3 LINGUAGEM E DISCURSO POLÍTICO

Finalizada nossa posição quanto ao conceito de linguagem e seu funcionamento, nesta seção, buscamos construir um aparato teórico sobre política, discurso e discurso político para ir ao encontro da natureza do *corpus* desta tese.

Primeiramente, é ímpar que nos posicionemos quanto ao próprio conceito de política. Aristóteles (2000), no livro “Ética a Nicômano”, categoriza a política como uma arte prestigiosa, exercida por homens educados nos bons hábitos, marcados pelo refinamento de pensamentos e índole ativa, pois são somente esses tipos de cidadãos que conseguem identificar a felicidade como um exercício de honra. Colocando a política como a ciência que administra todas as outras, como a arte médica, a arte de construção

naval, a arte da guerra e afins, o filósofo grego diz que sua finalidade é a deliberação de um projeto de bem comum para o indivíduo e para o Estado.

O fazer político, para Aristóteles (2000), era um exercício deliberativo para a manutenção da *pólis*, exercida por cidadãos cuja percepção de vida, diferentemente da parcela vulgar da sociedade, atribui-lhes enxergar o bem-estar social, interpessoal, econômico e de saúde como finalidade coletiva e não apenas individual. Portanto, do exercício deliberativo para a felicidade do indivíduo, entre indivíduos e Estado, Aristóteles (2005), ao vivenciar grandes agitações sociais e transformações da configuração cultural e política de Atenas, compõe a obra intitulada *Retórica*. Segundo Bochet et al (2017, p. 131), “a retórica de Aristóteles como o desenvolvimento de uma ciência política e ética teve um grande papel ao contribuir com o exercício democrático, por se tratar de um saber útil e uma arte importante para o progresso da vida social e política”.

A composição da ciência política é marcada pela retórica: o exercício de persuasão de que o indivíduo é capaz de “questionar e sustentar um argumento, defender-se ou acusar” (ARISTÓTELES, 2005, p. 89). Para tanto, Aristóteles (2005, p. 95) relega à arte retórica a função de “descobrir o que é adequado a cada caso com o fim de persuadir”. Contudo, defende o filósofo, como o fazer político deve ser resguardado apenas àqueles cujo refinamento de conhecimento alcance ideias que se projetem tanto ao indivíduo quanto ao bem-estar da *pólis*, considerando também que sua percepção de indivíduo é inclinável ao justo e ao verdadeiro, critica quem usa da retórica para persuadir ao imoral, ao individualismo e ao próprio interesse.

Aristóteles (2005, p. 96) divide as provas de persuasão, dada pelo discurso, em três níveis, o que chamamos de tríade aristotélica: “umas residem no caráter formal do orador; outras, no modo como se dispõe ao ouvinte; outras no próprio discurso, pelo que este demonstra ou parece demonstrar”. O primeiro, chama de argumento de *ethos*; é praticado quando o orador apresenta um discurso de tal maneira a convencer seu público de que é um homem político digno de fé. Aqui, o grego faz uma observação importante: para ele, a demonstração do *ethos* não deve decorrer da opinião prévia que o público possui do orador, apenas da forma como esse produz um discurso de confiança.

O segundo modo de persuasão é quando o orador considera a disposição de seu público, quando o discurso causa emoções, sejam tristes ou felizes. Aristóteles (2005)

chama esse tipo de discurso de *pathos*, pois o orador consegue despertar as paixões de seus ouvintes para um fim persuasivo. Por último, o modo *logos* realiza-se quando o discurso do orador se mostra ancorado na verdade ou o que parece verdade; as palavras são marcadas pela utilização de fatos e as causas e consequências, de ideias para a *pólis*.

Nos estudos atuais sobre discurso político, Wodak (2009) parte do conceito aristotélico de política e alia-os aos trabalhos de Machiavelli (2004 [1532]) e Gramsci (1978 [1921-26]), propondo um conceito duplo de política. Ao partir do conceito aristotélico, Wodak (2009) concebe a política como exercício de constante deliberação para a manutenção do bem-estar social da comunidade e das relações interpessoais entre indivíduos de uma comunidade. Em Machiavelli (2004 [1532]), Wodak (2009) busca a noção de manutenção e expansão do poder. Sabemos que, em seu livro “O príncipe”, o autor italiano descreve conselhos políticos para Lorenzo de Medici, através do exercício político da guerra. Por exemplo, durante o livro, Machiavelli (2004) sempre sugere que o príncipe supra a força bélica de seu país, através da organização e disciplina do corpo militar com vistas à defesa e ao controle nacional. Para o filósofo italiano, a liberdade de um Estado é equivalente ao seu preparo bélico-militar, capaz de, em período de guerra, sustentar-se e conquistar outros territórios. Trazendo o pensamento de Machiavelli (2005) para a ciência política, em contraste com o conceito de Aristóteles (2005), o exercício político serve para os interesses individuais de uma nação, para sua segurança social, econômica e militar.

Já em Gramsci (1978), cientista político marxista, em seu texto *Prison Notebooks*, conforme a análise de Hobsbawn (1977, s. p.), a política é uma atividade autônoma, condicionada às circunstâncias do desenvolvimento histórico. O próprio autor conceitua política como “um corpo de regras práticas para pesquisa e para observações detalhadas úteis para o reconhecimento de um interesse na realidade efetiva e para a estimulação de vigorosos *insights* políticos”. Assumidamente marxista, a ideia de política vai ao encontro da *práxis* cuja função é o despertar da classe trabalhadora sobre o mundo, as relações de poder e como é possível mudá-las. Através desse exercício, o homem é capaz de perceber as contradições de uma sociedade e, através da luta através da ação política, desconstruir o poder hegemônico. Portanto, política é o exercício de luta e

manutenção por poder, por grupos que desejam permanecer em posições dominantes e/ou por grupos de oposição que se formam para o desmantelamento e recriação de novas ordens políticas e hierárquicas.

Em vista disso, assumimos, nesta tese, o conceito duplo de política e apropriamos da analogia saussuriana sobre signo: pensemos que o exercício político é como uma folha, em que, de um lado, encontramos a prática do exercício deliberativo com vistas à consumação de projetos de bem-comum da sociedade; do outro lado, a política é marcada pela constante manutenção do poder, através de lutas ideológicas, coercitivas ou não, por grupos que almejam estender sua presença em atividades político-governamentais e grupos que desejam se opor ao poder em vigência e mudar o estado civil e político de uma sociedade.

Dado o duplo conceito de política, percebemos que são várias as condições de produção de tal discurso, visto que outros discursos atravessam e se inter-relacionam com o da política, em especial, o discurso da mídia (CHARAUDEAU, 2011; WODAK, 2009; FETZER, 2013; BOCHETT, 2015; CALLEGARO, 2015). Fetzer (2013) afirma que são variados os paradigmas teóricos e metodológicos que se interessam pelo discurso político, como a ciência política, sociologia, psicologia social, estudos de mídia, estudos culturais, análise do discurso, pragmática, entre outros. Dessa forma, a autora caracteriza o discurso político como multinivelado e multifacetado: cada área do conhecimento, com especificidades e particularidades metodológicas, observa o discurso de forma distinta, criando possíveis e diversos olhares acerca do seu funcionamento.

Fetzer (2013, p. 1) classifica o discurso político como um discurso institucionalizado, realizado em âmbitos formais de política, como sessões dos tribunais da política brasileira, votos na Câmara dos Deputados e no Senado, entre outros. Sendo realizado em lugares legítimos do fazer político, o discurso é restrito às condições de produção, como seleção acerca dos assuntos discutidos, a depender da instituição política, “preferência por estilos e identidades discursivas mais neutras” e turnos de fala controlados pelos protocolos oficiais da instituição. Deslocado do domínio institucional, o discurso político também é considerado um discurso público, quando agentes políticos, legitimados ou não, fora do domínio institucionalizado de sua comunidade, discursam com intuito de autopromoção e aumento do corpo eleitoral. Exemplos desse tipo de

discurso foram analisados por Callegaro (2015), ao investigar o discurso do ex-presidente Lula para o Conselho Nacional dos Bispos Brasileiros, marcado por condições de produção menos restritivas, possibilitando que seu discurso, mesmo não possuindo capacidade imediata de mudança no fazer político da sociedade brasileira, é manifestado de forma mais subjetiva, e a identidade do político é mais perceptível.

Continua Fetzer (2013, p. 1) afirmando que o discurso político é, também, considerado como um discurso de mídia, pois é manifestado nos domínios midiáticos, como televisão e canais virtuais da Internet, conseqüentemente seguindo a lógica do discurso da mídia e suas condições de produção, distribuição e consumo,

tais como a inerente perspectivação e, portanto, um componente inerentemente manipulativo devido a sua transmissão em diferentes tipos de mídia ou diferentes tipos de multimodalidade, que permitem estratégias de primeiro [objetivos políticos de superficial] e segundo plano [aumento do corpo eleitoral].

O discurso político, portanto, nessa perspectiva, assume diversas configurações a partir de três aspectos, de acordo com Fetzer (2013): (i) produção, recepção, transmissão e distribuição em velhas e novas mídias, (ii) domínio discursivo e (iii) participação. O primeiro aspecto (i) diz respeito à história do discurso político, à origem de produção em espaços oficiais ou não do fazer político de sociedades, passando pela forma de recepção, positiva ou negativa, pelos indivíduos, tanto aliados quanto da oposição, e à forma de transmissão e distribuição em mídias, como jornais, televisão (propagandas políticas, debates oficiais televisionadas, entre outros), canais de comunicação em redes sociais como *Facebook*, *Instagram*, *Twitter*.

Quanto ao domínio discursivo (ii), são as várias formas que o fazer político toma ao ser realizado: política como profissão, movimentos comunocêntricos de política, isto é, baseados em criação de corpos eleitorais locais com pouca marcação hierárquica, ação política ancorada na vida cotidiana, ou na vida pública, ou ancorada em mídias, entre outros. Já a participação (iii) diz respeito aos indivíduos que participam do fazer político de uma comunidade, sejam eles agentes políticos reconhecidos, ao possuírem algum tipo de poder político, ou figuras políticas públicas, na forma de formadores de opinião, líderes de movimentos político-sociais, jornalistas especialistas em ciência política ou comentaristas políticos.

Tendo em vista a característica complexa do discurso político, propomo-nos seguir a Abordagem Histórico-Discursiva (AHD) de Wodak (2001, 2008, 2009, 2012) e Reisigl e Wodak (2001) para a produção do conceito de discurso político e a análise do funcionamento do mesmo, uma vez que a abordagem não se limita apenas a oferecer categorias de análises discursivas do discurso político institucionalizado, mas compreende, também, o discurso político em vários domínios discursivos, produzidos em diversas mídias e por variados participantes. De acordo com Wodak (2001, 2008), a AHD é uma extensão da Análise Crítica do Discurso (ACD), abordagem que percebe a linguagem como prática social, organicamente ligada aos aspectos históricos e contextuais das condições de produção, recepção e consumo textuais. Nesse viés, a linguagem é capaz de reproduzir ou contestar relações sociais, naturalizar ideologias dominantes, manter hierarquias de poder de instituições que coercitivamente ou não impõem dominância. O objetivo da ACD é o de “fazer visível a interconexão das coisas”, desvelar o que nos é opaco, explicitar pressupostos não discutidos e incutidos sutilmente em nosso dia-a-dia (FAIRCLOUGH, 1995).

A AHD, em contraste com a análise tridimensional de Fairclough (2003), é formada por quatro camadas de contexto: (i) relações intertextuais e interdiscursivas entre textos, gêneros e discursos; (ii) variáveis sociológicas e/ou não linguísticas; (iii) a história e a arqueologia de textos e organizações e (iv) os enquadramentos institucionais de específicos contextos de situação. Para esta tese, a categoria de análise usada é a história e arqueologia dos textos e organizações, porque a extensão do nosso *corpus* nos permitiu investigar a configuração da instituição cultural de governo do Brasil. Para tanto, a camada da história e arqueologia requer que discorramos sobre o campo de ação, conceito chave para análise de discurso segundo a AHD.

Wodak (2012) elabora que um campo de ação é entendido como segmentos da realidade a ser analisada. Ela exemplifica que, em termos de discurso político, são os fazeres políticos que constituem e formam o enquadramento entre o próprio discurso e sua função no contexto de situação. Para melhor esclarecer sobre o campo de ação, ela apresenta a Figura 22.

Figura 22 - Dimensões selecionadas do discurso como prática social

CAMPO DE AÇÃO:	CAMPO DE AÇÃO:	CAMPO DE AÇÃO:	CAMPO DE AÇÃO:	CAMPO DE AÇÃO:	CAMPO DE AÇÃO:	CAMPO DE AÇÃO:	CAMPO DE AÇÃO:
Procedimentos de criação de leis	Formação de atitudes, opiniões e vontades do público	Formação de atitudes, opiniões e vontades intrapartidárias	Formação de atitudes, opiniões e vontades interpartidárias	Organização de relações internacionais/entre estados	Propaganda política	Administração e execução política	Política de controle
(Sub)gêneros políticos	(Sub)gêneros políticos	(Sub)gêneros políticos	(Sub)gêneros políticos	(Sub)gêneros políticos	(Sub)gêneros políticos	(Sub)gêneros políticos	(Sub)gêneros políticos
Leis, projetos de lei, emendas, abordagens discursivas parlamentares e contribuições de agentes políticos; discursos presidenciais, discurso sobre o Estado da União; regulamentos, recomendações, prescrições, diretrizes, etc.	Comunicado a imprensa, conferências, entrevistas, programas de televisão, discursos de agentes políticos (especialmente, se televisionados), discurso de abertura; discurso na TV ou rádio, discurso de ministros (por exemplo, discursos de posse), discursos de eleição, discurso sobre o Estado da União, palestras, artigos, livros.	Programa do partido, declarações, discursos em convenções e/ou reuniões do partido, discurso ou declaração sobre princípios, discurso de jubileu partidário, etc.	Negociações de coligações, programa de coligação, documentos de coligação / acordos de coligação, discursos em reuniões interpartidárias ou de governo, discursos (nos casos de governos coligados), discursos comemorativos, etc.	Discursos na ocasião de visitas de Estado, pronunciamento de inauguração, discursos em reuniões/sessões/convocações de organizações supranacionais (União Europeia, Organização das Nações Unidas, etc) e declarações de guerra.	Programa de eleição, <i>slogan</i> de campanha, discurso de eleição, propaganda de eleição (panfletos), declarações, pôsteres, envio de cartas, discursos comemorativos, discursos de um agente político, discurso sobre o Estado da União, etc	Decisão (de aprovação ou reprovação), discurso presidencial (discursos de posse), discursos de ministros, discursos de resignação, discursos de despedida, discurso de agenda política, discurso sobre o Estado da União, resposta de governo a questões parlamentares, etc.	Declaração de partido de oposição, questões parlamentares, discursos de um agente político, discursos de protesto, discursos comemorativos, discursos de eleição, petições para um referendun, etc.

Fonte: (Adaptada e traduzida de Wodak, 2012, p. 41).

O campo de ação diz respeito à função de um discurso dentro da máquina governamental. Podemos considerá-lo como a parte que constitui o governo de uma nação: se pensarmos no Brasil, existem o poder legislativo, cujo funcionamento depende de contextos de situação específicos, institucionalizado e protocolarizado, como por exemplo votações em assembleias, deliberações de Câmara de Vereadores e ou Câmara de Deputados; o poder executivo, cuja atribuição diferente do legislativo, depende de uma série de discursos interdependentes para seu funcionamento, dentre eles: produção e/ou análise de decretos, representação como chefe de estado e afins.

Em relação a discurso, a AHD segue a percepção da ACD e procura em Fairclough (2003) sua definição. Discurso é a linguagem em uso, constituindo-se de um modo de ação pelas quais as pessoas agem sob o mundo, interagem umas com as outras, representam suas experiências, modificam contextos, produzem e (re)produzem

posições ideológicas e relações de poder. Fairclough (2003, p. 91) ainda complementa que

[...] o discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também, relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes.

Wodak (2012) acrescenta outras quatro características ao discurso quando propõe a AHD. Primeiro, o discurso sempre é relacionado a um macro-tópico, ou seja, sobre o que se está falando e sobre como o indivíduo desenvolve sua argumentação sobre o que se está falando, baseado em asserções sobre a verdade e/o como a verdade deve ser. O discurso não é unilateral, mas existe em dependência com práticas semióticas co-dependentes, situadas em campos de ação específicos. É também constituído socialmente e constitui-se, também, socialmente. E, por último, a tessitura do discurso é construída com diferentes pontos de vista e vozes.

Dadas as características do discurso político e sua abrangência enquanto uma maneira particular de articular a linguagem em momentos de disputa pelo poder e/ou cooperação para o bem-estar sociopolítico de uma população pelos seus agentes políticos em situações oficiais (palavra política na forma do fazer político mais pragmático) ou não, Wodak (2001, 2008, 2009) chama de *gêneros* do discurso político os *textos* que são produzidos nos domínios discursivos supracitados. Gênero aqui é visto pela perspectiva de Fairclough (1995, p. 14), como uma convenção mais ou menos fixa, esquematicamente, do uso da linguagem associada a uma atividade social. Nas palavras do analista crítico do discurso, “uma maneira socialmente ratificada de usar a linguagem em conexão com um tipo particular de atividade social”.

Os gêneros do discurso político, então, são, segundo Bochetti et al (2017, p. 143),

atividades sociais situadas na seara do funcionamento político de uma sociedade, mediados por textos (produtos socioculturais) que ou são dotados de ação política, para logo se tornarem leis e/ou normas, e/ou que remetem à política, de forma a persuadir seu público. Os gêneros em questão são exercidos por agentes políticos, indivíduos que prestam cargo político reconhecida e legitimamente num contexto sociogeográfico particular. Desta definição, tais gêneros abrangem tanto textos oficiais, como deliberações em locais reconhecidamente reais da ação política (como seções da Câmara e/ou Senado; julgamentos pelo Supremo Tribunal Federal) como em situações nas quais

agentes políticos reconhecidos produzem discursos políticos tanto em forma oral quanto escrita (discursos em visitas oficiais, emissão de opinião através de mídias televisas e/ou virtuais, entre outros).

Assim, a AHD busca explicar o discurso político através de conhecimentos originários de “fontes históricas e o contexto dos campos sociais e políticos nas quais eventos discursivos são associados”. Na tessitura léxico-gramatical e semântico-discursiva, Wodak (2009) aponta três dimensões que constituem os significados construídos no discurso político: (i) os tópicos dizem respeito sobre o que é falado e/ou discutido nos textos políticos; (ii) as estratégias discursivas, em nível consciente e inconsciente, que são utilizadas pelos agentes políticos, legítimos ou não; (iii) os meios linguísticos empregados na utilização da materialização léxico-gramatical dos tópicos e estratégias discursivas.

Wodak (2009, 2012) desenvolve cinco estratégias discursivas que focam na autoapresentação positiva e representação negativa do outro, quais sejam: estratégias referenciais, estratégias predicacionais, estratégias argumentativas, representação discursiva e estratégias intensificadoras e/ou mitigantes. As estratégias referenciais dizem respeito a forma como um agente político cria um espaço discursivo e posiciona pertencentes e não pertencentes a um grupo específico. As estratégias predicacionais ocorrem, linguisticamente, através de atribuições valorativas dos pertencentes e não pertencentes, ocorrendo, geralmente, em posição predicacional. As estratégias argumentativas justificam o modo de posicionamento de outros agentes políticos no desenvolvimento do discurso político, através de processos de legitimação e deslegitimação. A quarta estratégias, representação discursiva, diz respeito às maneiras como figuras políticas se envolvem no discurso e assumem uma posição política, através de descrições, narrações, citações de autoridades e afins. Por último, estratégias ou intensificadoras ou mitigantes funcionam para qualificar e transformar o estado de conhecimento de proposições, servindo para controlar o “tom” do discurso, seja intensificando-o ou relevando-o.

Do funcionamento, particularidades e características, assumimos o conceito de discurso político como um modo de ação pela qual agentes políticos, legitimados por instituições eleitorais e/ou formas de liderança governamentais ou figuras públicas, reconhecidamente integrantes do fazer político, formal e informal de uma comunidade,

“discutem, discursam, debatem, e/ou deliberam assuntos de natureza política e social de um espaço sociogeográfico específico e em diferentes dimensões (local, estadual, nacional e/ou internacional)” (BOCHETT et al, 2018).

Partindo de uma proposta de uso estratégico da linguagem em discursos políticos, Chilton (2004, p. 14), ao desenvolver a relação intrínseca entre o fazer político e a linguagem, afirma que, no campo dessa atividade, agentes políticos “reconhecem o papel da linguagem porque seu uso tem efeitos, e porque política é, largamente, o uso da linguagem”. Indo ao encontro de nosso conceito de discurso político, cuja base epistemológica afirma que a linguagem política é utilizada quando agentes políticos deliberam, nos diversos gêneros do discurso político, sobre o estado de coisas da esfera político-social de uma sociedade, Chilton (2004) afirma que nas condições do fazer político, indivíduos orientam a linguagem para o uso estratégico. Primeiro, o autor retoma Habermas (1973, 1979) no intuito de estabelecer que o conhecimento não é uma representação neutra do mundo: é construído a partir da linguagem com vistas à determinação de interesses. Adiciona o autor (2004, p. 42) que a partir dessa premissa “[podemos] ver o comportamento linguístico como um médium através da qual a racionalização é realizada”. Isso quer dizer que em um exercício político de deliberação, indo de encontro ao modo *logos* de Aristóteles (2005), o ato de racionalizar é intersubjetivo, construído através das trocas de experiências entre indivíduos.

Analisando de forma mais profunda e complementando o entendimento de racionalização do discurso político (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012), Fairclough (2003) inclui, no processo de uso da linguagem, atributos hegemônicos e ideológicos que são materializados no ato linguísticos pelo discurso. Ou seja, interagimos com os outros, ao mesmo tempo que representamos o mundo através de uma rede de discursos, marcados por ideologias particulares. Mesmo que agentes políticos deliberem para o projeto de bem-social do indivíduo e do Estado, a linguagem, como médio atribui ao texto traços subjetivos sobre como o mundo é constituído e deve ser conduzido. Portanto, Habermas (1973, 1979) assume que a racionalização do indivíduo é fruto de sua competência comunicativa que envolve a validação de asserções. A primeira diz respeito à inteligibilidade do que é dito, como por exemplo agentes políticos entre si ou entre seu público falam a mesma língua; ou, indo ao estrato da semântico do discurso (HALLIDAY;

MATHIESSEN, 2004, 2004), ambos têm conhecimento do registro e/ou dialeto pelo qual estão interagindo. A segunda é a asserção de verdade, que diz respeito ao conteúdo ideacional de uma afirmação e que deve estar ancorada em realidades factuais. A terceira discorre sobre o dizer a verdade, ou seja, o agente político compromete-se, no jogo retórico-deliberativo, dizer a verdade para com seu público. Por último, o direito de fala dos agentes políticos, ou seja, se pensarmos em um contexto de situação de uma reunião do Congresso Nacional, em termos de protocolaridade e decoro e, a depender da ação política em desenvolvimento, agentes políticos possuem o direito de argumentar ou a favor ou contra projetos de lei, ou persuadir outros agentes políticos e, até mesmo, criticar e invalidar a fala dos mesmos.

Da validação de asserções, Chilton e Schäffner (1997) apresentam três estratégias característica do discurso político, que marcam seu tecido léxico-gramatical, tendo em vista os três sistemas hallidayanos (transitividade, modo e Tema e Rema): coerção, legitimação e deslegitimação e representação e falsa representação. A coerção envolve tanto a esfera linguística quanto a não linguística. Por exemplo: se pensarmos no período no qual os discursos dos ex-presidentes militares foram produzidos, Atos Institucionais que reconfiguravam o funcionamento da sociedade foram decretados, dotando-lhes de um poder coercitivo a partir de documentos oficiais. Outros exemplos, conforme os autores, são quando agentes políticos agem linguisticamente quando estabelecem agendas que lhes favoreçam, ou selecionam o tópico de uma conversa e/ou entrevista; e, até mesmo, afirmam sobre realidades que seu público é obrigado a aceitar por um período de tempo, dependendo do gênero do discurso em desenvolvimento.

A segunda estratégia é composta de legitimação e deslegitimação. Chilton e Schäffner (1997, p. 46) afirmam que agente políticos “não podem agir apenas com a força física”. É preciso, através do exercício retórico da figura política para seu público, legitimar-se em uma posição de “direito de ser obedecido”. Exemplos da estratégia são: argumentos de *pathos*, quando há espaço de inserção dos desejos e vontades do corpo eleitoral, representação de princípios ideológicos hegemônicos, ou até mesmo, argumentos do tipo *ethos*, quando o político exhibe um caráter identificável de liderança e conhecedor das necessidades sociais. A contraparte dessa estratégia ocorre quando, em, por exemplo, debates políticos, o outro candidato ou figura política é representada

como um inimigo, um ente estrangeiro incapaz de perceber as demandas sociais e, conseqüentemente, incapaz de governar o Estado. Linguisticamente, a deslegitimação é realizada por acusações, insultos e projeção de culpa. Por último, os autores discorrem sobre a representação e falsa representação. Indo ao encontro da metafunção experiencial e o sistema de transitividade, de Halliday e Matthiessen (2004, 2014) e, também, envolvendo elementos não linguísticos. Chilton e Schäffner (1997) afirmam que essa estratégia perpassa sobre o controle de informações que são veiculadas sobre a *persona* textual (MARTIN; WHITE, 2005) do agente político. São de dois tipos: quantitativa e qualitativa. A figura política pode recorrer ao sigilo quando detém informações que não devem chegar ao público ou, quantitativamente, divulgar informações que favoreçam a construção do seu *ethos* político. Já a falsa representação qualitativa é decorrente da mentira, da omissão, evasão verbal e negação.

Do conceito adotado de discurso político na presente tese, indo desde sua manifestação semântico-discursiva (topologia do discurso político) e léxico-gramatical (validação de asserções e estratégias da linguagem política), na próxima seção apresentamos a topologia do discurso político, proposta por Bochetti et al (2018) com bases seus trabalhos com o discurso político brasileiro (CABRAL, 2007; BOCHETT, 2015; CALLEGARO, 2015; FREITAS; CABRAL, 2016) com vistas a localizar tipos de discursos políticos e a variação do seu caráter performativo e protocolar, a depender das condições de produção, distribuição, transmissão e recepção, domínio discursivo e participantes.

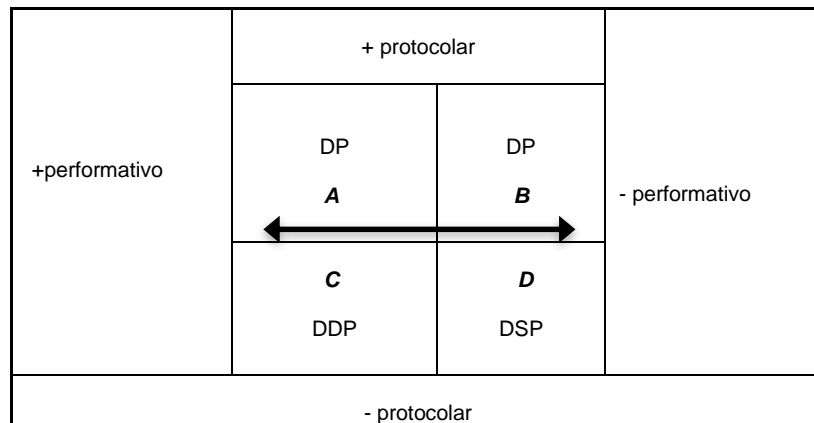
2.3.1 Uma proposta tripartite

A partir de pesquisas no âmbito do discurso político, em diversos domínios discursivos, Bochetti et al (2017) propõem uma forma de organização da seara de gêneros do discurso político, com base nos aspectos variáveis de Fetzer (2013). A Figura 23 representa a Topologia do Discurso Político.

A Figura 23 é regida por dois eixos: (i) protocolaridade (formalidade) e i(i) performatividade. O primeiro eixo (i) se constitui em um *continuum*, que compreende os graus de formalidade e rigidez dos gêneros do discurso político, no que concerne os

procedimentos legais do fazer político, isto é, particularidades de funcionamento político de cada sociedade, registrados através de códigos morais e normativos. O segundo eixo (ii) também é constituído de um *continuum* e é regido pelo grau de performatividade que o gênero do discurso político exerce: em um extremo, encontram-se os discursos políticos cuja atividade social se agrupa em torno da promessa, da persuasão, do aumento do corpo eleitoral para eleição ou reeleição, das discussões intrapartidárias ou interpartidárias (coligações); também encontram-se gêneros políticos formadores de opinião, que normalmente são veiculados em velhas e novas mídias. Nesse extremo do *continuum*, a performatividade dos discursos é baixa, pois não há modificação direta no sistema político e/ou estado civil de uma comunidade. Já em seu outro extremo, encontram-se os gêneros do discurso político que “efetivamente modificam o estado civil, como discursos oficiais de agentes políticos, decretos, regulamentações, que, finalmente tornam-se normas do âmbito da sanção social, de circulação em esfera institucional e pública” (BOCHETT et al, 2018).

Figura 23 - Topologia do Discurso Político



Fonte: (Bochett et al, 2017, p. 145).

Assim, formam-se quatro quadrantes (A, B, C, D), nos quais são distribuídas três formas do discurso político: o discurso político (**DP**), o discurso do político (**DDP**) e discurso sobre política (**DSP**). O **DP** se encontra no quadrante A, pela sua característica altamente protocolar e performativa que, primeiramente, é produzido e transmitido em

esferas institucionalizadas que são responsáveis pela organização e manutenção do sistema político de uma comunidade. Em termos de domínio discursivo, é o discurso político que se realiza em debates, em seções parlamentares, em deliberações do Supremo Tribunal Federal ou da Justiça do Trabalho. Fetzer (2013) caracteriza esse quadrante de política profissional, praticada por participantes que são agentes políticos reconhecidos pelas formas de eleição a depender do tipo de governo de sociedades.

O quadrante B, cuja performatividade é baixa, contudo, com alto e médio níveis de protocolaridade, é constituído de gêneros do discurso políticos considerados oficiais, porém, que ainda não foram regulamentados, normatizados e, portanto, sua performatividade, isto é, a capacidade de mudança do sistema político é baixa. Nesse quadrante, encontram-se anúncios oficiais sobre possíveis mudanças políticas. Do quadrante A ao quadrante B, os autores posicionaram um seta de via dupla pois a seara de gêneros desse discurso pode flutuar em termos de sua performatividade e dão o seguinte exemplo (BOCHETT et al, 2017, p. 137):

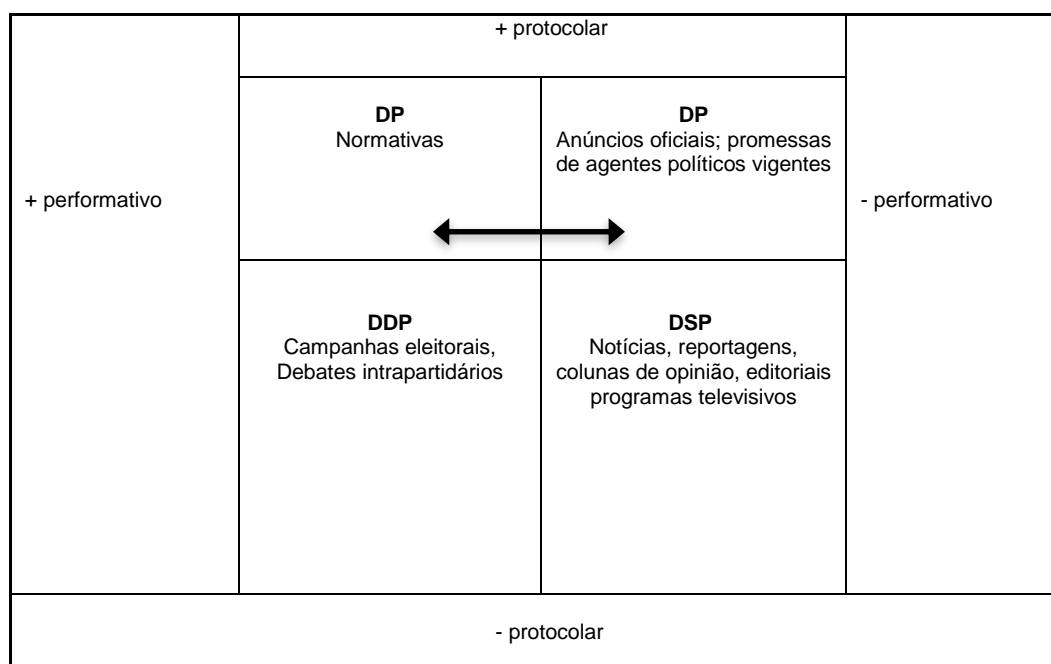
quando um agente político discursa sobre uma potencial mudança legislativa ou uma mudança referente à cobrança de impostos, este discurso é de alta protocolaridade, por se tratar de momentos oficiais acerca do funcionamento de um governo, porém, de baixa performatividade por não efetivamente modificar leis e normas do Estado

O quadrante C, com baixa protocolaridade, porém, produzidos em esferas institucionais e de média a alto níveis de performatividade, os autores posicionaram o **DDP**, composto de discursos políticos de debates intra ou interpartidários, agendas de programas governamentais de partidos políticos, em maioria significativa ou não no sistema político, entre outros. Nesse quadrante, são produzidos os discursos políticos que surgem a partir de coligações entre partidos. Primariamente, tais coligações não possuem caráter protocolar de acordo com as regras e normas de uma comunidade, porém, o caráter de performatividade é de médio a alto, pois, alianças políticas são capazes de causar mudanças no sistema, como por exemplo, quando dois partidos políticos, em combinações explícitas ou implícitas, alinham-se para a aprovação ou rejeição de projetos de lei ou criação ou apagamento de leis. São condições de produção, recepção, transmissão e distribuição próprios de cada partido ou das temporárias

combinações intrapartidárias. O campo discursivo desse quadrante é a ação política ancorada em esferas políticas partidárias particulares, que envolvem, além de agentes políticos reconhecidos, também, empresários de grandes organizações e lobistas.

Por último, o quadrante D, os autores posicionaram o **DSP**, de baixa performatividade e de média a baixa protocolaridade, por não necessariamente serem restringidos pelas restrições léxico-gramaticais dos gêneros do discurso político mais institucionalizados e produzidos, em domínios discursivos e por participantes que são legitimados no e pelo sistema político. Nesse quadrante, encontram-se os textos de natureza política que são produzidos, distribuídos e transmitidos em e por velhas e novas mídias: notícias, reportagens, colunas de opinião, editoriais, falas de programas televisivos e até conversas informais entre eleitores. A título de demonstração, Bochetti et al (2017, p. 147) inserem exemplos de práticas discursivas de política na topologia do discurso político e apresentam a Figura 24.

Figura 24 - Práticas discursivas localizadas na topologia do discurso político



Fonte: (Bochetti et al, 2017, p. 147).

A partir desse conceito de discurso político, no próximo capítulo, retomamos teorias linguístico-gramaticais que embasam conceitos de linguagem e seu funcionamento.

3 POLARIDADE E ENGAJAMENTO

Neste capítulo, apresentamos a negação na perspectiva da GSF, de Halliday e Matthiessen (2004, 2014), explorando as possibilidades de realização léxico-gramatical do Adjunto negativo **não**, com adendos em relação à particularidade da língua portuguesa, conforme apontamos com o estudo de Gouveia (2010) sobre o funcionamento do Modo. Expomos, também, apontamentos acerca de alterações dos diagramas de possibilidades de realização do Adjunto negativo na dissertação de Callegaro (2015), em conformidade com novas leituras de Halliday e Matthiessen (2014) e leituras complementares em Tottie (1987), Pagano (1994), Givón (1993, 2001) e Nahajec (2012).

Das realizações léxico-gramaticais do Adjunto negativo, passamos, na seção 3.2, a tratar do sistema de Engajamento (MARTIN; WHITE, 2005) e a negação, pois os autores examinam o potencial dialógico e avaliativo do Adjunto negativo **não** e a relação interpessoal que constrói entre falante/escritor e ouvinte/leitor. O Engajamento trata sobre o grau de engajamento que elaboramos ao invocar outras vozes na formulação do avançamento das nossas posições de valor. Através desse sistema, ou expandimos o espaço dialógico, quando o investimento interpessoal na invocação da voz do outro é baixa, resultando na possibilidade de formulação de outras alternativas dialógicas quanto a posição de valor que construímos. Podemos, também, contrair o espaço dialógico, quando realizamos a voz do outro, tanto de forma explícita quanto implícita, objetiva ou subjetivamente, de maneira a fechar possibilidades dialógicas futuras para que nossos ouvintes/leitores possam avançar posições de valor. Conforme citamos, a negação é parte do sistema de Engajamento, nos recursos semântico-avaliativos capazes de contração dialógica, com efeito de recusa de enunciados anteriores. Exploramos tal relação na seção 3.2.1, separada no intuito de descrever o potencial do Adjunto negativo e quais efeitos de pressuposição e expectativa são construídos, com base na relação entre falante/escritor e ouvinte/leitor.

3.1 O SISTEMA DE POLARIDADE NA GRAMÁTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL

Nesta seção, exploramos a negação pela perspectiva da GSF. Para que apresentemos a negação, é necessário que retornemos ao Sistema de Modo, parte da metafunção interpessoal, lugar semântico e léxico-gramatical onde a negação é situada por Halliday (1989) e Halliday e Matthiessen (2014). Conforme descrevemos no Capítulo 2 sobre o funcionamento da interpessoalidade na língua portuguesa, são pelos constantes movimentos retóricos do Modo e eventuais trocas de tópicos pelos interactantes em situação comunicativa que o discurso – aqui considerado como linguagem em uso - é construído e, ao mesmo tempo, em relação de interdependência, é requerente de novos movimentos retóricos.

Halliday (1989) e Halliday e Matthiessen (2014) posicionam a negação como escolha dentro do Sistema de Polaridade, no elemento Finito, parte do Sistema de Modo, conforme apresentado no Capítulo 2. Retornando às suas considerações, o elemento Finito é aquele que torna a oração finita, dando-lhe condições de serem produzidas por interactantes, “algo que pode ser discutido”. A natureza dêitica do elemento Finito faz com que a oração se associe ao contexto do evento de fala e das intenções de fala dos interactantes, pois é neste campo léxico-gramatical que se encontra o grupo verbal (ou operador verbal), localizando a oração no tempo e espaço através de tempos primários (passado, presente e futuro).

Outro sistema inerente do Modo, considerado pelos systemicistas como parte integrante da característica de finitude da oração, é o da Polaridade. Em nível oracional, é a escolha entre uma oração afirmativa ou negativa, pois para que a oração tenha caráter finito e “de algo que possa ser discutido”, a polaridade ou é positiva: “**é**” ou “**não é**” para proposições e “**faça**” ou “**não faça**” para propostas.

Contudo, a posição que assumimos no Capítulo 2, faz com que saíamos da descrição linguística de Halliday (1989) e Halliday e Matthiessen (2014) para que a teoria e seu aparato linguístico-gramático se adeque às particularidades da língua portuguesa. Buscamos em Gouveia (2010) a particularidade do sistema de Modo em língua portuguesa, já que esta apresenta características morfológicas, sintáticas e funcionais

distintas daquelas da língua inglesa. O Quadro 12 retoma a posição que assumimos quanto ao sistema em questão, baseado nas observações de Gouveia (2010).

Quadro 12 - Funções básicas do Modo em português

Sujeito	Predicador	Complemento	Adjunto Circunstancial
Modo		Resíduo	

Fonte: (Traduzido de Gouveia, 2010, p. 20).

Consideramos que o elemento Finito não possui função em língua portuguesa; entretanto, a característica de finitude, que torna a oração finita, modal ou não e positiva ou negativa, passa a ser função do Predicador, agora visto como parte constituinte do Modo; conseqüentemente, o marcador negativo **não** é parte do Predicador e não mais do elemento Finito. Dessa forma, toda vez que os autores a quem recorreremos mencionarem o sistema de Polaridade e o elemento Finito, faremos as adequações necessárias a partir do posicionamento que tomamos, com base nas observações de Gouveia (2010). O autor ainda faz alguns breves comentários acerca da relação entre modalidade e polaridade, que são pertinentes apontamentos, principalmente para que alcancemos o objetivo linguístico-descritivo desta tese. Primeiro, retornemos às considerações de Halliday e Matthiessen (2004, 2014).

Ao medirem os valores do sistema de Modalidade, com o paradigma de escolhas e o contraste com as modalidades marcadas negativamente, em nível de especificidade maior, a polaridade negativa ou está na proposição (direta) ou na modalidade (transferida). O Quadro 13 demonstra a interpolação entre níveis de modalidade e a movimentação do Adjunto negativo **não**.

Quadro 13 - Modalidade e Polaridade

Indeterminância	Polaridade Direta (na proposição)	Polaridade Transferida (na modalidade)
É certo	Isso pode não ser verdade	Isso não pode ser verdade
É possível	Isso possivelmente não é verdade	Isso não é possivelmente verdade

Fonte: (Traduzido de Halliday e Matthiessen, 2014, p. 180).

Retiramos a coluna de probabilidade, pois há diferenças gramaticais quanto ao uso da negação no valor mediano. Em LI, os exemplos desse valor, realizados pelo auxiliar *will*, segundo os systemicistas não possuem sentido distinto. Em valor mediano, o exemplo de modalidade com polaridade direta é *that will be not true* e com polaridade transferida, *that won't be true*. Em língua portuguesa, a realização para tais escolhas não se dá por um verbo modal (no caso da LI, *will*), e sim por um verbo no futuro do presente, com tradução, respectivamente: “Isso será não verdade*” e “Isso não será verdade”. Mesmo que usemos a tradução do nome do grau *probable*, com realização através de um Adjunto, os exemplos seriam: “Isso provavelmente não é verdade (polaridade direta)” e “isso não é provavelmente verdade” (polaridade transferida). Halliday e Matthiessen (2014) afirmam que não há diferença de significado para o valor mediano se a polaridade for direta ou transferida em língua inglesa.

Porém, ao analisarmos os exemplos dados, é visível que, mesmo em valor mediano, em língua portuguesa, a transposição do Adjunto **não** da proposição para a modalidade produz dignificados distinto. Nossa declaração é também baseada na própria questão do lugar do Adjunto negativo nos estudos de Gouveia (2010), que ressalta a produção de diferentes sentidos a partir da posição do **não** em relação ao complexo verbal modal.

Gouveia (2010) afirma que sempre podemos dizer que é o primeiro verbo no Predicador que carrega tempo e modalidade e que o Adjunto **não** é “posto antes do primeiro verbo, primariamente entendido como um simplex ou complexo verbal”.

O autor afirma que é mais relevante considerar que é o Predicador

que carrega a negociação da polaridade e realiza tempos primários e secundários e a modalidade; ou que a polaridade negativa é marcada pelo Adjunto **não** antes do Predicador, mesmo realizado por um simplex ou complexo verbal.

Continua, em uma nota de rodapé, que outra escolha é possível: casos com grupos verbais modais, em verbos como “poder” e “dever”, é admitido que o **não** esteja entre os verbos do complexo e, a depender da posição do Adjunto negativo, veiculamos diferentes significados. Gouveia (2000) exemplifica com as orações em português e em inglês.

E#28	Posso fazer isso.	[I can/may do that]
E#29	Não posso fazer isso	[I cannot do that]
E#30	Posso não fazer isso	[I may not do that]
E#31	Não posso não fazer isso.	[I cannot not do that]

Trouxemos o estudo sobre o sistema de Modo da língua portuguesa de Gouveia (2010) para que pudéssemos constituir uma base teórica, em GSF, sobre a função interpessoal do Adjunto **não** e sua posição em relação ao próprio Modo e para que possamos ir ao encontro do objetivo linguístico-descritivo da tese. Conforme as conclusões do autor, concordamos com sua proposta de reformulação do sistema em questão e da interpretação de que a finitude, característica dêitica da metafunção interpessoal, é carregada pelo Predicador, agora constituinte do Modo.

Em relação ao fenômeno de negação supracitado, concordamos e interpretamos que o Adjunto **não** faz parte do Predicador, ao considerar que é esse elemento que carrega a negociação da interação adiante, ao mesmo tempo, também, que leva consigo o Adjunto negativo.

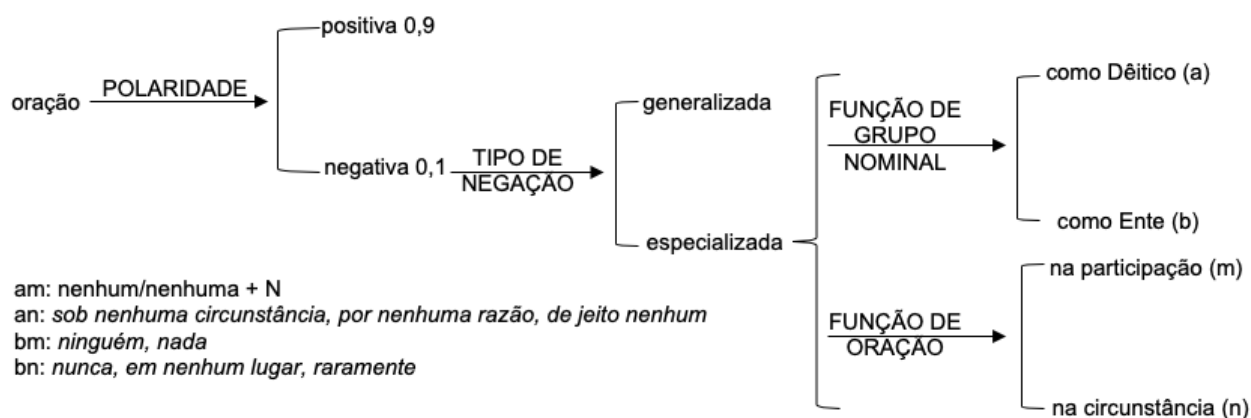
Retornando a Halliday e Matthiessen (2004, 2014), os autores afirmam que marcador negativo **não** faz parte do sistema de Polaridade, entre uma oração positiva ou negativa. A realização de nível inicial de especificidade é representada pela Figura 25.

O exemplo 32 foi retirado do nosso *corpus* e apresenta o Adjunto negativo, usado pelo ex-Presidente Costa e Silva em uma entrevista no dia 31 de março de 1967.

E#32	CS67#1.4 ³	Embora os quinze dias iniciais de um governo qualquer não possam ser fecundos na produção daquela matéria de que se nutrem os jornais, o rádio e a televisão, na nobre tarefa de corresponder às indagações da opinião pública, não quis adiar este primeiro diálogo procurando, situá-lo numa data significativa.
------	-----------------------	--

Ao adentrarmos em níveis mais delicados, Halliday e Matthiessen (2014) apresentam outro diagrama.

Figura 25 - O sistema de Polaridade; próximo nível de especificidade



Fonte: (Traduzida e adaptada de Halliday e Matthiessen, 2014, p. 23).

O tipo de negação divide-se em dois, generalizada e especializada. A primeira é realizada conforme o exemplo 32, na presença do Adjunto negativo típico **não**. Analisando o *corpus*, apresentamos exemplos que contemplam o sistema recém apresentado e suas realizações léxico-gramaticais em relação à negação especializada. Dois sistemas concomitantes ocorrem: a polaridade negativa possui tanto função em nível de grupo como em nível de oração, resultando em quatro possibilidades de realização.

³ Costa e Silva, quarto discurso proferido no ano de 1967 em seu primeiro mandato. A codificação utilizada para indicar os discursos dos Presidentes será explicada na seção “Procedimentos Metodológicos”.

O exemplo 33 representa a negação, com função dêitica em um dos participantes do sistema de transitividade. A realização é pelo pronome indefinido adjetivo **nenhuma**.

E#33	CO90#1.5	Dêitico&Participação	Nenhuma pessoa sensível, nenhum homem público, pode ficar alheio ao drama da pobreza, das desigualdades
------	----------	----------------------	--

Outra possibilidade é a negação cuja função é de Ente, em nível de grupo e, também, um participante do sistema de transitividade. O exemplo 34 mostra tal realização, materializado no pronome indefinido **ninguém**.

E#34	LU03#1.1	Entidade&Participação	Quando a gente perde, ninguém dá um telefonema para a gente, para dizer: companheiro, a luta continua.
------	----------	-----------------------	---

As outras duas possibilidades estão em posição de circunstância do sistema de transitividade: o exemplo 35 é a realização da negação em forma de Ente em circunstância, com o uso do Adjunto adverbial **nunca**.

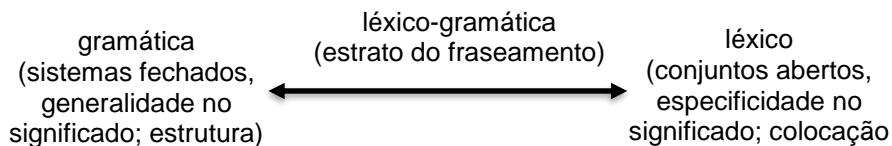
E#35	ME73#1.2	Entidade&Circunstância	Vossa Excelência nunca perdeu de vista, no curso das investigações teóricas e doutrinárias, com que enriqueceu as letras jurídicas e políticas da nação lusitana, o essencial sentido dos valores humanos.
------	----------	------------------------	---

E por último, a negação pode estar em posição de circunstância com função dêitica, conforme o exemplo 36.

E#36	CO90#1.4	Dêitico+Circunstância	e que vai, sem dúvida nenhuma , estabelecer, neste País, uma verdadeira política agrícola, que atenda aos pequenos e aos médios produtores, que estão ansiando por esta política, que começa por um ponto que julgamos, todos, fundamental: o do combate à inflação.
------	----------	-----------------------	---

Em relação à negação generalizada, cujo elemento típico é o Adjunto negativo **não**, é necessário que façamos outras considerações acerca da desse sistema na perspectiva sistêmico-funcional. Halliday e Matthiessen (2004, 2014) avaliam a oposição entre positivo/negativo da Polaridade como um dos sistemas mais gramaticalizados que existe em línguas naturais “em associação com a oração como proposição ou proposta”. Para os systemicistas, é necessário que, na evolução da linguagem, significados sejam gramaticalizados a partir de sistemas fechados de termos mutualmente exclusivos, de categorias gerais e funcionamento proporcional. A essas propriedades de um sistema, podemos citar o próprio sistema de Polaridade: é fechado uma vez que há escolhas limitadas para a realização léxico-gramatical (positivo/negativo); é geral, pois orações são sempre ou positivas ou negativas (em um primeiro nível de especificidade); é proporcional, pois, conforme o uso, é frequente em textos originários de situações reais de comunicação. A gramaticalização serve para que o léxico de uma língua não se torne demasiadamente extenso, pois é através dos próprios elementos gramaticais (e lexicais) que conseguimos materializar e agir sobre o mundo e sobre outras pessoas sem que tenhamos de reatualizar nosso vocabulário com palavras novas. Ppor exemplo, para negar orações sem o Adjunto negativo **não**, usaríamos apenas processos de semântica negativa. A Figura 26 mostra a relação entre elementos lexicais e elementos gramaticais e o foco de descrição linguística da sistêmico-funcional, que não mais segue a perspectiva da gramática tradicional que tende a separar elementos lexicais ou palavras de conteúdo (substantivos, verbos, advérbios) ou elementos gramaticais (conjunções, preposições, artigos) (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 176)

Figura 26 - Linha da léxico-gramática



Fonte: (Traduzido de Halliday e Matthiessen, 2014, p. 64).

O próximo exemplo, retirado e modificado de Callegaro (2015), representa a linha da léxico-gramática em relação ao sistema de Polaridade em nível de realização.

E#37	Eu não gostava de política	E#38	Eu, de forma alguma , gostava de política.	E#39	Eu desgostava de política
------	---	------	---	------	-------------------------------------

As três orações contêm traço negativo, seja pelo **não**, seja pelo Adjunto de modo “de forma alguma” ou pelo processo “desgostava”, contudo, são realizadas em diferentes pontos da linha da léxico-gramática: o exemplo 37 é o mais gramaticalizado pela presença do Adjunto negativo **não**, constituinte do sistema de Polaridade (fechado, geral e proporcional); em 38, a oração se encontra no meio da linha, pois foi usado um Adjunto de modo (probabilidade); em 39, a oração é a mais lexicalizada pela escolha do processo “desgostava” para o traço negativo da oração.

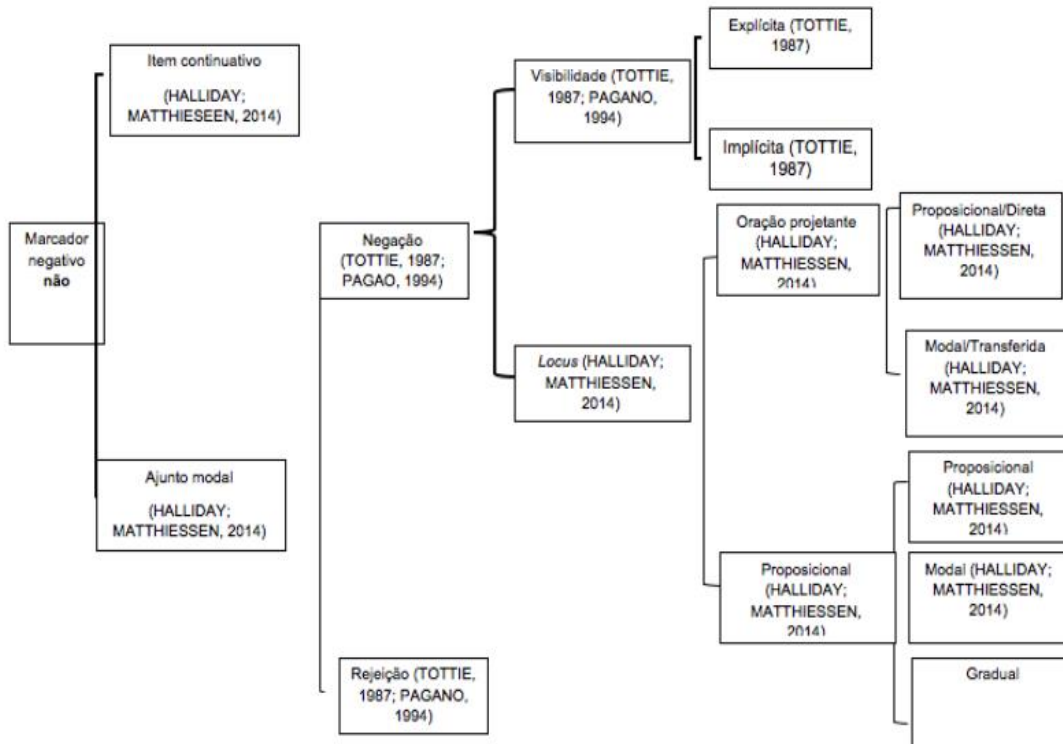
Halliday e Matthiessen (2004, 2014) ainda ressaltam outras funções do **não**, que a depender do contexto de uso, é categorizado de forma distinta. Para tanto, trazemos o diagrama proposto por Callegaro (2015) que apresenta as realizações do Adjunto negativo **não** em língua portuguesa.

O diagrama, baseado em Tottie (1987), Pagano (1994) e Halliday e Matthiessen (2004, 2014), em um primeiro nível de especificidade, inicia na escolha do **não** entre um item continuativo e um Adjunto modal. Aqui, atualizamos a categorização do **não** e o

chamamos de Adjunto negativo, pois a categoria de Adjunto modal pertence à classe do grupo adverbial que modifica diretamente o processo e, também, serve como elemento de modalidade de probabilidade. A nova terminologia consegue abarcar os diversos usos do **não**.

Portanto, o **não** serve tanto quanto item continuativo ou como Adjunto negativo. No primeiro caso, a realização é parte integrante do Tema textual, com nome de item continuativo, pois funciona para sinalizar o movimento de um novo começo na estrutura temática da oração. Nesse caso, não é parte do sistema de Polaridade (consequentemente, nem do sistema de Modo), pois não carrega consigo função de fala nem é capaz de polarizar a oração.

Figura 27 - Sistema de escolhas do Adjunto negativo **não**



Fonte: (Callegaro, 2015, p. 100).

Avançando no sistema, duas escolhas são possíveis: ou como negação ou como rejeição. No último caso, o Adjunto negativo serve como uma resposta a uma proposta,

fazendo com que seu significado interpessoal se sobressaia em relação ao seu significado ideacional, devido ao forte caráter dialogal e interpessoal do contexto de uso do **não**. A esta categoria, Callegaro (2015) se baseou em Tottie (1987) e Pagano (1994), autores que apontam o **não** na forma de rejeição quando este apresenta o traço de volição por parte do interlocutor. Pagano (1994) demonstra a rejeição e estende o entendimento sobre volição do interlocutor a partir do seguinte exemplo

E#40	A: <i>So the party is at 9. Shall I bring something to eat or ...?</i> B: No , thanks. Don't worry. We'll have pizza.
E#40	A: Então, a festa começa às 9:00. Devemos trazer algo para comer ou...? B: Não , obrigado! Não se preocupe. Comeremos pizza.

Tanto em língua inglesa como em língua portuguesa, mesmo que a primeira língua realize a rejeição pelo Adjunto de Modo “no”, o interactante B, ao rejeitar a oferta de A, assume um papel de fala na forma de uma resposta. O significado interpessoal é sobreposto ao ideacional na resposta de B, originando a categoria de rejeição utilizada no diagrama. Ainda na pesquisa de Pagano (1994), a autora interpela o sistema de papéis de fala com o de negação e rejeição e propõe que a negação ocorre em propostas (troca de informações nos modos declarativo e interrogativo), e a rejeição (troca de bens-e-serviços, em formato de ofertas e comandos) ocorre em propostas, mais especificamente, em respostas a propostas.

Adiante, dois outros subsistemas ocorrem de forma concomitante. O primeiro, Visibilidade, diz respeito à presença de um marcador de polaridade negativa na oração: explícita quando tanto a proposição/proposta positiva e negativa é realizada na mesma oração e/ou complexo oracional; implícita, quando apenas a polaridade negativa é escolhida, fazendo com que a versão oracional positiva permaneça pressuposta. Os seguintes exemplos exemplificam a visibilidade da negação, retirados de Callegaro (2015, p. 49)

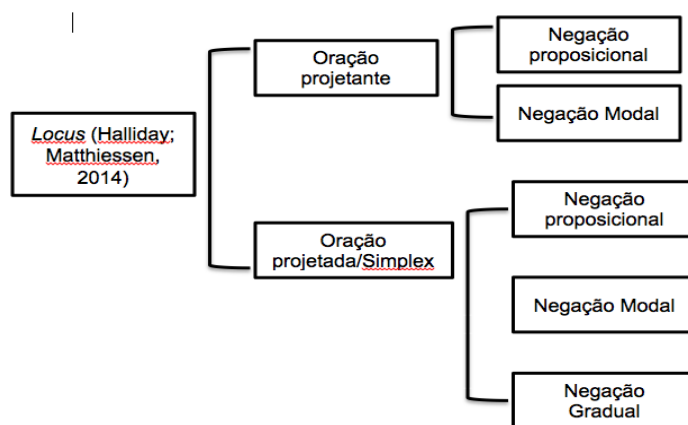
E#41	Em economia, a gente, muitas vezes, faz e não fala, porque, falar, não faz .
------	--

	Negação Explícita
E#42	[...] a gente não pode arrumar muito inimigo ao mesmo tempo. Quando arruma um, você ganha outro amigo. Você tem que sempre um contraponto para não tomar bordoadas de todo mundo.
	Negação Implícita

Antes de adentrarmos para os próximos subsistemas, é necessário que façamos uma ressalva para atualizarmos o diagrama proposto por Callegaro (2015). A categoria de negação direta e negação transferida necessita de uma revisão, pois, em uma nova leitura de Halliday e Matthiessen (2014), o movimento do Adjunto negativo nesse subsistema é parte integrante do sistema de Modalidade, servindo apenas para oração modalizadas, ou por modalização ou por modulação.

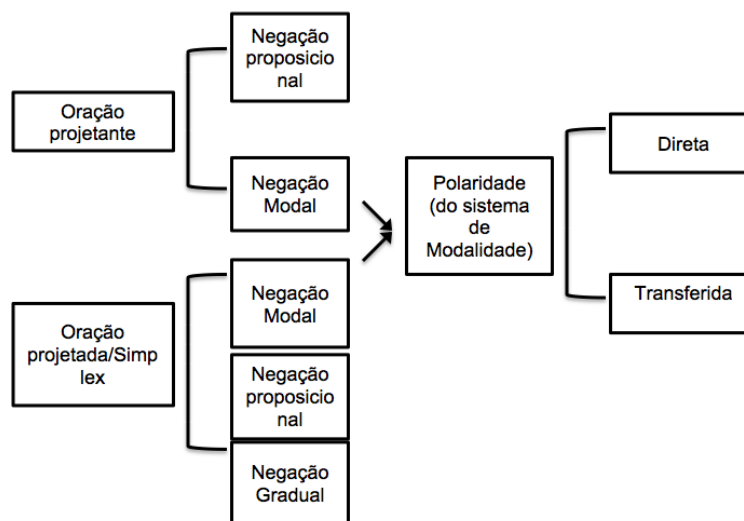
Para tanto, propomos o seguinte ajuste no diagrama:

Figura 28 - Sistema de escolhas do Adjunto negativo não em relação ao locus de negação



Fonte: (Elaborada pelo autor).

Figura 29 - Interpolação entre sistema de Polaridade e de Modalidade



Fonte: (Elaborada pelo autor).

O primeiro sistema representa o *locus* de negação, isto é, a posição do Adjunto negativo, considerando a oração ou o complexo oracional: ou está na oração projetante, realizada por processos mentais ou verbais; ou se encontra na oração projetada, em um relato (processo verbal) ou em uma ideia (processo mental desiderativo), conforme exemplo 43. Os exemplos foram retirados de um discurso de Lula (2003), proferido no dia 1º de maio de 2003.

E#43	Eu não quero que a CNBB seja uma correia de transmissão do meu governo, como não quero que meu governo seja uma correia de transmissão da CNBB.
	Adjunto negativo em oração projetante

Ainda no âmbito da oração projetante, duas outras possibilidades se abrem: ou a oração não possui traço de modalidade, conforme os exemplos acima, ou a oração contém um elemento modal, como no E#44.

E#44	Nós, também, não podemos ficar só pedindo para a sociedade ajudar sem que o Governo faça a sua parte.
------	---

	Adjunto negativo em oração projetante modal
--	---

Como segunda escolha possível, o Adjunto negativo é posicionado ou na oração projetada (45) ou apenas em um *simplex*, modalizado (E#47) ou não (E#46).

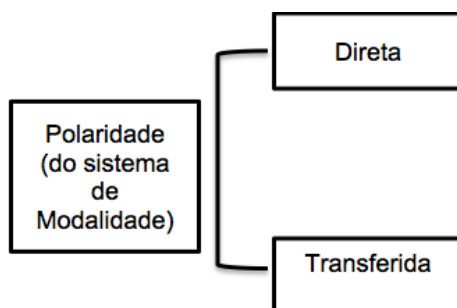
E#45	Eu ainda dizia, por ignorância, que não gostava de política e não gostava de quem gostava de política.
	Adjunto negativo em oração projetada

E#46	O Graziano, que é economista. O José Dirceu, não . Ele é advogado.
	Adjunto negativo

E#47	Portanto, os fundos de pensão não podem investir para perder.
	Adjunto negativo em negação transferida

Conforme o ajuste que procedemos no diagrama de Callegaro (2015), propomos que a polaridade de oração modalizadas seja um subsistema distinto daqueles que realizam orações não modalizadas. Contudo, de acordo com as Figuras 29 e 30, há uma interpolação entre sistemas, fazendo com que novas escolhas de realizações sejam possíveis.

Figura 30 - Parte do sistema de interpolação entre Polaridade e Modalidade



Fonte: (Elaborada pelo autor).

Em análise no âmbito da modalidade, duas escolhas são possíveis: a negação direta ou a negação transferida. Retornamos aos exemplos de Halliday e Matthiessen (2014) para melhor demonstrar o subsistema em realização.

	Indeterminância	Polaridade Negativa Direta (na proposição)	Polaridade Transferida (na modalidade)
E#47, E#48	É certo	Isso pode não ser verdade.	Isso não pode ser verdade.
E#49, E#50	É possível	Isso possivelmente não é verdade	Isso não é possivelmente verdade.

A negação direta (ou polaridade negativa direta) é realizada quando o Adjunto negativo é posto após o operador modal (E#47) ou após um grupo adverbial com função modal (E#49), incidindo o traço negativo apenas na proposição e não na semântica do modal; já na negação transferida, o Adjunto negativo é posicionado após o operador modal, diretamente modificando o significado da modalidade e tornando-a de caráter negativo (E#48, E#50). Retornemos ao exemplo de negação em âmbito de oração modalizada.

E#51	Portanto, os fundos de pensão não podem investir para perder.
	Adjunto negativo em negação transferida

A escolha entre direta/transferida é justificada pela mudança de significado no momento em que o Adjunto negativo é reposicionado na oração, ora de incidência sobre a proposição ora recaindo sobre a oração modalizada, conforme E#51.

No E#52, modificado para fins analíticos, é possível percebermos que o sentido do operador modal “podem” é alterado, até mesmo em relação ao eixo, indo de uma modulação negativa de permissão para modulação negativa de capacidade/inclinação, ambas de grau baixo.

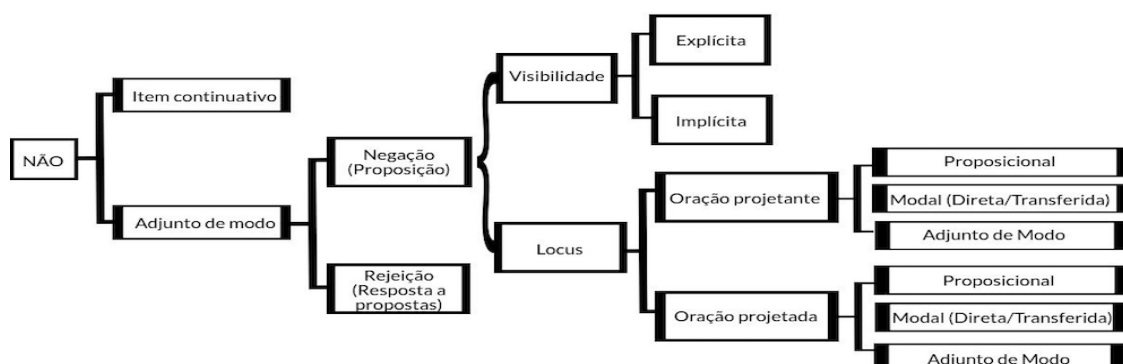
E#52	Portanto, os fundos de pensão podem não investir para perder.
	Adjunto negativo em negação direta

Um terceiro ajuste no diagrama de Callegaro (2015) é necessário para que se esclareça a Negação Gradual. Após novas leituras de Halliday e Matthiessen (2004, 2014) e Gouveia (2010), passamos a tratar a Negação Gradual como Negação de Contraexpectativa. Analisemos o exemplo E#53.

E#53	Este é um trabalho imenso,	não	apenas	uma questão de dinheiro [...]
		Pré-Modificador de Polaridade	Núcleo do Adjunto modal	
		Adjunto Negativo modal (Intensificação, contraexpectativa e limitativo)		
		Modo		Resíduo

De acordo com Halliday e Matthiessen (2014, p. 419), “apenas” é um Adjunto Adverbial Modal, com função de intensificador que produz um sentido de contraexpectativa limitativa, pois é realizado dentro do próprio modo (em língua portuguesa, modo é equivalente a Sujeito + Predicador) e o Adjunto negativo **não** serve como um pré-modificador do núcleo. Os autores ainda afirmam que, em termos de *locus* de negação, o **não** na função de pré-modificador de Adjunto modal “tem o grupo adverbial como seu domínio, não a oração na qual o grupo adverbial funciona”. Para tanto, atualizamos a Figura 28 e propomos, em seu lugar, a Figura 31.

Figura 31 - Sistema de escolhas do Adjunto negativo **não**



Fonte: (Elaborada pelo autor).

Assim finalizada a visão sistêmico-funcional da negação em língua portuguesa (HALLIDAY, 1989; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, 2014), buscamos, na próxima seção, estudos sobre o **não** a fim de complementar teoricamente o entendimento sintático, semântico-discursivo, pragmático e retórico nas diversas realizações léxico-gramaticais do Adjunto negativo.

3.2 O SISTEMA DE POLARIDADE E OS GRAUS SOB O SISTEMA DE ENGAJAMENTO

Passemos, agora, para o Engajamento. Antes de adentrarmos nas especificidades desse subsistema, é necessário que apresentamos a perspectiva dialógica da linguagem, conforme Martin e White (2005) apresentam para esclarecer o funcionamento do subsistema. Os autores retomam o dialogismo bakhtiniano, pois o subsistema de Engajamento é constituído de recursos semântico-linguísticos os quais nós, falantes/escritores, adotamos para construir uma posição em respeito a nossas avaliações, tanto àquelas referidas na totalidade do nosso texto e em respeito àqueles a quem nos endereçamos no âmbito da esfera de fraseados anteriores.

Os autores trazem, para a discussão do dialogismo no subsistema de Engajamento, Stubbs (1996) e Bakhtin/Voloshinov (1981, 1995). O primeiro é invocado para adotar a tradição de que “todos os enunciados são vistos, de uma forma ou outra, como atitudinais ou posicionados (veiculação de posição ideológica)”. Ou seja, toda vez

que falamos e/ou escrevemos, codificamos nosso ponto de vista em nossos enunciados. Já em Bakhtin/Voloshinov (1981, 1995), as noções de dialogismo e heteroglossia são postos como características operacionais do subsistema em jogo. Ao parafrasear os autores russos, Martin e White (2005, p. 92) declaram que

toda comunicação verbal, seja escrita ou falada, é ‘dialógica’ pois, no ato de falar e no de escrever, sempre revelamos a influência do outro, referimo-nos a ele ou o assumimos de alguma forma; também, revelamos o que foi dito e/ou escrito anteriormente e, simultaneamente, antecipamos respostas de ouvintes/leitores presente, potenciais e/ou imaginados.

Em termos léxico-gramaticais, representam a heteroglossia em comparação com a monoglossia, conforme o Quadro 14.

Quadro 14 - Monoglossia e heteroglossia

Monoglossic (no recognition of dialogistic alternatives)	Heteroglossic (recognition of dialogistic alternatives)
The banks have been greedy.	<u>There is the argument though that</u> the banks have been greedy.
	<u>In my view</u> the banks have been greedy.
	<u>Callers to talkback radio see</u> the banks as being greedy.
	<u>The chairman of the consumers association has stated</u> that the banks are being greedy.
	<u>There can be no denying</u> the banks have been greedy.
	<u>Everyone knows</u> the banks are greedy.
	The banks haven't been greedy. etc.

Fonte: (Martin e White, 2005, p. 100).

A oração monoglósica “Os bancos têm sido gananciosos” (E#60) não apresenta o reconhecimento, por parte do escritor/falante, alternativas dialógicas, isto é, não há pistas linguísticas que indiquem relação direta e/ou indireta de outras avaliações no que diz respeito aos bancos. É dialógica, pois os textos que produzimos fazem parte de uma cadeia de enunciados de constante movimento: sempre afirmamos, negamos,

questionamos, solicitamos, demandamos em relação a outros enunciados já existentes, em distintas esferas de atividades humanas.

Já nos exemplos heteroglóssicos, as partes sublinhadas representam, em diversos graus de engajamento, o reconhecimento explícito de alternativas dialógicas, como, por exemplo, o reconhecimento de argumentos sobre o comportamento dos bancos (E#54), a pessoalização da opinião sobre a ganância dos bancos (E#55), a invocação de vozes, generalizadas (E#56) ou de autoridade (E#57); e no próprio uso da negação, que expõe as orações de forma heteroglóssica (E#58, E#59). O uso explícito da heteroglossia tanto expande o espaço dialógico para que ouvintes/leitores avancem suas próprias posições avaliativas ou as contrai, dependendo do próprio objetivo comunicativo do falante/escritor.

E#54	<u>Contudo, há um argumento que</u> os bancos têm sido gananciosos.
E#55	<u>Segundo meu ponto de vista,</u> os bancos têm sido gananciosos.
E#56	<u>Telefonemas para os rádios percebem</u> que os bancos têm sido gananciosos.
E#57	<u>O presidente da associação de consumidores declarou</u> que os bancos têm sido gananciosos.
E#58	<u>Não há como negar que</u> os bancos têm sido gananciosos.
E#59	<u>Todo mundo sabe</u> que os bancos têm sido gananciosos.
E#60	Os bancos <u>não</u> têm sido gananciosos.

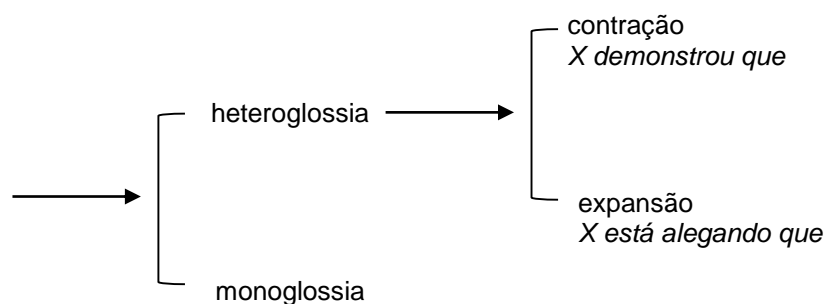
Martin e White (2005) ainda ressaltam outro motivo para embasar o uso do dialogismo e da heteroglossia para explicar os recursos semântico-linguísticos do subsistema de engajamento. A razão é de natureza interpretativo-categórica: toda vez que apresentam as categorias de análise do subsistema, apresentam juntamente como nós, com status de falantes/escritores nos posicionamos em relação à questão em jogo, se nos alinhamos ou desalinhamos com nossos ouvintes/leitores e como inserimos estes, léxico-gramaticalmente, ou quando não se encontram fisicamente no momento do ato comunicativo, formando um público potencial e/ou imaginado.

A própria natureza do Engajamento é oriunda da “esfera de enunciados anteriores”, conforme afirmamos anteriormente, que toma forma de textos de falante/escritor que, em contextos de situações anteriores e em diferentes (ou não) contextos de cultura, já se posicionaram avaliativamente frente às próprias questões que trazemos à situação comunicativa. Assim, o Engajamento diz respeito ao grau de reconhecimento do uso, explícito ou implícito, de textos anteriores e como falantes/escritores se engajam com esses textos; ao mesmo tempo que oferece categorias de análise para revelar se falantes/escritores se apresentam a favor ou contra, decididos ou em dúvida, ou se se posicionam de forma neutra em relação ao que está sendo avaliado.

Além disso, também é possível usarmos o Engajamento para analisar se a posição avaliativa trazida por falantes/escritores pode ser considerada fraca e aberta a outras avaliações para tipos particulares de ouvintes/leitores ou posta de forma inovadora, problemática ou embasada fortemente a ponto de não deixar espaço dialógico para outras avaliações (MARTIN; WHITE, 2005, p. 93)

Partindo da natureza dialógica do Engajamento, Martin e White (2005) dividem esse subsistema em razão do efeito de aproximação e/ou afastamento de textos previamente enunciados. A Figura 32 representa o início do subsistema.

Figura 32 - Engajamento: Contração e Expansão



Fonte: (Traduzido de Martin e White, 2005, p. 104).

A título de análise, Martin e White (2005, p. 102) propõem que, para categorizarmos a textos heteroglóssicos, devemos mensurar o grau com o qual

um enunciado, pela força de uma ou mais locuções, ativamente, permite posições e vozes dialógicas alternativas (expansão dialógica), ou alternativamente, age para contestar, defender ou restringir o escopo dos mesmos (contração dialógica).

Para demonstrar o caráter prático da heteroglossia expansiva e contrativa, Martin e White (2005, p. 102) apresentam os E#61 e E#62.

E#61	<i>Follain punctures the romantic myth that the mafia started as Robin Hood style groups of men protecting the poor. He shows that the mafia began in the 19th century as armed bands protecting the interests of the absentee landlords who owned most of Sicily. He also demonstrates how the mafia has forged links with Italy's ruling Christian Democrat party since the war. [Cobuild Bank of English]</i>
	Follain destrói o mito romântico de que a máfia começou na forma de grupos, no estilo Robin Hood, composta por homens protegendo àqueles mais pobres. Ele mostra que a máfia começou no século XIX na forma de bandos armados protegendo os interesses de donos de terras ausentes, que governavam grande parte da Sicília. Ele também demonstra como a máfia forjou ligações com o partido cristão-democrata da Itália desde a guerra.

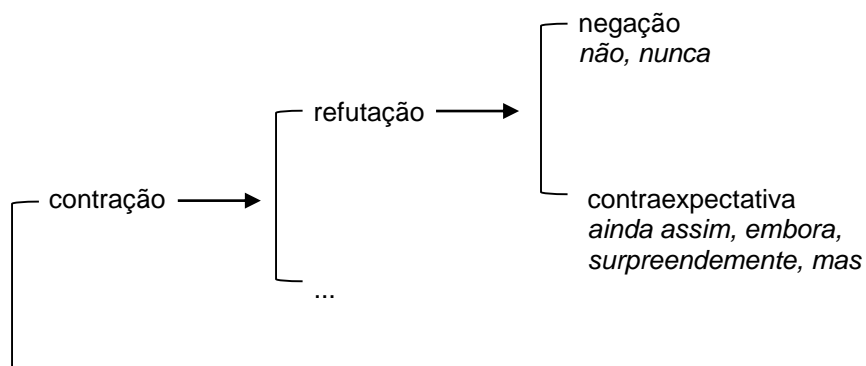
As marcas linguísticas de heteroglossia estão realizadas na forma da gramática do discurso direto e do indireto, no texto em negrito, nos verbos do dizer **mostra** e **demonstra**. Ambas escolhas apontam para uma aproximação do falante/escritor às proposições que acompanham os verbos, quais sejam “máfia começou no século XIX na forma de bandos armados protegendo os interesses de donos de terras ausentes, que governavam grande parte da Sicília. Ele também **demonstra** como a máfia forjou ligações com o partido cristão-democrata da Itália desde a guerra”. Os verbos, que retomam o discurso de Follain, fazem com que “a voz autoral apresente a proposição como verdadeira e se alinha com a voz externa, introduzida como a fonte da proposição”. O sentido retórico das escolhas é interpretado como um forte investimento interpessoal, restringindo o espaço dialógico dos ouvintes/leitores a questionarem, duvidarem, porem em jogo as proposições.

E#62	<i>Tickner said regardless of the result, the royal commission was a waste of money and he would proceed with a separate inquiry into the issue headed by Justice Jane Matthews. His attack came as the Aboriginal women involved in the case demanded a female minister examine the religious beliefs, they claim are inherent in their fight against a bridge to the island near Goolwa in South Australia. [Cobuild Bank of English]</i>
	Tickner disse que, independente do resultado, a comissão real foi uma perda de dinheiro e ele procederá com um inquérito para o problema, comandado pela juíza Jane Matthews. O ataque dele veio quanto as mulheres aborígenes envolvidas no caso solicitaram que a ministra mulher examinasse as crenças religiosas que elas alegam ser inerentes em suas lutas contra a ponte para a ilha, próxima a Goolwa no Sul da Austrália.

No exemplo 62, o falante/escritor provoca uma distância entre sua própria voz autoral e a proposição que usa, ao apresenta-las com o verbo **alegar**: “ser inerentes em suas lutas contra a ponte para a ilha, próxima a Goolwa no Sul da Austrália”. A ideia de que as crenças religiosas são inerentes na luta contra a construção de uma ponte perto de Goolwa no Sul da Austrália é posta em jogo, fazendo com que se torne um convite para que ouvintes/leitores possam propor alternativas dialógicas perante o tema em jogo. Diferentemente do primeiro exemplo, “diminui o custo interpessoal para que qualquer pessoa que deseja apresentar uma alternativa [à avaliação]” (MARTIN; WHITE, 2005, p. 103).

Avançando em níveis de especificidade do sistema de Engajamento, adaptamos a diagrama para representar apenas os campos semânticos que dizem respeito à negação, conforme a Figura 33. Nosso objeto de estudo, o Adjunto negativo **não**, encontra-se, prototipicamente na refutação (*Disclaim*) e, mais especificamente em termos de especificidade na negação (*Deny*). No campo da refutação, os significados são realizados com o efeito de contração do espaço dialógico para alternativas subsequentes nas situações de comunicação ou são suplantadas por outras que vão de encontro às expectativas do ouvinte/leitor.

Figura 33 - Engajamento: Contração: Refutação



Fonte: (Martin e White, 2005, p. 122).

A negação (*deny*), que comporta usos do Adjunto negativo **não** em proposições, no campo semântico da negação no sistema de Engajamento, é um recurso para “posicionar a alternativa positiva no diálogo e, portanto, reconhecendo-a, para rejeitá-la”. Estas características de orações com a presença do **não** é também corroborada por Tottie (1987) e Pagano (1994) quando concluíram sobre a presença de negações explícitas e implícitas, registrado, também, na Figura 33. As autoras ressaltam ainda que orações negativas não são a versão lógica oposta à positiva, pois, em nível léxico-gramatical carregam consigo a contraparte positiva, explicitando-a linguisticamente ou carregando-a semântico-discursivamente (implícita).

Martin e White (2005) apresentam o seguinte exemplo:

E#63	There's nothing wrong with meat, bread and potatoes. But how about some lean meat, wholemeal bread and jacket potatoes?
	Não há nada de errado com carnes, pães e batatas. Mas que tal carnes magras, pães integrais e batatas cozidas?

O E#63 é uma propaganda, divulgada pela revista *British Heart Foundation*, que advoga pela manutenção de hábitos saudáveis na Inglaterra. Os systemicistas apontam que a negação, no exemplo em inglês marcada pelo pronome “*nothing*” e, em português, pelo Adjunto negativo **não** é capaz de se tornar pressuposição que previamente, de

acordo com crenças e/ou enunciados, alguém afirmou que há algo de errado com carnes, pães e batatas, no contexto de manutenção de dietas saudáveis.

Reparemos no uso da negação em um dos discursos do nosso *corpus*. O exemplo é um excerto de uma fala do ex-presidente Collor, proferido em 16 de março de 1990.

E#64	CO90#1.5	Levamos mais de uma década para cortar as amarras do autoritarismo e não poderemos levar mais do que alguns meses para tirar o Brasil da crise econômica, do caos da inflação e da estagnação. Não poderemos tardar um dia sequer para devolver aos brasileiros o sentimento de esperança, a confiança em que a justiça social e a superação de nossas absurdas desigualdades serão alcançadas e logo.
------	----------	--

No contexto de situação, o discurso de Collor (1990) foi produzido em um almoço no palácio do Itamaraty, no dia 16 de março de 1990, oferecido para os chefes de missões diplomáticas. Entre promessas de recuperação econômica, Collor (1990) usa o recurso de negação duas vezes, ambas de forma implícita, pois, ao longo de seu texto, não retorna a usar as versões positivas das modulações, a primeira em um *complexo oracional* e a segunda dentro de uma oração projetante e, também, modal. Em termos da semântica do discurso, os usos das negações, no espectro do dialogismo, rejeitam qualquer alternativa no que diz respeito ao tempo de recuperação econômica do país e ao tempo de devolver aos brasileiros o conforto oriundo da “justiça social” e da “superação de desigualdades”.

A negação do discurso reconhece a versão positiva das modulações, criando a pressuposição das crenças de terceiros acerca das dúvidas sobre a rápida recuperação da crise: é possível que textos que duvidem ou afirmem que não há possibilidade de uma rápida saída da crise foram realizados anteriormente ao discurso de Collor (1990). Além disso, por estarem em caráter promissório, marcada pelo uso de modalidade e tempo futuro, o uso da negação pelo ex-Presidente ainda restringe o escopo de alternativas subsequentes quanto as questões em negação.

Seguindo a tradição metodológica de Martin e White (2005), passamos agora para as questões de alinhamento e a relação entre falante/escritor e ouvinte/leitor no que concerne à negação. Duas questões são levantadas pelos sistemicistas: a primeira, ocorre quando a negação não é direcionada para os ouvintes/leitores participantes da situação comunicativa imediata e, sim, orientada para terceiros (cenário típico de textos de comunicação em massa; na segunda, a negação é direcionada para o próprio ouvinte/leitor físico e/ou putativo (imaginado), criando um espaço de enfrentamento e desalinhamento entre interlocutores.

Podemos considerar o exemplo de Collor (1990) como negação em textos de comunicação em massa, pois foi proferido sem trocas de turnos de fala e/ou em contextos de debates políticos de partidos antagônicos em termos de posições valorativas. As modulações negativas, além de possuírem caráter de promessa, típico dos discursos políticos em situações de manutenção de laços de solidariedade, foram direcionadas para terceiros e não para os chefes das missões diplomáticas.

Os sistemicistas ainda apresentam outro exemplo, retirado do jornal *The Times*, escrita por Lewis Moonie, subsecretário do Estado para Defesa e Ministro das Questões dos Veteranos de Guerra da Inglaterra.

E#65	<p>Sir, Your report ('Anthrax vaccine refused by half Gulf personnel', February 12), recorded comments by Paul Keetch MP who claimed that the Ministry of Defence was 'showing confusion' among troops by making this programme voluntary and that by doing so it was abdicating leadership. May I repeat my assurances that this is not the case. Anthrax represents a real threat to our armed forces and we seek to protect our troops through detection systems, individual physical protection and medical countermeasures (immunization and antibiotics). But the best single protection against anthrax is immunisation.</p> <p>While we strongly advise personnel to accept the vaccine for their own protection, the programme is a voluntary one. That is entirely consistent with long-standing medical practice in the UK to offer immunisations only on the basis of voluntary informed consent. ... [The Times, letters to the editor,</p>
------	--

	21/02/03, from Lewis Moonie, MP, Parliamentary Under-secretary of State for Defence and Minister for Veterans Affairs]
	<p>Senhor, seu relatório (Vacina do Antrax é recusada pelo pessoal do Golfo' 12 de fevereiro), registrou comentários de Paul Keetch MP, que alegou que o Ministro da Defesa estava 'semeando confusão' entre as tropas, ao fazer deste programa voluntário e que, ao fazer isso, estava abdicando de sua liderança. Possa eu garantir que esse não é o caso. O Antrax representa uma ameaça real para as nossas forças armadas e nós procuramos proteger nossas tropas através de sistemas de detecção, proteção física individual e contramedidas médicas (imunização e antibióticos).</p> <p>Enquanto aconselhamos militares a aceitar a vacina para sua própria proteção, o programa é voluntário. Isso é inteiramente consistente com a longa prática médica na Inglaterra, que oferece imunização apenas na base de um consentimento informado... [<i>The Times</i>, cartas ao editor, 22/02/03, de Lewis Moonie, MP, subsecretário do Estado para Defesa e Ministro das Questões dos Veteranos de Guerra da Inglaterra].</p>

Ao usar o recurso da negação, é evidente que Lewis é contra a visão de Paul Keetch MP e suas alegações sobre o comportamento do Ministro da Defesa. Veiculado na seção de cartas para o editor, o Adjunto negativo como realização da categoria de negação do sistema de Engajamento é capaz de construir um leitor putativo (imaginado). Dessa forma, por se tratar de um texto cujas condições de produção não possibilitam a espontaneidade entre falante/escritor e ouvinte/leitor, Moonie, no processo de escolhas léxico-gramaticais, imagina um leitor ideal e o posiciona semântico-discursivamente, na tentativa de convencê-lo de sua posição valorativa e alinhá-lo em relação à mesma. No exemplo de Moonie, a negação, juntamente com a quantidade de argumentos que seguem o uso do recurso de contração dialógica, produzem um leitor imaginado que é potencialmente suscetível às alegações de Paul Keetch MP; logo, é um público que “possivelmente ainda precise ser convencido ou, pelo menos, ainda precise de mais informação sobre o que está em jogo”. (MARTIN; WHITE, 2005, p. 119).

Outro sentido é criado, além do desalinhamento Paul Keetch MP: ao posicionar em seu texto um leitor que necessita de mais informações acerca do programa voluntário de imunização, o recurso negativo usado por Moonie também tem caráter corretivo, ou seja, pretende corrigir as possíveis crenças que sua audiência imaginada possa ter criado, com base em textos passados sobre o mesmo assunto.

Da mesma forma, apresentamos outro exemplo da negação direcionada à construção de um leitor imaginado.

E#66	FHC95#1.1	Na campanha eleitoral, eu disse várias vezes que o êxito do Plano Real era condição indispensável para o Brasil recuperar a crença em si e abrir horizontes de prosperidade para o seu povo. Não faltou <u>quem dissesse que o Plano era eleitoreiro, que, mal terminadas as eleições, a inflação voltaria a crescer.</u> Enganaram-se redondamente. Sete meses depois do lançamento do Real, a inflação continua baixando. Em dezembro, foi mais baixa do que em novembro. E, agora, em janeiro, mais baixa ainda do que em dezembro: menos de 1,5%.
------	-----------	--

O excerto acima pertence a Fernando Henrique Cardoso, proferido no dia 3 de fevereiro de 1995, início do seu primeiro mandato, e registrado pelo sítio da Presidência da República como o primeiro discurso de pronunciamento à nação. O uso do Adjunto negativo, de forma implícita e proposicional, toma forma de uma crítica que contrai o espaço dialógico de alternativas subsequentes àqueles que alegariam sobre o caráter eleitoreiro do Plano Real, de forma pressuposta, e que, conseqüentemente, desacreditariam na agenda do ex-presidente assim que assumisse o Poder Executivo. Apesar de não explicitamente mencionar o endereçado da negativa, menciona-os de forma generalizada.

Paralelo ao exemplo anterior, Fernando Henrique Cardoso, em condições de produção textual restritas de espontaneidade, imagina um leitor que potencialmente poderia acreditar nas alegações da oposição e pontuar críticas assim que assumisse o

cargo de presidente. Tanto o uso da negação quanto o uso de dados estatísticos no exemplo 66 funcionam para construir um leitor imaginado que precise de provas concretas sobre as promessas das campanhas eleitorais de Fernando Henrique Cardoso, fazendo com que um laço de solidariedade se crie, partindo da mera promessa ao ato em si.

Posto o sistema de Engajamento, no que diz respeito ao uso do Adjunto negativo **não**, iniciamos, na próxima seção, os estudos de Givón (1993, 2001), Pagano (1994) e Nahajec (2012) acerca da negação, com especial atenção aos elementos de pressuposição e expectativa, inerentes, segundo os linguistas, do uso pragmático do fenômeno da negação. Além de complementar os estudos sobre o caráter dialógico da negação, também contribuem para a noção da relação entre falante/escritor e ouvinte/leitor, no que diz respeito a uma tipologia de conhecimentos compartilhados que formam a pressuposição e as diversas facetas de expectativas.

3.3 NEGAÇÃO, PRESSUPOSIÇÃO, EXPECTATIVA E RELAÇÃO ENTRE FALANTE/ESCRITOR E OUVINTE/LEITOR

Givón (1993, 2001) inicia a discussão sobre a negação em linguagem apresentando as perspectivas que historicamente tratavam desse fenômeno, quais sejam: a lógica tradicional, certeza subjetiva e a pragmática comunicativa. Nosso foco recai na primeira e última perspectivas, por se tratarem de estudos primordiais do fenômeno de negação e pela semelhança teórico-metodológica ao analisar o Adjunto de negação, respectivamente; a segunda perspectiva é de natureza cognitiva e não contribui para complementar o entendimento da negação da presente tese, que segue abordagens contextuais, semântico-discursivas e pragmáticas.

Quanto à primeira, Givón (1993, 2001) afirma que orações negativas, de nome asserção-NEGATIVA, são parte constituinte das quatro modalidades proposicionais de Aristóteles (*in* Jonathan, 1980; Patterson, 1995; Leszl, 2004) e as apresenta em um *nível* de modalidades epistêmicas

Quadro 15 - Modalidade proposicionais aristotélicas

Pressuposição = considerada como certa (verdade necessária)	Asserção-REALIS: fortemente assertiva quanto à verdade (verdade factual)	Asserção-IRREALIS: fracamente assertiva quanto à verdade (verdade possível)	Asserção-NEGATIVA: fortemente assertiva quanto à não verdade (falsidade)
---	--	---	--

Fonte: (Givón, 2001, p. 388).

Contudo, tece Givón (2001, p. 388) uma crítica àqueles que estudam Lógica, pois esses apenas consideravam a negação com base em seu valor de verdade, ou seja, “um operador lógico que meramente reverte o valor de verdade de uma proposição”. A abordagem da Lógica tradicional, como em Aristóteles (*in* Jonathan, 1980; Patterson, 1995; Leszl, 2004), não examina as condições contextuais de produção textual nas quais a negação se encontra, conforme explanadas por Halliday (1989), Halliday e Matthiessen (2004, 2014), Tottie (1987), Pagano (1994) e Martin e White (2005).

Por não abarcar a negação em âmbito contextual, Givón (1993, 2001) apresenta uma abordagem sobre a natureza pressuposicional da negação, por uma perspectiva pragmática linguagem. Sobre a ótica do linguista funcionalista, negação é um acionador pressuposicional em relação às expectativas dos participantes, com base em conhecimentos contextuais, cotextuais e genéricos (NAHAJEC, 2012).

Dois pequenos diálogos são apresentados por Givón (2001, p. 370) para exemplificar a negação como acionador pressuposicional.

E#67	(1) A – What’s new? B – The president died. A – Oh, when? How?	E#76	(2) A – What’s new? B – The president didn’t die. A – Was he supposed to?
	A – Alguma novidade? B – O presidente morreu. A – Quando? Como?		A – Alguma novidade? B – O presidente não morreu. A – Ele deveria ter morrido?

Givón (1993, 2001) ilustra a pressuposição através de uma comparação entre uma oração de polaridade positiva e outra negativa. A negação, no segundo diálogo, causa uma resposta de espanto do interactante B, indicando que algo estava faltando no *background* pressuposto. Givón (2001, p. 370) afirma que “o que está faltando, é claro, a asserção – na forma de *background* – da proposição afirmativa correspondente a ‘O presidente morreu’”.

Na posição de acionador pressuposicional, Givón (2001, p. 370) sustenta que uma asserção negativa (oração de polaridade negativa) é construída no tácito assentimento de que o ouvinte/leitor “ouviu sobre, acredita, é propenso a tomar como certo, ou, pelo menos, está familiarizado com a proposição afirmativa correspondente”. É por essa razão que trouxemos as contribuições desse linguista funcionalista para a discussão acerca da natureza dialógica da negação, apontada por Martin e White (2005): complementa no sentido de oferecer uma explicação de caráter léxico-gramatical e pragmático do uso da negação, a partir da natureza interpessoal do Adjunto negativo **não**, isto é, de analisar tal fenômeno a partir das intenções de posições valorativas entre falante/escritor e ouvinte/leitor.

Trazemos, também, as contribuições de Pagano (1994), cujo trabalho de análise da negação em linguagem escrita também pode complementar a natureza dialógica do fenômeno em questão, em especial sobre o potencial de acionador pressuposicional da negação. Na esteira de interpretação do efeito corretivo da negação para com a audiência, conforme os exemplos que apresentamos dos discursos políticos, Pagano (1994, p. 20) embasa a explicação dos limites pressuposicionais em Miller e Johnson-Laird (1976) na afirmação de que falantes/escritor não podem negar qualquer coisa, contudo, “apenas asserções que são plausíveis ou aceitáveis no contexto de interação”. Para tanto resgata dois conceitos de Brazil (1985): paradigma geral e paradigma existencial. Pagano (1994) explica que a terminologia é aplicável ao estudo pragmático da negação em linguagem escrita, pois o termo paradigma implica um grupo de itens linguísticos que se relacionam de forma que podem ser substituídos em um dado contexto. A esse conceito, relacionamos ao contexto de situação de Halliday (1989) e Halliday e Matthiessen (2004, 2014) que também é constituído de elementos linguísticos e extralinguísticos que diretamente afetam as escolhas léxico-gramaticais dos

interlocutores, considerando a linguagem um recurso sociosemiótico de escolhas possíveis.

O paradigma geral, segundo Brazil (1985), é composto das condições que a linguagem, em nível de sistema, limita os elementos que podem ser realizados. O existencial é o próprio contexto de situação, contudo, visto na forma de registro (HALLIDAY, 1989; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, 2014) as possibilidades possíveis que estão acessíveis aos interlocutores em dada situação.

Givón (1993, p. 189) desenvolve a pressuposições e as formas nas quais ocorre quando o Adjunto negativo é usado.

E#68	Background: Joe told me that he won ten grand in the lottery... NEG-assertion: ... tho later I found out he didn't .	Background: Joe me disse que ele ganhou 10 mil na loteria Asserção-NEGATIVA: para eu descobrir depois que ele não ganhou
------	--	--

No E#68, o interlocutor recorreu à negação explícita, pois tanto a proposição negativa como a positiva foram usados no mesmo texto. A esse uso, Givón (1993) afirma que a correspondente afirmativa, a pressuposição para a negação, já se encontra na forma de *background* para a produção da asserção-NEGATIVA. A pressuposição, segundo o autor, toma forma de expectativa, realizada pela proposição afirmativa.

E#69	Background: A: I understand you're leaving tomorrow B: No, I'm not . Who told you that?	Background: A: Eu vi que você vai embora amanhã. B: Não , não vou. Quem te disse isso?
------	---	---

Em E#69, o *background* de expectativas pode ser explicitado por um dos interlocutores, que se baseia em conhecimentos específicos acerca do 'estado de coisas ou estados de mente' do outro interlocutor.

E#70	<p>A: So you didn't leave after all</p> <p>B: (i) No, it turned out to be unnecessary</p> <p>(ii) Who said I was going to leave?</p> <p>(iii) How did you know I was going to?</p>	<p>A: Então, você não foi embora.</p> <p>B: (i) Não, no final, não foi necessário</p> <p>(ii) Quem disse que eu iria embora?</p> <p>(iii) Como você sabia que eu iria embora?</p>
------	---	---

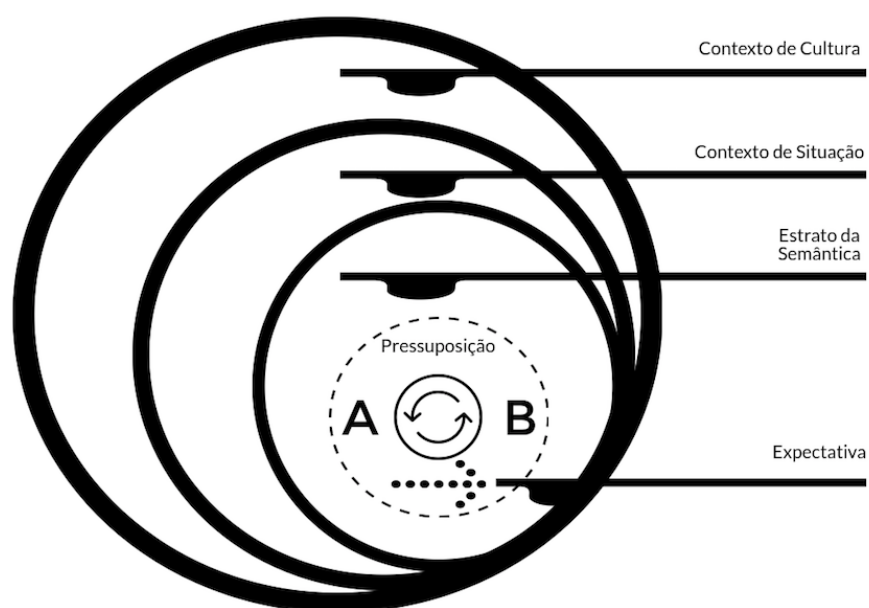
O exemplo 70 é utilizado para aprofundar o conceito de *background* de expectativas acionado pelo uso da negação, através das respostas possíveis a uma asserção-NEGATIVA. Em (i), a resposta de B mostra que o Adjunto negativo de A, que pressupõe o fato de que B iria embora, porém, não foi, toma forma de um *background* de expectativas compartilhados por ambos interlocutores, fazendo com que “a correspondente positiva [tome a forma de] informação compartilhada” ‘*you left*’. Em (ii), a reação de B sugere que A não fora informado corretamente: a negação de A, mesmo que não em consonância com a expectativa de B, ainda pressupõe o fato de que B iria embora; por último, em (iii), a resposta é produzida em tom de surpresa, pois, B não sabe explicar por que a informação de sua saída vazou e, por inferência, concedeu a resposta para A na forma de uma pergunta.

Se voltarmos aos exemplos de Givón (1993, p. 189), sobre as possíveis respostas ao uso da negação, a metafunção interpessoal explica parcialmente o assentimento e a quebra da pressuposição entre interlocutores e a expectativa projetada em B.

E#70	<p>A: So you didn't leave after all</p> <p>B: (i) No, it turned out to be unnecessary.</p> <p>(ii) Who said I was going to leave?</p> <p>(iii) How did you know I was going to?</p>	<p>A: Então, você não foi embora.</p> <p>B: (i) Não, no final, não foi necessário.</p> <p>(ii) Quem disse que eu iria embora?</p> <p>(iii) Como você sabia que eu iria embora?</p>
------	--	--

Ao analisarmos a metafunção interpessoal, observamos que as realizações léxico-gramaticais no sistema de Modo dão pistas linguísticas acerca da distância social, caracterizada pela quantidade de *backgrounds* de pressuposições e expectativas que ambos compartilham, tanto em nível cultural (GIVÓN, 1993, 2001) quanto interparticular (HALLIDAY, 1989; HALLIDAY E MATTHIESSEN, 2004, 2014), entre interlocutores, regida pelas condições de formalidade e informalidade da situação. Apresentamos a Figura 34 para representar o funcionamento da negação, indicando seu caráter pressupositional e de expectativa, a partir da análise dos significados interpessoais da linguagem.

Figura 34 - Pressuposição e expectativa em nível interpessoal



Fonte: (Elaborada pelo autor).

A Figura 34, com o círculo de linhas pontilhadas, representando que nem sempre a expectativa que é projetada por falantes/escritor em um contexto de situação específico é concretizada e/ou dada como certa pelo ouvinte/leitor, abrange todas as variáveis que interferem na construção de pressuposições e expectativas que a negação aciona quando interlocutores a recorrem. Alocados em um contexto de cultura e de situação, e

posicionando a construção no estrato da semântica, as pressuposições surgem de acordo com a totalidade do texto produzido e não somente de elementos linguísticos específicos. No exemplo de Fernando Henrique Cardoso, além do Adjunto negativo, o início do excerto indica o apontamento indireto, para a audiência, de que havia críticas acerca da agenda de compromissos governamentais, marcada pelo grupo nominal “condição indispensável”; após, recorre à negação e, também, a uma oração de sujeito impessoalizado.

Não somente a negação funciona como acionador pressuposicional, pois, conforme Nahajec (2012), com base em Levinson (1983) Levinson e Annamalai (1992), o Adjunto negativo por si só não pressupõe informações dadas (ou não) como verdadeira: é no nível da semântica do discurso, da totalidade do texto, em termos hallidayanos, no estrato da semântica em contato com o contexto de situação e de cultura (HALLIDAY, 1989; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, 2014) que pressuposições e expectativas surgem sempre regidas pelo caráter interpessoal da linguagem, da relação entre falante/escritor e ouvinte/leitor (imaginados ou não).

“Enganaram-se redondamente”, de forma mais explícita, pressupõe a ideia de que a oposição já teria tecido críticas acerca do êxito do Plano Real. Isso demonstra que não são somente elementos particulares que acionam pressuposições, mas a totalidade de significados que vão se desenrolando na logogênese, sempre alocados em um contexto de cultura e de situação que dispõem de possibilidades de uso da negação e da pressuposição.

Voltando ao exemplo de Givón (1993, 2001), as respostas de B comprovam nossa afirmação: da pressuposição acionada pelo uso da negação de A, B, em (i), assentiu sobre a informação compartilhada, considerando a expectativa de A como verdadeira. Já em (ii), a resposta de B aponta para uma quebra de pressuposição, porém, que sugere um referencial distinto para a pressuposição, pondo em dúvida a relação de proximidade e/ou distância social entre A e B. Em (iii), novamente, a expectativa de A projetada em B, sobre o fato de sua saída é assentida, porém, realizada na forma de uma oração interrogativa, fazendo com que os significados interpessoais, em especial àqueles de distância social, ponham em jogo o direcionamento da pressuposição. Assim, afirmamos que a pressuposição, que se constitui a partir de informações compartilhadas dadas

como verdadeiras, são regidas pela metafunção interpessoal na semântica do discurso e variam de acordo com o contexto de cultura e de situação na qual atos comunicativos ocorrem: informações podem ser pressupostas e esperadas em uma cultura ou em uma situação comunicativa específicas, porém, podem não ser em outros contextos de cultura e de situação. A expectativa que é projetada de um interlocutor para outro e vice-versa toma forma na concretização da pressuposição: o falante/escritor pressupõe e espera que ouvinte/leitor já tenha conhecimento da asserção positiva carregada pela asserção negativa, que pode ou não ser considerada verídica a partir do desenrolar do texto.

As categorizações da natureza pragmática da negação são também aplicáveis ao exemplo do excerto do discurso de Fernando Henrique Cardoso (1995).

E#71	FHC#95	Na campanha eleitoral, eu disse várias vezes que o êxito do Plano Real era condição indispensável para o Brasil recuperar a crença em si e abrir horizontes de prosperidade para o seu povo. Não faltou <u>quem dissesse que o Plano era eleitoreiro, que, mal terminadas as eleições, a inflação voltaria a crescer. Enganaram-se redondamente.</u> Sete meses depois do lançamento do Real, a inflação continua baixando. Em dezembro, foi mais baixa do que em novembro. E, agora, em janeiro, mais baixa ainda do que em dezembro: menos de 1,5%.
------	--------	--

Mesmo que o exemplo seja a transcrição do discurso do ex-Presidente e não esteja em âmbito dialogal, é possível perceber que a pressuposição e a expectativa são acionadas pelo uso do Adjunto negativo e outras expressões que também sugerem um *background* de conhecimento. No excerto, o uso da negação indica que o ex-presidente projetou expectativas de sua possível audiência no momento de produção do discurso político, audiência que era potencialmente propensa a duvidar sobre a agenda promissória da campanha eleitoral de FHC, antes de assumir o Poder Executivo da nação.

Retornando ao nível léxico-gramatical, trazemos as considerações de Moura Neves (2000), autora brasileira segue a perspectiva funcionalista da linguagem e oferece

categorias de análise da negação em língua portuguesa que contribuem para o alcance do objetivo desta tese. Com semelhante tratamento que Halliday e Matthiessen (2004, 2014) dão para a negação, no que tange ao lugar no qual a negação recai, adicionamos, no intuito de aumentar a abrangência do *locus* de negação hallidayano, a ideia de escopo de negação segundo Moura Neves (2000). Segundo a autora (2000, p. 285), o elemento **não** é um modificador e por isso tem um âmbito de incidência, isto é, um escopo sobre o que a negação exerce seu efeito semântico.

A primeira categoria é a negação predicativa que ocorre quando o locutor nega a existência de um vínculo semântico entre um sujeito e um predicado e “[...] [afirma] que não é legítima a atribuição de um determinado predicado a um determinado sujeito”.

Observemos os exemplos do *corpus* de Callegaro (2015).

E#72	[...] <u>uma criança não respeita mais o professor</u> [...]
------	--

E#73	<u>Minha mãe não sabia fazer um “o” com um copo.</u>
------	--

E#74	(53) [...] eu sou o candidato preferencial pelo povo argentino. Na última pesquisa, tive 60% dos votos na Argentina. Só que não <u>sou candidato na Argentina.</u>
------	---

Outra ocorrência é quando o locutor produz orações sem sujeito, isto é, a negação é atribuída apenas a um predicado. A intenção do locutor é apresentar como não-existente o estado de coisas que é designado pelo predicado. Apresentamos os E#75 e E#76 (MOURA NEVES, 2000, p. 295),

E#75	Não <u>há políticas públicas, através de Ministérios, que consigam resolver um problema dessa dimensão.</u>
------	--

E#76	Não há números, não há nada que apareça na imprensa que mexa com a minha cabeça [...]
------	---

Não somente em orações simples, a negação também ocorre em contextos de subordinação e coordenação⁴; como o presente trabalho se foca apenas no elemento *não*, mencionamos apenas a negação em processos de subordinação, pois, quando ocorre em processos de coordenação, são outros elementos negativos que a autora utiliza para exemplificar seu funcionamento. Vejamos os exemplos:

E#77	Eu sei que não posso frustrar isso.
------	--

E#78	[...] muitos bispos falam que não gostam de política.
------	--

E#79	Eu não quero que <u>a CNBB seja uma correia de transmissão do meu governo</u> [...]
------	---

E#80	como não quero que <u>meu governo seja uma correia de transmissão da CNBB.</u>
------	---

Quando o Adjunto **não** for usado na oração completiva, somente seu sentido é afetado e quando ele se encontra na oração principal, ambas orações são modificadas semanticamente. Em termos da GSF de Halliday e Matthiessen (2004, 2014), quando a negação está na oração projetada, como nos E#77 e E#78, a força da negação não é modificada em comparação aos E#79 e E#80 e, cuja negação foi colocada na oração projetante, oriunda de processos mentais desiderativos. Em E#79 e E#80, a negação é deslocada das proposições sublinhadas e postas ao lado dos processos, causando o que Halliday e Matthiessen (2014) chamam de distância social.

Moura Neves (2000, 321) ressalta sobre a posição subjetiva explícita quando a negação passa a oração projetante, incidindo sobre toda uma proposição ou proposta (oração projetada)

sujeito e predicado dessa oração são realçados e colocados no foco de interpretação negativa do destinatário. Exatamente por isso, essas construções

⁴ Por fidelidade à obra de Moura Neves (2000), mantemos aqui a taxonomia empregada pela autora.

com a negação deslocada para a oração principal ocorrem especialmente com sujeito de primeira pessoa do singular nessa oração, o que implica que é a atitude do falante que é marcada.

A autora argumenta que tais verbos que permitem a deslocamento da negação da projetada para a projetante são: verbos epistêmicos ou de julgamento, do tipo não factivo e não implicativo: verbos de opinião como *achar, julgar, supor, acreditar* e similares ou adjetivos usados predicativamente como [ser] provável e similares. Exemplos do *corpus* (82 e 84) e de Moura Neves (81 e 83) (MOURA NEVES, 2000, p. 320) são apresentados:

E#81	Não acho que esta vida valha muito a pena.
------	---

E#82	[...] porque nesse Plano acho que vamos discutir uma coisa sagrada, que é o desenvolvimento regional, sem o qual não acredito que haja planos que passam fazer um país da dimensão do Brasil dar certo.
------	--

E#83	Não penso perder essa chance.
------	--------------------------------------

E#84	Será que não é possível o Brasil inteiro construir um milhão de cisternas?
------	---

Moura Neves (2000) ainda ressalta que o deslocamento da negação da oração completiva⁵ para a oração principal é mais comum com o tempo subjuntivo, pois o locutor usa a oração principal para atenuar a declaração feita no enunciado, característica típica do subjuntivo. A autora ainda adiciona (2000, p. 321):

O significado mais eventual (e não factual) da oração completiva [...] é dependente do fato de o verbo da oração principal ser de atividade mental, portanto, com modalidade possível ou contingente. Com a negação na oração principal (tendo em vista o fato de que o sujeito é, geralmente, de primeira pessoa do singular), o falante consegue marcar um certo descomprometimento em relação à sua declaração; e, com o modo subjuntivo, ele age no mesmo sentido, reforçando essa intenção.

⁵ Completiva, para a autora, significa aqui “aquela que completa”, não necessariamente é a que a gramática tradicional denomina de “completiva nominal”.

Vejamos a comparação que Moura Neves (2000, p. 322) faz:

E#85	Eu não acho que sou elitista.
------	--------------------------------------

E#86	Eu não acredito que exista qualquer articulação política.
------	--

No E#85, a negação está na oração principal e o locutor usa o modo indicativo na oração completiva. O fato expressado na oração completiva é contingente: mesmo não havendo a ausência de certeza, característica típica do modo subjuntivo, há a atenuação da certeza, consequência da transferência da negação para a oração principal.

Já em E#86, a negação continua na oração principal, contudo, o locutor recorre ao modo subjuntivo na construção da oração completiva. Nesse caso, o fato expresso na oração completiva é tido como impossível; soma-se a isso, ainda, a transferência da negação para a oração principal, aumentando o descomprometimento do locutor a sua proposição.

No próximo capítulo, Procedimentos metodológicos, detalhamos a natureza da pesquisa que adotamos para o alcance dos objetivos desta tese, ao mesmo tempo que caracterizamos o nosso *corpus*, formas de seleção e organização dos arquivos e, também, detalhamos os procedimentos que compõem o design de análise, desde a fase de investigação léxico-gramatical até a interpretação semântico-discursiva dos dados obtidos.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente capítulo está dividido em três seções: a primeira, “Contextualização da Pesquisa”, esclarecemos sobre a natureza do discurso político e as particulares do *corpus* selecionado; na segunda, intitulada “Caracterização de Pesquisa”, localizamos o tipo de pesquisa que adotamos para o alcance dos objetivos desta tese, ao mesmo tempo em que detalhamos os termos de critérios de seleção do *corpus*. Por último, na seção de “Design de Análise”, delineamos os passos metodológicos, desde a forma de organização dos arquivos do *corpus*, evidenciando a seleção do marcador negativo **não**, a análise léxico-gramatical das orações que contêm tal marca e os procedimentos da análise semântico-discursiva.

4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA

A nossa pesquisa se encontra no âmbito da análise de discursos políticos, textos produzidos durante o regime militar brasileiro, de 1964 a 1985, e discursos que foram produzidos durante o processo de redemocratização da República Federativa do Brasil, no total de cem (100) discursos políticos de ex-presidentes proferidos durante duas eras da história política do Brasil.

Os primeiros cinquenta (50) discursos de 1964 até 1985 foram produzidos durante, o que Linz e Stepan (1996) categorizam como um regime moderno não democrático autoritário. Conforme os autores, esse tipo de governo é caracterizado quando um indivíduo ou grupo lidera uma nação, de forma mais ou menos estável dentro de um conjunto de normas previsíveis, com traços de ação coercitiva sob a égide do controle nacional. Segundo o sítio do Supremo Tribunal Eleitoral, o grupo que liderou, em âmbito federal executivo, o país durante o período supracitado foram indivíduos militares, cuja maneira de eleição se dava através do voto indireto, ou seja, o presidente da República era eleito ou através da maioria absoluta dos votos do Congresso Nacional (1967 a 1974) ou através do Colégio Eleitoral (1974 a 1985), institucionalizado através do Ato Institucional nº 2.

Os ex-presidentes que compõem a autoria desses discursos são: General Humberto Castelo Branco (CB)⁶, cujo mandato vai de 1964 a 1967, Marechal Costa e Silva (CS), de 1967 a 1969, General Emílio Médici (ME), 1969 a 1973, General Ernesto Geisel (GE), de 1974 a 1979 e General João Baptista Figueiredo (FI), de 1979 a 1984. A Figura 35, retirada do sítio do Superior Tribunal Eleitoral, exibe com mais detalhes as eleições dos ex-presidentes militares.

Figura 35 - Ex-presidentes eleitos através de eleições indiretas

DATA		ELEITO	POR	PERÍODO
ANO	DIA-MÊS			
1891	25.2	Manoel Deodoro da Fonseca	Assembléia Constituinte	25.2.1891 a 23.11.1891
1934	17.6	Getúlio Dornelles Vargas	Assembléia Constituinte	20.7.1934 a 10.11.1937
1964	11.4	Humberto de Alencar Castello Branco	Congresso Nacional	15.4.1964 a 15.3.1967
1966	3.10	Arthur da Costa e Silva	Congresso Nacional	15.3.1967 a 31.8.1969
1969	25.10	Emílio Garrastazu Médice	Congresso Nacional	30.10.1969 a 15.3.1974
1974	15.1	Ernesto Geisel	Colégio Eleitoral	15.3.1974 a 15.3.1979
1978	15.10	João Baptista de Oliveira Figueiredo	Colégio Eleitoral	15.3.1979 a 15.3.1985
1985	15.1	Tancredo de Almeida Neves	Colégio Eleitoral	Não assumiu por motivo de seu falecimento.

Fonte: (Tribunal Superior Eleitoral).

O processo de redemocratização foi marcado por movimentos históricos, de acordo com Reis (2000), como a revogação Ato Institucional nº 5 durante o governo de

⁶ Cada presidente recebeu, nesta tese, uma sigla para a identificação da autoria dos exemplos.

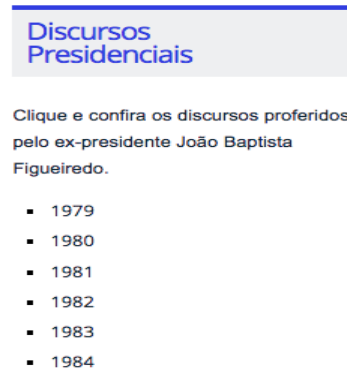
Geisel em 1979, juntamente através da Emenda Constitucional Dante de Oliveira e movimentos sociais, políticos e civis que reclamavam pelo retorno das eleições diretas entre 1985 e 1986, A autoria dos discursos que compõem os outros 50 textos são: José Sarney (SA), cujo mandato foi do ano 1985 à 1990, Fernando Collor (CO), de 1990 a 1992, Itamar Franco (IF), 1992 a 1995, Fernando Henrique Cardoso (FHC), de 1995 a 2003 e Luiz Inácio Lula da Silva (LU), de 2003 a 2010. Desconsideramos Tancredo Neves, por não ter assumido o cargo devido ao seu falecimento e, também, consideramos José Sarney parte do grupo de discursos de ex-presidentes civis, pois ele não possuía cargo militar como os ex-presidentes anteriores, contudo fora eleito vice-presidente de Tancredo Neves por Colégio Eleitoral.

Assim, os textos que compõem nosso objeto de análise foram retirados do sítio da Biblioteca da Presidência da República, no endereço <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/>, na seção que possui um extenso arquivo de discursos políticos transcritos de ex-presidentes do Brasil. Ao explorarmos o perfil de cada ex-presidente, os textos oficiais são divididos em duas categorias: mensagens presidenciais e discursos. As mensagens presidenciais fazem parte do protocolo de sessões legislativas do Congresso Nacional, que segundo o sítio do Senado (<https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/sessao-legislativa>) é

período de atividade normal do Congresso a cada ano, de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro. Cada quatro sessões legislativas, a contar do ano seguinte ao das eleições parlamentares, compõem uma legislatura. Já a sessão legislativa extraordinária compreende o trabalho realizado durante o recesso [...] parlamentar, mediante convocação. Cada período de convocação constitui uma sessão legislativa extraordinária.

Os discursos dos ex-Presidentes são textos oficiais, transcritos após o pronunciamento, e arquivados separadamente a depender do mandato e ano de vigência. O que nos chamou bastante atenção é a terminologia usada para cada texto oficial. Ao entrarmos no perfil de cada ex-Presidente, o sítio da Biblioteca da Presidência da República apresenta a seção apresentada pela Figura 36.

Figura 36 - Link para discursos presidenciais; no caso, do ex-presidente João Batista Figueiredo



Fonte: (Sítio da Biblioteca da Presidência da República).

Contudo, ao explorarmos os títulos de cada texto, diferentes denominações surgem. A Figura 37 representa o hiperlink de discursos políticos do ex-Presidente Figueiredo, no ano de 1979.

Figura 37 - Discursos do ex-presidente Figueiredo, listado no sítio da Biblioteca da Presidência da República, no ano de 1979

04 de abril de 1979 - Discurso por ocasião da reunião final com o Chanceler da República da Alemanha, Senhor Helmut Schmidt

04 de abril de 1979 - Discurso por ocasião do jantar oferecido pelo Chanceler da República Federal da Alemanha Senhor Helmut Schmidt

19 de abril de 1979 - Improviso ao receber a Ordem do Mérito do Distrito Federal

25 de abril de 1979 - Improviso ao receber o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva da Itaipu Binacional

26 de abril de 1979 - Improviso ao visitar a cidade de Alegrete-RS

Fonte: (Sítio da Biblioteca da Presidência da República).

A seguir, apresentamos a seção de discursos de Lula, no ano de 2003.

Figura 38 - Discursos do ex-presidente Lula, listado no sítio da Biblioteca da Presidência da República, no ano de 2003

01-01-2003 - Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão solene de posse no Congresso Nacional

10-01-2003 Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na visita à Vila Irmã Dulce

11-01-2003 Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita à cidade de Itinga

14-01-2003 Palavras do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na visita do Presidente da Argentina, Eduardo Duhalde

24-01-2003 Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no III Fórum Social Mundial

Fonte: (Sítio da Biblioteca da Presidência da República).

Observamos que existem diferentes denominações: improvisos, palavras, pronunciamentos e discursos. Em pesquisa anterior, Callegaro (2015) consultara, por e-mail, Rebecca Crivellaro Campos, funcionária pública que administrava o sítio da Biblioteca da Presidência da República em 2015. A resposta recebida contemplava a função comunicativa de cada texto oficial e esclarece o que segue (CAMPOS, 2015):

Mensagem ao Congresso: seria uma apresentação de resultados em todas as áreas do governo, de acordo com o que foi proposto pelo presidente no início do mandato. Uma espécie de balanço de cada legislatura.

Discursos: são mais corriqueiros e se referem a assuntos gerais do governo.

Pronunciamento: se referem a assuntos mais pontuais e são feitos diretamente à nação, por isso o alcance é maior que o do discurso. Podem ser transmitidos nacionalmente via rádio, tv, internet.

Palavra do Presidente: foi uma espécie de denominação específica dada por um determinado presidente aos seus discursos. Assim como são dados título a programas presidenciais específicos, como por exemplo: café com o presidente.

Devido às distintas denominações dos textos oficiais, decidimos pela coleta apenas de discursos políticos, por tratarem de assuntos mais gerais do governo e por estarem em diferentes contextos de situação (CALLEGARO, 2015), possibilitando uma gama maior na produção de significados. Na próxima seção, caracterizamos o tipo de pesquisa adotada para o alcance dos objetivos geral e específicos estabelecidos nesta tese.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A presente seção apresenta a natureza da pesquisa que adotamos para alcançar os objetivos da presente tese. Como o *corpus* é composto de cem (100) discursos e objetivamos analisar os comportamentos léxico-gramatical e semântico-discursivo do Adjunto modal **não**. Para atingirmos nossos objetivos, optamos por utilizar o **Método Misto** (CROKER, 2009) para a análise dos *corpora*. Sendo assim, cruzamos procedimentos de análise qualitativa com procedimentos de análise quantitativa, a fim de construir uma análise que chegasse ao estrato da semântica do discurso, de modo a atingir nosso objetivo geral que é **explorar o caráter léxico-gramatical e semântico avaliativo-discursivo do Adjunto negativo “não” em textos do discurso político de língua portuguesa brasileira**.

Nas próximas duas seções, apresentamos a composição da metodologia quali-quantitativa que adotamos e as contribuições para a consecução dos objetivos geral e específicos propostos nesta tese.

4.2.1 Metodologia qualitativa

Começamos esta seção com as palavras de Flick (2009), cujo trabalho desenvolvido esclarece conceitos sobre a pesquisa qualitativa, além de oferecer uma

gama de possibilidades de trabalho com a pesquisa quantitativa, triangulação metodológica e uma abordagem cronológica para com os estágios desse tipo de pesquisa. O autor se questiona sobre a existência da pesquisa qualitativa e a função que exerce a partir do século XX.

Posicionando-se com a crença no pós-modernismo, cuja consequência nas relações sociais é a rápida e constantemente reformulação de suas lógicas. Para esse fenômeno, Flick (2009) denomina a pluralização dos mundos de experiência. O autor, calcado por defensores do pós-modernismo, declara que o tempo das grandes narrativas e teorias tradicionais chegou ao fim. Hoje, segundo Blumer (1969, p. 33), autor utilizado no texto de Flick (2009): “[a] posição inicial do cientista social e do psicólogo é praticamente sempre [uma posição] de ausência de familiaridade com o que realmente está ocorrendo na esfera de vida escolhida para o estudo”). Não somente o trabalho desses profissionais se encontra no limite entre certezas e incertezas, como também o trabalho do linguista. Partindo da capacidade semogênica da linguagem, apresentada por Halliday e Matthiessen (1999), da relação orgânico-dialética da linguagem com o contexto de situação e de cultura, novos significados encontram realizações no sistema da língua para acomodar as demandas sociais, assim como a confluência das necessidades de novas formas de significar forma e/ou reconfigura contextos. Portanto, devido as transformações na língua seguindo as constatações de Flick (2009) e Blumer (1969), o trabalho do linguista paira sobre o método dedutivo, quando o estudioso da linguagem trabalha com problemas de pesquisa e hipóteses de metodologias tradicionais, até o método indutivo, quando conceitos mais flexíveis são necessários à análise de fenômenos sociais, visto que o linguista observa o fenômeno primeiro e, após, seleciona categorias de análise.

Em vista disso, além de contemplarmos a pesquisa quantitativa, também, procuramos aplicar a pesquisa do tipo qualitativa. Apenas com a pesquisa quantitativa, não é possível realizar o objetivo proposto e responder nossa questão de pesquisa: como o fenômeno da negação na linguagem se comporta o âmbito do discurso político? Para que chegássemos a níveis mais específicos (especificidade) do diagrama dos itens léxico-gramaticais negativos (MARTIN; WHITE, 2005; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014) e, chegássemos a uma interpretação semântico-discursiva, foi necessário que

buscássemos na pesquisa qualitativa orientações metodológicas que vão além da mera constatação estatística do *corpus*. Foi necessário que analisássemos o *corpus* para além da constatação quantitativa para que chegássemos no nível do estrato da semântica do discurso.

Minayo (1994) afirma que o modelo qualitativo de pesquisa responde a situações particulares, aprofundando o entendimento sobre um fenômeno que não pode ser reduzido a mera quantificação. Afirma ainda que corresponde a um espaço de análise que trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, fatores que a pesquisa quantitativa não consegue resgatar a partir de seus princípios metodológicos.

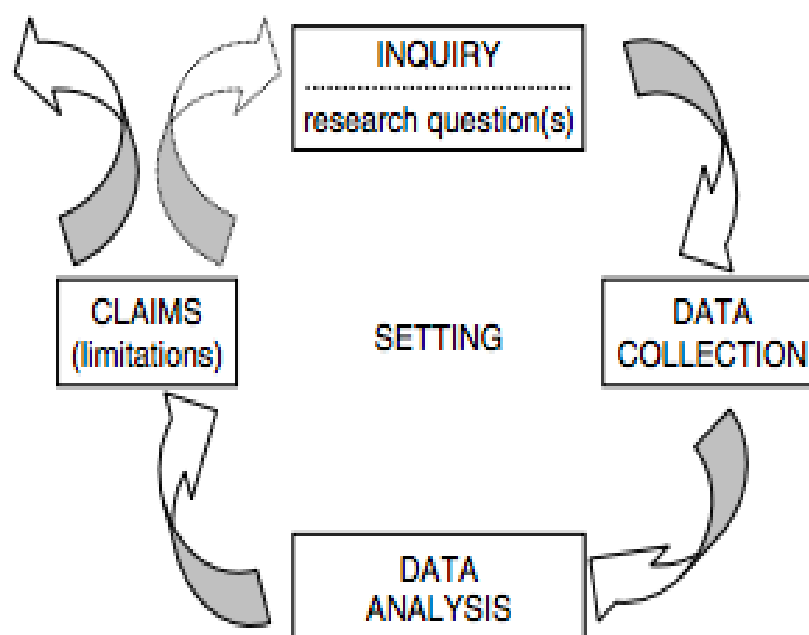
Contudo, o que a fala de Minayo (1994) significa para a Linguística Aplicada? Croker (2009) afirma que a Linguística Aplicada se foca na linguagem em uso, relacionando o conhecimento do linguista sobre linguagem com o entendimento de como ela funciona no mundo real, através da coleta de dados e exame dos mesmos através de uma análise interpretativa. Para essa análise interpretativa, é necessário que usemos variados métodos de seleção de dados, isto é, no caso da presente tese, construção de um *corpus* representativo. O linguista deve se perguntar: o que está acontecendo aqui? A partir de questionamentos acerca de seu objeto de análise, o analista constrói seu percurso metodológico. De natureza exploratória, o propósito do modo qualitativo é descobrir novas ideias ou até mesmo gerar novas teorias. Ao observar minuciosamente o fenômeno em questão, é possível entender o “particular” e o “distinto”.

No presente trabalho, a descrição da pesquisa qualitativa vem ao encontro do objetivo de aprofundar o entendimento do comportamento do item léxico-gramatical negativo **não** em discursos políticos, ou seja, constatar frequências de probabilidade e analisá-las em diferentes níveis de especificidade para que chegássemos a funções gramaticais distintas. Croker (2009), ao listar abordagens da pesquisa qualitativa em Linguística Aplicada, nomeia o modo quanti-qualitativo de **Método Misto**, pois combina os dois tipos de pesquisa com o objetivo de propor um entendimento mais completo sobre o fenômeno em análise. Em consonância com o método de coleta da Linguística de Corpus (doravante LC), o autor chama de **Análise de Discurso**, a coleta de dados de um fenômeno, ou seja, o linguista explora a linguagem em situações autênticas de uso,

seja na forma oral ou escrita. As teorias elencadas para a realização da metodologia qualitativa é Tottie (1987), Pagano (1994) Halliday e Matthiessen (2004, 2014), Martin e White (2005) e Callegaro (2015) com contribuições para os aspectos linguísticos dos textos; Fairclough (1995, 2003), Stepan e Linz (1996), Wodak (2008, 2009, 2012), Reis (2010), Borges e Barreto (2016) e Bochetti et al (2017) no entendimento sobre discurso político e suas particularidades.

Para ilustrar o percurso de análise da pesquisa qualitativa, Freeman (2009, p. 29) propõe um ciclo de pesquisa, conforme a Figura 39.

Figura 39 - Ciclo de pesquisa



Fonte: (Freeman, p. 29, in Heigham e Croker, 2009).

O autor afirma que o primeiro estágio é responsável por formular uma pergunta ou um conjunto de perguntas as quais se deseja estudar. Logo, o linguista deve pensar num 'design', um percurso metodológico que envolve desvendar as diversas informações que o linguista gostaria de perceber em seu objeto de estudo, como também o planejamento

para a coleta de dados. O terceiro estágio é responsável pela coleta de dados e o quarto estágio é a análise propriamente dita. Freeman (2009) chama esse procedimento de ciclo de pesquisa (Figura 39), pois ao analisar os dados do objeto de estudo, novos questionamentos podem surgir a partir da análise, fazendo com que o linguista retorne ao primeiro estágio.

4.2.2 Metodologia quantitativa

A razão pela qual adotamos procedimentos de análise quantitativos é devido a relação entre a GSF e o princípio probabilístico da linguagem, além da extensão do *corpus*. Halliday (2005, p. 144) em seu livro “*Computational and Quantitative Studies*”, após realizar interpretações sobre o sistema gramatical da língua chinesa, com base na observação de frequências de estruturas linguísticas condicionadas a contextos de situação particulares, estabeleceu o “princípio que a frequência em texto instanciou a probabilidade no sistema”. O objetivo do autor era a ciência sobre as probabilidades associadas com as escolhas gramaticais em contextos de situação. No mesmo texto, ele se pergunta: “Por exemplo, um sistema gramatical particular, digamos, de aspecto, em termos de perfectivo / imperfectivo, qual era a probabilidade relativa de escolha entre um [aspecto] ou outro em Chinês?”.

A dúvida de Halliday (2005) ajudou a gerar nossos problemas de pesquisa: se, de acordo com Callegaro (2015), o uso do Adjunto modal **não** é condicionado a uma rede de sistemas de escolhas gramaticais, quais sejam, negação / rejeição, implícito / explícito, proposicional / transferida / direta, há a possibilidade de essas escolhas estarem organizadas diferentemente em cada grupo de discursos que compõem o *corpus*? De que maneira as escolhas sobre o **não** se associam aos contextos históricos do conjunto de discursos políticos? Qual a frequência de uso de uma escolha sobre a outra no *corpus*?

Para Halliday (2005), um sistema linguístico é inerentemente probabilístico e a frequência no texto é a instanciação da probabilidade na gramática. O autor justifica a uso de estudos quantitativos, pois afirma que é possível sistematizar as frequências léxico-gramaticais para assim aceitá-las como uma propriedade da linguagem. As

frequências não significam que a probabilidade prevê instâncias textuais singulares, a probabilidade prevê o padrão geral da função gramatical no sistema da linguagem. Assim como Halliday (2005), para sanarmos os problemas de pesquisa, selecionamos a LC como parte dos procedimentos metodológicos desta tese.

Sanchez (1995, pp. 89) conceitua um *corpus* como

um conjunto de dados lingüísticos (pertencentes ao uso oral ou escrito da língua, ou a ambos), sistematizados segundo determinados critérios, suficientemente extensos em amplitude e profundidade, de maneira que sejam representativos da totalidade do uso lingüístico ou de algum de seus âmbitos, dispostos de tal modo que possam ser processados por computador, com a finalidade de propiciar resultados vários e úteis para a descrição e análise

Desmembrando o conceito, Berber-Sardinha (2000) acrescenta que um *corpus* deve, necessariamente, ter constituição autêntica, ou seja, não possuem validade caso os textos forem produzidos para o alvo da pesquisa do linguista. Em segundo lugar, a característica de autenticidade também causa uma divisão: ou o *corpus* é composto de textos de falantes nativos, logo, classificado como *corpus* nativo, ou deve ser classificado como *corpus* de aprendizes, como por exemplo, um conjunto de textos gerados em situações de ensino e aprendizagem de uma segunda língua. Em quarto lugar, o autor reitera a importância da seleção do conteúdo dos textos. Devem, afirma Berber-Sardinha (2000), obedecer às regras estabelecidas pelo linguista de modo que o *corpus* seja típico do contexto no qual os textos foram produzidos, ou seja, devem possuir uma característica tipológica. Dos requisitos estabelecidos, determina três propriedades: tipologia, representatividade e extensão.

A primeira propriedade é a tipologia e é fundada por um conjunto de critérios conforme explicita o autor (BERBER-SARDINHA, 2000, pp. 339-342) e posto no Quadro 16.

As propriedades do *corpus* desta tese são descritas a partir da seção 4.3, intitulada “Seleção de *corpus*”. As próximas propriedades são a representatividade e a extensão, que formam um conjunto de características interdependentes do *corpus*.

Quadro 16 - Propriedades de um *corpus*

Modo	
Falado	Composto de porções de fala transcritas.
Escrito	Composto de textos escritos, impressos ou não.
Tempo	
Sincrônico	Compreende um período de tempo.
Diacrônico	Compreende vários períodos de tempo.
Contemporâneo	Representa o período de tempo corrente.
Histórico	Representa um período de tempo passado.
Seleção	
De amostragem	Composto por porções de textos ou de variedades textuais, planejado para ser uma amostra finita da linguagem como um todo.
Monitor	A composição é reciclada para refletir o estado atual de uma língua. Opõe-se a <i>corpora</i> de amostragem.
Dinâmico ou orgânico	O crescimento e diminuição são permitidos, qualifica o <i>corpus</i> monitor
Estático	Oposto de dinâmico, caracteriza o <i>corpus</i> de amostragem
Equilibrado	Os componentes (gêneros, textos, etc.) são distribuídos em quantidades semelhantes (por exemplo, mesmo número de textos por gênero).
Conteúdo	
Especializado	Os textos são de tipos específicos (em geral gêneros ou registros definidos).
Regional	Os textos são provenientes de uma ou mais variedades sociolingüísticas específicas.
Multilíngue	Inclui idiomas diferentes.
Autoria	
De aprendiz	Os autores dos textos não são falantes nativos.
De língua nativa	Os autores são falantes nativos.
Finalidade	
De estudo	O <i>corpus</i> que se pretende descrever.
De referência	Usado para fins de contraste com o <i>corpus</i> de estudo
De treinamento ou teste	Construído para permitir o desenvolvimento de aplicações e ferramentas de análise

Fonte: (Adaptado de Berber-Sardinha, 2000, pp. 339-342).

Berber-Sardinha (2000) afirma que a representatividade depende da extensão dos textos que constituem o *corpus*, pois quanto mais entradas (número total de palavras), maior a probabilidade (HALLIDAY, 2005) de o *corpus* apresentar funções léxico-gramaticais distintas, apresentando níveis mais profundos de especificidade.

Berber-Sardinha (2000) busca em Halliday (2005) o conceito de sistema probabilístico da linguagem para tratar a representatividade do *corpus*: num *corpus* de mais de 250 mil entradas, o sistema da linguagem de um tipo de texto a ser analisado é capaz de apresentar traços comuns com maior e/ou menor frequência, tanto de natureza lexical quanto estrutural, pragmática e/ou discursiva, a depender do objetivo do analista.

Ao partir do princípio da linguagem como sistema probabilístico, a LC (BERBER-SARDINHA, 2000) vem ao encontro do objetivo da presente tese ao oferecer ferramentas computacionais e critérios de seleção para a construção de um *corpus* representativo. A LC nos serve como uma orientação metodológica para a coleta e exploração de um *corpus*, criteriosamente selecionado a fim de que pudéssemos extrair evidências empíricas em grandes quantidades de textos com o auxílio do computador.

Ainda sobre a extensão, Berber-Sardinha (2000) apresenta três abordagens para o tamanho do *corpus*: impressionística, histórica e estatística. A primeira abordagem considera a experiência do linguista em relação a criação de *corpora*, logo, parâmetros de definição de tamanho variam entre pesquisadores. Já a histórica possui parâmetros definidos por Berber-Sardinha (2000, p. 346), conforme a Figura 40.

Figura 40 - Extensão do corpus através da abordagem histórica de Berber-Sardinha (2000)

Tamanho em palavras	Classificação
Menos de 80 mil	Pequeno
80 a 250 mil	Pequeno-médio
250 mil a 1 milhão	Médio
1 milhão a 10 milhões	Médio-grande
10 milhões ou mais	Grande

Fonte: (Berber-Sardinha, 2000, p. 346).

Por último, a abordagem estatística, está fundada em teorias estatísticas para a definição da extensão do *corpus*. O autor a divide em três vertentes: interna, externa e relativa. A primeira é quando o linguista já possui um *corpus* pré-existente que serve como amostra maior e, a partir dele, define o tamanho de seu conjunto de textos. A segunda, a vertente externa, é quando o linguista define o tamanho de seu *corpus* a partir

de parâmetros estabelecidos por outros linguistas. A última, a relativa, ocorre quando o linguista se questiona sobre a quantidade de informações quantitativas ele perderia se o *corpus* fosse menor: haveria maior ou menor probabilidade de entrada de um sistema gramatical? A partir do questionamento, o linguista define a extensão que melhor atender seus objetivos.

A próxima seção apresenta um maior detalhamento sobre nosso objeto de análise.

4.3 SELEÇÃO, ORGANIZAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DO *CORPUS*

Os discursos dos ex-presidentes, conforme Campos (2015), possuem temáticas variadas e, de acordo com o cabeçalho descritivo dos arquivos selecionados para o *corpus*, são textos proferidos, também, em diversas ocasiões oficiais, de visitas a instituições, reuniões com empresas privadas, abertura de institutos públicos, entre outros. O *corpus* de análise desta pesquisa foi constituído de cem (100) discursos de dez (10) ex-presidentes, denominado *corpus* geral (CG). Esse *corpus* está dividido em dois *corpora* menores. O primeiro, denominado Discursos dos Presidentes Militares (DPM), está composto por cinquenta (50) textos de ex-presidentes militares relativos aos anos de 1964 a 1985; o segundo, denominado Discursos dos Presidentes Civis (DPC), apresenta cinquenta (50) textos de ex-presidentes civis, dos anos de 1985 a 2010. Selecionamos os cinco (5) primeiros discursos do primeiro mandato e os cinco últimos discursos do último mandato⁷. O critério de seleção é justificado pela possibilidade de um estudo comparativo, baseado em contextos de situação historicamente distintos em termos de temporalidade.

Apresentamos, nos Quadros 17 e 18, os discursos que compõem os *corpora*, atentando para detalhes sobre a seleção e composição dos textos. A seleção diz respeito a cronologia, acesso e disponibilidade dos discursos. Não incluímos no *corpus* referência a discursos do General Aurélio de Lima Tavares, Almirante Augusto Hamann Rademaker Grünewald e do aspirante-a-oficial Márcio de Souza Mello, pois, segundo o próprio sítio da Biblioteca da Presidência da República, os governos foram de caráter provisório, e não existem textos disponíveis para acesso. Outro adendo é o ano dos últimos discursos

⁷ Agradeço ao professor Dr. José Iran Ribeiro pela sugestão quanto à constituição do *corpus*.

de Médici. Na seção de discursos de 1974, o sítio disponibiliza apenas três (3) discursos. Logo, para que os textos alcançassem o critério dos cinco (5) últimos discursos, selecionamos os discursos de 1973. E, por último, selecionamos os discursos de 1993 do ex-presidente Itamar Franco, pois o sítio disponibiliza apenas três (3) discursos do ano de 1992.

Quadro 17 - Discursos dos Presidentes Militares (DPM)

(continua)

Ex-presidente	Ano	Legenda	Discurso
Humberto de Alencar Castelo Branco	1964	CB64#1.1	11 de abril de 1964 – Pelo Rádio e através da TV, saudando o povo brasileiro após ter sido eleito Presidente da República pelo Congresso Nacional
	1964	CB64#1.2	15 de abril de 1964 – Perante o Congresso Nacional, ao tomar posse no cargo de Presidente da República
	1964	CB64#1.3	15 de abril de 1964 – No Palácio do Planalto, ao receber a faixa presidencial
	1964	CB64#1.4	17 de abril de 1964 – Na visa que realizou ao Supremo Tribunal Federal, agradecendo a saudação do seu Presidente
	1964	CB64#1.5	20 de abril de 1954 – Na solenidade de posse dos novos Ministro do Estado
	1967	CB67#2.1	12 de março de 1967 – Agradecimento ao Corpo Diplomático na banquete com que homenageou o Presidente Castelo Branco no Copacabana Palace Hotel
	1967	CB67#2.2	13 de março de 1967 - Aula inaugural na Escola Superior de Guerra - parte I.
	1967	CB67#2.3	13 de março de 1967 - Aula inaugural na Escola Superior de Guerra - parte II.
	1967	CB67#2.4	14 de março de 1967 - No Palácio do Planalto, perante os Ministros de Estado, então pela última vez reunidos.
	1967	CB67#2.5	15 de março de 1967 - Na solenidade de Transmissão da Faixa Presidencial ao Marechal Costa e Silva.

Artur da Costa e Silva	1967	CS67#1.1	15 de março de 1967 - Discurso proferido no Palácio do Planalto, depois de receber a faixa presidencial das mãos do Marechal Humberto de Alencar Castello Branco.
	1967	CS67#1.2	16 de março de 1967 - Discurso proferido por ocasião da primeira reunião ministerial.
	1967	CS67#1.3	31 de março de 1967 - Primeira entrevista coletiva concedida à imprensa nacional e internacional.
	1967	CS67#1.4	05 de abril de 1967 - Discurso proferido no Palácio do Itamaraty.
	1967	CS67#1.5	9 de abril de 1967 - Discurso proferido na cidade de Londrina, ao encerrar a IV Exposição Agropecuária e Industrial.

	1969	CS69#2.1	19 de junho de 1969 - Discurso proferido ao receber o título de "cidadão honorário", outorgado pela Câmara Municipal daquela cidade paulista.
	1969	CS69#2.2	03 de julho de 1969 - Discurso proferido na sede da sociedade Leopoldina-Juvenil, em resposta à saudação do sr. Plínio Kroeff, presidente da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul e agradecendo grande homenagem das classes produtoras do estado (Federação das Associações Comerciais, Federação da Agricultura, Associação dos Bancos, Federação das Indústrias e 53 sindicatos filiados).
	1969	CS69#2.3	08 de julho de 1969 - Discurso de saudação ao professor doutor Marcello Caetano, presidente do Conselho de Ministros de Portugal, em visita oficial ao Brasil.
	1969	CS69#2.4	10 de julho de 1969 - Discurso proferido de improviso, por ocasião de visita de cortesia dos representantes das classes produtoras e em agradecimento à saudação do Sr. Rui Gomes de Almeida, Presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro e da Federação das Associações Comerciais do Brasil (resumo fornecido pela agência nacional).
	1969	CS69#2.5	6 de setembro de 1969 - Mensagem dirigida ao povo brasileiro, em homenagem ao dia da pátria e pela passagem da data da independência nacional.

Emílio Garrastazu Médici	1969	ME69#1.1	<u>7 de outubro de 1969 - 1 - O jogo da verdade - mensagem lida no rádio e na televisão.</u>
	1969	ME69#1.2	<u>7 de outubro de 1969 - 1 - O jogo da verdade - mensagem lida no rádio e na televisão.</u>
	1969	ME69#1.3	<u>28 de outubro de 1969 - Voltei-me para Deus - alocução.</u>
	1969	ME69#1.4	<u>30 de outubro de 1969 - Mundo sem fronteiras - Discurso de posse.</u>
	1969	ME69#1.5	<u>20 de novembro de 1969 - Tempo de reconstrução - Discurso pronunciado na Convenção da ARENA.</u>
	1973	ME73#2.1	<u>25 de abril de 1973 - Sentimentos de fraternidade - discurso do Presidente Médici durante a cerimônia de troca de condecorações com o Presidente Alfredo Stroessner, do Paraguai, no Palácio da Alvorada.</u>
	1973	ME73#2.2	<u>25 de abril de 1973 - Exemplo de convivência - discurso do Presidente Médici durante banquete oferecido ao Presidente Alfredo Stroessner, no Palácio Itamaraty.</u>
	1973	ME73#2.3	<u>1 de maio de 1973 - 9 - Os anônimos construtores - mensagem do Presidente Médici aos trabalhadores, lida pelo Ministro do Trabalho e da Previdência Social, Júlio Barata.</u>
	1973	ME73#2.4	<u>14 de maio de 1973 - Reencontro - saudação do Presidente Emílio Médici ao Presidente Américo Thomaz, ao desembarcar em Lisboa.</u>
	1973	ME73#2.5	<u>14 de maio de 1973 - A inventiva coragem - discurso do Presidente Médici durante o banquete oferecido pelo Presidente de Portugal, no Palácio da Ajuda, Lisboa.</u>
Ernesto Beckmann Geisel	1974	GE74#1.1	<u>15 de janeiro de 1974 - Saudação ao Povo Brasileiro, pela televisão, após a decisão do Colégio Eleitoral.</u>
	1974	GE74#1.2	<u>15 de março de 1974 - Discurso proferido na transmissão do poder</u>

	1974	GE74#1.3	<u>19 de março de 1974 - Pronunciamento feito na primeira reunião ministerial.</u>
	1974	GE74#1.4	<u>31 de março de 1974 - Pronunciamento pela televisão pelo décimo aniversário da Revolução.</u>
	1974	GE74#1.5	<u>4 de abril de 1974 - Saudação ao Presidente Figueires, da Costa Rica.</u>

	1979	GE79#2.1	<u>1º de março de 1979 - Introdução à Mensagem ao Congresso Nacional.</u>
	1979	GE79#2.2	<u>1º de março de 1979 - Improviso no Palácio do Planalto, por ocasião da visita da Diretoria da Federação das Indústrias de São Paulo.</u>
	1979	GE79#2.3	<u>8 de março de 1979 - Improviso no Palácio do Planalto, ao receber a visita da Diretoria e do Conselho da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC.</u>
	1979	GE79#2.4	<u>12 de março de 1979 - Improviso no Palácio do Planalto, ao receber membros da Comissão Executiva Nacional da ARENA.</u>
	1979	GE79#2.5	<u>15 de março de 1979 - Discurso no Palácio do Planalto na transmissão da faixa presidencial ao General João Baptista de Oliveira Figueiredo.</u>
João Baptista de Oliveira Figueiredo	1979	FI79#1.1	<u>15 de março de 1979 - Discurso ao receber a faixa presidencial das mãos do Presidente Ernesto Geisel.</u>
	1979	FI79#1.2	<u>19 de março de 1979 - Discurso por ocasião da primeira reunião ministerial.</u>
	1979	FI79#1.3	<u>03 de abril de 1979 - Discurso por ocasião do jantar oferecido ao chanceler da República Federal da Alemanha, Senhor Helmut Schmidt.</u>
	1979	FI79#1.4	<u>04 de abril de 1979 - Discurso por ocasião da reunião final com o Chanceler da República da Alemanha, Senhor Helmut Schmidt.</u>
	1979	FI79#1.5	<u>04 de abril de 1979 - Discurso por ocasião do jantar oferecido pelo Chanceler da República Federal da Alemanha Senhor Helmut Schmidt.</u>
	1984	FI84#2.1	<u>07 de dezembro de 1984 - Discurso à nação brasileira em cadeia nacional de rádio e televisão.</u>
	1984	FI84#2.2	<u>10 de dezembro de 1984 - Discurso por ocasião dos cumprimentos aos membros do corpo diplomático.</u>
	1984	FI84#2.3	<u>10 de dezembro de 1984 - Discurso por ocasião da cerimônia em compromisso de exportação através da BEFIEX.</u>
	1984	FI84#2.4	<u>13 de dezembro de 1984 - Discurso à nação em cadeia nacional de rádio e televisão.</u>
1984	FI84#2.5	<u>28 de dezembro de 1984 - Discurso à nação brasileira em cadeia nacional de rádio e televisão.</u>	

Fonte: (Elaborado pelo autor).

Quadro 18 - Discursos dos Presidentes Civis (DPC)

Ex-presidente	Ano	Legenda	Discurso
José Sarney de Araújo Costa	1985	SA85#1.1	<u>15 de março de 1985 - Pronunciamento do Presidente José Sarney, no exercício da Presidência da República, ao empossar o ministério.</u>
	1985	SA85#1.2	<u>17 de março de 1985 - Pronunciamento da Presidente José Sarney, no exercício da Presidência da república, por ocasião da abertura da primeira reunião do ministério da nova República.</u>
	1985	SA85#1.3	<u>28 de março de 1985 - Pronunciamento do Presidente José Sarney, no exercício da Presidência da República, ao receber a bancada do PMDB no Rio de Janeiro.</u>
	1985	SA85#1.4	<u>1º de abril de 1985 - Pronunciamento do Presidente José Sarney, no exercício da Presidência da República, por ocasião da assinatura do Projeto Nordeste.</u>
	1985	SA85#1.5	<u>17 de abril de 1985 - Pronunciamento do Presidente José Sarney, no exercício da Presidência da República, por ocasião da abertura do Congresso Nacional de Escritores.</u>
	1990	SA90#2.1	<u>11 de janeiro de 1990 - Regularização do Programa Nacional do Leite.</u>
	1990	SA90#2.2	<u>25 de janeiro de 1990 - Solenidade de entrega do Prêmio Almirante Álvaro Alberto.</u>
	1990	SA90#2.3	<u>29 de janeiro de 1990 - Questão dos lanomâmi.</u>
	1990	SA90#2.4	<u>6 de fevereiro de 1990 - Inauguração da Zona de Processamento de Exportação de Corumbá.</u>
	1990	SA90#2.5	<u>7 de fevereiro de 1990 - Inauguração da primeira etapa do Acelerador Linear de Elétrons.</u>
Fernando Affonso Collor de Mello	1990	CO90#1.1	<u>15 de março de 1990 - O projeto de reconstrução nacional - Discurso de posse no Congresso Nacional.</u>
	1990	CO90#1.2	<u>15 de março de 1990 - O compromisso com a democracia.</u>
	1990	CO90#1.3	<u>16 de março de 1990 - Primeira reunião ministerial: programa econômico.</u>
	1990	CO90#1.4	<u>16 de março de 1990 - Visita ao Congresso Nacional: apresentação das primeiras medidas econômicas.</u>
	1990	CO90#1.5	<u>16 de março de 1990 - Discursos aos chefes de missões diplomáticas.</u>
	1991	CO91#2.1	<u>15 de janeiro de 1991 - Mensagem enviada por ocasião da abertura da 1ª Sessão Legislativa da 49ª Legislatura, do Congresso Nacional.</u>
	1991	CO91#2.2	<u>18 de fevereiro de 1991 - Discurso pronunciado por Sua Excelência o Senhor Fernando Collor, Presidente da República Federativa do Brasil, durante a X Reunião Ministerial.</u>
	1991	CO91#2.3	<u>20 de fevereiro de 1991 - Discurso pronunciado por Sua Excelência o Senhor Fernando Collor, Presidente da República Federativa do Brasil, durante visita à Estação Comandante Ferraz.</u>
	1991	CO91#2.4	<u>27 de fevereiro de 1991 - Discurso pronunciado por Sua Excelência o Senhor Fernando Collor, Presidente da</u>

			<u>República Federativa do Brasil, no lançamento do Programa de Competitividade Industrial.</u>
	1991	CO91#2.5	<u>03 de março de 1991 - Entrevista concedida à jornalista Marília Gabriela, da Rede Bandeirantes, no programa Cara a Cara.</u>
Itamar Augusto Cautiero Franco	1993	IF93#1.1	<u>08-01-1993 - Discurso do Senhor Itamar Franco, Presidente da República, na reunião com todos os líderes de partidos políticos, no Palácio da Alvorada.</u>
	1993	IF93#1.2	<u>27-01-1993 - Discurso do Senhor Itamar Franco, Presidente da República, no encontro com reitores das Universidades Federais, no Palácio do Planalto.</u>
	1993	IF93#1.3	<u>28-01-1993 - Discurso do Senhor Itamar Franco, Presidente da República, na solenidade com a União Parlamentarista Interestadual, no Palácio do Planalto.</u>
	1993	IF93#1.4	<u>28-01-1993 - Discurso do Senhor Itamar Franco, Presidente da República, na cerimônia de posse da Ministra do Planejamento e da Ministra da Secretaria da Administração Federal, no Palácio do Planalto.</u>
	1993	IF93#1.5	<u>04-02-1993 - Discurso do Senhor Itamar Franco, Presidente da República, no encontro com os dirigentes de escolas de samba, no Palácio do Planalto.</u>
	1994	IF94#2.1	<u>31-08-1994 - Discurso do Senhor Presidente da República, Itamar Franco, durante o encerramento da Conferência Nacional de Educação para Todos.</u>
	1994	IF94#2.2	<u>09-09-1994 - Discurso do Sr Presidente Itamar Franco, abertura da Reunião de Cúpula do Grupo do Rio.</u>
	1994	IF94#2.3	<u>20-09-1994 - Discurso do Sr Presidente Itamar Franco, solenidade com conferencistas estrangeiros.</u>
	1994	IF94#2.4	<u>22-09-1994 - Discurso do Sr Presidente Itamar Franco, Estados-membros da Zona de Paz e Cooperação.</u>
	1994	IF94#2.5	<u>28-09-1994 - Discurso do Senhor Presidente da República, Itamar Franco, na solenidade de abertura do VII Congresso Internacional de Hospedagem, Alimentação e Turismo.</u>
Fernando Henrique Cardoso	1995	FHC95#1.1	<u>01-01-1995 - Discurso de posse no Congresso Nacional.</u>
	1995	FHC95#1.2	<u>02-01-1995 - Discurso na reunião com os presidentes dos países que formam o Mercosul e da Bolívia e do Chile.</u>
	1995	FHC95#1.3	<u>03-01-1995 - Discurso na posse do Secretário Executivo da Câmara de Políticas Regionais do Conselho de Governo, Cícero Lucena.</u>
	1995	FHC95#1.4	<u>10-01-1995 - Discurso na solenidade de posse do Advogado-Geral da União, Doutor Geraldo Quintão.</u>
	1995	FHC95#1.5	<u>18-01-1995 - Discurso na solenidade de posse da Secretária-Executiva do Programa Comunidade Solidária, Doutora Anna Maria Peliano.</u>
	2002	FHC02#2.1	<u>03-12-2002 - Discurso na audiência com representantes da Associação Brasileira de Telecomunicações - Telebrasil.</u>
	2002	FHC02#2.2	<u>04-12-2002 - Discurso de balanço dos resultados da Rede de Proteção Social.</u>
	2002	FHC02#2.3	<u>06-12-2002 - Discurso na abertura da XXIII Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum e da Cúpula Presidencial do Mercosul.</u>

	2002	FHC02#2.4	<u>06-12-2002 - Discurso na XXIII Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum e Cúpula Presidencial do Mercosul.</u>
	2002	FHC02#2.5	<u>09-12-2002 - Discurso ao receber do PNUD o prêmio Mahbub ul Haq por Contribuição destacada ao desenvolvimento Humano.</u>
Luiz Inácio Lula da Silva	2003	LU003#1.1	<u>01-01-2003 - Pronunciamento à nação do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, após a cerimônia de posse Parlatório do Palácio do Planalto.</u>
	2003	LU003#1.2	<u>01-01-2003 - Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão solene de posse no Congresso Nacional.</u>
	2003	LU003#1.3	<u>10-01-2003 Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na visita à Vila Irmã Dulce.</u>
	2003	LU003#1.4	<u>11-01-2003 Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita à cidade de Itinga.</u>
	2003	LU003#1.5	<u>14-01-2003 Palavras do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na visita do Presidente da Argentina, Eduardo Duhalde.</u>
	2010	LU10#2.1	<u>28-12-2010-Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia de ordem de início do Cais do Sertão – Memorial Luiz Gonzaga e entrega da cessaõ.</u>
	2010	LU10#2.2	<u>29-12-2010-Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia de lançamento de pedra fundamental para a instalação da Refinaria Premium II e terminal no Complexo Industrial e Portuário de Pecém.</u>
	2010	LU10#2.3	<u>29-12-2010-Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia de inauguração simultânea de unidades habitacionais em 18 estados, assinatura de contratos com os 27 estados para a construção de unidades habitacionais.</u>
	2010	LU10#2.4	<u>30-12-2010-Discurso do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia de inauguração simultânea de obras uma agência da Previdência Social em Caetés.</u>
2010	LU10#2.5	<u>31-12-2010-Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante solenidade de despedida com servidores do governo e do Palácio do Planalto.</u>	

Fonte: (Elaborado pelo autor).

O cômputo geral dos textos atingiu 160.998 tokens e 17.670 types, o que será melhor explicitado na seção 5.2, denominada “Análise estatístico-textual”. Para fins de identificação dos textos que compõem os *corpora*, empregamos uma legenda constituída de duas letras maiúsculas buscadas nos nomes dos ex-presidentes, dois números representativos do ano em que o discurso foi proferido, seguidos do símbolo sustenido e acompanhado do número indicativo do tempo de mandato (1 – início do mandato; 2 – fim do mandato) e do lugar que o discurso ocupa no ordenamento estabelecido nos *corpora*.

Por exemplo **CB64#1.1** significa “Castelo Branco – 1964 – discurso do início do mandato – primeiro discurso proferido”. Utilizando a abordagem estatística e sua vertente interna, classificamos a extensão do *corpus* como média, porque o total de orações analisadas foi de 1.527, acrescida da análise a partir de categorias de análise previstas no referencial teórico e nos procedimentos metodológicos desta tese.

Embasamos a escolha no extenso trabalho sobre a transição do discurso político ocorrida entre 1989 e 1991 na Europa, editado por Paul Chilton, Mikhail Ilyin e Jacob Mey, publicado em 1998. *Political Discourse in Transition in Europe, 1989 – 1991*, dos referidos autores, é focado no colapso da União Soviética, em especial “os discursos associados a elas [instituições] ou aqueles que constituíram [o colapso]”. O conjunto de textos que compõe o livro se propõe a, primariamente, analisar a transição do discurso político a partir da mudança da linguagem e dos padrões cognitivos no domínio da política europeia. Para tanto, os autores reservaram o primeiro capítulo do livro para explanar sobre momentos historicamente decisivos, entre 1989 e 1991, na União Soviética, juntamente com a mudança nas relações internacionais entre a mesma e outros países. No segundo capítulo, os autores iniciam a análise do período da *Perestroika*, na derrubada do muro de Berlim e na “transmissão transcultural de conceitos políticos” (CHILTON; ILYIN; MEY, 1997, p. 9).

Para a seleção dos textos que compõem o *corpus*, seguimos os seguintes critérios, com base em Berber-Sardinha (2000):

- a) **Modo**: o *corpus* é composto de textos que foram transcritos do modo oral para o modo escrito, de acordo com o sítio da Biblioteca da Presidência da República;
- b) **Tempo**: é diacrônico, pois os textos selecionados compreendem dois momentos de importância histórico-política para o contexto brasileiro, com início em 1964 até o ano de 2010, perpassando pelo regime militar e pela redemocratização da política brasileira.
- c) **Seleção**: de amostragem, pois os *corpora* foram selecionados com a intenção de representar uma amostra finita da linguagem como um todo; é equilibrado, pois os textos são distribuídos em quantidades semelhantes;
- d) **Conteúdo**: especializado, porque os textos são todos considerados discursos políticos de acordo com a nomenclatura dada pelo sítio da Presidência da República;

- e) **Autoria:** ex-presidentes falantes nativos de língua portuguesa;
- f) **Finalidade:** de treinamento ou teste, pois o tratamento metodológico a ser dado pretende oferecer hipóteses sobre o potencial das funções léxico-gramaticais do Adjunto negativo **não** e uma possível explicação para a discrepância na frequência de uso;
- g) **Pluralidade de autoria:** os *corpora* são constituídos por dez (10) ex-presidentes;
- h) **Integralidade:** os textos são integrais, retirados sem edição ou fragmentação do sítio da Presidência da República;
- i) **Especificidade:** os *corpora* são compostos de textos de cunho político, pois são discursos que foram proferidos de forma oficial de acordo com a agenda de cada ex-presidente em seus respectivos mandatos.

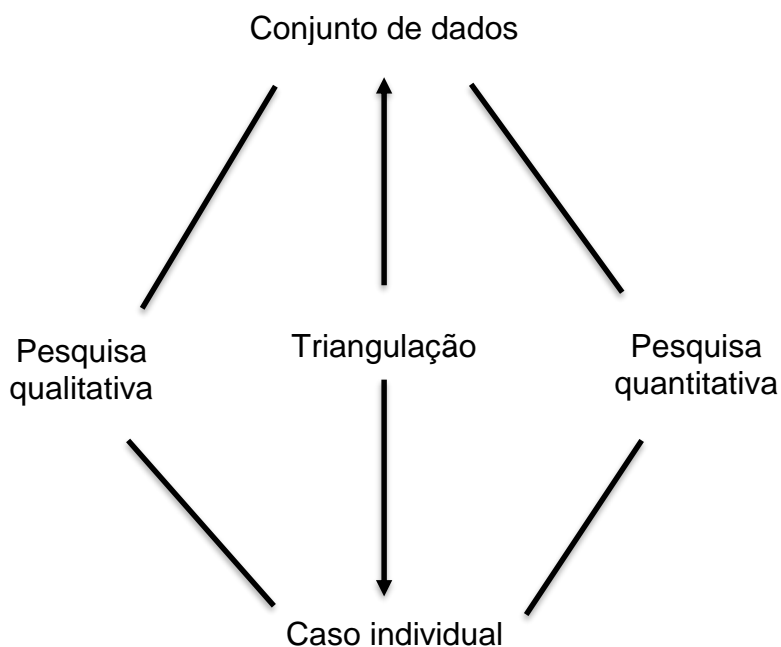
Com o *corpus* selecionado e objetivos traçados, passamos para o Design de Análise, seção que versamos sobre os passos metodológicos.

4.4 DESIGN DE ANÁLISE

Seguindo a formulação de Flick (2009), apresentamos, na Figura 41, a triangulação das pesquisas qualitativa e quantitativa que seguimos para a realização dos objetivos.

A LC representa a parte quantitativa, com os critérios de seleção de textos e criação de *corpora*, ao mesmo tempo que contribui com o uso da ferramenta *Sketch Engine* (KILGARRIFF et al, 2014) para a identificação de colocações e coligações. As Teorias de Linguagem e Abordagens Históricas fazem parte da pesquisa qualitativa, oferecendo um conjunto de categorias de análise linguísticas e posições conceituais quanto à percepção de História com vistas ao entendimento dos resultados de frequência do Adjunto **não** em relação aos contextos de situação e de cultura.

Figura 41 - Triangulação das pesquisas quantitativa e qualitativa



Fonte: (Adaptada e traduzido de Flick, 2009, p. 27).

Assim, exibimos os procedimentos que seguimos para a composição da análise e conclusão desta tese.

1) Identificação do contexto político-institucional dos discursos: para abordar o contexto histórico-discursivo dos períodos nos quais os discursos foram produzidos, utilizamos, para categorias os sistemas políticos de cada era da história política do Brasil, Linz e Stepan (1996) e, à título de narração, utilizamos Reis (2000) e Borges e Barreto (2016), além de relatórios sobre o regime militar e sítios oficiais do governo brasileiro.

2) Seleção e organização do *corpus*: em primeiro lugar, coletamos e selecionamos os *corpora* de análise. Os discursos foram retirados do sítio da Biblioteca da Presidência da República. Com um total de cem (100) discursos políticos de ex-presidentes brasileiros, integrantes de duas eras na história da política brasileira, quais sejam: regime militar e redemocratização. Após a seleção, organizamos o *corpus* em dois *corpora*. O primeiro é

o conjunto de discursos de ex-presidentes do regime militar, e o segundo conjunto, com discursos de ex-presidentes civis.

3) Processamento de dados: com o auxílio da ferramenta *Sketch Engine* (KILGARRIFF at al, 2014), produzimos **análises estatístico-textuais**, com o *Wordlist*, contabilizando o número total de palavras (*tokens*) e número de palavras não repetidas (*types*) e, também, a frequência total de ocorrências do Adjunto modal **não**. Repetimos a mesma análise estatístico-textual em cada conjunto de textos (doravante, *batch*). Em cada *batch*, geramos listas de *Excel*, através do *Collocates*, com as orações marcadas pelo Adjunto negativo, posicionando-o em posição central para análise do ambiente léxico-gramatical.

4) Análise político-institucional: neste da análise, investigamos o contexto político-institucional dos momentos nos quais os discursos foram produzidos. Utilizamos a AHD (Abordagem Histórico-Discursiva), de Wodak (2001, 2008, 2009, 2012) e Resigl e Wodak (2001, 2009), para a organização de teorias e abordagens para com o *corpus* e abordagens históricas com vistas a remontar uma narrativa baseada em momentos históricos que modificaram as configurações contextuais dos discursos.

5) Análises léxico-gramatical e semântico-discursiva: a partir das orações nas listas geradas pelo *Sketch Engine* (KILGARRIFF at al, 2014), categorizamos-las de acordo com Halliday e Matthiessen (2004, 2014), através da metafunção interpessoal, com o sistema de Modo, de Modalidade e Polaridade; e através da metafunção experiencial, com o sistema de transitividade. E, também, Callegaro (2015), através do diagrama do Adjunto **não**. Indo em direção ao estrato da semântica do discurso, com auxílio de Martin e White (2005), analisamos o fenômeno de contração dialógica nos padrões de uso do Adjunto.

6) Cruzamento de dados: nesta etapa, produzimos uma análise comparativa entre os *batches*, revelando similaridades e diferenças léxico-gramaticais e semântico-discursivas, com hipóteses sobre a discrepância na frequência de uso do Adjunto negativo. Após a comparação, produzimos duas seções a mais, com foco nas

similaridades apresentadas após as análises quantitativa e qualitativa, constatando sobre o comportamento do **não** em nível léxico-gramatical e na semântica do discurso.

7) Conclusões acerca dos resultados obtidos: por último, retornamos aos problemas de pesquisa citados na Introdução, respondendo aos objetivos geral e específicos.

5 ANÁLISE DO MARCADOR NEGATIVO

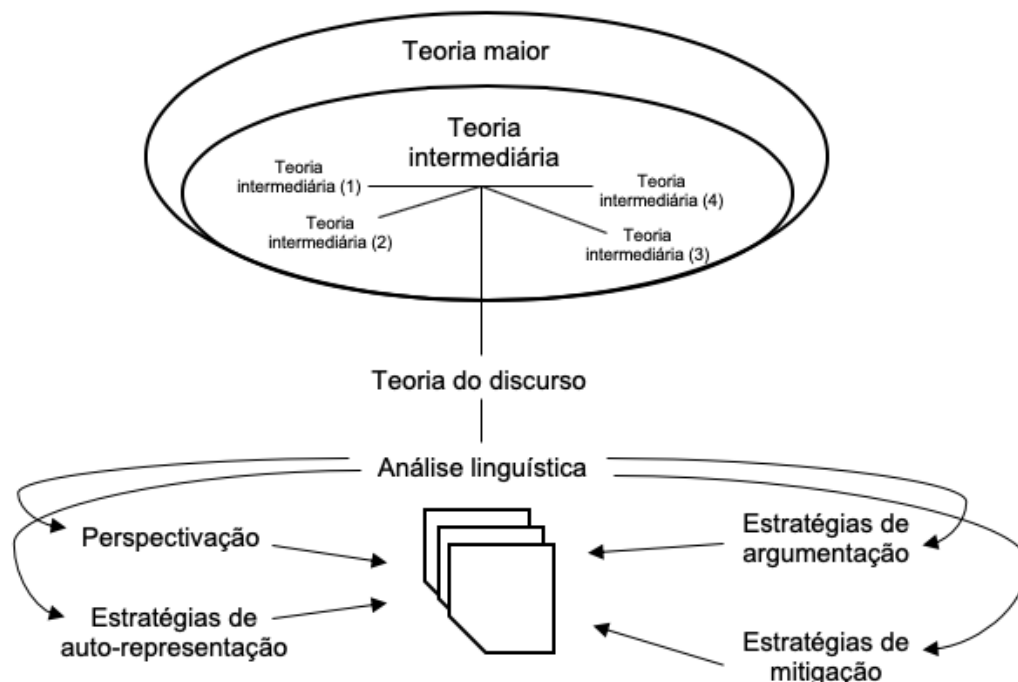
No presente capítulo, apresentamos a análise do marcador negativo **não** no *corpus* selecionado para análise. A análise segue a ordem: 5.1) Contexto político-institucional: sobre as condições de produção dos discursos, na qual apresentamos o contexto histórico e institucional dos discursos que compõem nossos *corpora*, com base em Matthiessen (2012), Wodak (2001, 2008, 2009, 2012) e, também, a localização dos mesmos em nossa concepção tripartite sobre discurso político; 5.2) Análise estatístico-textual, com intuito de fornecer dados textuais baseados em cálculos estatísticos da Linguística de *Corpus* e, também, a apresentação dos conceitos de colocação (*collocation*) e coligação (*colligation*); 5.3) O **não** dos discursos dos presidentes militares, na qual explicitamos a análise dos discursos políticos dos anos de 1964 a 1985; 5.4) O **não** dos discursos dos presidentes civis, com a análise dos discursos políticos dos anos de 1985 a 2010; 5.5) “**Não é não: comparando corpora**”, seção em que discorreremos sobre as similaridades e diferenças de usos do marcador negativo em ambos os *corpora*.

5.1 CONTEXTO POLÍTICO-INSTITUCIONAL: SOBRE AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DOS DISCURSOS

A linguagem, para Halliday e Matthiessen (2004, 2014), é produzida numa relação orgânica e dialética com elementos linguísticos e não linguísticos, juntamente do contexto imediato de situação, subordinado ao contexto de cultura que engloba as práticas sociocomunicativas. Para a análise a que nos propomos, seguimos os conceitos e princípios da AHD, de Wodak (2001, 2008, 2009, 2012) e Resigl e Wodak (2001, 2009) para discorrermos sobre o contexto de cultura da história da política brasileira entre os anos de 1964 e 2003, com ênfase no período caracterizado pela militarização do Poder Executivo, chamada de 5º República, e o início da 6º República, marcada pela eleição do ex-presidente Sarney.

Em primeira instância, seguindo a metodologia da AHD, é necessário que apresentamos uma série de teorias e categorias de análise, pois, a abordagem parte do pressuposto de que a história é discursivamente construída.

Figura 42 - Níveis de teoria e análise linguística



Fonte: (Traduzido de Wodak e Meyer, 2001, p. 69).

Em relação à teoria maior, que é consonante às teorias de linguagem e de discurso que assumimos, restamos, através de Heer e Wodak (2008), as palavras de Lessing (1983, p. 13), filósofo judeu alemão morto pela ocupação nazista, sobre o conceito de História. Segundo o autor:

História é sempre uma reflexão consciente da vida, mas não é a vida em si [...] Quando produzimos julgamentos de valor sobre eventos que são inerentemente sem valor, insondáveis ou de dimensões ilimitadas, tudo de acordo como nós nos percebemos e percebemos os preconceitos individuais ou conjuntos, confirmados ou repudiados por eles, chegamos ao chamado aspecto histórico. Logo, toda a base da história é uma racionalização *post-hoc*, independente do que realmente aconteceu.

Esse conceito vai ao encontro da teoria de discurso que utilizamos, presente na AHD, a qual conceitua discurso como o processo de significação de domínios particulares de práticas sociais. De um ponto de vista mais textual, Wodak (2001) ressalta que

discurso é um conjunto complexo constituído de atos linguísticos interdependentes que são manifestados dentro de e por campos sociais de ação. Logo, assumimos a posição de que discurso e prática social são elementos que (re)constróem a experiência humana, na concepção hallidayana de que o significado é e constrói a realidade. Indo ao encontro do conceito de História de Lessing (1983), entendemos, também que a História, constituída de memórias coletivas, narrativas nacionais e políticas do passado (2008), é, também, um fenómeno discursivamente construído, logo, caracterizado por relações de poder e hegemonia.

Utilizando a categoria da dimensão do discurso enquanto prática social, de Wodak (2012), enquadrámos os discursos que compõem nosso *corpus* a partir do **campo de ação como formação de opinião pública e vontades**. A autora exemplifica tal campo de ação como: conferências, entrevistas, discursos em programas de rádio e/ou televisão, discursos de posse, discursos sobre questões governamentais e afins. Esse campo de ação corresponde a um contexto particular do discurso político e quando em circunstâncias as quais a figura política não está exercendo, plenamente, o poder que lhe foi incubido e, sim, segue uma agenda oficial no intuito de expressar tanto preocupações do governo como um todo quanto particulares. Se pensarmos na topologia do discurso político, o *corpus* que construímos varia entre os quadrantes A e B, porque os contextos de situação nos quais os significados foram materializados, em termos da organização da metafunção textual, não atribuí, protocolarmente falando, performatividade máxima à figura política, pois o discurso não se enquadra em um **campo de ação** como, por exemplo, criação, manutenção, desmantelamento ou reforma de projetos de leis e leis.

Assim, a grande teoria que preenche o critério é o conceito de história de Lessing (1983), juntamente com a AHD e LSF, que também preenchem o critério de teorias do discurso e de análise linguística. Em relação à categorização do sistema político nos anos de produção dos discursos políticos, em especial 1964 a 1985, usamos Linz e Stepan (1996), autores que discorrem sobre regimes governamentais e já produziram uma análise sobre a transição para o regime democrático no Brasil. Para sincronizar a análise entre discurso e discursos políticos, utilizamos Matthiessen (2013) e seu conceito de instituição cultural, caracterizado como um subpotencial entre o contexto de cultura e o contexto de situação, no processo de instanciação da linguagem.

Linz e Stepan (1996, p. 74), ao analisarem o processo de transição da democracia, apresentam um novo paradigma para a categorização de regimes políticos. Segundo os autores, por muito tempo, analistas políticos e interessados sobre formas de governo recorriam à distinção tripartídica entre democracia, autoritarismo e totalitarismo. Porém, ao analisar a situação político-social da Espanha, perceberam que, a depender da análise política, social e econômica de um regime, há um *continuum* entre o polo da democracia e o polo do totalitarismo. Para eles, o regime totalitário espanhol possuía uma lógica interna particular e rígida que não seguia *a priori* os critérios de categorização de um governo totalitário. Passaram, então, a classificar a forma de governo da Espanha como um regime moderno não democrático, ou regime autoritário, sob a égide de quatro dimensões: pluralismo, ideologia, liderança e mobilização. Assim, conceituam tal regime como

um sistema político com um pluralismo político não responsável e limitado, sem ideologia norteadora ou elaborada, mas com mentalidades distintas, sem uma extensiva ou mesmo intensiva mobilização política, a não ser em alguns pontos de seu desenvolvimento e, na qual, um líder ou, eventualmente, um pequeno grupo exerce poder dentro de limites malformados, porém, previsíveis.

Para Linz e Stepan (1996), o período entre 1964 e 1985 na história da política brasileira pode ser classificado como um regime moderno não democrático. Ao encontro desse conceito, Borges e Barreto (2016) discorrem sobre a heterogeneidade de fenômenos que deram vazão ao início do regime não democrático no Brasil. Reportam que não foi somente a força militar brasileira que conduziu o regime de 64, mas também, de setores empresariais, midiáticos e mesmo estratos sociais. O próprio motor do início do regime, entre outras formas, “nasce sob o signo, e a promessa, de ser uma medida pontual e breve com vistas à restauração da ordem social, econômica e política, tida como enfraquecida pelo avanço do sindicalismo e do comunismo (BORGES; BARRETO, 2016, p. 110).

Borges e Barreto (2016, p. 111) ainda ressaltam a ambiguidade do regime não democrático brasileiro, expresso no texto do Ato Institucional nº 1, retirado do Relatório da Comissão Nacional da Verdade, em dezembro de 2014.

A revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constituinte 111 (...) **a forma mais expressiva e mais radical [de] poder. Assim, a revolução vitoriosa, como Poder Constituinte, se legitima por si mesma. (...) Nela se contem a força normativa, inerente ao Poder constituinte. Ela edita normas jurídicas sem que nisto seja limitada pela normatividade anterior à sua vitória.**

[...]

Para demonstrar que não pretendemos radicalizar o processo revolucionário, decidimos manter a Constituição de 1946, limitando-nos a modificá-la apenas na parte relativa aos poderes do Presidente da República, a fim de que este possa cumprir a **missão de restaurar no Brasil a ordem econômica e financeira e tomar as urgentes medidas destinadas a drenar o bolsão comunista**, cuja purulência já se havia infiltrado não só na cúpula do governo como nas suas dependências administrativas. (AI-1, apud BRASIL/CNV, 2014, vol. 1, p. 95. Grifos nossos).

Os grifos das autoras mostram o flagrante ambíguo que foi a experiência do regime não democrático. Indo ao encontro de Linz e Stepan (1996), o pluralismo político se encontra no conjunto de setores, sociais, políticos e empresariais (DREIFUSS, 1981) que se engajaram para a chegada do corpo militar no Poder Executivo e sua manutenção, no intuito de legitimar a posição da sociedade brasileira frente a suposta ameaça comunista, a crise crediária mundial e a segurança nacional. Outra característica do período, trazida pelo Relatório da Comissão Nacional da Verdade, que cabe no conceito de regime não democrático de Linz e Stepan (1996), era a tensão entre a presença de uma Constituição e do próprio estabelecimentos de Atos Institucionais e Constitucionais que iam de encontro ao documento máximo do Brasil, sem a participação do poder legislativo. Ou seja, havia, de um lado, o caráter constitucionalista, de natureza permanente, e de outro lado, tentativas institucionais de caráter provisório com objetivo de consolidação do projeto político do corpo militar brasileiro. Com essas colocações, assumimos a posição de denominar a história entre 1964 a 1985 o regime não democrático moderno, ou, à título de simplificação, regime militar, pela representatividade significativa de figuras militares no Poder Executivo.

Retornando a fala de Wodak (2001) sobre o conceito de discurso, narramos os períodos do regime militar até o processo de redemocratização a partir de uma perspectiva discursiva, ou seja, a partir de eventos discursivos (MATTHIESSEN, 2013) que marcaram o funcionamento da instituição cultural governamental. Na esteira do discurso como atos linguísticos interdependentes, produzidos em e por práticas sociais,

o fluir de nossa narrativa é pautada pela institucionalização de documentos oficiais e criação de departamentos que, se visto pelo polo do totalitarismo, caracterizam o regime como marcado por momentos de repressão, censura e ausência de liberdade individual.

O dia 1 de abril de 1964 é a data que historicamente marca o início do regime não democrático no Brasil. Em 1961, quando setores conversadores da sociedade que temiam a transformação do Brasil em uma regime comunista (como a de Cuba), como as Forças Armadas, o alto Clero da Igreja Católica e organizações da sociedade civil, apoiadas pelos Estados Unidos da América, num mundo polarizado pela corrida bélica disputada entre símbolos do capitalismo (Estados Unidos) e do comunismo União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, reagiram fortemente contra o então presidente João Goulart⁸, que assumira o Poder Executivo logo depois da renúncia de Jânio Quadros.

Em viagem diplomática na República Popular da China e já acusado de compactuar com ideias comunistas, os setores mencionados o impediram de assumir o posto de Presidente da República. Junto com seu cunhado, Leonel Brizola, João Goulart, do Partido dos Trabalhadores do Brasil (PTB) negociara com a oposição, fazendo um acordo político que mudou o regime de governo do Brasil, do presidencialismo ao parlamentarismo, no qual Goulart conseguiu se tornar chefe de Estado.

Em 1963, através de um plebiscito popular, o regime presidencialista retorna ao sistema de política do Brasil e Goulart assume o Poder Executivo. O estopim para o estabelecimento do golpe foi quando Jango, em março de 1964, discursara, no Rio de Janeiro, sobre suas reformas político-econômicas, como reforma agrária e nacionalização das refinarias estrangeiras de petróleo. Acusado de comunista pelas relações que mantinha com a República Socialista da China e contrário ao ideal capitalista-libertário de setores militares, empresariais, civis e religiosos da sociedade, a chamada “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” ocorreu na tentativa de estancar o exercício de poder de Jango e suas reformas. Rechaçado por suas políticas e a presença, no dia 31 de março de 1964, das tropas do General Olympio Mourão Filho indo em direção a Guanabara, Jango, no dia 1º de abril, viaja a Porto Alegre e Ranieri Mazili assume a presidência interinamente. No mesmo mês, o marechal Castelo Branco, do

⁸ João Goulart era mais conhecido pelo apelido “Jango”.

Arena, fora empossado como presidente e apenas 9 dias depois, os Atos Institucionais são baixados.

A partir da instalação dos Atos Institucionais (AI) é que os papéis sociais, na perspectiva da metafunção interpessoal, são reestruturados, causando uma profunda modificação no contexto cultural da instituição governamental do período em análise. Na análise de Rezende (2013, p. 14), são vários os documentos que registram a histórica discursiva do regime militar, interdependentes entre si, que constantemente (re)configuravam o estado civil brasileiro: Atos Institucionais e Constitucionais, as mensagens dos ex-presidentes militares ao Congresso Nacional, livros publicados pela imprensa nacional, artigos e conferências publicados em revistas como *Segurança e Desenvolvimento* da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra e *A Defesa Nacional*, da editora da Imprensa do Exército. E ainda ressalta que a justificativa para tais medidas se baseava “em uma suposta intenção de constituir a verdadeira democracia”.

Assim, Borges e Barreto (2016, p. 120) retomam os atos que efetivamente causaram o acúmulo de controle social ao Poder Executivo federal, em especial a figura do presidente:

poderes para cassar mandatos eletivos, suspender direitos políticos, intervir nos estados, decretar estado de sítio e emendar a Constituição (AI-1); poder de decretar o recesso do congresso nacional, assembleias legislativas e câmaras de vereadores e de suspender as garantias de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade dos juízes (AI-2); poder de convocação extraordinária do Congresso Nacional para aprovar o projeto de Constituição apresentado pelo presidente da República (AI-4); ampliação dos poderes legislativos do Executivo, poder de cassar mandatos e suspender direitos políticos, demitir, remover, aposentar, reformar, mandar para a reserva ou pôr em disponibilidade qualquer servidor; determinar o confisco de bens e decretar estado de sítio (AI-6); aplicar pena de banimento do território nacional para o brasileiro que se tornar “inconveniente, nocivo ou perigoso à Segurança Nacional” (AI-13); determina que não haverá pena de morte, prisão perpétua, banimento ou confisco, salvo nos casos de guerra externa, psicológica adversa, ou revolucionária ou subversiva nos termos que a lei determinar (AI-14) e autorização ao Presidente da República para transferir para reserva, por período determinado, os militares que hajam atentado ou venham a atentar contra a coesão das Forças Armadas (AI-17).

Juntamente a esses atos, o regime militar também provocou uma mudança no sistema eleitoral do Brasil. A partir do AI-3, as eleições eram de caráter indireto, desde o presidente da República, governadores e prefeitos de capitais. O Poder Executivo

federal, agora, era capaz de interferir no poder judiciário, quando o AI-6 permitia a interferência na composição do Supremo Tribunal Federal e redefinição das atribuições da Justiça.

Um dos atos que mais marcou o controle por parte do Poder Executivo, agora militarizado, para todas as esferas, sejam políticas ou civis, foi o AI-5. Segundo o sítio do Planalto, em sua seção histórica sobre a legislação brasileira, o ato decreta

suspende a garantia do habeas corpus para determinados crimes; dispõe sobre os poderes do Presidente da República de decretar: estado de sítio, nos casos previstos na Constituição Federal de 1967; intervenção federal, sem os limites constitucionais; suspensão de direitos políticos e restrição ao exercício de qualquer direito público ou privado; cassação de mandatos eletivos; recesso do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e das Câmaras de Vereadores; exclui da apreciação judicial atos praticados de acordo com suas normas e Atos Complementares decorrentes; e dá outras providências.

Baixado em 13 de dezembro de 1968 durante o governo de Costa e Silva, dotou o executivo federal de um poder de exceção, com a possibilidade de julgar qualquer indivíduo, civil ou político, que configurava perigo a segurança nacional, sem trâmites do legislativo e/ou judiciário. Juntamente com os atos, havia também instituições que funcionavam para a aplicação da lei e a subversão. Logo, o Serviço Nacional de Informação, considerado, por Borges e Barreto (2016) como “uma polícia política ligada à presidência da República” que tinha o objetivo de, segundo o Relatório (2014, p. 118): “coletar, armazenar, analisar, proteger e difundir informações sobre os opositores do regime”. Secretarias estaduais de segurança pública foram criadas a partir do Serviço, como o Departamento de Ordem Política e Social, o DOPS, e Divisões de Segurança e Informação, os DSIs. Linz e Stepan (1996, p 169) argumentam que durante o período, devido a forte influência militar, o Brasil, em termos de forma de governo, era “uma constituição criada sob circunstâncias altamente coagida, refletindo o *de facto* poder de instituições e forças não democráticas”. Através da combinação de documentos e criação de secretarias, o corpo militar era capaz de eliminar, atenuar ou subverter cláusulas que iriam contra a sua autonomia.

O marco do fim do regime militar é, historicamente, marcado pela instalação do sistema eleitoral por voto popular e direto que leva Sarney ao Poder Executivo em 1985,

através do movimento Diretas Já. Linz e Stepan (1996) consideram-no como um dos mais massivos e sustentados movimentos políticos da história da política Brasileira. Os autores afirmam que entre, 1983 e 1984, forças significativas da esfera social e política queriam eleições diretas. Houve uma primeira tentativa através de uma proposta de Emenda Constitucional Dante de Oliveira, nome recebido devido ao Deputado Federal do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, do Mato Grosso. Com sua rejeição, surgiram diversas manifestações a favor de eleições diretas, comandadas, primariamente, pelo próprio PMDB. Ganhando força e adesão de figuras políticas, artísticas, sindicais e estudantis, no dia 25 de janeiro, no Vale do Anhangabaú, em São Paulo, o movimento reuniu mais de 1.5 milhão de pessoas, liderados por Tancredo Neves, Franco Montoro, Orestes Quécia, Fernando Henrique Cardoso, Lula entre outros.

Com tamanha pressão de diversos setores, a revogação dos Atos Institucionais, já em 1979 e a perda de prestígio do corpo militar devido a alta inflação, o processo de redemocratização inicia em 1985, com de civis do Poder Executivo, a aprovação da Constituição Federal de 1988 e eleições diretas em 1989.

5.2 ANÁLISE ESTATÍSTICO-TEXTUAL

Uma vez descrito o contexto de cultura e de situação em que se inserem os textos selecionados em nossa pesquisa, passamos ao segundo procedimento, que constituiu a seleção e organização do corpus. Como já descrito no capítulo 4, **Procedimentos metodológicos**, na seção 4.3, cem (100) discursos políticos (que compõem o *Batch 1*), denominado CG, de ex-presidentes brasileiros foram selecionados e distribuídos em dois *corpora*: o primeiro, denominado DPM (Discursos dos Presidentes Militares) – *Batch 2*, continha 50 discursos de 5 presidentes do Brasil entre os anos de 1964 e 1985, e o segundo, denominado DPC (Discursos dos Presidentes Civis) – *Batch 3*, também continha 50 discursos de 50 presidentes que governaram o país entre 1985 e 2010.

Os critérios de seleção dos discursos para a composição do *corpus* foram de ordem temporal e comparativa: temporal, pois selecionamos discursos de figuras do Poder Executivo imediatamente anteriores ao momento de produção desta tese, com exceção da ex-presidenta Dilma Rousseff, cujos textos, na data de coleta, haviam sido

retirados do sítio da Biblioteca da Presidência da República, Portanto, contabilizamos os discursos a partir do ex-presidente Luíz Inácio Lula da Silva e anteriores. O critério comparativo diz respeito a dois pontos norteadores da seleção: o primeiro, construir um *corpus* que reunisse discursos de diferentes momentos políticos da história do Brasil, nomeadamente governo militar e governo civil, para perceber se, pela perspectiva do enquadramento temporal do desenvolvimento da linguagem, mudanças logogenéticas e filogenéticas ocorreram quanto ao uso da negação no ambiente do registro do discurso político; a segunda, com a seleção dos cinco primeiro e cinco últimos discursos de cada ex-presidente para que houvesse maior frequência (ou menor) de diferentes usos léxico-gramaticais da negação a partir de longínquos contextos de situação.

5.2.1 *Batch 1 – Corpus total*

Ao processarmos o total de 100 discursos selecionados para nosso *corpus* total (*batch 1*), chegamos aos números expostos no Quadro 19.

Quadro 19 - Números totais do *batch 1 – corpus* total

Textos	100
<i>Tokens</i>	160.998
<i>Types</i>	17.670

Fonte: (Elaborado pelo autor).

A ferramenta também apresentou a frequência de palavras e equivalência em porcentagem, quantidade de textos que cada termo é utilizado e, novamente, a equivalência em porcentagem no CG (Quadro 20).

Quadro 20 - Wordlist no CG

Posição	Palavra	Frequência	%	Textos	%
1ª	DE	8.428	5,10	100	100,00
2ª	A	5.700	3,45	100	100,00
3ª	E	5.470	3,31	100	100,00
4ª	QUE	4.832	2,92	100	100,00
5ª	O	4.599	2,78	100	100,00
6ª	DO	3.240	1,96	100	100,00
7ª	DA	3.028	1,83	100	100,00
8ª	EM	1.869	1,13	98	98,00
9ª	PARA	1.795	1,09	98	98,00
10ª	NÃO	1.527	0,92	98	98,00
...					

Fonte: (Elaborado pelo autor).

Conforme o Quadro 20, o Adjunto negativo **não** é a 10ª (décima) palavra mais utilizado no *corpus* total, com 1527 ocorrências em 98 dos 100 discursos políticos, o que nos levou a entender que esse item léxico-gramatical tem grande importância na semântica dos discursos selecionados.

5.2.2 *Batch 2* – Discursos dos Presidentes Militares (DPM)

Ao processarmos o *batch 2* empregando a ferramenta computacional *Sketch Engine* (2012), registramos os seguintes dados estatístico-textuais apontados no Quadro 21.

Quadro 21 - Dados do *Corpus* DPM – *batch* 2

Discursos dos Presidentes Militares	
<i>Tokens</i>	71.532
<i>Types</i>	11.591

Fonte: (Elaborado pelo autor).

Em relação ao Adjunto negativo, feita a Lista de Palavras do *corpus* DPM, ele se encontra na 15^a posição (décima quinta) com um número total de ocorrências de 487, compondo 0,68% do *batch* ao ser utilizado em 48 discursos (Quadro 22).

Quadro 22 - Wordlist do DPM

Posição	Palavra	Frequência	%	Textos	%
1 ^a	DE	4.039	5,58	50	100,00
2 ^a	E	2.673	3,69	50	100,00
3 ^a	A	2.537	3,50	50	100,00
4 ^a	QUE	1.841	2,54	50	100,00
5 ^a	O	1.828	2,53	50	100,00
6 ^a	DO	1.333	1,84	50	100,00
7 ^a	DA	1.243	1,72	50	100,00
8 ^a	EM	794	1,35	49	98,00
9 ^a	OS	766	1,06	48	96,00
10 ^a	PARA	754	1,04	49	98,00
11 ^a	SE	748	1,03	47	94,00
12 ^a	COM	569	0,79	48	96,00
13 ^a	NO	561	0,77	49	98,00
14 ^a	AS	545	0,75	47	94,00
15^a	NÃO	487	0,68	48	96,00
...					

Fonte: (Elaborado pelo autor).

Para que pudéssemos analisar e categorizar o uso do Adjunto negativo, utilizamos, também, as ferramentas *Concordance* e *n-grams* a fim de observar a ecologia léxico-gramatical do **não** e padrões de usos. Aqui, seguimos a metodologia que integra o conceito de colocação e coligação. Segundo Hunston (2001) e Lehecka (2015) sobre a

jornada terminológica e seus vários sentidos em estudos de Linguística de *Corpus*, o primeiro representa um fenômeno das línguas naturais nas quais podemos perceber padrões de repetição em nível sintagmático de itens lexicais, desde morfemas até sintagmas e/ou participantes. A noção desse conceito parte de dois princípios, descritos por Sinclair (1991, p. 109): princípio de escolha-aberta e o de idioma.

O primeiro, que vai ao encontro do trato conceitual da LSF sobre o conceito de linguagem como um sistema sociossemiótico na forma de uma fonte potencial de significados, considera texto como uma "série de compartimentos que têm de ser preenchidos a partir de um léxico que satisfaça restrições locais". O princípio de idioma reitera que palavras não são enunciadas de forma aleatória em um texto, pois pela própria natureza do mundo, é possível que percebamos o reflexo da organização da linguagem e sua contribuição para o "não aleatório". Sinclair (1991) recorre ao conceito de registro de Halliday (1989) para assegurar a característica do estabelecimento de padrões mais ou menos estáveis no estrato da semântica da linguagem: se há padrões em nível semântico, estrato que Halliday (1989) posiciona o registro, há padrões de uso em nível léxico-gramatical. Assim posto, o princípio de idioma "é que um usuário da linguagem tem a ele ou a ela disponível um grande número de sintagmas semi e pré-construídos que constituem escolhas únicas, mesmo que tais sintagmas pareçam ser analisáveis de forma segmentada" (SINCLAIR, 1991, p. 110).

Para complementar os padrões de uso, Hoey (1983, 1991) e Hunston (2001), embasados em Firth (1957), afirmam que além da colocação, línguas naturais, também, possuem caráter coligacional, ou seja, itens lexicais, além de serem colocadas, a depender do registro, também se aproximam de categorias gramaticais. Hunston (2001, p. 13) reitera que "os contextos [de uso] também incluem características como a companhia gramatical que a palavra mantém - padrões gramaticais nas quais a palavra se encaixa - e o lugar em uma sequência que a palavra prefere - por exemplo, no começo de uma sentença em vez de seu final, ou como o sujeito de uma oração em vez de objeto".

Em nossos *corpora*, mostramos, nos quadros 23 e 26, os *collocates* do Adjunto **não** e quais são os outros itens lexicais que mais se aproximam do mesmo. Para essa etapa, usamos o *Sketch Engine*, ferramenta computacional criada por Adam Kilgarriff, Vít Baisa, Jan Bušta, Miloš Jakubíček, Vojtěch Kovář, Jan Michelfeit, Pavel Rychlý e Vít

Suchomel (2014). Com o software, pudemos identificar *n-grams* usando o Adjunto **não** como nóculo central: usamos frequência mínima de 5 ocorrências e até 6 itens lexicais (**não** + 1) para o *corpus* DPM e frequência mínima de 10 ocorrências para o *corpus* DPC. O critério de um mínimo de frequência para análise é baseado no tamanho de cada *corpus*: conforme mencionamos logo abaixo, utilizamos a ferramenta *UCREL log-likelihood wizard* que registrou um acréscimo de 66,59% no uso do Adjunto negativo no *corpus* DPC em relação ao *corpus* DPM. Portanto, utilizamos a metade da frequência mínima para análise dos ex-presidentes eleitos pelo voto direto.

A título de registro, a negação em participantes e circunstâncias, realizadas pelas classes de pronomes indefinidos e Adjuntos adverbiais também foram procurados no *batch 2 – DPM* : **ninguém** (9 ocorrências), **nenhum/nenhuma** (22 ocorrências), **jamais** (23 ocorrências) e **nunca** (18 ocorrências). Assim, apresentamos as colocações do Adjunto **não** para interpretação de suas coligações.

Quadro 23 - Colocações do DPM

(continua)

<i>N-gram</i>	Quantidade de ocorrências
que não	65
não se	36
não é	25
não só	20
e não	19
não apenas	15
se não	11
mas não	11
não pode	10
não nos	9
não me	8
não há	7
não foi	7
Brasil não	7
de que não • que não ⁹	7

⁹ Ambos Quadros que registram os *n-grams* do Adjunto negativo **não** e as respectivas quantidades de ocorrências em ambos *corpora* apresenta, também, o *n-gram* de qual outros se originam, marcado pelo símbolo.

também não	6
não podemos	6
não obstante	6
que não se • que não • não se	6
não será	5
não poderá	5
isso não	5

Fonte: (Elaborado pelo autor).

Passamos para o *corpus* dos discursos dos presidentes civis (DPC), seguindo os mesmos passos de demonstração de dados estatístico-textuais do *batch* anterior.

5.2.3 *Batch* 3 – Discursos dos Presidentes Civis (DPC)

Ao processarmos o *batch* 3 empregando a ferramenta computacional *Sketch Engine* (2012), registramos os seguintes dados estatístico-textuais apontados no Quadro 24.

Quadro 24 - Dados do *Corpus* DPC – *batch* 3

Discursos dos Presidentes Civis	
<i>Tokens</i>	89.466
<i>Types</i>	11.377

Fonte: (Elaborado pelo autor).

Em relação aos dados estatístico-textuais do DPC, o **não** é a 10ª palavra mais utilizada, ocorrendo 1.050 vezes, compondo 1,12% dos discursos de ex-presidentes civis e aparecendo em 45 textos (Quadro 25).

Quadro 25 - *Wordlist* do DPC

Posição	Palavra	Frequência	%	Textos	%
1	DE	4.022	4,43	50	100,00
2	A	3.168	3,49	50	100,00
3	QUE	2.983	3,29	50	100,00
4	O	2.809	3,09	50	100,00
5	E	2.733	3,01	50	100,00
6	DO	1.869	2,06	50	100,00
7	DA	1.682	1,85	50	100,00
8	É	1.044	1,15	45	90,00
9	PARA	1.036	1,14	49	98,00
10	NÃO	1.050	1,12	45	90,00
...					

Fonte: (Elaborado pelo autor).

Uma primeira divergência entre DPM e DPC já pode ser observada: enquanto naquele o Adjunto negativo não está na 15ª. colocação, em DPC ele está na décima, demonstrando um uso mais frequente em relação ao outro *corpus*. Sendo assim, podemos interpretar que há uma diferença no desenvolvimento do espaço dialógico-discursivo: partindo do princípio que o Adjunto **não** é pressupocional e se opõe a expectativa causada pelo seu uso, os ex-presidentes militares, em termos logogenéticos, não constroem um espaço dialógico tanto quanto os ex-presidentes civis. A ausência do

Adjunto **não** organiza significados direcionados à monoglossia e não reconhecem a voz de terceiros, mesmo que de forma implícita.

O Quadro 26 mostra as colocações encontradas no DPC.

Quadro 26 - Colocações no DPC

<i>N-gram</i>	Quantidade de ocorrências
que não	122
não é	98
eu não	71
não se	49
e não	48
nós não	34
não só	32
não pode	32
se não	30
não sei	30
não há	28
mas não	24
não tem	23
gente não	20
a gente não • gente não	20
não tinha	18
para não	17
não foi	17
isso não	17
não me	16
brasil não	15
não podemos	14
que eu não • eu não	14
não nos	13

não está	13
não sei se não sei	13
não quer	12
não era	12
não apenas	12
que não é • que não	12

• não é	
o brasil não • brasil não	12
não vou	11
não quero	11
e que não • que não	11
não tenho	10
não temos	10
não são	10
não é só • não é	10

Fonte: (Elaborado pelo autor).

Como os *corpora* possuem tamanhos, em termos de número de *tokens* e *types*, diferentes, usamos o *UCREL log-likelihood wizard* (<http://ucrel.lancs.ac.uk/llwizard.html>) de Ryson (2018) para demonstrar, estatisticamente, a diferença quantitativa de uso do **não** entre os *batches*. Esse sítio equaliza *corpora* de tamanhos diferentes e calcula, com base em cálculo de milhão, a diferença significativa de uso de um termo a escolher. Assim, fornecemos a Figura 43.

Figura 43 - Cálculo de diferença quantitativa

Item	O1	%1	O2	%2	LL	%DIFF	Bayes	ELL	RRisk	LogRatio	OddsRatio
Word	1021	1.14	493	0.69 +	88.85	65.59	76.86	0.00008	1.66	0.73	1.66

Fonte: (Elaborado pelo autor).

O1 é o *batch* 3 com o número de ocorrências do **não** e %1 é a quantidade, em decimais da composição total do *corpus*: 1021 ocorrências correspondem à 1,14% do total; O2 (*batch* 3), com 493 ocorrências e 0,69% da composição total. LL é o *log-likelihood*, dado que nos mostra, também em decimais, o quão significativa é a diferença de uso de um fenômeno linguístico (no caso, o Adjunto negativo **não**) em *corpora* de diferentes tamanhos. Os outros dados são da mesma natureza do LL, porém, baseados

em cálculos diferentes (McENERY; HARDIE, 2012). Isso nos mostra que, mesmo ao considerar a diferença nos tamanhos dos *corpora*, há um LL de 88,85% de efeito de tamanho no uso do **não**, isto é, o *batch* dos presidentes civis tem 66,59% mais Adjuntos negativos do que o *batch* dos presidentes militares.

Passamos, na próxima seção, para a análise dos *corpora* selecionados e organizados. As análises são de natureza léxico-gramatical e semântico-discursiva e atendem aos padrões de uso que se mostraram distintas na forma de organização dos significados negativos. Durante a análise estatístico-textual e léxico-gramatical dos textos, as coligações criadas pelos ambientes léxico-gramaticais do Adjunto negativo em relação aos contextos de situação se repetiam e exerciam função igual. Por exemplo, ao analisarmos o *n-gram* **que não**, léxico-gramaticalmente, e em ambos *corpora*, não percebemos diferenças no estrato da semântica do discurso. Portanto, as análises que seguem são pautadas na diferença em termos de frequência de uso das colocações do Adjunto negativo em ambos *corpora*.

5.3 O ADJUNTO “NÃO” NO CORPUS DPM

Conforme o Quadro 23, que mostra os *n-grams* de colocações do *corpus* DPM, passamos a analisar e, posteriormente, agrupar as coligações, isto é, quando um item lexical tende a ser recorrente por apresentar uma ou mais funções gramaticais específicas a depender do registro. O Quadro 27 demonstra as coligações, analisadas a partir do diagrama da negação, representado pela Figura 34, localizada na página 41 desta tese. Chamamos a atenção, também, para a coluna de Agrupamentos, quando um *n-gram* se agrupa com outro por exercer mesma função gramatical. Portanto, devido a tal fenômeno, as quantidades de coligações são diferentes das quantidades de colocações.

Quadro 27 - Coligações do *corpus* DPM

Coligações			
Colocação	Agrupamentos	Padrão léxico-gramatical	Função gramatical
que não	para que não já que não por que não posto que não de que não que não é	que (pronome relativo ou conjunção integrante) + Adjunto modal de polaridade negativa	Negação proposicional e negação modular
não se	não se pod* não se dev* não se + processo	Adjunto modal de polaridade negativa + pronome reflexivo ou partícula apassivadora ou índice de indeterminação do sujeito	Negação proposicional e negação modular com voz receptiva ou reflexiva
		Adjunto modal de polaridade negativa + pronome reflexivo ou partícula apassivadora ou índice de indeterminação do sujeito	
não é		Adjunto modal de polaridade negativa + processo relacional	Negação proposicional
não só, não apenas	não é apenas; não é somente; não seja apenas; não se faz somente; e não apenas;	Pré-modificador + Adjunto modal: Intensidade/Contraex- pectativa/Limitativo.	Negação proposicional por adição

não pod*	já não podemos; também não poderia; mas não poderá; mas não podemos; mas não podem; não nos podemos também não devo; Brasil não poderá; e não podem; não nos dev* não nos pod*	Adjunto modal de polaridade negativa + verbo modal	Negação modulacional
			Negação modalizada
isso não, Brasil não		pronome + Adjunto modal de polaridade negativa	Negação proposicional
			Negação modulacional
não obstante		pré-modificador de polaridade + conjunção	Negação proposicional
mas não		conjunção + negação	Negação proposicional e negação modulacional
não me, não nos		Adjunto modal de polaridade negativa + pronome oblíquo	Negação proposicional
não há, não foi, não será, isso não, Brasil não		Adjunto modal de polaridade negativa + processo	Negação proposicional e negação modulacional

Fonte: (Elaborado pelo autor).

O primeiro *n-gram* que se comporta léxico-gramatical e semântico-discursivamente diferente no DPC é o **não se** (36) e, após análise, verificamos uma confluência de sistemas de funções gramaticais, conforme o Quadro 28. A sequência de itens lexicais tende a correlacionar com ou um processo ou um verbo modal e, também, assume a voz ou passiva sintética ou reflexiva.

Quadro 28 - Exemplos das coligações do *n-gram* que não

Acompanhamento	Voz	
	Reflexiva	Passiva sintética
Processo	(E#87)(GE74#5) Estamos, também nós, convencidos de que a convivência internacional não se compadece com as atitudes de isolamento ou as preocupações de uma absoluta autarquia: a colaboração, em todos os terrenos, e a solidariedade na apreciação dos problemas comuns [...]	(E#88GE79#2.1) Para tanto, não se pouparam esforços na busca de novos mercados, inclusive no Terceiro Mundo, e na exploração sistemática de tradicionais mercados europeus e norte-americanos.
Modal	(E#89)(GE074#1) Brasil, evidentemente, não se pode furtar às danosas e múltiplas repercussões desses críticos acontecimentos, participe que é, dia a dia mais atuante, no contexto cada vez mais entrelaçado e interdependente da vida internacional.	(E#90)(CS69#2.1) As grandes fazendas que em consequência foram organizadas, atraindo pela fertilidade surpreendente de suas terras famílias inteiras que se deslocaram de localidades vizinhas, revelaram desde logo uma larga disponibilidade de homens de ampla visão administrativa, dentre os quais não se poderia deixar de destacar Henrique Dumont, pai de uma das maiores glórias do Brasil, uma das figuras que iriam enriquecer o patrimônio da Humanidade, abrindo-lhe uma nova era: Alberto Santos Dumont.

Fonte: (Elaborado pelo autor).

Os presidentes militares recorrem, no âmbito do *n-gram* em questão, a 15 processos com voz reflexiva e 16 com voz passiva sintética e 4 modais de voz sintética e 1 de voz reflexiva.

O *n-gram* **não é** exerce três funções gramaticais: negação proposicional, encaixamento e metáfora interpessoal. Aqui, decidimos discutir, novamente, a função

gramatical de encaixamento, pois é formada por um processo relacional, diferentemente dos encaixamentos supracitados. O Quadro 30 apresenta os exemplos

Quadro 29 - Exemplos das coligações do *n-gram não é*

Função gramatical	Exemplo	Quantidade de ocorrências
Negação proposicional em oração projetada	(E#91)(CB67#2.4) Alguém, no Governo, precisava entender que o Brasil não é uma mentira que consola, mas uma realidade que comove pela quantidade de miséria iludida e pela quantidade de riqueza desprezadas.	9
Negação em encaixamento	(E#92)(F179#2.3) Não é favor dizer, portanto, que a inspiração e a capacidade do seu governo constituem precioso fator de confiança, no conturbado panorama internacional da atualidade.	9
Negação modal em metáfora interpessoal	(E#93)(ME69#1) No entanto, não é possível que , no século das conquistas espaciais, no momento em que os modernos sistemas de computação e informação marcam o fim das soluções meramente ideológicas, no instante em que a extraordinária revolução da técnica [...]	2

Fonte: (Elaborado pelo autor).

Os *n-grams não somente e não apenas* constituem um tipo particular de negação pela presença de Adjunto modal de intensidade em âmbito tanto de simplex quanto de complexo oracional. Halliday e Matthiessen (2014, p. 128) categorizam tal padrão de uso como pré-modificador (não) e núcleo de Adjunto modal intensidade e contraexpectativa de limite (só, somente, apenas) se olharmos para análise de uma (1) oração. Em âmbito

de complexo oracional, é uma conjunção correlativa porque esse *n-gram* pode vir acompanhando da conjunção **mas** ou ágnatas na oração estendida ou em nova oração. Conforme os exemplos retirados de discursos de Geisel e Médici.

(E#94)	(GE79#2.1)	Os desequilíbrios do balanço de pagamentos, continuamente alimentados pelos altos preços do petróleo, alastraram-se por todo o mundo, não apenas causando dificuldades aos países em desenvolvimento, mas também abalando as moedas de maior prestígio no cenário internacional.
--------	------------	--

(E#95)	(ME73#2.1)	Seja ele o encontro de brasileiros solidários, não somente nas horas alegres, senão em todas as horas;
--------	------------	--

(E#96)	(CB67#2.4)	Nem sempre nossos interesses políticos se exercem na mesma esfera de influência, e cumpre-nos, soberanamente, aceitar não somente o que contribui mas também rejeitar o que não concorre para a realização de nossas aspirações e, mais do que isso, de nossa vocação nacional [...]
--------	------------	--

O *locus* da negação do *n-gram* em questão pode ser ou uma oração finita (CS67#2.4), ou um grupo adverbial (ME73#2.1) ou uma oração infinita (GE79#2.1). Halliday e Matthiessen (2014), no estrato da semântica do discurso, categorizam essas coligações de parataxe por expansão e extensão aditiva. O que causa a negação a funcionar como um conector de adição é o uso do Adjunto adverbial de limitação que é usado após o marcador negativo. Assim, o marcador negativo recai sobre a denotação de limitação dos advérbios em questão e constituem uma coligação que, mesmo com semântica negativa, funcionam como locuções conjuntivas correlativas para expandir uma oração por adição. Outros excertos exemplificam tal padrão de uso.

(E#97)	(CB64#1.5)	[...] senti-me no dever de falar neste momento, não somente para expressar aos Senhores Ministros o meu alto apreço e a minha confiança, mas também para identificação da nossa conduta e de nossas responsabilidades.
--------	------------	--

(E#98)	(ME69#1.5)	E sinto que isso não se faz somente dando terra a quem não tem, e quer, e pode ter. Mas se faz levando ao campo a escola ao campo adequada; ali plantando a assistência médica e a previdência rural, a mecanização, o crédito e a semente, o fertilizante e o corretivo, a pesquisa genética e a perspectiva de comercialização.
--------	------------	---

(E#99)	(GE74#1.3)	[...] a fim de que o elevado aumento esperado na renda per capita do país, para esta década — da ordem de 100% — não seja apenas um indicador abstrato, mas conduza realmente à melhoria dos padrões de vida de todas as camadas sociais.
--------	------------	---

(E#100)	(CS67#1.3)	Sobre os objetivos programáticos enunciados por alguns ministros, notadamente os Senhores Hélio Beltrão, Delfim Netto e Magalhães Pinto, e os objetivos também programáticos da Oposição, que revelam certa semelhança, respondeu dizendo que o governo de um país não é somente uma parte política, mas é um todo que compreende inclusive, a oposição, porque a oposição é fiscalização, é crítica e ninguém pode ter a pretensão de acertar sempre, e concluiu à resposta afirmando que haverá união nacional em todos os problemas máximos.
---------	------------	---

Ao contrário da língua inglesa e com menor frequência, em língua portuguesa brasileira, é possível que, sintagmaticamente, coloquemos o processo entre o pré-modificador negativo e o Adjunto modal por intensidade, conforme o Quadro 30. Mesmo

com essa liberdade de escolha da posição do processo, o significado, em nível da semântica do discurso, permanece o mesmo.

Quadro 30 - Variação sintagmática do *n-gram*

não	seja	apenas	um indicador abstrato, mas conduza realmente à melhoria [...].
não	é	somente	uma parte política, mas é um todo [...]
Pré-Modificador de Polaridade	Processo relacional	Adjunto Modal: Intensidade/Contra expectativa/Limitativo	
Sistema de Modo	Sistema de Transitividade	Sistema de Modo	
Interpessoal	Experiencial	Interpessoal	

Fonte: (Elaborado pelo autor).

Indo para a análise da semântica do discurso, trazemos o seguinte exemplo.

(E#101)	(GE79#2.1)	Os desequilíbrios do balanço de pagamentos, continuamente alimentados pelos altos preços do petróleo, alastraram-se por todo o mundo, não apenas causando dificuldades aos países em desenvolvimento, mas também abalando as moedas de maior prestígio no cenário internacional.
---------	------------	--

Geisel não nega a proposição **causando dificuldades aos países em desenvolvimento**, o ex-presidente nega, dialogicamente, a possibilidade de seu público avaliar os **desequilíbrios do balanço de pagamentos, continuamente alimentados pelos altos preços do petróleo** como apenas capaz de causar dificuldades aos países

em desenvolvimento. Estende a proposição ao adicionar que os **desequilíbrios** também podem **abalar as moedas de maior prestígio no cenário internacional**. Notamos que com a presença de um Adjunto modal por intensidade/contraexpectativa/limitativo na perspectiva de Halliday e Matthiessen (2004, 2014), o *locus* de negação não mais se encontra no estrato da léxico-gramática e, sim, no estrato da semântica do discurso, pois não é o que vem antes ou após o marcador típico e o Adjunto modal e, sim, a possibilidade da exclusividade da proposição.

Os próximos *n-grams* foram agrupados por apresentarem, tipicamente, a mesma função gramatical, quais sejam: **não pod***, **não dev***, **não se pod***.¹⁰ O Quadro 31 apresenta as relações abaixo.

Quadro 31 - Categorização dos *n-grams*

não pod*, não pos* (42)	não se pod* (5)	não dev* (5)
Modalização: 13	Modalização: 3	Modalização: 3
Modulação: 29	Modulação: 2	Modulação: 2

Fonte: (Elaborado pelo autor).

Vejamos exemplos de cada função gramatical dos *n-grams*. O exemplo 102 é um excerto de um discurso de Médici, proferido em 1969, na posse de seu mandato como presidente do Brasil, configurando uma modalização por negação transferida (isto é, o Adjunto modal **não** é precedente ao verbo modal).

(E#102)	(ME69#1.1)	Desse modo, ao término do meu período administrativo, espero deixar definitivamente instaurada a democracia em nosso país e, bem assim, fixadas as bases do nosso desenvolvimento econômico e social. Advirto que essa não poderá ser obra exclusiva da administração pública, e sim, uma tarefa global da
---------	------------	---

¹⁰ O símbolo do asterisco significa que a raiz **pod** foi posta para processamento no *Sketch Engine* para que a procura não se limitasse apenas a conjugação primária do verbo modal.

		Nação, exigindo a colaboração dos brasileiros de todas as classes e regiões.
--	--	--

No mesmo discurso, Médici recorre a modulação por negação também transferida quando discorre sobre a obra não concluída do Marechal Castelo Branco.

(E#103)	(ME69#1.1)	A Revolução de Março de 1964 deu um novo destino ao Brasil, e sua obra, começada com o Marechal CASTELO BRANCO — de saudosa memória — não pôde ser concluída pelo Marechal COSTA E SILVA, infelizmente enfermo e incapacitado para o cargo.
---------	------------	--

Ao observarmos a modalidade no DPM, também notamos uma significativa diferença em relação a quantidade de polaridade positiva dos *n-grams*. Quando procuramos pela raiz **pod***, o software acusou 294 ocorrências, em contrapartida das 42 ocorrências da versão com polaridade negativa; a raiz **dev*** foi usada 176 vezes, enquanto **não dev***, apenas 5 vezes e o possível *n-gram não se dev** não fora usado.

O *n-gram mas não* recai sobre duas funções gramaticais, ocorrendo 11 vezes. Três (3) ocorrências são da função gramatical da modalização, pois verbos modais acompanham seu agrupamento: **mas não poderá**, **mas não podemos** e **mas não podem**. Passamos, então, para a outra função gramatical que tal *n-gram* se associa por 8 vezes dos discursos dos ex-presidentes militares. Vejamos o exemplo 104, 105 e 106.

(E#104)	(ME69#1.1)	Estarei atento a esse esforço de libertação, em cada dia do meu governo. Mas não me deixarei iludir, nem iludir ao povo. Chegou a hora de fazermos o jogo da verdade.
---------	------------	--

(E#105)	(FI84#2.1)	Criei 3 importantes programas de irrigação: o PROVÁRZEAS, o PROFIR e o PROHIDRO. O PROVARZÉAS para aproveitar as terras das baixadas, em geral muito férteis, mas não utilizadas.
---------	------------	--

(E#106)	(GE79#2.1)	Eis porque tanto se empenhou o Poder Executivo em realizar uma Reforma do Judiciário que atendesse a velhos e insistentes reclamos, tendo já sido dado o primeiro passo através de emenda constitucional, mas aguardando-se ainda sua complementação pela Lei Orgânica da Magistratura em exame no Congresso Nacional. Por outro lado, em plano distinto mas não menos essencial, promoveu-se a redivisão territorial do país buscando solução aos problemas de duas de suas áreas -mais críticas, através da fusão dos antigos Estados da Guanabara e Rio de Janeiro e da muito ansiada divisão de Mato Grosso.
---------	------------	---

Em todos os exemplos, o marcador **não** foi utilizado, na perspectiva da léxico-gramática, acima da oração, em situação de complexo oracional: com relação paratática por expansão e extensão. Outro dado léxico-gramatical que ocorreu em todas os usos desse *n-gram* foi a ausência de um sujeito explícito, tanto pelo uso de verbos conjugados na primeira pessoa do singular como por indeterminação do sujeito. Essa recorrência, *a priori*, estilística em consonância com a figura do poder-executivo, esperada a ter escolhas linguísticas orientadas para a formalidade na época da política militar e inicialmente subvertida no mandato de Luís Inácio Lula da Silva (CALLEGARO, 2015; CAZARIN, 2005), é recorrida por todos os ex-presidentes da era militar deste *corpus*. Ao procurarmos por *n-gram* cujo agrupamento consistia no uso de **eu** e/ou **nós**, marcados pelo uso da polaridade negativo típica, o **não**, encontramos apenas uma (1) recorrência de **eu não** e nenhuma correspondência para **nós não**.

Não nos e **não me** também se dividem em funções gramaticais já discutidas anteriormente. Quanto ao primeiro, duas ocorrências são marcadas pela modalidade **não nos podemos** e **não nos devem**. O restante das 7 ocorrências, de acordo com diagrama do item léxico-gramatical **não**, são negações proposicionais, implícitas, seja em simplex, ou complexo oracional. O **não me** é sinalizado por negações proposicionais, implícitas, ora em simplex ou complexo oracional.

(E#107)	(FI84#2.4)	Duas Guerras Mundiais e dezenas de conflitos praticamente não nos alcançaram.
		Oracional

(E#108)	(CS67#1.3)	A começar pela nossa política exterior, serão as seguintes as diretrizes a que obedecerá ao meu governo. Temos um política de tradição, da qual não nos afastaremos, evidentemente.
		Complexo oracional

(E#109)	(CB67#2.2)	Justo é confessar que nesse alto desiderato não nos tem faltado a nobre e pressurosa colaboração dos países representados por Vossas Excelências.
		Projetada

(E#110)	(CS67#1.1)	Não me iludo com as provações e tropeços que me esperam, os fluxos e refluxos da opinião pública, a desconexão dos esforços, os emperramentos da máquina administrativa, as incertezas políticas, os choques de ambições, os desacordos, as divergências e as discórdias que caracterizam a vida pública.
		Oracional

(E#111)	(CS67#1.2)	Estarei atento a esse esforço de libertação, em cada dia do meu governo. Mas não me deixarei iludir, nem iludir ao povo.
		Complexo oracional

(E#112)	(ME69#1.4)	E a ela me dou, com a esperança acesa no coração, que o vento detinha terra e de minha infância, que nunca me mentiu no seu augúrio, está dizendo que Deus não me faltará, está me trazendo o cheiro de minha terra e de minha gente.
---------	------------	--

	Projetada
--	-----------

(E#113)	(ME69#1.5)	Meu amor à verdade, a coerência de minha vida, meu compromisso de lealdade comigo mesmo, com os outros homens e com todo homem, não me permitem assim me afirmar de pronto.
		Oracional

Os outros *n-gram*, **não há**, **não foi**, **não será**, **Brasil não** e **isso não** são categorizados a partir do diagrama do item léxico-gramatical **não**. Tais *n-grams* também ocorrem em funções gramaticais distintas: ou em orações expansivas ou expandidas e ou projetantes ou projetadas.

não há	(E#114) (CS67#1.5) Não há tampouco lugar para a segurança coletiva em um mundo em que cada vez mais se acentua o contraste entre a riqueza de poucos e a pobreza de muitos.
	Negação proposicional, implícita

não foi	(E#115)(FI84#2.5) O ideal, que nos movia, era o entendimento no seio das correntes partidárias, quando não o consenso entre todas elas. A perfeição, que se almejava, não foi obtida.
	Negação proposicional, implícita

não foi	(E#116)(CB64#1.2) Com esse objetivo, o Estado não será estorvo à iniciativa privada, sem prejuízo, porém, do imperativo da justiça social devida ao trabalhador, fator indispensável à nossa prosperidade.
	Negação proposicional, implícita

Brasil não	(E#117)(CB67#2.4) Alguém, no Governo, precisava compreender que o Brasil não é dos que se dizem traídos, porque lhes foi negada a oportunidade de traírem.
	Negação proposicional, implícita em oração projetada

Brasil não	(E#118)(CB67#2.4) Alguém, no Governo, precisava compreender que o Brasil não é dos que se dizem traídos, porque lhes foi negada a oportunidade de traírem.
	Negação proposicional, implícita em oração projetada

isso não	(E#119)(CS67#1.3) Isso não ocorrerá, pois o Governo é um compromisso com a Revolução, nas suas idéias, nos seus princípios, na sua nova mentalidade.
	Negação proposicional, implícita em oração projetante

Novamente, a característica da impessoalização se materializa com o uso desses *n-grams*, seja por agrupamentos com pronomes oblíquos, conforme mencionado anteriormente. Nessa prosódia retórico-semântica, o *n-gram* **Brasil não** segue a mesma materialização.

Brasil não	(E#120)(GE69#2.1) Às visitas presidenciais à Europa e o estabelecimento de mecanismos de consulta em alto nível, com diversos países, assinalaram que os aspectos propriamente políticos dessas relações ganharam, igualmente, o primeiro plano, o que assegura ao Brasil não só um relacionamento bilateral mais rico, mas também urna capacidade ampliada de diálogo dentro do Ocidente.
	Negação proposicional, implícita em oração projetada
	Brasil: beneficiário de processo material
	(E#121)(CB67#2.4) Alguém, no Governo, precisava compreender que o Brasil não é dos que se dizem traídos, porque lhes foi negada a oportunidade de traírem.

	Negação proposicional, implícita em oração projetada
	Brasil: portador de processo relacional intensivo e atributivo
	(E#122)(CB67#2.4) [...] ajudou-me a trabalhar com lealdade e com honra para que o Brasil não demore em ser a grande Nação almejada por todos nós.
	negação proposicional, implícita
	Brasil: ator de processo material transformativo

Outras materializações da impessoalização é o uso de processos existenciais, conforme o exemplo 121, excerto retirado de um discurso de Castelo Branco, proferido em 1967 e o uso de **isso não**, usado como recurso linguístico de coesão textual de acordo com Halliday (1976).

Realizada a análise do adjunto de modo de polaridade negativa **não** no *corpus* DPM, passamos, na próxima seção, para a análise do mesmo item léxico-gramatical no *corpus* DPC.

5.4 O ADJUNTO “NÃO” NO DPC

O quadro 32 demonstra as coligações do *corpus* DPC, analisados a partir do diagrama da negação. Chamamos atenção, também, para a coluna de Agrupamentos, quando um *n-gram* se agrupa com outro por exercer mesma função gramatical. Portanto, devido a tal fenômeno, as quantidades de coligações são diferentes das quantidades de colocações.

Como também registrado no *corpus* DPC, a título quantitativo, procurarmos por negações realizadas ou por participantes ou por circunstâncias: **ninguém** (28 vezes), **nenhu*** (45 vezes), **nunca** (51 vezes) e **jamais** (17 vezes).

Quadro 32 - Coligações do *corpus* DPC

Coligações			
Colocação	Agrupamentos	Padrão léxico-gramatical	Função gramatical
que não		pronome relativo ou conjunção integrante + Adjunto modal de polaridade negativa	Negação proposicional e negação modulacional
que não pod* que não pos* que não dev*		pronome relativo + Adjunto modal de polaridade + verbo modal	Negação modulacional e negação modalizada.
não dev* não pos* não pod*		Adjunto modal de polaridade negativa + verbo moval	Negação modulacional e/ou modalizada com voz operativa
			Modalização
			1ª pessoa (singular/plural)
			2ª pessoa (singular/plural)
			Modulação
			1ª pessoa (singular/plural)
			2ª pessoa (singular/plural)
			Voz reflexiva
não se	não se pod* não se dev*	Adjunto modal de polaridade negativa + índice de indeterminação do sujeito, pronome reflexivo ou partícula apassivadora	Negação proposicional e/ou modulacional com voz receptiva ou reflexiva
			Acompanhamento
			Processo
			Modal
			Voz
			Reflexiva
			Passiva sintética
			Sujeito indeterminado
não é			Negação preposicional
			Metáfora interpessoal
			Encaixamento

não sei, não tinha, não há, não tem, não foi, não está, não quer, não era, não vou, não tenho, não quero, não gosta, não teremos, não queremos, não ter, não tenha, não fosse, não for, não falar	não sei se, eu não quero, e eu não, não houver, não havia, não gosta de, eu não tenho, que a gente não, eu não vou	negação + processo	Negação de conteúdo experiencial
não só, não apenas, não é só	não é apenas	Pré-modificador + Adjunto modal: Intensidade/Contraexpectativa/Limitativo	Negação proposicional por adição
eu não, nós não, a gente não, Brasil não, Isso não.	isso não me, ele não me, vocês não me	participante (pronomes em primeira pessoa do singular e/ou do plural) + Adjunto modal de polaridade negativa	Negação e voz explícita
mas não, e não, ou não, porque não, se não, para não	se não me	conjunção + Adjunto modal polaridade negativa	Negação proposicional
não me, não nos	que não me	Adjunto modal polaridade negativa + pronome oblíquo	Negação proposicional
quando não		pronome interrogativo + Adjunto modal polaridade negativa	Negação proposicional

Fonte: (Elaborado pelo autor).

Quanto ao primeiro *n-gram* que se comporta de forma distinta é o agrupamento entre **que não** e verbos modais: **que não pod***, **que não pos*** e **que não dev***. Passamos para o exemplo de cada coligação.

(E#123)	(LU10#2.5)	Numa demonstração de que esse é um legado que não poderá ser mudado tão cedo:
---------	------------	--

Lula, também recorrendo ao encaixamento, recorre a negação transferida por modulação.

(E#124)	(LU10#2.1)	Eu lembro, Eduardo – você, acho que não era nem nascido – eu vim aqui em 1979, a convite da Cristina Tavares, a convite do Marcos Freire, a convite até do Jarbas Vasconcelos, em 1979.
---------	------------	--

Em outro exemplo de Lula, discurso retirado no ano de 2010, o ex-presidente recorre a uma negação proposicional, implícita em oração projetante.

(E#125)	(CO90#1.1)	Farei realizar rigoroso levantamento e racionalização do setor público, como prova do meu respeito e homenagem aos verdadeiros servidores, aos que se dedicam zelosa e meritoriamente às tarefas do Estado, e que não devem jamais ser confundidos com os que se locupletam de cargos miríficos e salários mirabolantes, sem nenhuma contrapartida social.
---------	------------	---

E Collor recorre a negação transferida marcada pela modulação. Quanto aos *n-grams* **que não pod***, **que não dev*** e **que não pos***, o Quadro 33 apresenta sua classificação quanto o sistema de modalidade.

Quadro 33 - Categorização dos *n-grams*

que não dev* (1)	que não pos* (8)	que não pod* (4)
Modalização: 1	Modalização: 3	Modalização: 0
Modulação: 0	Modulação: 5	Modulação: 4

Fonte: (Elaborado pelo autor).

Juntaremos essa análise com a categorização dos *n-grams* sem o pronome **que**, pois, a única diferença na função gramatical é a sua posição em complexos oracionais e encaixamentos.

Quadro 34 - Exemplos dos *n-grams*

não dev* (13)	Voz	não pos*, não pod* (68)	Voz
Modalização: 1	3ª pessoa (singular/plural) (1)	Modalização: 1	3ª pessoa (singular/plural) (0)
	1ª pessoa (singular/plural) (0)		1ª pessoa (singular/plural) (1)
Modulação: 12	3ª pessoa (singular/plural) (8)	Modulação: 67	3ª pessoa (singular/plural) (36)
	1ª pessoa (singular/plural) (4)		1ª pessoa (singular/plural) (29)
			Voz reflexiva (2)

Fonte: (Elaborado pelo autor)

Ao analisarmos os *n-grams* interpelados pelo sistema de modalidade do *corpus* DPC, percebemos uma característica que o distingue do *corpus* DPM. Enquanto esse recorre ao sistema de modalidade marcado, maioritariamente, pela voz passiva sintética ou índice de indeterminação do sujeito, no *corpus* DPC, há um significativo aumento do uso da primeira pessoa, seja por pronome pessoal ou resgatado pela desinência número-pessoal do verbo modal. Vejamos os exemplos.

(E#126)	(LU10#2.3)	Pois bem, então, se o dono da fábrica de mamona, ignorante que deve ser – porque ninguém é dono de uma fábrica de mamona à toa, e ninguém quer expulsar vocês da fábrica dele à toa, não deve ser bom caráter.
---------	------------	---

O único exemplo de modalização no *corpus* DPC é quando o ex-presidente Lula discursa durante a cerimônia de inauguração simultânea de unidades habitacionais em 18 estados, em 29 de dezembro de 2010, em Salvador, Bahia. O restante dos *n-grams* **não dev*** são modulações ou em primeira ou em terceira pessoa. O exemplo 127 é um excerto do discurso de posse de FHC, proferido em 1º de janeiro de 1995. Já o exemplo 128, também de FHC, foi proferido na XXIII Reunião Ordinário do Conselho do Mercado Comum e Cúpula Presidencial do Mercosul, em 6 de dezembro de 2002. Consideramos tais exemplos representativos, pois o padrão modalidade transferida com sujeito ou em primeira ou em terceira pessoa são quantitativamente superiores em relação em *corpus* DPM.

(E#127)	(FHC95#1.1)	Não devemos , contudo, ter receio de inovar quando os nossos interesses e valores assim indicarem.
---------	-------------	---

(E#128)	(FHC02#2.4)	De modo que a importância desse cometimento comercial, negociai, é imensa mesmo. Agora, isso não significa que a parte propriamente financeira não deva requerer de nós uma compreensão maior. Nas décadas que vêm, temos que marchar firmemente para a formação de focos de financiamento doméstico.
---------	-------------	--

Os excertos 129 e 130 são exemplos do *n-gram* **não pod/pos***, que também seguem o padrão de uso da modulação transferida em primeira ou terceira pessoa.

(E#129)	(LU03#1.2)	Trata-se de uma poderosa energia solidária que a nossa campanha despertou e que não podemos e não vamos desperdiçar.
---------	------------	---

(E#130)	(CO91#2.2)	Não podemos saber se a crise terá repercussões ainda de maior profundidade no nível de atividade econômica mundial, com efeitos [...]
---------	------------	--

Em relação ao *n-gram não se*, o padrão de uso é o mesmo no *corpus* DPC: as palavras formam coligações que assume ou um processo, com voz passiva sintética ou reflexiva, ou são acompanhados de um verbo modal, também assumindo voz passiva sintética ou reflexiva. Vejamos os exemplos.

(E#131)	(CO90#1.1)	Não se pretende mais salvar o homem pela política, nem alcançar a miragem de paraísos sociais pela hipertrofia voluntarista das funções do Estado.
---------	------------	---

No exemplo 131 de Fernando Collor, em 1990, na cerimônia de posse no Congresso Nacional, o ex-presidente recorre à voz passiva sintética, configurando a coligação Adjunto modal de polaridade negativa mais partícula apassivadora.

(E#132)	(FHC96#1.5)	Não resolve a questão. Quer dizer, é muito mais do que simplesmente alocar recursos. Não se pode alocar. O que é preciso? É motivar.
---------	-------------	---

O exemplo 132 é de Fernando Henrique Cardoso na solenidade de posse da Secretária-Executiva do Programa Comunidade Solidária, Doutora Anna Maria Peliano. No excerto, ele recorre a voz passiva sintética, formado pelo Adjunto modal de polaridade negativa juntamente com uma partícula apassivadora.

Já o exemplo 133, também de Collor, no mesmo contexto de situação do exemplo 139, o ex-presidente usa a colocação **não se** para configurar o uso da voz reflexiva.

(E#133)	(CO90#1.1)	Mas a idéia republicana, o apego ao civismo e à cidadania, esta perdura no coração dos democratas. Pois a democracia não se enraíza numa sociedade cínica: ela só floresce e frutifica na comunidade cívica, no sentido do bem comum, no respeito ao interesse coletivo, na recusa a confundir o conflito social legítimo [...]
---------	------------	--

Porém, quantitativamente, houve uma diminuição significativa no uso dessa coligação em particular: no *corpus* DPM esse agrupamento é usado 36 vezes, num total de 71.532 palavras; no *corpus* DPC, é usado 49 vezes, num total de 89.466. Usando, novamente, o *UCREL log-likelihood wizard* (<http://ucrel.lancs.ac.uk/llwizard.html>) de Ryson (2018).

Figura 44 - Cálculo de diferença quantitativa

Item	01	%1	02	%2	LL	%DIFF	Bayes	ELL	RRisk	LogRatio	OddsRatio	
Word	36	50.33	49	54.77	-	0.15	-8.11	-4.93	0.00026	0.92	-0.12	0.84

Fonte: (Elaborada pelo autor).

Conforme a legenda fornecida por Ryson (2018), quando o LL é negativo, isso significa que há uma diminuição de uso de um *corpus* para o outro, isto é, há uma diminuição de 0,15% do *n-gram* **não se** de um *corpus* para outro. Tal modificação na prosódia léxico-gramatical vai ao encontro da análise das colocações do Adjunto modal de polaridade negativa com verbos modais: há um aumento significativo do uso de primeira e terceira pessoas em relação ao *corpus* DPM.

Quanto aos *n-grams* **não é** e as colocações **não +** processo novamente, é repetido no *corpus* DPC. Porém, em termos quantitativos, as colocações entre **não** e um processo

são mais diversificados, padrão que vai ao encontro do aumento do uso do marcador negativo nesse *corpus*, conforme discutimos na primeira seção deste capítulo.

Quanto aos *n*-grams **não só, não apenas, não é só, não é apenas**, esses seguem a mesma função semântico-retórica dos usos no *corpus* DPM. Contudo, há uma diferença em sua variação: no DPM, as colocações são **não só, não apenas não é apenas; não é somente; não seja apenas; não se faz somente**. No DPC, são os seguintes: **não só, não apenas, não é só, não é apenas**. Comparando-os e, também, indo ao encontro da diminuição do uso da voz passiva sintética ou de orações sem sujeito, não há uso da colocação **não se faz somente** no DPC e nem o uso do subjuntivo com tal colocação (**não seja apenas**). A função retórico-semântica se mantém a mesma, apenas com variação léxico-gramatical, conforme o exemplo 134, 135 e 136.

(E#134)	(CO90#1.1)	O Estado não apenas perdeu sua capacidade de investir como, o que é ainda mais grave, por seu comportamento errático e perverso, passou a inibir o investimento nacional e estrangeiro.
---------	------------	--

(E#135)	(FHC90#1.3)	Não é apenas um cargo que estamos criando aqui, é muito mais que isso: é um espírito novo.
---------	-------------	---

(E#136)	(CO91#2.2)	Os encontros que venho mantendo com governadores, senadores e deputados e outras lideranças demonstram que não é somente a ideologia partidária que determina a avaliação de cada um desses políticos da atuação governamental. Muitos deles concordam integralmente com o sentido das mudanças que vimos promovendo.
---------	------------	--

Nos três exemplos, o *locus* de negação não se encontra no estrato da léxico-gramatical e, sim, no da semântica do discurso: o que é negado é a exclusividade da proposição que é precedida pela colocação.

Quanto aos *n-grams* **eu não**, **nós não**, **a gente não**, **Brasil não** e **isso não**, há um aumento significativo da colocação participante + Adjunto modal de polaridade negativa, diferentemente da frequência de uso: no DPM, o **eu não** não fora contabilizado pois sua frequência é abaixo de 5 ocorrências, em comparação a 71 ocorrências no DPC; **nós não** também não fora contabilizado pela frequência menor que 5 ocorrências, em relação a 34 ocorrências no DPC; **a gente não**, novamente, não fora contabilizado pelos mesmos motivos, em comparação a 20 ocorrências no DPC; **(o) brasil não** ocorreu 7 vezes no DPM enquanto no DPC foram 14 vezes. O Quadro 35 apresenta as coligações das colocações em questão e o número correspondente de frequências

Quadro 35 - Coligações, exemplos e frequências

Colocação	Padrão léxico-gramatical	Coligação	Exemplo
eu não	participante + Adjunto modal de polaridade negativa + processo	Oração mental: 24	(E#137/LU10#2.1[...] e eu não quero chorar mais do que já chorei.
		Oração relacional: 13	(E#138/LU03#1.1) Eu não sou o resultado de uma eleição.
		Oração material: 12	(E#139/LU10#2.2) Eu não vou fazer a transposição”
		Oração verbal: 9	(E#140/LU10#2.1) Olhe, eu não vou contar a história do Daniel porque vocês já conhecem [...]
		Oração comportamental: 1	(E#141/LU10#2.3) Desculpa, meu neguinho, mudou. Mudou e eu não vi , porque eu sou ignorante,
		Oração existencial: 0	
	participante + Adjunto modal de polaridade negativa + verbo modal	Modulação: 12	(E#142/LU03#1.3) Eu não tenho que prometer, eu tenho que fazer.
		Modalização: 0	
nós não	participante + Adjunto modal de polaridade	Oração mental: 7	(E#143/FHC02#2.2) Quer dizer, uma instituição como o IBGE, por exemplo, publicou, ontem, um

	negativa + processo		dado que nós não sabíamos que ia publicar, nem qual era o dado.
		Oração relacional: 10	(E#144/LU03#1.3) Vocês sabem que, antigamente, a gente tinha ministro do Exército, ministro da Marinha e ministro da Aeronáutica. Hoje, nós não temos mais, nós temos um comandante do Exército [...]
		Oração material: 7	(E#145/FHC02#2.1) [...] já estava delineado ali o que achávamos que era necessário fazer, para dar uma mudança no setor de telefonia. Se nós não tivéssemos feito isso - não digo feito o programa - [...]
		Oração verbal: 0	
		Oração comportamental: 0	
	Oração existencial: 0		
	participante + Adjunto modal de polaridade negativa + verbo modal	Modulação: 9	(E#146/IF93/1.2) Nós não podemos permitir que os especuladores, da noite para o dia, venham a intervir no mercado financeiro, e através de manchetes mentirosas, em poucas horas, em poucos minutos ganhem verdadeiras fortunas.
	Modalização: 0		

a gente não	participante + Adjunto modal de polaridade negativa + processo	Oração mental: 11	(#147/LU10#2.2) E como a gente não quer exportar óleo cru, para ser refinado em outro país, a gente quer refiná-lo aqui e quer exportar produto com mais valor agregado [...]
		Oração relacional: 0	
		Oração material: 8	(E#149/LU10#2.3) Afinal de contas, 500 anos de história, a gente não muda em oito anos.
		Oração verbal: 0	
		Oração comportamental: 0	

		Oração existencial: 0	
	participante + Adjunto modal de polaridade negativa + verbo modal	Modulação: 1	(E#150/LU10#2.3) [...] que diziam que a gente não podia exportar, porque a gente iria matar o mercado interno;
		Modalização: 0	
(o) Brasil não	participante + Adjunto modal de polaridade negativa + processo	Oração mental: 0	
		Oração relacional: 2	(E#151/FHC02#2.2) "O Brasil não é mais um país subdesenvolvido: é um país injusto." Fhc 2.5 2002
		Oração material: 7	(E#152/FHC02#2.4) Mas tenho uma convicção, a partir, portanto, do que já foi dito pelo novo Presidente: que o Brasil não vai mudar o seu posicionamento em face do Mercosul.
		Oração verbal: 0	
		Oração comportamental: 0	
		Oração existencial: 0	
	participante + Adjunto modal de polaridade negativa + verbo modal	Modulação: 4	(E#153/SA90#2.2) O Brasil não pode se ausentar da revolução pós-industrial vivida em nosso tempo. O fosso que separa nações prósperas e nações subdesenvolvidas assenta-se, cada vez mais, no domínio e no desenvolvimento de novas tecnologias.
		Modalização: 0	

Fonte: (Elaborado pelo autor).

Desse quadro, percebemos a tendência da polarização negativa de orações mentais, materiais e relacionais e, também, modulações transferidas, padrão de uso diferente do DPM. Aqui, os ex-presidentes recorrem a pronomes da primeira pessoa do singular (eu) e do plural (nós) ou sua forma coloquial (a gente), juntamente com o Adjunto modal de polaridade negativa.

Quanto as colocações **mas não**, **e não**, **ou não**, **porque não**, **se não** e **para não**, configurando o padrão léxico-gramatical de conjunção + Adjunto modal de polaridade negativa, ambos *corpora* apresentam número similar em concordância com número total de *tokens*: DPM, **mas não** (20), **e não** (19), **ou não** (3), **para não** (3) e **se não** (10); DPC: **mas não** (24), **e não** (48), **ou não** (8), **para não** (17) e **se não** (30). Portanto, não consideramos necessários que exemplos sejam postos, pois não há diferenças coligacionais entre os usos. Na próxima seção, versamos sobre a comparação dos *corpora* e o uso do Adjunto modal negativo em cada um.

5.5 NÃO É NÃO: COMPARANDO *CORPORA*

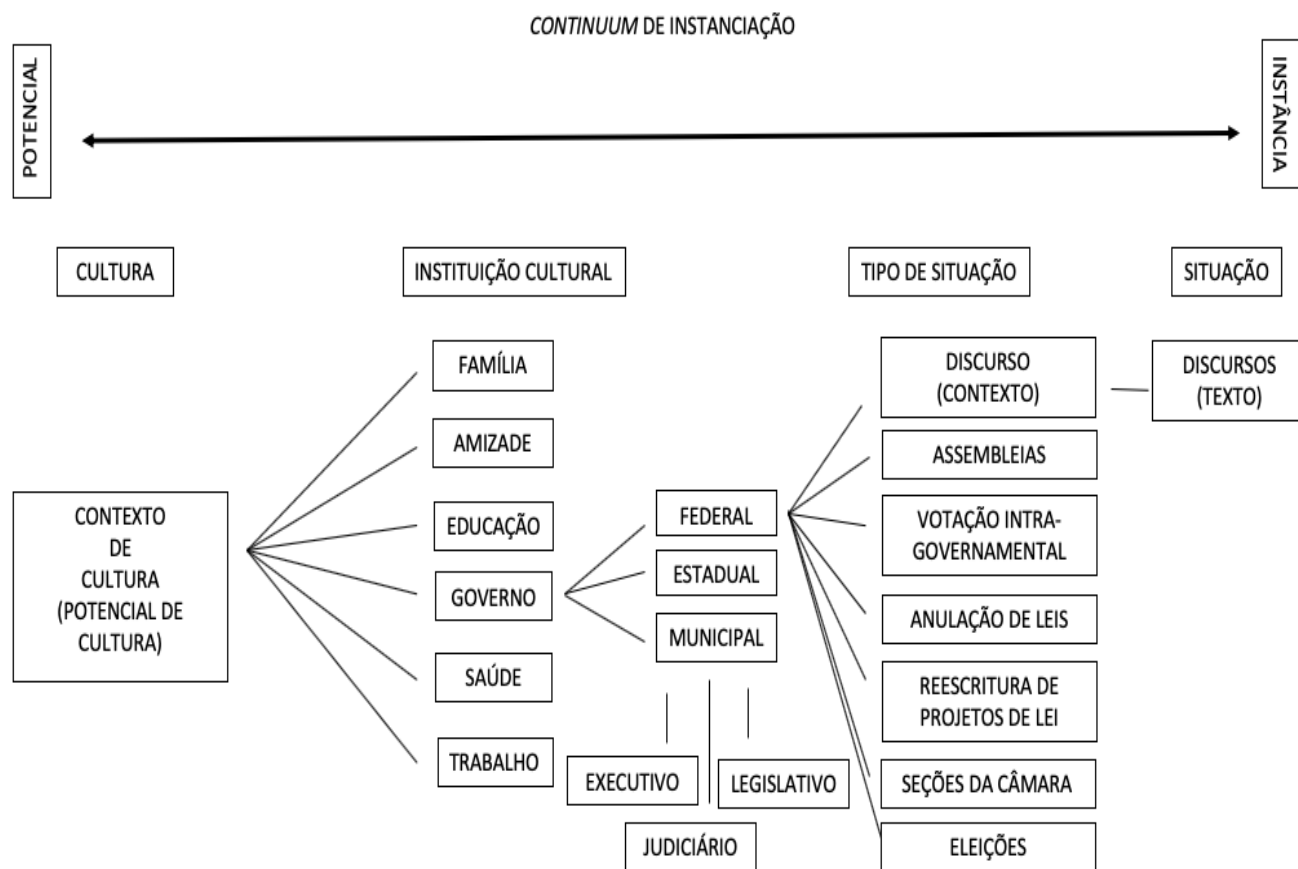
Com esta seção, comparamos os usos do Adjunto negativo **não** nos *corpora* que selecionamos para análise. Novamente, conforme registrado pela ferramenta *Sketch Engine* (KILGARRIFF et al, 2014) e pelo *UCREL log-likelihood wizard* (RYSON, 2018), nos discursos dos ex-presidentes do *corpus* DPC, o marcador negativo é utilizado 66,59% mais em relação aos discursos que compõem o *corpus* DPM. A hipótese sobre o acréscimo de negações com **não** requer que olhemos para a relação entre o contexto de cultura e o de situação sobre os quais tais discursos políticos foram produzidos.

Para tanto, trazemos o estudo de Matthiessen (2013) sobre os subpotenciais do *continuum* de instanciação, aplicados a contextos de saúde. Para o autor, pela perspectiva da instanciação, podemos analisar textos produzidos em hospitais e/ou clínicas tanto do polo da linguagem como produto de escolhas (por exemplos, consultas médicas, diálogos entre especialista e paciente nos diversos setores de um hospital/clínica e afins) ou, também, analisar pela perspectiva do tipo de situação, formado pelo uso mais ou menos padronizado da linguagem que produz tipos específicos de contextos de situação dentro do hospital.

Porém, Matthiessen (2013) almejava uma análise mais geral sobre o contexto de saúde, cujo *corpus* de análise se estendesse desde tipos de situações como “admissão em hospital, consulta médica, tratamento médico e baixa”, juntamente com os significados interpessoais, isto é, os papéis que indivíduos assumem e lhe são dados nesse contexto. Assim, o autor denomina **instituição cultural**: região intermediária entre

o contexto de cultura e o tipo de situação dentro do contexto. Aplicando o conceito de **instituição cultural** ao nosso *corpus*, apresentamos a Figura 45.

Figura 45 - Contexto de governo sob o continuum de especificidade



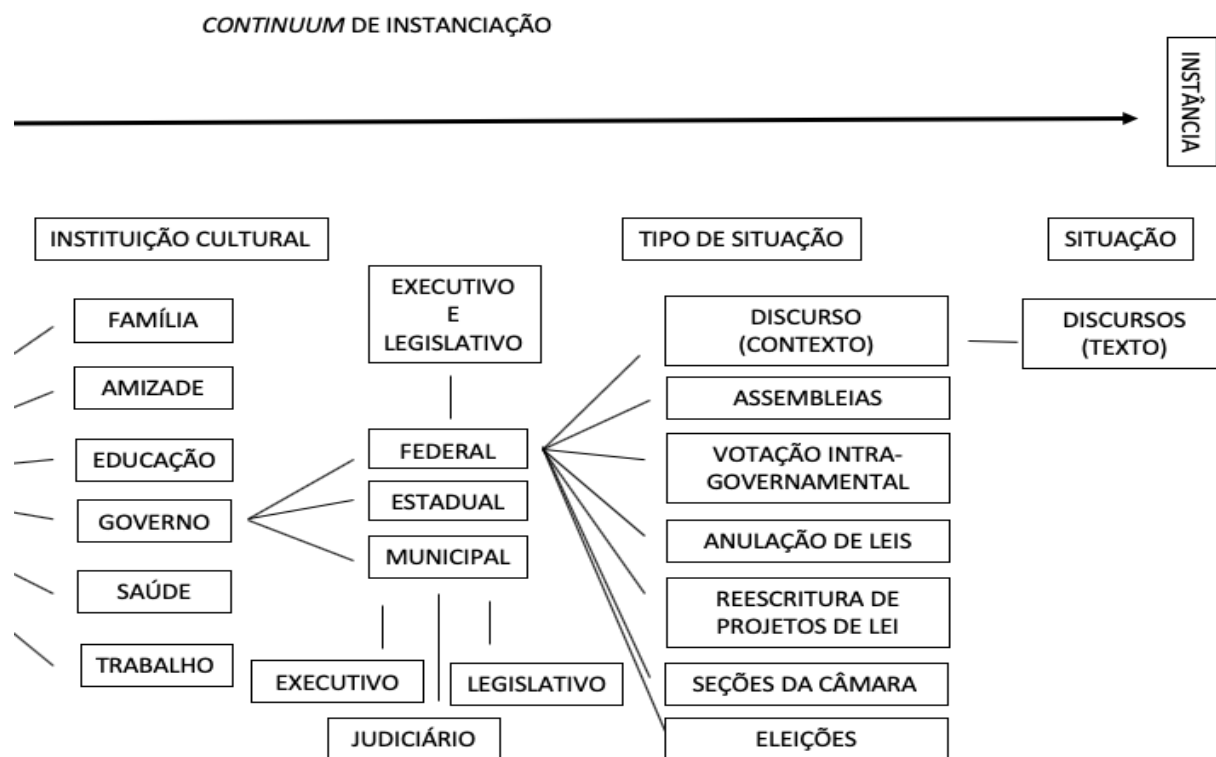
Fonte: (Elaborado pelo autor).

Os discursos selecionados para a análise foram produzidos no contexto de cultura do estado-nação brasileiro, logo, possuem características particulares em relação aos processos sociossemióticos realizados e os papéis sociais dos indivíduos que compõem a máquina governamental. Em termos de instituição cultural, é necessário que façamos uma modificação, pois estamos analisando duas eras sociopolíticas da história do Brasil: início da 5ª República, marcada pelo voto indireto ao Poder Executivo, decidido por altos

postos de indivíduos militares; e a 6ª República, quando o voto direto para comandante do Poder Executivo ficou a cargo da população, junto com a reabertura do Congresso Nacional.

Portanto, durante a 5ª República, descrita na seção 5.1, os ex-presidentes militares atribuíram-se poderes executivos que superavam os do Poder Legislativo, pois faziam uso da figura do decreto-lei, dotando-se de uma posição incriticável pelo Poder Legislativo. Com isso, a instituição cultural **governo no Brasil** foi modificada, conforme Figura 45. Já em 1985, com o anúncio da 6ª República, os poderes foram separados e os subpotenciais **federal, estadual e municipal**, interpelados pelos Poderes **Executivo, Judiciário e Legislativo**, retornam ao estado da Figura 46.

Figura 46 - Contexto de governo militar sob o continuum de especificidade



Fonte: (Elaborado pelo autor).

Da perspectiva da instituição cultural e seu funcionamento em ambos os *corpora*, chegamos à conclusão de que o aumento do uso do Adjunto negativo **não** no *corpus*

DPC deve-se à sua natureza dialógica (MARTIN; WHITE, 2005) e pressuposicional (GIVÓN, 1993, 2001). Quando negamos, pressupomos que declarações anteriores que codificaram a versão afirmativa positiva do material negado foram produzidas e, conseqüentemente, almejamos invalidá-los, avaliá-los como não verdades, tanto em referência anafórica quanto endofórica, resgatada pelo contexto de situação da instância.

No regime militar, houve a redistribuição de poderes para o cargo executivo de presidente e o fechamento do Congresso Nacional. Este, composto pela Câmara de Deputados e pelo Senado, perdeu sua função que é de caráter legislativo no que concerne a “matérias de competência da União, mediante elaboração de emendas constitucionais, de leis complementares e ordinárias, e de outros atos normativos com força de lei” e de caráter fiscalizador sobre “competência pela fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta. (CONGRESSO NACIONAL, 2018).

Nas palavras de Borges e Barreto (2016, p. 119), escrito num artigo cujo objetivo é o de analisar o período militar, com ênfase nos mecanismos de repressão e opressão que vão desde censura a mecanismos jurídico-políticos, criados durante a época em questão, as autoras concluem que

a ascensão dos militares ao governo do país foi acompanhada pela introdução de mecanismos jurídicos ditos revolucionários (os atos institucionais) que dotavam estes agentes de poderes acima da Constituição vigente, a de 46; elaboraram uma nova constituição, de 1967, e a (reforma constitucional) de 1969; operaram com “leis secretas” e promoveram amplo conjunto de medidas adequando as instituições judiciárias aos objetivos do novo regime. Por estas vias, constituíram um arcabouço legal autocraticamente definido pelos presidentes e órgãos de segurança, através de decretos ou leis aprovadas por um legislativo devidamente “depurado” de elementos críticos ao regime.

Com a unificação de poderes, tanto em caráter formal quando pelo baixamento dos Atos Institucionais, em especial, o Ato Institucional nº 5, que, composto de doze (12) artigos, concedia ao Presidente da República poderes de cassar mandatos, interferir nas políticas de estados e municípios, suspender direitos políticos de quaisquer cidadão e afins, entendemos que **não havia mais a necessidade de invalidar enunciados anteriores** e, conseqüentemente, contrair o espaço dialógico no diz que respeito ao reconhecimento de outras vozes e opiniões. Pela capacidade de transformação da

Constituição pelo Poder Executivo, **o processo sociossemiótico e avaliativo de negar, invalidar e/ou rejeitar estava assegurado por documentos oficiais.**

Juntamente a reconfiguração da instituição cultural e usando uma das camadas contextuais da AHD de Wodak (2012), outro aspecto histórico-arqueológico que contribuiu, também, para nossa interpretação da ausência do Adjunto negativo em comparação ao *corpus* de ex-presidentes civis é o número de partidos políticos durante o regime militar e o número de partidos políticos após o ano de 1985. O Ato Institucional nº 2, em especial seu artigo 18, baixado no dia 27 de outubro de 1965, extinguiu os então atuais partidos políticos, criando outras exigências para a criação de novos.

Dois partidos, portanto, vingaram: Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que defendia o regime militar e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) como partido de oposição. Foi somente a partir de 1979, já com a revogação dos Atos Institucionais que outros partidos foram criados e velhos, reorganizados. Havendo apenas dois partidos e um deles detinha o acúmulo do poder executivo, apoiado pela estratégia coercitiva (CHILTON E SCHÄFFNER, 1997), não havia necessidade de construção de um espaço dialógico-discursivo que reconhecesse a voz e opinião da oposição.

Outro traço linguístico que vai ao encontro da nossa hipótese sobre a modificação da instituição cultural e, conseqüentemente, ausência do Adjunto no *corpus* DPM em relação ao *corpus* DPC, é a coligação entre **não** e voz verbal. Conforme nossa análise, a colocação **eu não** e **nós não** não foram catalogadas em discursos dos ex-presidentes militares por não haver a frequência mínima de cinco (5) repetições, enquanto que os ex-presidentes civis recorrem às colocações **eu não** 71 vezes, **nós não** 34 vezes e **(a) gente não** 20 vezes.

A voz verbal, acompanhada do Adjunto modal de polaridade negativa, materializa-se pela colocação **não se** entre os ex-presidentes militares, conforme o Quadro 36.

Quadro 36 - Coligações do *corpus* DPM

Colocação	Agrupamentos	Padrão léxico-gramatical	Coligação	
não se	não se pod* não se dev* não se + processo	Adjunto modal de polaridade negativa + pronome reflexivo ou partícula apassivadora ou índice de indeterminação do sujeito	Acompanha- mento	Processo
				Modal
		Adjunto modal de polaridade negativa + pronome reflexivo ou partícula apassivadora ou índice de indeterminação do sujeito	Voz	Voz passiva sintética
				Voz reflexiva
Sujeito indeterminado				

Fonte: (Elaborado pelo autor).

A colocação **não se** ora é acompanhada de um processo ora de um modal, em sua maioria modulações, que assumem tanto voz passiva sintética quanto voz reflexiva ou Sujeito indeterminado. Ao usarem a voz passiva sintética e indeterminarem o sujeito da oração, acompanhados do Adjunto negativo, os ex-presidentes militares suprimem o agente do processo, no intuito de impessoalizar seu discurso. Quando o fazem, por exemplo, no exemplo 154.

(E#154)	(GE79#2.1)	Para tanto, não se pouparam esforços na busca de novos mercados, inclusive no Terceiro Mundo, e na exploração sistemática de tradicionais mercados europeus e norte-americanos.
---------	------------	--

Quando recorrem a orações passivas sintéticas, a avaliação proveniente da negação não vem de um lugar particular, da figura do político em si, dotando a oração de uma suposta objetividade factual. Quando recorre à mesma colocação, esta está modulada.

(E#155)	(CS69#2.1)	As grandes fazendas que em conseqüência foram organizadas, atraindo pela fertilidade surpreendente de suas terras famílias inteiras que se deslocaram de localidades vizinhas, revelaram desde logo uma larga disponibilidade de homens de ampla visão administrativa, dentre os quais não se poderia deixar de destacar Henrique Dumont, pai de uma das maiores glórias do Brasil [...]
---------	------------	---

Novamente, a escolha pela supressão de um participante na oração, acrescida da força da modulação por obrigação, faz com que a oração tenha caráter objetivo, beirando ao mandatório e produzida não por um indivíduo em si, mas como relato *de facto* do funcionamento do contexto.

O Quadro 37 apresenta a principais coligações encontradas em DPC.

Quadro 37 - Coligação do *corpus* DPC

Colocação	Agrupamentos	Padrão léxico-gramatical	Coligação
eu não, nós não, a gente não, Brasil não, Isso não.	isso não me, ele não me, vocês não me	participante (pronome em primeira pessoa do singular e/ou do plural) + modal de polaridade negativa	Voz em primeira pessoa do singular e/ou plural

Fonte: (Elaborado pelo autor).

No *corpus* DPC, há a significativa presença das colocações do Quadro 37, conforme os exemplos.

(E#156)	(LU03#1.2)	Trata-se de uma poderosa energia solidária que a nossa campanha despertou e que não podemos e não vamos desperdiçar.
---------	------------	---

(E#157)	(IF93/1.2)	Nós não podemos permitir que os especuladores, da noite para o dia, venham a intervir no mercado financeiro, e através de manchetes mentirosas, em poucas horas, em poucos minutos ganhem verdadeiras fortunas.
---------	------------	--

(E#158)	(LU03#1.1)	Eu não sou o resultado de uma eleição.
---------	------------	---

Tanto negações transferidas, como nos exemplos 156 e 157, como proposicionais no exemplo 158, os ex-presidentes civis recorrem, juntamente com a negação, a participantes materializados por pronomes pessoais, escolhas que vêm ao encontro da transformação da instituição cultural entre os anos de 1964 a 2010. Com a separação dos poderes, o Poder Executivo não mais detém capacidade legislativa e persecutória. O aumento do uso da negação com esse tipo de participante indica a avaliação de que, após 1985, era necessário reformular a separação dos poderes e invalidar enunciados anteriormente produzidos na instituição cultural do governo, ou seja, após o desmantelamento do regime militar, iniciado em 1979, com a possibilidade de criação de partidos políticos e reafirmação de direitos individuais, os discursos dos ex-presidentes civis, agora em um espaço de instituição cultural que, gradativamente, reconhecia outras vozes, começa a desenvolver o espaço dialógico-discursivo e, direta ou indiretamente, pressupor outras vozes e opiniões para então negá-las.

A negação transferida por modulação, antes, em sua maioria, objetiva e implícita, nos discursos do DPM, passam a subjetiva e explícitas, no DPC. (CALLEGARO, 2015). Trazendo as estratégias de Chilton e Schäffner (1997), percebemos que a negação modulacional pode ser interpretada como uma ação coercitiva dupla nos discursos dos ex-presidentes militares: realizada pela linguagem (linguisticamente) e pela presença dos Atos Institucionais e secretarias de controle nacional (não linguisticamente).

Quando ex-presidentes militares recorrem a orações de voz passiva sintética e/ou sem sujeito, marcadas pela polaridade negativa, a estratégia de coerção é materializada quando um modulador por obrigação é colocado. A estratégia causa o efeito de que a obrigação não vem do *ethos* do agente político e, sim, de um imaginário retórico-argumentativo de que a segurança nacional não parte do indivíduo, mas do sistema societal em si.

O Adjunto negativo **não**, no conjunto de textos dos ex-presidentes militares, dá suporte, também, à própria estratégia de legitimação quando, em dependência com a estratégia de coerção, linguística e não linguisticamente presente no período em questão, é estendida ao seu máximo, dialogicamente, posicionando a figura política como alguém que tem o direito de falar e o direito de ser obedecido. A construção do argumento pela negação envolve a legitimação pelo desenvolvimento retórico de que há um inimigo presente na sociedade (comunismo) e, portanto, as orações moduladas e negativas possuem um duplo sentido: impõem a vontade da figura político-militar ao seu público, ao mesmo tempo que o legitimam como defensor da liberdade nacional. Os exemplos de Costa e Silva e Figueiredo exemplificam nossa hipótese.

(E#159)	(CS67#1.3)	Não se iludam, porém, os ingênuos e os falsos inocentes. Não está no receituário do Estado comunista, ou seja, nas chamadas democracias populares, o remédio para essa doença da sociedade. Não move o comunismo nenhum sentido humano. Quando ele acena às massas com a igualdade na distribuição de bens — coisa que até hoje não levou a efeito em nenhum lugar e em qualquer escala — o que intenta é explorar a miséria como instrumento de seus desígnios políticos, pois a miséria tem, como nenhuma outra condição, o poder de revolver o fundo residual de irracionalidade existente em todos os seres humanos.
(E#160)	(FI8567#2.4)	Não se pode improvisar a Defesa Nacional. É preciso contar com estruturas permanentes, com alto nível de especialização, flexibilidade para renovação constante,

		tanto nas concepções estratégicas e táticas como nos instrumentos de combate. Porque a Defesa Nacional exige o máximo de eficácia, que só se consegue pela dedicação total das pessoas engajadas, pelo treinamento constante, pelo domínio dos avanços tecnológicos.
--	--	--

No exemplo de Costa e Silva, o ex-presidente fala diretamente sobre o comunismo, apontando para o sistema vigente na antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Com o uso da negação em primeira posição na oração, não se envolve totalmente no discurso, conforme a estratégia discursiva de representação de Wodak (2012). Usa da terceira pessoa do singular e inicia as orações com o Adjunto negativo. O uso dessa negação pressupõe que há uma ideia de que o comunismo seja um sistema que move o sentimento humano através da redistribuição de bens. Costa e Silva está respondendo, indiretamente, ao contexto de situação no qual o discurso está sendo proferido: embasado no próprio baixamento do Ato Institucional nº 1, um dos motivos que deu vazão para a conjectura do regime militar no Brasil foi a polarização ideológica entre Estados Unidos e e a URSS. Conforme já havíamos mencionado, o AI nº traz em seu texto uma negação referente ao comunismo:

missão de restaurar no Brasil a ordem econômica e financeira e tomar as urgentes medidas destinadas a drenar o bolsão comunista, cuja purulência já se havia infiltrado não só na cúpula do governo como nas suas dependências administrativas.

Em comparação com o padrão de uso do Adjunto negativo no *corpus* DPC, a orientação das estratégias de negação toma outro rumo. Em termos de coerção, os ex-presidentes a partir do ano de 1985 não mais detinham o acúmulo de poderes, devido à revogação dos Atos Institucionais e pressão para o retorno das eleições diretas. A presença de *n-grams* compostos de pronomes pessoais em primeira pessoa, tanto no singular quanto plural, junto ao **não** faz com que os agentes políticos construam significados orientados para a legitimação e deslegitimação, com vistas à manutenção e/ou transformação de seu *ethos* político. A frequência de uso de negações modulares também é significativa no *corpus* civil, porém, com a presença da subjetividade do agente

político, a obrigação é direcionada ou para o própria figura política, atribuindo-lhe a responsabilidade de prevenir erros ou prevenir a perpetuação de erros em mandatos anteriores, tomando forma de uma promessa indireta, ou o mesmo uso também faz com que a contração dialógica causada pela negação seja capaz de representar a inclusão do público, principalmente com o padrão de uso **nós não** e **a gente não**, quando esses são de caráter inclusivo: a promessa indireta é, então, dividida entre agente político e eleitor. A alta frequência desse padrão de uso, especialmente com a presença do **a gente** faz com que o político se represente discursivamente no discurso (WODAK, 2012). Mesmo que de forma negativa, proposicional ou modalizada, o uso corretivo da negação (MARTIN; WHITE, 2005) organiza a representação discursiva de tal forma que a figura do político é desenvolvida com vistas à construção de alguém que reconhece os problemas e demandas sociais, tanto pela presença de problemas quanto pela ausência de políticas públicas. No envolvimento discursivo, a contração dialógica carrega consigo a própria audiência no intuito de se alinhar e mostrar que algo existe (em termos ideacionais) e não deveria existir (em termos interpessoais).

A negação, então, partindo da estratégia da legitimação, atua como um traço que atribui à figura um conhecedor dos problemas socioeconômicos, pois seu caráter dialógico faz com que a figura política deslegitime outros agentes políticos, conforme os exemplos.

(E#161)	(LU010#2.1)	[...] eu tinha que provar a mim mesmo que eu não podia falhar.
---------	-------------	---

(E#162)	(LU10#2.3)	[...] o que nós não devemos é ficar chorando cada leite derramado [...]
---------	------------	--

(E#163)	(LU10#2.4)	[...] e nós não podemos deixar de fazer os investimentos para que a gente seja autossuficiente no enriquecimento de urânio e para que a gente construa tudo o que for necessário construir, [...]
---------	------------	--

(E#164)	(LU10#2.3)	[...] que diziam que a gente não podia exportar, porque a gente iria matar o mercado interno; nós estamos exportando e o mercado interno continua crescendo.
---------	------------	---

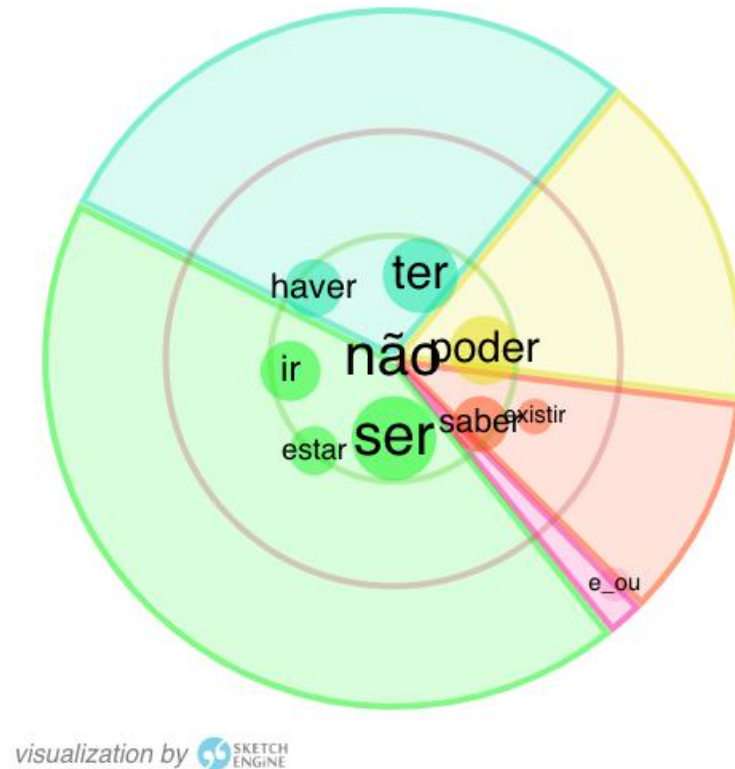
Nessa perspectiva, a negação tem uma dupla função, interpessoal e experiencial: interpessoal no diz que respeito ao caráter avaliativo e pressupocional do Adjunto negativo e experiencial porque, se pensarmos no estrato da semântica do discurso, a pressuposição causada faz com que o espaço discursivo do discurso inclua, também, a a oração de polaridade positiva, ou seja, do ponto de vista do sistema de transiividade, a oração afirmativa se encontra pressupocionado no estrato da semântica e, conseqüentemente, trazendo-o para o campo da realidade. O que antes não era experiencialmente presente, com a negação, o conteúdo ideacional existe porém marcado pela polaridade negativa.

Junto ao próprio aumento do uso do **não**, há também um acréscimo, do ponto de vista experiencial, da variedade de processos que acompanham o marcador negativo.

Figura 47 - Relação entre processos e Adjunto negativo do *corpus* DPM



Fonte: (Elaborado pelo autor).

Figura 48 - Relação entre processos e Adjunto negativo do *corpus* DPC

Fonte: (Elaborado pelo autor).

Do ponto de vista da metafunção experiencial, o *locus* de negação é acompanhado, em sua maioria, no *corpus* DPM, de processos relacionais (ser, ter), verbo de modalidade (poder), processos materiais (ir, vir e outros), enquanto ex-presidentes civis, com uma variabilidade maior, recorreram, em sua maioria e de forma mais equilibrada, a processos relacionais (ser, estar, ter), mentais (saber), verbos de modalidade (poder), processos materiais (ir, vir) e existências (haver, existir).

A hipótese sobre tal tendência ao uso do Adjunto negativo **não** também está correlacionada à instituição cultural e ao funcionamento da máquina governamental em cada registro histórico da política brasileira da qual selecionamos as instâncias (discursos políticos). Com o acúmulo de poderes do Poder Executivo e consoante com nossa análise da negação transferida, as escolhas léxico-gramaticais tendem a ser norteadas pelo eixo da necessidade/obrigação, isto é, da modulação. Os exemplos dados pela análise

mostram que as figuras militares no Poder Executivo tendem a escolher verbos modais de semântica modulacional, juntamente com a voz passiva ora sintética ora com oração sem Sujeito, fazendo com que a oração produza uma obrigação objetiva e factual na forma de proibições e obrigações.

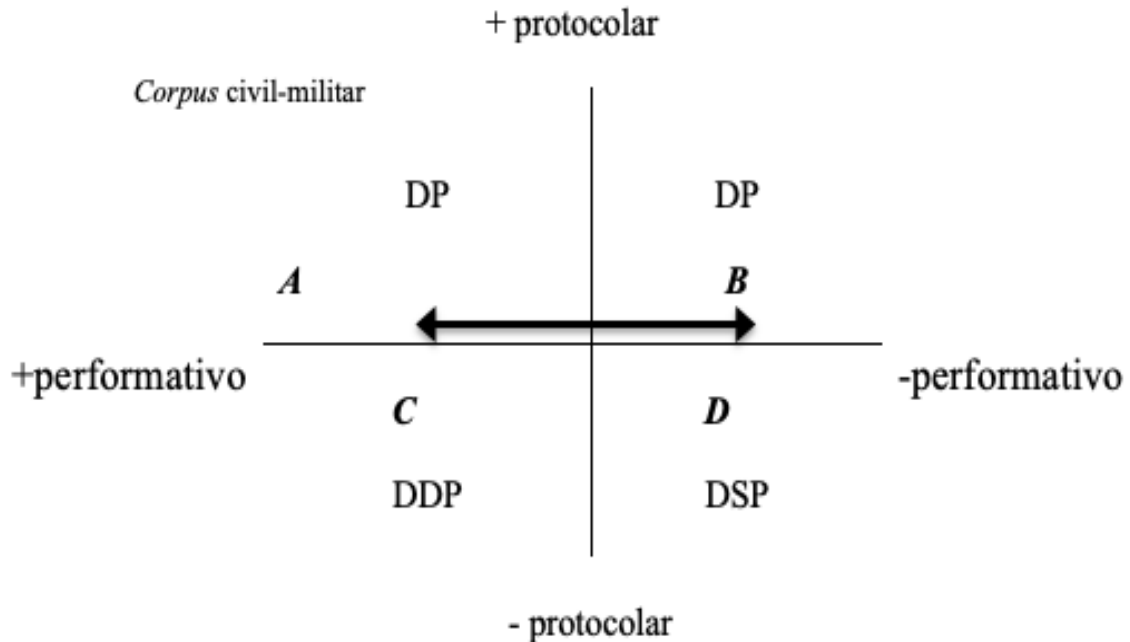
Já as escolhas léxico-gramaticais dos ex-presidentes civis apontam para a necessidade de invalidar enunciados anteriormente proferidos e defender de futuras avaliações sobre a matéria em jogo, com vistas à construção de laços de solidariedade e persuasão para com seu público (CALLEGARO, 2015).

Além disso, a estratégia de legitimação e deslegitimação, conforme já mencionado, toma outro rumo quando analisamos o Adjunto negativo e o sistema de transitividade. Enquanto a deslegitimação no *corpus* militar é realizada por **não** e, em sua maioria, processos relacionais e verbos de modalidade, a legitimação é superior, pois, o espaço dialógico é comprimido ao máximo, marcado pela ausência de voz quando ex-presidentes militares usam o **não**. Já nos discursos dos ex-presidentes civis, há uma variedade muito maior em termos de processos colocados junto ao marcador negativo. Isso vai ao encontro do que Callegaro (2015) concluiu sobre a negação nos discursos do ex-presidente Lula. A negação é usada para invalidar a eficiência de governos anteriores, principalmente o de Fernando Henrique Cardoso, cujo mandato é anterior ao de Lula e, também, é filiado um partido ideologicamente oposto ao de Lula.

Portanto, a negação passa de uma orientação estratégica coercitiva e legitimadora, nos discursos dos ex-presidentes militares, para uma não coercitiva e deslegitimadora nos discursos do ex-presidentes civis.

A mudança na instituição cultural também indica um movimento na topologia do discurso político, criada por Bochetti et al (2017). Vejamos a Figura 49 e a posição dos discursos políticos dos militares.

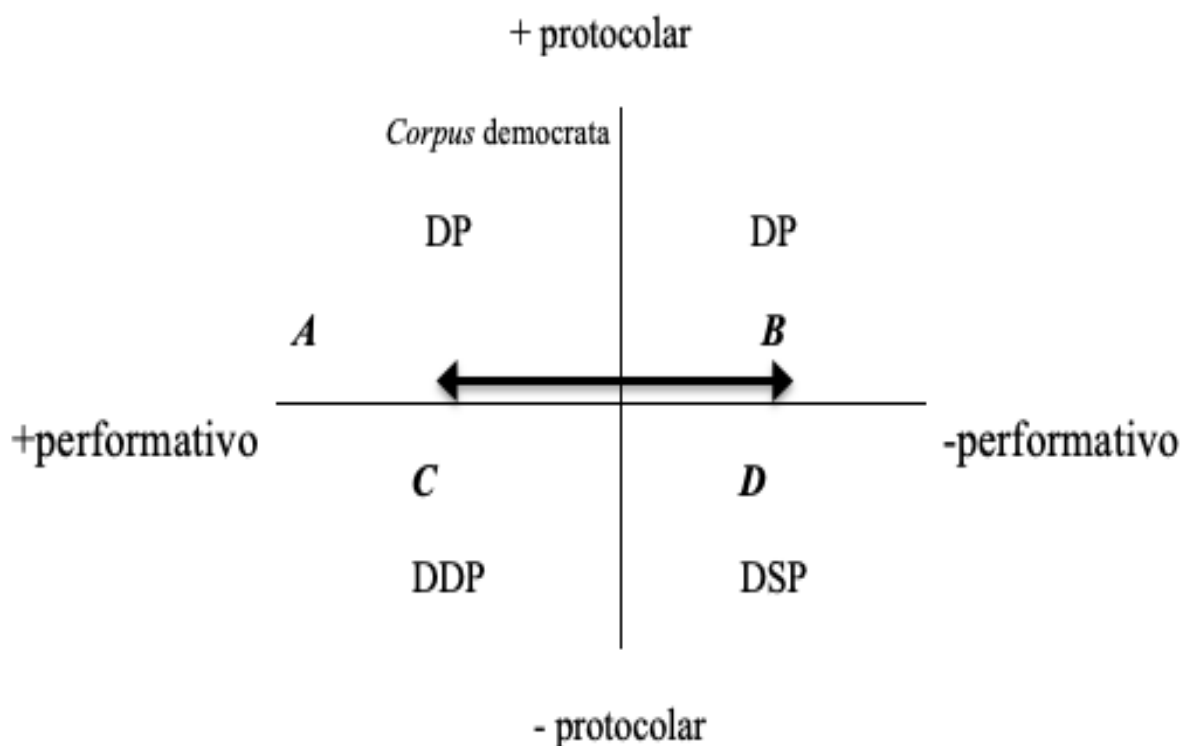
Figura 49 - Localização do *corpus* DPM na proposta da topologia do discurso político



Fonte: (Adaptada de Bochetti et al, 2017, p. 145).

Pelo desmanche do Congresso Nacional e o acúmulo de poderes, os discursos dos ex-presidentes militares se encontram no quadrante A, na qualidade de sua máxima performatividade, juntamente com o baixamentos dos Atos Institucionais. Também está situado no polo extremo da protocolaridade, porém mantida pela exceção de que, nesse governo, a cúpula executiva dotou-se de liberdade de movimentação protocolar no funcionamento da máquina governamental, isto é, atribuiu a si a capacidade de modificação da Constituição, do funcionamento da aprovação de leis e afins. Já a Figura 50 representa o lugar dos discursos dos ex-presidentes civis.

Figura 50 - Localização do *corpus* DPC na proposta da topologia do discurso político



Fonte: (Adaptada de Bochetti et al, 2017, p. 145).

Já os discursos do *corpus* DPC, ainda no mesmo quadrante, movimentam-se para a direita no eixo da performatividade, pois após 1985, houve a restauração do equilíbrio dos poderes com a revogação do Ato Institucionais a partir do ano de 1978, em especial a revogação do AI-5 durante o governo Geisel. A distribuição dos poderes retirou o caráter extremamente performativo, capaz de causar mudanças na esfera civil e legislativa de uma sociedade, dos discursos dos presidentes civis, movimentando-os na topologia do discurso político.

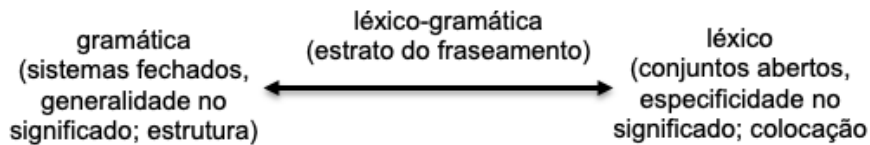
Nas duas seções a seguir, 5.6 e 5.7, dividimos, na dimensão da estratificação da linguagem, regida pelo princípio de realização, da Linguística Sistêmico-Funcional, de Halliday (1994) e Halliday e Matthiessen (2004, 2014), as características do Adjunto negativo **não** no nível léxico-gramático e no nível da semântica do discurso.

5.6 NÃO: NO ESTRATO DA LÉXICO-GRAMÁTICA

Nesta seção, apresentamos as características léxico-gramaticais do Adjunto negativo **não**, registradas pela análise que produzimos a partir do *corpus* de discursos de ex-presidentes. Dois traços foram percebidos durante a análise: o maleabilidade léxico-gramatical do marcador negativo **não** e a possibilidade de variação sintagmática do mesmo em língua portuguesa.

A primeira característica é baseada na percepção hallidayana sobre a relação entre itens lexicais e itens gramaticais. O autor considera que esses itens podem ser colocados num *continuum* no qual em um polo se agrupa itens gramaticais e em outro extremo, item lexicais.

Figura 51 - O *continuum* da léxico-gramática



Fonte: (Traduzido de Halliday e Matthiessen, 2014, p. 64).

O **não** é capaz de se movimentar ao longo do *continuum* da léxico-gramática, dotando-se tanto de traços gramaticais como traços lexicais. Halliday e Matthiessen (2004, 2014) categorizam o marcador negativo em um sistema fechado de escolhas, ou como item continuativo, de preponderância de significado interpessoal, ou como Adjunto modal, com preponderância de significado experiencial (CALLEGARO, 2015; PAGANO, 1994; TOTTIE, 1987). Apresentamos, também, o diagrama do sistema do Adjunto negativo (CALLEGARO, 2015) que demonstra o traço tanto gramatical do **não**, na forma de sistemas de escolhas fechados e interpolados por outros traços da gramática) e também a característica lexical, pois faz parte de um conjunto aberto de escolhas com significados particulares (rejeição ou negação ou item continuativo) e é capaz de manter o sentido quando sozinho em uma oração (pela capacidade dialógico-pessuposicional).

Outra característica léxico-gramatical do **não** é a possibilidade de variação sintagmática em língua portuguesa. Halliday e Matthiessen (2004, 2014) afirmam que, em língua inglesa, o sistema de polaridade faz parte do sistema de MODO, especificamente no Modo. Porém, em língua portuguesa, o sistema de Modo funciona de forma distinta, conforme discutido nas seções 2.2.1 e 2.2.2. Assumimos, de acordo com Gouveia (2010), a posição de que o sistema de polaridade, em especial o **não**, faz parte do Predicador e não do elemento Finito. Dito isso, trazemos novamente os exemplos das colocações **não só** e **não apenas** e seus agrupamentos.

(E#165)	não	seja	apenas	um indicador abstrato, mas conduza realmente à melhoria [...].
(E#166)	não	é	somente	uma parte política, mas é um todo [...]
	Pré-Modificador de Polaridade	Processo relacional	Adjunto modal: Intensidade/ Contraexpectativa/ Limitativo.	
	Sistema de Modo	Sistema de Transitividade	Sistema de Modo	
	Interpessoal	Experiencial	Interpessoal	

(E#167)	O Estado	não	apenas	perdeu sua capacidade de investir como, o que é ainda mais grave, por seu
---------	----------	------------	---------------	---

				comportamento errático e perverso, passou a inibir o investimento nacional e estrangeiro.
	Participante	Pré-Modificador de Polaridade	Adjunto modal: Intensidade/ Contraexpectativa/ Limitativo.	
	Sistemas de transitividade	Sistema de Polaridade/Predicador		
	Experiencial	Interpessoal		

Conforme analisado, percebemos que o Adjunto negativo, agora na função de Pré-Modificador de polaridade, pode tanto ser colocado anteriormente ao processo ou posicionado anteriormente ao Adjunto modal limitativo. Qualquer posição sintagmática é capaz de produzir o significado de limitação da exclusividade da proposição negada. Tal característica não ocorre em língua inglesa, pois o sistema de Polaridade faz parte do elemento de Modo e não do Predicador, como em língua portuguesa.

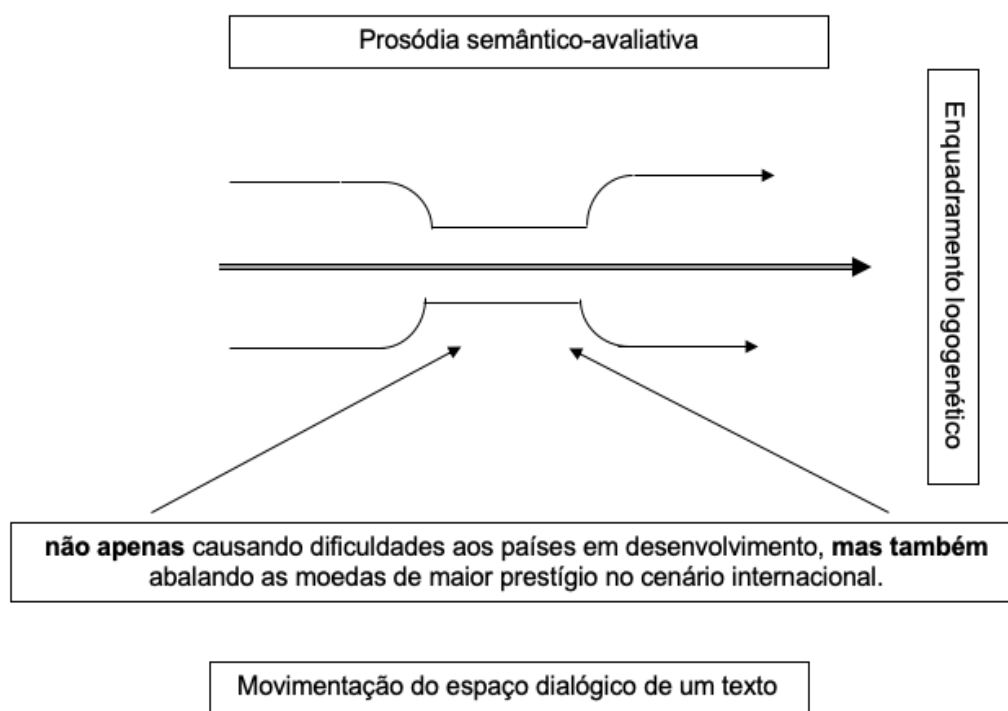
5.7 NÃO: NO ESTRATO DA SEMÂNTICA DO DISCURSO

Nesta seção, discorreremos sobre a organização de significados que o Adjunto **não** produz no estrato da semântica do discurso, com ênfase na particularidade da contração dialógica causada pela estrutura **não apenas e não somente** pela movimentação do *locus* de negação direcionado para a exclusividade de uma proposição.

Conforme já mencionado, Martin e White (2005) posicionam o uso do Adjunto modal **não** no campo semântico da negação, cujo sentido é o de negar enunciados anteriormente proferidos na tentativa de proteção da *persona* textual contra avaliações

futuras, com vistas à construção de laços de solidariedade. Ao analisarmos os *n-grams* **não apenas e não somente**, percebemos que o *locus* de negação não mais se encontra no estrato da léxico-gramática ou diretamente na totalidade do texto no estrato da semântica do discurso. O jogo lógico produzido por essas colocações faz com que o material experiencial que está sendo negado seja a exclusividade de uma proposição que supostamente o público pode ter em mente. Com característica dialógica, o processo de contração dialógica se distingue quando apenas a negação é empregada pelos ex-presidentes.

Figura 52 - Movimentação da contração dialógica nos *n-grams* **não apenas e não somente**



Fonte: (Elaborado pelo autor).

Considerando os enquadramentos temporais para a capacidade semogênica da linguagem, percebemos que em termos de logogênese, isto é, o desenrolar do significado

na forma de texto no tempo, a contração dialógica comporta-se de forma distinta. Não há um fechamento total do espaço em relação aos enunciados anteriormente produzidos e, também, para futuras avaliações acerca do material experiencial. O que acontece é uma contração dialógica controlada para caber ambas proposições carregadas pelo uso dos *n-grams* em questão. Em termos de prosódia semântico-avaliativa, pelo sistema de Avaliatividade, a *persona* textual movimenta o espaço dialógico do seu texto a fim de que possa se alinhar ou se desalinhar com o público com quem interage. Nesse controle do espaço, há uma gradação das categorias de realidade presentes no material experiencial das proposições: a *persona* textual almeja persuadir pela negação da exclusividade da proposição, seja porque percebe que seu público não possui completa noção sobre a matéria em jogo e/ou porque enunciados terceiros promoveram apenas uma proposição.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

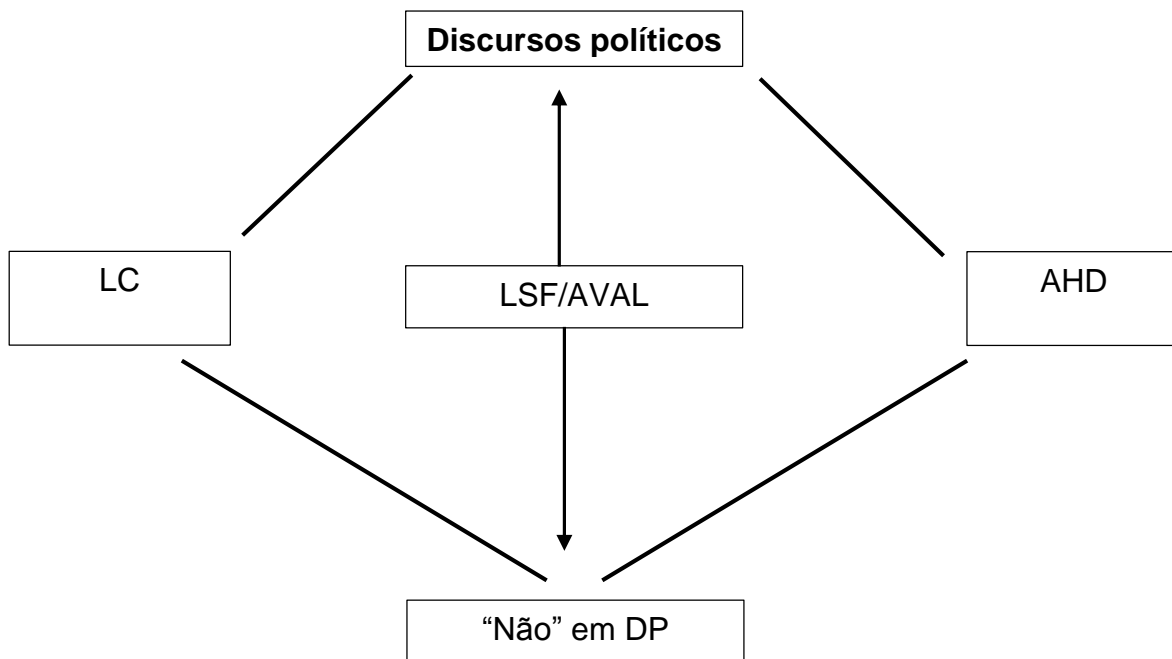
Concluimos esta tese retornando ao nosso problema de pesquisa percebido quando processamos cem (100) discursos de ex-presidentes tanto da era militar quanto da era redemocratização, entre os anos de 1964 e 2010: *por que existe um número bem maior proporcionalmente de ocorrências do Adjunto modal negativo não nos discursos dos ex-presidentes civis?* Com uma trajetória de pesquisa sobre o **não** no curso de Mestrado e movidos pelo interesse em investigar tanto o ambiente linguístico quanto o semântico-discursivo em textos oficiais, formulamos o seguinte objetivo geral: **explorar o caráter léxico-gramatical e semântico avaliativo-discursivo do Adjunto negativo “não” em textos do discurso político de língua portuguesa brasileira.**

Para que chegássemos ao objetivo principal, utilizamos um aparato teórico-metodológico baseado dos princípios da Linguística de *Corpus* (BERBER-SARDINHA, 2000), da Linguística Sistêmico-Funcional (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, 2014), incluindo aí o Sistema de Avaliatividade (MARTIN, WHITE, 2005) e a Abordagem Histórico-Discursiva (WODAK, 2001, 2008, 2009, 2012; REISIGL; WODAK, 2001). Adicionalmente, Tottie (1987), Givón (1993, 2001) e Gouveia (2010) constituíram o aporte suplementar acerca das particularidades lexicais e semânticas do Adjunto negativo. Já para a narração histórico-discursiva dos períodos nos quais os discursos foram produzidos, usamos Linz e Stepan (1996), Reis (2000) e Borges e Barreto (2016).

A partir dos princípios da Linguística de *Corpus*, desenvolvida por Berber-Sardinha (2000) e, com o auxílio da ferramenta computacional *Sketch Engine*, de Kilgarriff et al (2014), selecionamos textos para compor nosso *corpus* e organizamo-lo em dois blocos: cinquenta (50) discursos de ex-presidentes militares (DPM) e cinquenta (50) discursos de presidentes civis (DPC). A ferramenta computacional auxiliou-nos quanto ao processamento estatístico-textual do nosso *corpus*, detalhando o número total de palavras (*tokens*) e o número total de palavras não repetidas (*types*), além de nos fornecer duas extensas listas de orações, através do *Concordance*, que continham o Adjunto negativo **não**. O *Sketch Engine* também auxiliou no registro dos padrões léxico-gramaticais de uso de cada *batch*. Através dele, analisamos os *n-grams*, ou seja, com quais elementos o Adjunto modal negativo está frequentemente associado em cada

batch. Seguimos a orientação de Flick (2009) para realizar nossa investigação e propusemos a triangulação apresentada na Figura 53.

Figura 53 - Triangulação empregada em nossa pesquisa



Fonte: (Adaptada de Flick, 2009).

A partir das teorias e abordagens supracitadas, desenhamos uma metodologia condizente com a natureza dos problemas de pesquisa estabelecidos. Para tanto, elaboramos procedimentos metodológicos parcialmente quantitativos, com vistas à análise estatístico-textual do *corpus*, e parcialmente qualitativa, no intuito de fornecer hipóteses como as associações léxico-gramaticais, isto é, as colocações e as coligações que o Adjunto negativo forma nos discursos dos ex-presidentes militares e dos ex-presidentes civis, relacionam-se com o contexto institucional e cultural no qual os discursos foram produzidos.

Após a análise estatístico-textual e semântico-discursiva, chegamos à conclusão de que o aumento de frequência do Adjunto modal de polaridade negativo **não** nos

discursos de ex-presidentes democratas em relação a ex-presidentes militares ocorre devido à mudança na configuração dos papéis sociopolíticos das figuras executivas a partir da análise da instituição cultural do governo (MATTHIESSEN, 2012). Entre os anos de 1964 e 1985, Atos Institucionais foram baixados e causaram acúmulo de poderes para a figura do presidente, tanto em caráter executivo quanto legislativo. O Adjunto negativo possui caráter dialógico e pressupocional, servindo como um elemento avaliativo que invalida enunciados anteriormente produzidos, seja ou por um processo anafórico ou catafórico, e, também, contrai o espaço dialógico-discursivo para futuras avaliações sobre o que está sendo julgado.

Não havia, então, a necessidade explícita de negação, isto é, não havia espaço para enunciados heteroglóssicos, carregados de vozes de terceiros, uma vez que a legislação, de caráter monoglóssico, encarregava-se de estabelecer o *status quo*. Junto a essa baixa frequência em relação aos discursos dos ex-presidentes civis, há ainda as coligações entre o **não** e o uso da voz passiva sintética ou orações sem Sujeito, reiterando ainda mais o caráter monoglóssico quando ex-presidentes militares recorrem ao uso do Adjunto modal negativo.

Da realização dos objetivos específicos, voltamo-nos ao objetivo geral: o potencial retórico-avaliativo do Adjunto modal de polaridade negativa ocorre do encontro de sua natureza léxico-gramatical, no que concerne seu potencial de assumir distintas funções gramaticais na língua portuguesa brasileira. O Adjunto modal, quando em ambiente léxico-gramatical específico, como quando acompanhando por Adjuntos modais de intensidade/contraexpectativa/limitativo, o seu *locus* não mais se encontra, diretamente, no estrato da léxico-gramática ou da semântica do discurso. O *locus* passa a ser criado por essa configuração particular entre **não + apenas** ou **não + somente** e agrupamentos derivados. O caráter pressupocional da negação cria um terceiro sentido: o da negação da exclusividade de uma proposição, existindo somente se o público a quem as negações são dirigidas, aceita-as. Além disso, o próprio traço pressupocional, dialógico e avaliativo do Adjunto negativa interpela a metafunção experiencial. Com o uma da negação, a oração de polaridade positiva passa a existir no estrato da semântica do discurso, ou seja, o que antes não existia, passa a existir, porém, com o conteúdo ideacional negado.

Desta tese, traçamos perspectivas futuras quanto ao estudo do discurso político e o sistema de polaridade. A primeira perspectiva é explorar, com mais profundidade, a relação entre o Adjunto negativo **não** e os processos do sistema de transitividade. Conforme constatamos, há uma diferença de variação no uso dos processos de um *corpus* para outro: ex-presidentes militares não associam o Adjunto modal com uma variedade significativa de processos como os ex-presidentes civis associam. Pensamos que o sistema de polaridade é capaz de acoplar-se ao sistema de transitividade, com vistas a configurar a figura de transitividade e produzir efeitos distintos de sua contraparte afirmativa. Outra perspectiva de estudo é a inclusão de processos, circunstâncias e nominalizações cuja semântica seja negativa. Ao ponderarmos sob o viés semogênico da linguagem, com especial atenção à logogênese, gostaríamos de explorar a negação no nível do grupo e/ou sintagma e quais sentidos produzem quando a polaridade é encontrada em nível vocabular.

Quanto ao discurso político, é necessário que ponderemos mais sobre as condições de produção do mesmo, pois não somente consideremos discursos institucionalizados em lugares oficiais do fazer político, mas, também, discursos de figuras políticas, em mandato ou não. Conforme Fezter (2013) e Bochetti et al (2017), outros discursos configuram e são configurados pelo próprio discurso político, seja midiático, jornalístico e/ou econômico. Ao estudo da negação em discursos políticos, almejamos, no futuro, aprofundar a relação entre seu significado interpessoal e as transformações semogênica no conteúdo experiencial das orações: até que ponto a negação é pressupocional e causa diminuição no espaço dialógico-discursivo do discurso político? Qual o a função de outras realizações da negação na construção do *ethos* político? Há diferenças semânticas quando negamos com o Adjunto negativo e quando negativos a nível do grupo nominal ou do grupo verbal? Qual a influência da negação circunstancial no conteúdo experiencial da oração? São inquietações que, mesmo não ocupando espaço central desta tese, permeceram durante as análises e fazem com que continuemos a análise o fenômeno da negação em linguagem na seara dos discursos políticos.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômano**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000 [1140].

_____. **A política**. São Paulo: Martins Fontes, 2002 [1252].

_____. ARISTÓTELES. **Retórica**. 2.ed., revista. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005 [1354].

BAKHTIN, M. **The dialogic imagination: four essays**. Austin: University of Texas Press, 1981.

_____; VOLOSHINOV, V. N. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1995.

BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa**. São Paulo, 1999.

BIBER-SARDINHA, B. Linguística de Corpus: histórico e problemática. **D.E.L.T.A.** São Paulo, v. 16, n 2, p. 323-367, 2000.

BIBLIOTECA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Disponível em:
<<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva>>.
Acesso em: 20 nov. 2012.

BLUMER, H. **Symbolic Interactionism: Perspective and Method**. California: University of California Press, 1969.

BOCHETT, A. C. **Modalidade em discursos ambientalistas: jogos de máscaras em gêneros que compõem as audiências públicas**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Artes e Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, RS, 2015.

BOCHETT A. C; CABRAL, S. R. S; CALLEGARO, E. K; FREITAS, J. C. Concepções de discurso político: caminhos para uma discussão teórica. **Moara**, Pará, n 47, pp. 128-161, 2017.

BORGES, A; BARRETO, R. Ditadura, controle e repressão: revisitando teses sobre governos militares no Brasil. *Revista de Ciências do Estado*. Minas Gerais, v. 1, n. 2, pp. 107-129, 2016.

BRASIL/ COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE (CNV). **Relatório Final**. Vol. 1. Brasília, dez de 2014.

BRASIL. **Ato Institucional nº 1**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm Acesso em 15 de dezembro de 2018.

BRASIL. **Ato Institucional nº 2**. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-02-65.htm Acesso em 15 de dezembro de 2018.

BRASIL. **Ato Institucional nº 5**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br//CCIVIL_03/AIT/ait-05-68.htm> Acesso em 15 de dezembro de 2018.

BRASIL. **Tribunal Superior Eleitoral**. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos/eleicao-indireta>>. Acesso em 15 de dezembro de 2018.

BRAZIL, D. **The Communicative value of Intonation in English**. Birmingham: University of Birmingham, 1985.

CABRAL, S. R. S. **Linguagem e avaliação**: uma análise de texto opinativo. 2000. Disponível em: <http://www.pucsp.br/isfc/proceedings/Artigos%20pdf/34ev_cabral_722a734.pdf>. Acesso em: 11 out. 2013.

_____. **A mídia e o presidente**: um julgamento com base na Teoria da Valoração. Santa Maria, 2007.

_____. **Núcleo de estudos em língua portuguesa – FASE II**. Projeto de Pesquisa. GAP 044631. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2016.

_____. **Mídia, política e gramática sistêmico-funcional – FASE II**. Projeto de Pesquisa. GAP 049420. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2018.

CAFFAREL, A. Approaching the French Clause as a Move in Dialogue: Interpersonal organization. In HASAN, R. & P. FRIES. **On Subject and Theme: a Discourse Functional Perspective**. Amsterdam: John Benjamins, 1995.

CAFFAREL, A. Metafunctional Profile of the Grammar of French. In CAFFAREL, A., J. R. MARTIN & C. M. I. M. MATTHIESSEN. **Language Typology: A functional perspective**. Amsterdam: John Benjamins, 2004.

CALLEGARO, E. K. **Discurso político de Lula**: o papel do marcador “não” na construção da *persona* textual. X F. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria, 2015.

CÂMARA JR., J. M. **Estrutura da língua portuguesa**. Petrópolis: Vozes, 1970.

CAMPOS, R. C. **Dúvida** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por

erickcallegaro@gmail.com, em 04 dez. 2014.

CAZARIN, E. A. **Identificação e representação política: uma análise do discurso de Lula.** Ijuí: Editora Unijuí, 2005.

CELL, C. E. **Por que sou a favor do impeachment.** Disponível em <http://dc.clicrbs.com.br/sc/vozes/noticia/2016/04/por-que-sou-a-favor-do-impeachment-5779487.html> Acesso em 10 de outubro de 2017.

CHARAUDEAU, P. **Discurso político.** São Paulo: Contexto, 2011.

CHILTON, P; SCHÄFFNER, C. Discourse and politics. In DIJK, T. **Discourse as Social Interactional.** London: Sage, 1997.

CHILTON, P. IIINSKIË, M; MEY, J. **Political discourse in transition in Europe 1989-91.** Amsterdam: John Benjamins, 1998.

CHILTON, P. **Analysing political discourse: theory and practice.** London: Routledge, 2004.

CROKER, R. A. An Introduction to Qualitative Research. In HEIGHAM, J; CROKER R. A. **Qualitative Research in Applied Linguistics: a practical introduction.** UK: Palgrave, 2009.

DE SOUZA, V. **Power relations in Padre Cícero's epistolar political discourse: na investigation in the light of systemic-functional grammar and critical discourse analysis.** Tese (doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Letras/Inglês e Literatura Correspondente, SC, 2011.

DREIFUSS, R. **1964: A conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe.** Petrópolis: Vozes, 1981.

DURÁN, J. A *corpus* study of negation and their disruptive patterns in political discourse. In **Letras**, v. 28, nº 56, pp. 15-41, jan/jun, 2018.

ESTADÃO. **O impeachment é o melhor caminho.** Disponível em <http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,impeachment-e-o-melhor-caminho,10000025268> Acesso em 10 de outubro de 2017.

FAIRCLOUGH, N. **Critical discourse analysis: the critical study of language.** NewYork: Longman, 1995.

FAIRCLOUGH, N. **Analysing discourse: textual analysis for social research.** London: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, I; FAIRCLOUGH, N. **Political Discourse Analysis: a method for advanced students**. Nova York: Routledge, 2012.

FETZER, A. The multilayered and multifaceted nature of political discourse In FETZER, A (ed). **The Pragmatics of Political Discourse: explorations across cultures**. Amsterdam: John Benjamin, 2013.

FIRTH, J. R. A Synopsis of Linguistic Theory, 1930–1955. **Studies in Linguistics Analysis**, Special Volume. Philological Society, 1–32, 1957.

FLICK, U. **An Introduction to Qualitative Research**. London: Sage, 2009.

FREEMAN, D. What Makes Research ‘Qualitative’. In HEIGHAM, J; CROKER R. A. **Qualitative Research in Applied Linguistics: a practical introduction**. UK: Palgrave, 2009.

FREITAS, J. C; CABRAL, S. R. S. A linguagem na construção de representações de Deus e Democracia em uma votação na Câmara dos Deputados. In: **Linguagens & Cidadania**, v. 18, jan./dez., 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/LeC/article/view/25498>> Acesso em 1 de nov. 2017.

GIVÓN, T. **English Grammar: A Function-Based Introduction**. Amsterdam: John Benjamins, 1993.

_____, T. **Syntax: An Introduction**. Amsterdam: John Benjamins, 2001.

GOUVEIA, C. A. M. Towards a profile of the interpersonal organization of the portuguese clause. **Delta (Documentação em Estudos em Linguística Teórica e Aplicada)**. São Paulo, v. 26, n 1, 2010.

GRAMSCI, A. **Selections from the Political Writings**. London: Lawrence & Wishart, 1978 [1921–26]

HABERMAS. J. **Legitimation Crisis**. London, Heinemann, 1973.

_____. **Communication and the Evolution of Society**. London: Heinemann, 1979.

HALLIDAY, M. A. K. **Language as a Social Semiotic: the social interpretation of language and meaning**. London: University Park Press, 1978.

_____. Part I In HALLIDAY, M. A. K; HASAN, R. **Language, context and text: aspects of language in a social-semiotic perspective**. Oxford: Oxford University Press, 1985, 1989.

_____. Corpus studies and probabilistic grammar. In SVARTVIK; ALTENBERG, B (org). **English corpus linguistics: studies in honour of Jan Svartvik**. London: Longman, 1991.

_____. Language as system and language as instance: the corpus as a theoretical construct. In SVARTIVIJ, K (org). **Directions in Corpus Linguistics**. Proceedings of Nobel Symposium 82, Stockholm, 4-8, Nova New York: De Gruyter, 1992.

_____. **Introduction to functional grammar**. China: Arnold, 1994.

_____. **On Language and Linguistics**. London: Continuum, 2003.

_____. Methods – techniques – problems. In HALLIDAY, M. A. K; WEBSTER, J. J. **Continuum Companion to Systemic Functional Linguistics**. New York: Continuum International Publishing Group, 2009.

HALLIDAY, M; HASAN, R. **Language, context and text: aspects of language in a social semiotic perspective**. Oxford: Oxford University Press, 1989.

HALLIDAY, M. **Computational and Quantitative Studies**. New York: Continuum, 2005.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, M. I. M. **Construing experience through meaning**. New York: Continuum, 1999.

_____. **An introduction to functional grammar**. New York: Arnold, 2004.

_____. **An introduction to functional grammar**. New York: Arnold, 2014.

HEER, M; WODAK, R. Introduction: collective memory, national narratives and the politics of the past – the Discursive Construction of History. In HEER, H; MANOSCHEK, W; POLLACK, A; WODAK, R. **The Discursive Construction of History: Remembering the Wehrmacht's War of Annihilation**. New York: Palgrave MacMillan, 2008.

HOBBSAWM, E. Gramsci and political theory. In **Marxism Today**. Disponível em: <http://banmarchive.org.uk/collections/mt/pdf/07_77_205.pdf>. Acesso em 15 de dezembro de 2018.

HOEY, M. **On the Surface of Discourse**. London: Allen & Unwin, 1983.

_____. **Patterns of Lexis in Text**. Oxford: OUP, 1991

HONEYBONE, P. J. R. Firth. Chapman, S & Routledge, C (eds). **Key Thinkers in Linguistics and the Philosophy of Language**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 80-86.

HORN, L. **A natural history of negation**. Chicago: University of Chicago Press, 2001.

HUNSTON, S. Colligation, lexis, pattern, and text. SCOTT, M; THOMPSON, G. **Patterns of Text In Honour of Michael Hoey**. Amsterdam: John Benjamins, 2001.

- IMBASSAHY, A. **O impeachment de Dilma renova as esperanças do país.** Disponível em <https://noticias.uol.com.br/opiniaao/coluna/2016/06/21/impeachment-de-dilma-renova-as-esperancas-do-pais.htm> Acesso em 10 de outubro de 2017.
- JONATHAN, L. **Aristotle and Logical Theory.** Cambridge: Cambridge University Press. 1980.
- KENNEDY, G. **An introduction to Corpus Linguistics.** New York: Longman, 1998.
- KILGARRIFF, A; BAISA, V; BUŠTA, J; JAKUBÍČEK, M; KOVÁŘ, V; MICHELFEIT, J; RYCHLÝ, P; SUCHOMEL, V. **The Sketch Engine: ten years on.** *Lexicography*, 1: 7-36, 2014.
- LEHECKA, T. Collocation and colligation. ÖSTMAN, J; VERSCHUEREN, J. **Handbook of Pragmatics.** Netherlands: John Benjamins, 2015.
- LEMKE, J. **Semiotics and Education.** Toronto: Victoria University (Toronto Semiotic Circle Monographs, Working Papers and Prepublications, 1984.
- LESSING, T. **Geschichte als Sinnggebung des Sinnlosen.** Munich: Matthes & Seitz, 1983.
- LESZL, W. Aristotle's Logical Works and His Conception of Logic In **Topoi**, Netherlands, v 23, n 1, p. 71-100, Netherlands: Springer, 2004. Disponível em <<https://link.springer.com/article/10.3758/BF03192939>> Acesso em 15 de outubro de 2017.
- LETRAS. **Análise do discurso político: questões de teoria e de prática**, nº 56, jun. 2018, 348 p.
- LEVINSON, S. C. **Pragmatics.** Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- LEVINSON, S. C; ANNAMALAI, E. Why presuppositions aren't conventional. In SRIVASTAVA, R. N. (org). **Language and text: Studies in honour of Ashok R. Kelkar.** 227-242, Dehli: Kalinga Publications, 1992.
- LINZ, J; STEPAN, A. **Problems of democratic transition and consolidation: Southern Europe, South America and Post-Communist Europe.** New York: Johns Hopkins University Press, 1996.
- MACHIAVELLI, N. **The Prince.** New York: Simon & Schuster, 2004 [1532].
- MARTIN, J. Beyond Exchange: Appraisal Systems in English. In HUNSTON, S & THOMPSON, G. (Eds.) **Evaluation in Text: Authorial Stance and the Construction of Discourse** (142-175). Oxford: Oxford University Press, 2000.

MARTIN, J. R.; WHITE, P. R. R. **The language of evaluation: appraisal in English**. New York: Palgrave, 2005.

MALINOWSKI, B. The Problem of Meaning in Primitive Languages. In: OGDEN, C. K.; RICHARDSON, I. A. **The Meaning of Meaning**. London: Routledge, 1923, p. 146-152.

_____. **B. Coral gardens and their magic**. London: Allen & Unwin Ltd, 1935.

MATTHIESSEN, C. M. I. M. Applying systemic functional linguistics in healthcare contexts. SARANGI, S. **Text&Talk: An Interdisciplinary Journal of Language, Discourse & Communication Studies**, v. 33, e. (4-5), p. 437-467, 2013.

MATTHIESSEN, M. I. M; TERUYA, K; MARVIN, L. **Key Terms in Systemic Functional Linguistics**. New York: Continuum Internacional Publishing Group, 2010.

McENERY, T; HARDIE, A. **Corpus linguistics: method, theory and practice**. New York: Cambridge University Press, 2012.

MILLER, G; JOHNSON-LAIRD, L. **Language and perception**. Cambridge: Harvard University Press, 1976.

MOURA NEVES, M. H. **Gramática de usos do português**. São Paulo: UNESP, 2000.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento científico: pesquisa qualitativa em saúde**. 2. ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1994.

NAHAJEC, L. M. **Evoking the possibility of presence: textual and ideological effects of linguistics negation in written discourse**. Tese (doutorado). University of Huddersfield, 2012.

NUNES, G. **O Estadão e a Presidente: o editorial como estratégia de avaliação**. 2013. 156 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

PAGANO, A. A pragmatic study of negatives in written text. In: COULTHARD, M. **Advances in written text analysis**. New York: Routledge, 1994.

PATTERSON, R. **Aristotle's Modal Logic: Essence and Entailment in the Organon**, Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

RAYSON, P. **UCREL log-likelihood wizard**. Disponível em <<http://ucrel.lancs.ac.uk/llwizard.html>> Acesso em 20 outubro de 2018.

REIS, D. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

REISIGL, M; WODAK, R. **Discourse and Discrimination: Rhetorics of Racism and Antisemitism**. London: Routledge, 2001.

REZENDE, M. **A ditadura militar no Brasil: repressão e apresentação de legitimidade.** Londrina: Eduel, 2013.

RODRIGUES, D. **A política sob o julgamento de Eliane Cantanhêde: uma investigação da assinatura valorativa.** 2013. X f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

SANCHEZ, A. ET AL (Orgs.) **CUMBRE – Corpus Linguistico del Espanol Contemporaneo – Fundamentos, Metodologia, y Aplicaciones.** Madrid: SGEL, 1995.

SINCLAIR, J. **Corpus Concordance Collocation.** Oxford: OUP, 1991.

STUBBS, M. Towards a modal grammar of English: a matter of prolonged fieldwork. IN STUBBS, M. **Text and Corpus Analysis.** Oxford: Blackwell, 1996.

TOTTIE, G. Where do negatives come from? **Studia Linguistica**, New York, v. 36, p. 88-105, nov. 1987.

WODAK, R. The discourse historical approach In WODAK, R; MEYER, M. **Methods of Critical Discourse Analysis.** London: Sage, 2001.

WODAK, R. Introduction: Discourse Studies – Important Concepts and Terms. In WODAK, R; KRZYZANOWSKI, M. **Qualitative Discourse Analysis in the Social Sciences.** London: Palgrave, 2008.

____. **The Discourse of Politics in Action: Politics as Usual.** London: Palgrave, 2009.

____. **Politics as Usual: Investigating political discourse in action.** In GEE, J. P; HANDFORD, M. **The Routledge Handbook of Discourse Analysis.** New York: Routledge, 2012.

ZAPPAVIGNA, M; DWYER, P; MARTIN, J. Syndromes of meaning: exploring patterned coupling in a NSW Youth Justice Conference. In MAHBOOB, A; KNIGHT, N. (eds), **Questioning Linguistics.** Newcastle: Cambridge Scholars Publishing, 103–17, 2008.